



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

THIAGO REIS GÓES

**A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE – LESTE (FIOL) E A INICIATIVA
DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-
AMERICANA (IIRSA): A MÁSCARA E A FACE**

Salvador
2018

THIAGO REIS GÓES

**A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE – LESTE E A INICIATIVA DE
INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA: A
MÁSCARA E A FACE**

Tese apresentada ao curso de Doutorado da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Maria Teresa Franco Ribeiro

Salvador
2018



Universidade Federal da Bahia
Escola de Administração
Núcleo de Pós-Graduação em Administração - NPGA

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE THIAGO REIS GÓES
ALUNO DO CURSO DE DOUTORADO DO PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA BAHIA.

Aos vinte dias do mês de agosto do ano dois mil e dezoito, às nove horas, na sala vinte, do terceiro andar da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, a comissão julgadora eleita pelo Colegiado deste Núcleo de Pós-Graduação, composta pelos Professores Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro (EAUFBA/NPGA - Orientadora), Dr. Niemeyer Almeida Filho (UFU), Dra. Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto (UFRJ), Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida (UFBA/FFCH), Dr. Daniel Lemos Jeziorny (UFBA/FCE) e Dra. Guiomar Inez Germani (UFBA/Instituto de Geociências), se reuniu em sessão pública deste Colegiado para julgar o trabalho de tese, intitulado: "A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE - LESTE (FIOL) E A INICIATIVA DE INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SULAMERICANA(IIRSA): A MÁSCARA E A FACE" de autoria de THIAGO REIS GÓES. Realizada a defesa pública da tese, o aluno foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora, após analisar a defesa da tese realizada pelo aluno, concluiu que esta merece ser APROVADA. Nada mais havendo a ser tratado, esta comissão julgadora encerrou os trabalhos do qual lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Maria Teresa Franco Ribeiro, orientadora, pelos demais membros da banca, pelo Coordenador deste Núcleo de Pós-Graduação, e pelo aluno. *A banca recomenda publicação e concorrer aos prêmios de área.*

Salvador, 20 de agosto de 2018.

Maria Teresa Franco Ribeiro
Prof. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro – Orientadora

Doutora em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
Professora da Universidade Federal da Bahia

Adriano Leal Bruni
Prof. Dr. Adriano Leal Bruni
Doutor em Administração - USP
Coordenador do NPGA/UFBA

Niemeyer
Prof. Dr. Niemeyer Almeida Filho
Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas
Professor da Universidade Federal de Uberlândia

Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto
Prof. Dra. Monica Esmeralda Bruckmann Maynetto
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense
Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida
Prof. Dr. Antônio Jorge Fonseca Sanches de Almeida
Doutor em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Daniel Lemos Jeziorny
Prof. Dr. Daniel Lemos Jeziorny
Doutor em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia
Professor da Universidade Federal da Bahia

Guiomar Inez Germani
Prof. Dra. Guiomar Inez Germani
Doutora em Geografia pelo Universitat de Barcelona
Professora da Universidade Federal da Bahia

Thiago Reis Góes
Doutorando

Escola de Administração - UFBA

G598 Góes, Thiago Reis.

A Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) e a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA): a máscara e a face. / Thiago Reis Góes. – 2018.

335 f.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Teresa Franco Ribeiro.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2018.

1. Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (Projeto). 2. Programa de Aceleração do Crescimento. 3. Políticas públicas – Ferrovias – Projetos e construção. 4. Ferrovias – Política governamental. 5. Geografia política. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 361.6

A Laura, que deu novo sentido à minha vida.

A todos que tiveram seu cotidiano alterado pela FIOL.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as pessoas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço à minha mãe e a meu pai (*in memoriam*). Eles tiveram papel fundamental na minha formação. Essa tese é fruto de uma trajetória de vida, cujos estudos foram propiciados por eles. Eterna gratidão!

Laura, esposa e amiga, muito obrigado por tudo! A você, dedico este trabalho. Não seria possível iniciá-lo e concluir-lo sem o seu imenso apoio. Você foi a maior incentivadora para meu retorno à atividade acadêmica. Colocou-se por muitas vezes como minha interlocutora e “terapeuta”. Viveu o processo de elaboração deste trabalho, acompanhando as alegrias e tensões. Nos momentos de tensão e angústia, de alguma forma, os tornaram mais prazerosos. Encorajou-me. Foi a base nesta etapa de minha vida. Realmente, foi minha grande companhia nessa jornada.

A meus irmãos, Ricardo e Igor, companheiros incondicionais.

Agradeço imensamente ao amigo Edgard Porto. Sem dúvida, uma grande referência na minha vida. O “velho” Edgard foi o responsável por me apresentar a IIRSA durante as discussões na SEI. Foi a partir daí que surgiram as minhas inquietações de pesquisa. Edgard foi importante na elaboração do projeto de tese no período da admissão no NPGA, além de um grande interlocutor durante a pesquisa. O título da tese é fruto de sua criatividade. Foi o título de um ensaio que apresentamos em um encontro da Rede Ibero-americana de Pesquisadores sobre Globalização e Território (RII), do qual Edgard faz parte.

Maria Teresa, minha orientadora: muito obrigado pelo apoio, que não se restringiu ao trabalho de orientação. A certeza de que estávamos caminhando juntos me deu tranquilidade e a sustentação necessária para seguir empolgado com o trabalho. Teresa descontou para mim um amplo referencial teórico, o qual pouco eu tinha contato. Foi ela quem me fez aproximar da Economia Política, dos textos de Milton Santos e da Ecologia Política. Teresa organizou um grupo de estudo de *O Capital*, fundamental para o embasamento teórico da tese. Discutimos temas relacionados a América Latina e a temática da epistemologia do sul. O contato com esse referencial teórico e com Teresa deu novo sentido ao meu trabalho de doutorado. Hoje vejo que a pesquisa representou para mim uma grande reflexão sobre o sentido da vida. Não tenho dúvida que mudei como pessoa. Vejo a vida de outra forma. Obrigado, Teresa!

Agradeço aos amigos Isaac, Armando e Urandi. “Uranda” foi sem dúvida meu parceiro nessa etapa da vida. Além de ajudar com os dados, sempre esteve presente e acompanhou minhas inquietações.

A Thiago Alencar, amigo. Ajudou com os cartogramas.

Ao meu grande amigo Kiko Dórea. Parceiro da vida e da pesquisa de campo. Seguir o trajeto da FIOL com sua companhia foi mais estimulante! Obrigado!

Não poderia deixar de agradecer a Ângela, um verdadeiro anjo!

Agradeço a todos aqueles que contribuíram com o trabalho durante a pesquisa de campo. Agradecimento especial a Rita Braga, presidente da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, e a Mendes, coordenador territorial do TI Médio Rio de Contas.

Tenho uma grande gratidão a “Tio” Arlindo e a Cida, do MAPA, moradores da comunidade de Represo, que, além de contribuírem com o trabalho, abriram as portas de suas casas para que pudéssemos pernoitar depois que o carro quebrou durante a vivência em campo. Estar com eles me aproximou ainda mais do cotidiano das pessoas que vivem a problemática da FIOL. O curto período vivido em Represo acrescentou muito à minha vida. Espero um dia voltar a comunidade. Cida, um exemplo de mulher empoderada! Arlindo, um mestre!

Muito obrigado a Magno e Beni, do MAM e da Comissão Pastoral da Terra, exemplos de luta, resistência e de mobilização social. Orgulho grande de ter conhecido vocês e o MAM!

Agradeço também a Leonárcio e Leila, lideranças do MPA na Bahia, que me apresentaram “tio” Arlindo e Cida.

Agradeço a todos que deram seu relato sobre a FIOL, contribuindo com o trabalho. Agradeço, em especial, aqueles que tiveram seu cotidiano alterado pelas obras da FIOL. A vocês também dedico esse trabalho.

Aos amigos do NPGA que sempre estiveram presentes durante o doutorado, mesmo após o término das disciplinas. Obrigado!

Agradeço ao NPGA e o pessoal de apoio, que deram as condições para o desenvolvimento do trabalho. Por fim, agradeço a CAPES pelo apoio financeiro, sem o qual não seria possível retornar à atividade acadêmica.

En 1492, los nativos descubrieron que eran indios, descubrieron que vivían en América, descubrieron que estaban desnudos, descubrieron que existía el pecado, descubrieron que debían obediencia a un rey y a una reyna de otro mundo y a un dios de otro cielo y que ese dios había inventado la culpa y el vestido y había mandado que fuera quemado vivo quien adorara al sol y a la luna y a la tierra y a la lluvia que la moja.
(EDUARDO GALEANO, 2012, p. 198)

GÓES, Thiago Reis. **A Ferrovia de Integração Oeste – Leste (FIOL) e a iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): a máscara e a face.** 367 f. il. 2018. Tese (Doutorado) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar os interesses envolvidos no projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), prevista no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que ganhou nova institucionalidade ao ser incluída na iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), bem como o papel do Estado na sua implementação. É realizado um esforço de compreensão da lógica da FIOL em distintas escalas espaciais e suas determinações, em uma economia dependente e em um contexto histórico específico, qual seja, o início do século XXI. Este período é caracterizado, na escala global, por um novo contexto geopolítico e econômico, marcado pela ascensão da China e de uma reorganização na divisão internacional do trabalho. Na escala sul-americana, observa-se uma reorientação das políticas de integração do continente, com a criação da IIRSA, com objetivo de facilitar o fluxo de exportação e importação de mercadorias, visando fundamentalmente o mercado externo. Nossa foco de pesquisa, a FIOL, integra-se a IIRSA a partir da ampliação do Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazonas no ano de 2012, com a incorporação de novos espaços, como a região Nordeste do Brasil, e a ampliação da sua carteira de projetos. A tese, de natureza qualitativa e de caráter exploratório descritivo, respaldada na abordagem da Economia Política, da Geografia Política e da Ecologia Política, ressalta o papel do Estado na definição e financiamento do projeto da FIOL e sua articulação com determinadas frações do capital do bloco no poder, que passaram a ser hegemônicas no padrão de desenvolvimento brasileiro do início do século XXI. A FIOL foi desenhada com o objetivo de reduzir o tempo de rotação do capital e de possibilitar a integração de novos espaços à dinâmica de valorização do capital em todas as escalas. Assim, o projeto dialoga com escalas e interesses de determinadas frações do capital, em especial o do agronegócio, mineração e financeiro. A FIOL dá suporte à produção capitalista do espaço e reforça sua natureza espoliadora. Ao mesmo tempo em que a FIOL atende aos interesses do capital, ignora os sujeitos e seus território em escalas espaciais inferiores, bem como suas formas de organização social e ecológica. A FIOL reproduz o legado colonial e suas formas de dominação e inserção no sistema-mundo-moderno-colonial.

Palavra Chave: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), Produção dos espaços; Estado; Conflitos socioambientais

GÓES, Thiago Reis. **The Ferrovia de Integração Oeste – Leste (FIOL) and the Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) initiative**: the mask and the face. 367 f. Il. 2018. Doctoral Thesis – School of Management, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

The objective of the research is to analyze the interests involved in the project of the Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), foreseen in the Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) and gained new institutionality when it was included in the initiative of the Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA). It is also meaningful to analyze the role of the State in its implementation. An effort is made to understand the logical approach of FIOL in different spatial scales and their determinations, in a dependent economy and in a specific historical context, that is, the beginning of the 21st century. This period is characterized on a global scale by a new geopolitical and economic context marked by the rise of China and a reorganization of the international division of labor. On the South American scale, a reorientation of the integration policies of the continent was observed, with the creation of IIRSA, with the objective of facilitating the flow of exports and imports of goods, basically targeting the external market. The focus of research, FIOL was integrated with IIRSA through the expansion of the Integration and Development Hub of Amazonas in 2012, with the incorporation of new spaces, such as the Northeast region of Brazil, and with the addition of new projects to its investment portfolio. The thesis, of a qualitative and exploratory nature, is supported by the approach of Political Economy, Political Geography and Political Ecology. The thesis highlights the role of the State in the definition and financing of the FIOL project and its articulation with certain fractions of the capital of the power block, which became hegemonic in the Brazilian development pattern of the beginning of the 21st century. The FIOL was designed with the goal of reducing the rotation time of capital and enabling the integration of new spaces into the dynamics of capital appreciation at all scales. Thus, the project is in dialogue with the scales and interests of certain fractions of capital, especially agribusiness, mining and finance. The FIOL supports the capitalist production of space, but, on the other hand, reinforces its spoiling nature. At the same time that FIOL serves the interests of capital, it ignores subjects and their territory at lower spatial scales, as well as their forms of social and ecological organization. FIOL reproduces the colonial legacy and its forms of domination and insertion in the world-modern-colonial system.

Keyword: Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), Production of spaces; State; Socio-environmental conflicts

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Círculo do Capital	35
Figura 2 Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA.....	108
Figura 3: Área de Influência dos Eixos de Integração e Desenvolvimento Amazonas Ampliado	113
Figura 4: Grupos de projetos ferroviáriosdo Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazonas Ampliado	114
Figura 5: Comércio exterior entre a Ásia e a América Latina, US\$ bilhões, 2014	116
Figura 6: Reservas de minerais estratégicos da América Latina, da China e dos Estados Unidos em relação às reservas mundiais (2009), em %).....	117
Figura 7: Mapa global de águas subterrâneas.....	118
Figura 8: Expansão da malha ferroviária brasileira.....	176
Figura 9: Traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).....	178
Figura 10: Lotes da FIOL e empresas/consórcios responsáveis pelas obras da FIOL na Bahia.....	180
Figura 11: Situação de abandono das obras inacabadas da FIOL, trecho 1, 2017.	183
Figura 12: Obras inacabadas da FIOL, trecho 1, 2017.....	184
Figura 13: Animais pastando no traçado da FIOL, trecho 1, 2017	185
Figura 14: Escritórios e canteiros de obras da FIOL, trecho 1, 2017.....	186
Figura 15: População dos municípios do entorno da FIOL, Bahia, 2017	191
Figura 16:Grau de urbanização dos municípios do baiano, Bahia, 2017	192
Figura 17:Taxa de analfabetismo e os municípios da FIOL, Bahia, 2017	195
Figura 18:Municípios da FIOL e o PIB, Bahia, 2017	196
Figura 19: Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes no ano de 2014 nos municípios da FIOL	199
Figura 20:Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes no ano de 2014 nos municípios da FIOL.....	202
Figura 21:A FIOL e a BAMIN no município de Caetité.....	204
Figura 22: A FIOL e a atividade de mineração no município de Brumado	205
Figura 23: Registro de instalações da Santa Fé Mineração na zona rural de Brumado	206
Figura 24: Anúncio dos investimentos da Cabral Mineração na região do sudoeste baiano	207
Figura 25: A FIOL e a Mirabela Mineração em Itagibá.....	208
Figura 26: Evolução da ocupação do solo para a produção do agronegócio no oeste baiano, entre os anos de 1985 a 2014	215
Figura 27: Expansão da ocupação agrícola e da implantação de pivô central na região de do entorno de Barreiras, 1990-2015	224
Figura 28: Área atual equipada para irrigação por município, Brasil, 2015.	225
Figura 29: Pivôs centrais no Oeste Baiano, 2016	226
Figura 30: Expansão da ocupação do solo para atividade agrícola no município de São Desidério.....	227
Figura 31: Expansão da agricultura no município de Formosa do Rio Preto, 1985-2014	228
Figura 32: Expansão da agricultura nos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, 1985-2014	228
Figura 33: Expansão da agricultura no município de Correntina, 1985-2014.....	229
Figura 34: Vista aérea de satélite da cidade de Luís Eduardo Magalhães, 2017.....	230
Figura 35: Estimativa do consumo de agrotóxicos utilizados nas culturas agrícolas, por municípios do Brasil, 2015.....	232
Figura 36: Delimitação do MATOPIBA e seus biomas, 2014	236

Figura 37: Expansão da produção regional de soja no MATOPIBA (anos 1990, 2000 e 2014).....	237
Figura 38: Distribuição espacial do número de estabelecimentos agropecuários com mais de 500 há, MATOPIBA, 2006	239
Figura 39: Valor adicionado bruto da Agropecuária, Brasil, 2014	241
Figura 40: Municípios brasileiros com maior produção de soja, ano de 2000.....	243
Figura 41:Municípios brasileiros com maior produção de soja, ano de 2014.....	243
Figura 42: A FIOL, assentamento Cruzeiro do Sul e comunidade Volta do Rio	256
Figura 43: Área desmatada para construção da FIOL no município de Ubaitaba, 2017	257
Figura 44: Segregação socioespacial na Comunidade Volta do Rio, Ubaitaba, 2017..	258
Figura 45: A FIOL e o assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017.....	259
Figura 46: Protesto do assentamento Santa Cruz, em Jequié, contra a condução do projeto da FIOL, 2014	260
Figura 47: Passagem de gado no Assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017.....	261
Figura 48: Faixa de domínio da FIOL e as plantações do Assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017	261
Figura 49: A FIOL e o assentamento Ojeferson, 2018.....	262
Figura 50: Passagem de nível irregular para o acesso ao assentamento Ojeferson e a FIOL, Jequié, 2017	263
Figura 51: Pescador na margem do Rio de Contas na região da Comunidade Volta do Rio, no município de Ubaitaba, 2017	263
Figura 52: Rio de Contas e a pressão antrópica, 2017	265
Figura 53: Leito do Rio de Contas no município de Barra do Rocha, 2017.	266
Figura 54: Problemas de aterrramento de braço de rio na comunidade de Manoel Vicente, no município de Caetité, 2017	268
Figura 55: Comunidade de Lage do Banco e a FIOL no município de Aurelino Leal, 2017	269
Figura 56: Impactos da construção da FIOL na paisagem da região de Lage do Banco, Aurelino Leal, 2017	270
Figura 57: Condição de moradia da população da zona rural de Aurelino Leal, próxima a FIOL	271
Figura 58: Comunidade de Tapirama, em Gongogi, e a FIOL, 2017.....	272
Figura 59: Comunidade de Canoa Virada, Mirabela Mineração e a FIOL, Itagibá, 2017	274
Figura 60: Protesto de produtores rurais contra as obras da FIOL na localidade de Canoa Virada, no município de Itagibá, 2017	275
Figura 61: Protesto de produtores rurais contra as obras da FIOL na localidade de Canoa Virada, no município de Itagibá, 2017	276
Figura 62: Propriedade dividida ao meio pelas obras da FIOL na comunidade de Canoa Virada, Itagibá, 2017	277
Figura 63: A FIOL na comunidade de São Francisco, no município de Itagibá, 2017	280
Figura 64: A divisão da comunidade Represo, no município de Brumado, com a implantação da FIOL, 2017	282
Figura 65: A FIOL na comunidade Represo, no município de Brumado, 2017.....	284
Figura 66: A FIOL na comunidade de Manuel Vicente, no município de Caetité, 2017	287
Figura 67: Casa demolida, cisterna e padrão de energia em uma propriedade na comunidade de Barra da Estiva, no município de Caetité, 2017.....	288
Figura 68: Assembleia popular da mineração organizada pelo MAM, em Ubatã, 2017	289

Figura 69: Localidades identificadas onde há conflitos com a FIOL, durante a pesquisa de campo, 2017.....	290
Figura 70: Reunião da BAMIN com a comunidade de Açoita Cavalo 2, no município de Caetité, 2017.....	294
Figura 71: Contradição entre o projeto do capital representada pela BAMIN e a realidade da produção não capitalista da comunidade Açoita Cavalo 2, Caetité, 2017	295
Figura 72: Áreas e territórios legalmente atribuídos na região do MATOPIBA, 2014.	298
Figura 73: Áreas protegidas do EID Amazonas	304

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice de preços das <i>commodities</i> , Brasil, 2000-2016	120
Gráfico 2: Evolução das relações comerciais brasileiras entre 2000-2014 (US\$ bilhões FOB)	130
Gráfico 3: Exportações brasileiras por blocos de países (US\$ bilhões – FOB)	131
Gráfico 4: Exportações brasileiras de produtos básicos, Brasil, US\$ bilhões – FOB ..	133
Gráfico 5: Comércio exterior do agronegócio brasileiro, 2000-2104	134
Gráfico 6: Exportações do Agronegócio brasileiro, produtos selecionados, US\$ bilhões - FOB	134
Gráfico 7: Exportações dos principais produtos do agronegócio brasileiro para a China, em US\$ bilhões - FOB	137
Gráfico 8: Saldo comercial e exportações das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, 2000 – 2014, em US\$ bilhões – FOB.	138
Gráfico 9: Exportações do agronegócio das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (US\$ bilhão)	140
Gráfico 10: Exportações do agronegócio do Nordeste brasileiro (US\$ bilhão).....	141
Gráfico 11: Exportações do Agronegócio do Centro-Oeste Brasileiro (US\$ bilhão) ..	141
Gráfico 12: Comércio exterior da Bahia (US\$ 1.000 - FOB).....	144
Gráfico 13: Exportações da Bahia por fator agregado (US\$ bilhões – FOB)	145
Gráfico 14: Participação da China no destino das exportações da Bahia, em %	146
Gráfico 15: Exportações do agronegócio da Bahia (US\$ bilhões - FOB).....	148
Gráfico 16: Exportações dos produtos florestais e do complexo de soja da Bahia para a China (US\$ milhões – FOB)	149
Gráfico 17: Evolução da área plantada de algodão, em hectares, em municípios selecionados do oeste baiano	222
Gráfico 18: Evolução da área plantada de soja, em hectares, em municípios selecionados do oeste baiano	223
Gráfico 19: Evolução do número de pivôs centrais no oeste baiano, 1985-2016	225
Gráfico 20: Área plantada das principais culturas do agronegócio no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, em hectares	244
Gráfico 21: Quantidade produzida das principais culturas do agronegócio no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, em toneladas.....	244

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Dez principais itens exportados da América Latina para a China, 2014.....	119
Tabela 2: Dez principais itens exportados da China para a América Latina, 2014.....	119
Tabela 3: Participação (%) dos produtos brasileiros exportados segundo fator de agregação, Brasil, 2014	132
Tabela 4: Exportações do complexo de soja Nordeste e Centro-Oeste do Brasil para a Ásia e China	143
Tabela 5: Municípios da área de influência direta da FIOL, população e grau de urbanização, Bahia, 2017.....	190
Tabela 6: Programa Bolsa Família e os municípios da FIOL, Bahia, 2017	193
Tabela 7: Indicadores sociais dos municípios da FIOL, Bahia, 2017	194
Tabela 8: PIB e valor adicionado bruto, por setores, dos municípios da FIOL, 2017 .	198
Tabela 9: Quantidade produzida (em tonelada ou mil frutos) da lavoura, por municípios, Bahia, 2015	200
Tabela 10: Principais produtos da agropecuária produzidos, em toneladas, nos municípios da FIOL, 2015.....	201
Tabela 11: Projeção de demanda de carga da FIOL, em 1.000 toneladas/ano	213
Tabela 12: Classificação dos municípios baianos quanto ao número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) com 2500 ha e mais, Bahia, 2006.....	231
Tabela 13: Posição ocupada pelos 25 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária.....	242

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Participação dos principais setores do agronegócio na pauta de exportação entre os anos de 2000 e 2014.....	135
Quadro 2: Comparação da participação e dos valores exportados do setor do agronegócio em estados brasileiros, selecionados, entre os anos de 2000 e 2014	135
Quadro 3: Destino das exportações brasileiras do agronegócio, 2000-2014.....	136
Quadro 4:: Exportações do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por fator de agregação entre 2000-2016.....	139
Quadro 5: Principais dos principais produtos da pauta de exportação da Bahia, para os anos de 2000 e 2014	147
Quadro 6: Execução das obras da FIOL	182
Quadro 7:Ocorrência mineral nos municípios diretamente afetados pela FIOL	203
Quadro 8: Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia	219
Quadro 9: Áreas de conflitos nos municípios que a FIOL passa	291
Quadro 10: Conflitos por terra nos municípios que a FIOL passa	292
Quadro 11: Conflito por água no entorno da FIOL	293
Quadro 12: Conflito pela água envolvendo a BAMIN.....	293

LISTA DE SIGLAS

ALALC	Associação Latino-americano de Livre Comércio
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
BAMIN	Bahia Mineração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAN	Mercado Comum Andino
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CO	Centro-Oeste
COSIPLAN	Conselho Sul-Americanano de Infraestrutura e Planejamento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EID	Eixo de Integração e Desenvolvimento
FES	Formação Econômico Social
FICO	Ferrovia de Integração Centro-Oeste
FIOL	Ferrovia de Integração Oeste Leste
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNS	Ferrovia Norte-Sul
FONPLATA	Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NE	Nordeste
OEA	Organização dos Estados Americanos
SECOM-BA	Secretaria de Comunicação do Estado da Bahia
SELA	Sistema Econômico Latino-americano
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicações
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS.....	26
2.1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL	28
2.1.1 O Padrão de Reprodução do Capital	32
3 ESPAÇO ENQUANTO INSTÂNCIA SOCIAL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	41
3.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO	45
3.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A PRODUÇÃO DE CONFLITOS	60
4 ESTADO, PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO.....	67
4.1 A TEORIA MARXISTA DO ESTADO E O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO	68
4.2 O PAPEL DO ESTADO E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NOS PAÍSES DEPENDENTES.....	79
5. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA E A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA)	87
5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA	87
5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA IIRSA	93
5.3 A IIRSA E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO	105
5.4 NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA MUNDIAL E A INCLUSÃO DO NORDESTE NO ÂMBITO DA IIRSA	115
5.4.1 As trocas internacionais e o padrão de reprodução do capital.....	128
5.4.2 A IIRSA e os setores da mineração e do agronegócio	149
5.5 AS CONTRADIÇÕES DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL PAUTADA NA INFRAESTRUTURA FÍSICA	164
6. A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE (FIOL): CARTOGRAFIA E INTERESSES.....	175
6.1 A FERROVIA	175
6.2 A FIOL E SUA ESPACIALIZAÇÃO: ENTENDENDO OS INTERESSES	189
6. 3 A FIOL E OS INTERESSES EM ESCALAS ESPACIAIS MAIS AMPLAS .	209
7. FIOL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONHECENDO OS SUJEITOS ENVOLVIDOS	249
CONCLUSÕES.....	306
REFERÊNCIAS	316
ANEXO 1.....	333

Não basta examinar os grandes objetos, por mais sedutora e instrutiva que seja a tarefa de trabalhar diretamente com eles, numa preocupação puramente empírica. É fundamental e indispensável inseri-los no movimento atual do mundo, escapando àquilo que Marx temia, isto é, o erro do século. Ou buscamos entender tudo, ou não entendemos nada. Ou enfrentamos o todo em que se incluem, ou os objetos nos escapam em seu entendimento (SANTOS, 2013, p. 109-110).

INTRODUÇÃO

A crise capitalista, evidenciada nos anos de 1970, impôs a necessidade de se buscar alternativas para absorção do excedente do capital, fundamental para manutenção do seu processo de valorização. Neste contexto, impulsionada pela ascensão e consolidação de um novo paradigma tecnológico, pautado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), observou-se uma reestruturação produtiva do capital, caracterizada pela fragmentação do processo produtivo em escala global, e uma maior liberalização e desregulamentação econômica engendrada pelo capital financeiro, que passou a assumir maior força na dinâmica de acumulação.

O resultado foi a ampliação do processo de globalização e a mundialização dos fluxos econômicos e financeiros, o que permitiu que novos espaços fossem apropriados e integrados à dinâmica da valorização do capital, ao tempo que acirrou as contradições entre o trabalho e o capital, inerente a tal processo, e uma redefinição da divisão internacional do trabalho.

Diante deste cenário, os países periféricos dependentes da América Latina se constituíram como espaço de atração de fluxos globais de capitais. Para tanto, estes países passaram a adotar um conjunto de políticas voltadas à abertura econômica como estratégia para a retomada do crescimento e superação da crise. Dentre as estratégias adotadas, a integração, fundamentalmente econômica, ao processo de reprodução do capital em escala global, configurou-se como alternativa para uma inserção mais competitiva destes países no cenário mundial.

Em face disso e articulado aos interesses dominantes aventados por instituições hegemônicas, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, observou-se nos países latino-americanos a intensificação de uma ampla agenda política de integração regional, seja entre os próprios países do continente, ou mesmo com países de outros continentes.

Exemplos de iniciativas de integração que se conformaram na América Latina foram aquelas baseadas em acordos de livre comércio, a exemplo do Mercosul, do Mercado Comum Centro-Americano e do Mercado Comum Andino (CAN). Estas iniciativas, institucionalizadas e voltada à integração entre os países do cone sul, tinham como foco o fortalecimento de blocos econômico para a intensificação das relações comerciais. A base de sustentação de tais iniciativas estava fortemente atrelada às diretrizes da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

Em tal contexto, na primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada no ano de 2000, em Brasília, surgiu mais uma proposta de integração regional, denominada de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) (IIRSA, 2000). A iniciativa, envolvendo doze países do continente sul-americano, visava a formulação de um plano de integração regional alicerçado na infraestrutura física.

Com protagonismo do Brasil na formulação e condução da proposta, a IIRSA, desde sua concepção, expressava como sua finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação dos países signatários para impulsionar a superação das barreiras geográficas e criar novos espaços de acumulação do capital. Para tanto, no âmbito da iniciativa, identificou-se uma carteira de projetos e investimentos em infraestrutura, espacialmente definidos nos chamados Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), voltados a facilitar a circulação dos fluxos econômicos no continente. Dessa forma, a IIRSA buscava, desde seu nascimento, dar maior fluidez e mobilidade geográfica às mercadorias produzidas no continente.

Do ponto de vista espacial, a IIRSA foi estruturada em alguns EID, que representam áreas que concentram os mais importantes fluxos econômicos da região e, portanto, os espaços de maior interesse do capital para sua reprodução, mas que necessitavam de uma rede de infraestrutura capaz de promover uma maior circulação do capital, em especial do capital-mercadoria, e de conectar os espaços de produção aos espaços de consumo, inclusive o mercado mundial.

Entretanto, na definição inicial dos EID, o Nordeste e parte do Centro Oeste do Brasil se mantiveram como regiões periféricas e não estavam articuladas a nenhum dos EID da IIRSA. Por outro lado, regiões já consolidadas como espaço de acumulação e reprodução do capital concentraram os principais projetos previstos na carteira de investimento da IIRSA.

Mas, com uma nova geopolítica mundial que se delineou a partir do início do século XXI, no qual a Ásia e, em especial, a China se apresentaram como importantes espaços de acumulação do capital, imprimindo uma reorganização da divisão internacional do trabalho, com reflexos na economia, no eixo dinâmico da reprodução do capital e na forma de inserção dos países sul-americanos no comércio internacional, no ano de 2012, em uma reunião ordinária do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), órgão vinculado a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), realizada na cidade de Lima, o Nordeste do Brasil e parte dos estados de Goiás e Tocantins foram articulados a um dos EID da IIRSA.

A incorporação do Nordeste e de alguns espaços do Centro-Oeste do Brasil a IIRSA se deu com a ampliação de um dos EID previamente existente, no caso o EID Amazonas, que passou a se configurar como o maior eixo da iniciativa. Tal incorporação foi possível por meio da inclusão de novos projetos de infraestrutura na carteira de investimentos da IIRSA. Dentre os projetos acrescidos à carteira de investimentos da IIRSA, destaca-se a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), que está sendo implantada entre os estados da Bahia e do Tocantins.

Assim, somente após doze anos da criação da IIRSA, os estados do Nordeste, dentre eles a Bahia, foram incorporados a iniciativa. Considerando esta recente inclusão do Nordeste e da Bahia, em particular, no âmbito da IIRSA, e partindo-se da premissa de que a IIRSA está inserida em uma lógica de produção capitalista do espaço, voltado à integração da dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais, o problema a ser tratado na presente pesquisa sustenta ao questionamento da seguinte pergunta: Como se dá a produção dos espaços no entorno do projeto da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL), principal projeto de integração da IIRSA na Bahia, e qual o papel do Estado neste processo? Dessa forma, o objetivo da pesquisa é analisar os interesses envolvidos no projeto da FIOL e o papel do Estado no projeto.

São objetivos específicos da pesquisa: i) analisar a IIRSA e sua concepção enquanto uma iniciativa de integração regional; ii) caracterizar e analisar o projeto da FIOL e sua relação espacial; iii) analisar o papel do Estado no processo de definição, implantação e pactuação da FIOL; iv) analisar o processo de produção capitalista do espaço engendrado pela FIOL; v) mapear localidades com conflitos socioambientais associados ao projeto da FIOL; e vi) identificar quais escalas territoriais são privilegiadas no projeto da FIOL.

Como pressupostos da pesquisa têm-se que:

- A FIOL está relacionada à dinâmica do poder econômico global, com forte articulação com o Estado, que visa integrar novos espaços à dinâmica de valorização do capital;
- O projeto da FIOL prioriza as escalas espaciais mais amplas, ao tempo que exclui do processo de integração as escalas espaciais locais;
- A FIOL reforça um padrão de reprodução do capital centrado na produção de valores de uso com baixo valor agregado e a situação de dependência da economia brasileira.

A pesquisa se justifica na medida que se busca compreender os interesses envolvidos na ampliação do EID Amazonas da IIRSA, em especial com a incorporação

da região Nordeste e da Bahia, por meio da inclusão de novos projetos na carteira de investimentos, tal como a FIOL, bem como o processo de produção capitalista do espaço engendrado pela FIOL. Destaca-se também que são poucos os trabalhos sobre a FIOL e sua relação com as distintas escalas territoriais, desde a local, regional, macrorregional, nacional e global. Ademais, a pesquisa, com uma perspectiva teórica crítica sobre a produção capitalista do espaço e sua associação à problemática da IIRSA tende a contribuir com o debate sobre a temática da integração regional no continente sul-americano e de sua inserção na dinâmica de valorização do capital em escala global, especialmente durante o início do século XXI.

O trabalho centra sua análise, especificamente, no projeto da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), em implantação. Trata-se de um grande projeto de infraestrutura que já estava contemplado no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e que ganhou nova institucionalidade quando incorporado à carteira de projetos da IIRSA. A FIOL é o principal projeto de infraestrutura que consta na carteira de investimento da IIRSA para a Bahia. Com mais de 1500 km de extensão e orçada em R\$ 6,4 bilhões, a FIOL cortará horizontalmente o estado da Bahia, interligando um novo porto, o Porto Sul, na região do município de Ilhéus¹, até o município de Figueirópolis, no Cerrado do estado do Tocantins. A ferrovia passará pelos três biomas existentes no estado da Bahia (Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado)², por 32 municípios baianos, 08 Territórios de Identidade³ e por diversos territórios, compreendido como espaço de uso, ao longo de sua extensão.

Trata-se de um grande projeto de infraestrutura financiado pelo Estado brasileiro e recentemente incorporado a carteira de investimento de uma iniciativa que objetiva a integração em escala continental, cujos interesses e impactos territoriais necessitam ser melhor reconhecidos.

Diante do problema e objetivo desta pesquisa, adotar-se-á uma perspectiva crítica, respaldado na abordagem da Economia Política, da Geografia Política e da Ecologia Política para embasar a investigação. Assim, busca-se compreender como se dá o processo de apropriação do espaço pelo capital associado ao projeto da FIOL, processo

¹ Região da Bahia com sérios conflitos sociais, em especial entre povos indígenas e fazendeiros locais.

² Biomas que já estão sofrendo fortes impactos ambientais devido a ação humana, conforme destacam Ganem, Drummond e Franco (2008); Silva (2009); Della Giustina (2013); Souza, Artiga e Lima (2015) e Barreto (2013).

³ Regionalização oficial para fins de planejamento do estado da Bahia. No último PPA do Estado da Bahia para o período de 2016-2019 (BAHIA, 2015), a Bahia foi regionalizada em 26 Territórios de Identidade, que são regiões oficiais definidas para fins de planejamento na Bahia (BAHIA, 2016). Tal regionalização foi adotada desde o PPA 2008 – 2011. Para maiores informações sobre a regionalização proposta pela Bahia consultar Flores (2014).

este que envolve uma complexidade de atores e sujeitos, além de conflitos sociais, ambientais, políticos, territoriais e culturais, somente compreendidos à partir de uma perspectiva analítica mais ampla e não apenas a análise do projeto da FIOL, em si. Analisar o objeto como um dado reduz a análise e não permite compreendê-lo enquanto uma totalidade complexa e com múltiplas determinações.

O trabalho é de natureza predominantemente qualitativa de caráter exploratório descritivo. A construção de cartografias é realizada, pois permite perceber a espacialidade da FIOL, as características socioeconômicas do seu entorno e os conflitos socioambientais que se acirram ou são criados com a implantação do projeto. Também ajuda a verificar como os distintos interesses são tratados.

Entretanto, para além de uma regionalização formal sobre a área de influência da FIOL, buscou-se analisar como ela se articula com a escala territorial local, compreendida pelos territórios por onde a FIOL passa, mas também sua articulação com as escalas mais amplas, tais como a escala regional, macrorregional, nacional, continental e global.

A metodologia concebida para esta investigação inclui pesquisa teórica e de campo. Quanto às técnicas a serem utilizadas na pesquisa, destacam-se a análise de documentos relativos a FIOL e a IIRSA e entrevistas semiestruturadas e espontâneas com sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente na produção do espaço engendrada pelo projeto da FIOL.

Para tanto, não se analisa a FIOL e sua relação espacial a partir da sua apreensão enquanto um objeto dado. Isto porque, parte-se da premissa que a análise da FIOL, estritamente, enquanto um objeto técnico concreto, não passa de uma abstração da realidade. Assim, é empreendido um esforço para apreender a lógica da FIOL, suas determinações, em uma economia dependente e em um contexto histórico específico, qual seja, o período que se estende do início dos anos 2000, caracterizado por um novo contexto geopolítico e econômico, marcado pela ascensão da China e de uma reorganização na divisão internacional do trabalho, além de ter sido o ano de criação da IIRSA, até o ano de 2014, marcado pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, e, consequentemente, de uma inflexão na política de relações exteriores brasileira focada na integração da América do Sul e da estratégia nacional de desenvolvimento conhecida como neodesenvolvimentismo⁴, inaugurada pelo presidente Lula da Silva no início dos

⁴ Para Alves (2014) a corrosão da frente política do neodesenvolvimento em 2014 se explicita tanto no plano do processo sucessório – as últimas eleições para Presidência da República – quanto na própria governabilidade.

anos 2000. Destaca-se também que o ano de 2014 era o que, inicialmente, previa-se para a finalização do projeto da FIOL.

A compreensão da dinâmica do projeto da FIOL e suas determinações é uma tarefa complexa e que exige uma análise que incorpore os aspectos históricos de sua implantação, bem como busque compreender as forças que estão em jogo, os interesses envolvidos, as contradições e os conflitos associados a tal projeto. Por isso, adota-se o método dialético materialista de Marx, um método de investigação e de exposição, enquanto uma determinação dupla e não separável.

O processo de conhecimento em Marx é totalizante e realiza-se em duas fases. Primeiramente se tem uma ideia do real. Este, é complexo, é uma totalidade. Mas não se pode entender este concreto real só via as sensações, pois há distorções – não há como capturar a essência do real para ele ser interpretado, visto que a ação humana é de caráter social. Assim, em uma primeira aproximação, o concreto real surge como aparência. Dessa forma, para compreender as diversas determinações presentes na produção do espaço a partir da FIOL, requer um esforço de abstração, visando identificar as diversas nuances (partes) dessa totalidade que é o concreto real. É preciso alcançar a essência do objeto, sua estrutura e dinâmica. Esta etapa é caracterizada como um processo de investigação, no qual as partes do objeto são separadas, conceitos e abstrações são evidenciados. Na segunda fase, as partes analisadas com a abstração são recolocadas, reorganizadas, de forma a produzir uma nova realidade que seria o concreto pensado – a teoria, a explicação da essência, a exposição (GERMER, 2000; NETTO, 2011).

O concreto pensado é, portanto, o resultado do processo do conhecimento, onde as partes identificadas do concreto real são analisadas e recombinadas a partir de uma reflexão, buscando compreender suas interligações. Trata-se de uma totalização, um esforço de síntese, fruto de uma reflexão. O concreto pensado, uma categoria do pensamento, e não o concreto real que deve ser o ponto de partida para elaboração do conhecimento.

Assim, com base, principalmente, nas contribuições de Santos (1999, 2006, 2013, 2014a, 2014b) sobre a definição do espaço e de sua relação com os atores hegemônicos do capitalismo e de Harvey (2003, 2005a, 2013), que analisa o processo de produção capitalista do espaço, o papel da infraestrutura e as contradições relacionadas a apropriação do espaço pelo capital, busca-se compreender a lógica e os interesses envolvidos no projeto da FIOL, sua articulação com as distintas escalas territoriais, bem como os conflitos socioambientais vinculados ao projeto.

Entretanto, compreender o processo de produção capitalista do espaço em uma economia dependente, requer, anteriormente, uma fundamentação teórica que permita analisar as especificidades que o modo de produção capitalista assume nestas economias, marcadas pelo acirramento das contradições entre o capital e o trabalho e entre os interesses nacionais e externos, como é o caso da economia brasileira. A Teoria Marxista da Dependência e, em especial, a categoria teórica de Padrão de Reprodução do Capital desenvolvida por Marini (1982, 1977) e Osorio (2012a; 2012b), no bojo desta teoria, e a abordagem de Filgueiras (2013) sobre o recente padrão de desenvolvimento brasileiro respaldam a investigação, na medida em que permitem compreender as especificidades do processo de reprodução do capital em um determinado contexto histórico e espacial.

Dado a importância do Estado no financiamento e execução da FIOL, faz-se necessário uma discussão sobre o papel do Estado na determinação do padrão de reprodução do capital e no processo de produção do espaço. Da mesma forma, evidencia-se sua articulação com os interesses de frações do capital.

O fato da acumulação e reprodução do capital se caracterizar por ser contraditório, de caráter espoliador, com fortes impactos sobre a natureza, a literatura da Ecologia Política se mostra fundamental para compreensão dos conflitos socioambientais associados a FIOL. Assim, a investigação aqui proposta requer uma tecitura de distintas abordagens do pensamento social, que aborde as leis capitalistas de produção e sua relação com o espaço, com a natureza e com a sociedade.

A montagem de um banco de dados com informações econômicas, sociais e ambientais se fez necessária para elaboração das cartografias, as quais evidenciam as características sociais e econômicas do estado da Bahia e sua relação com a ferrovia, objeto do estudo. A vivência em campo, seguindo o trajeto da FIOL, e as entrevistas semiestruturadas realizadas ajudaram a compreender os distintos interesses envolvidos no projeto e como o Estado dialoga ou não com os mesmos. A experiência de campo foi importante para compreender a complexidade e diversidade do uso do espaço pelas comunidades que ali vivem e a invisibilidade de suas vidas pelo Estado.

Além desta introdução, no capítulo 2, aborda-se o referencial teórico que sustenta a pesquisa. É discutido a Teoria Marxista da Dependência, destacando a noção de Padrão de Reprodução do Capital, que se mostra importante para compreensão do movimento do capital em determinados contextos históricos e espaciais. No capítulo 3, ainda de caráter teórico, discute-se a dimensão espacial do desenvolvimento capitalista. Neste capítulo também se faz uma articulação entre a noção de padrão de reprodução do capital, o processo da produção capitalista do espaço e a organização espacial. No capítulo 4, de

caráter teórico-empírico, é empreendida uma discussão sobre o Estado, amparado na teoria de cunho marxista, e seu papel no padrão de reprodução do capital. Na ocasião, é feito uma análise com maior grau de concreticidade ao se abordar o papel do Estado no direcionamento de um novo padrão de reprodução do capital que se delineia no Brasil. No capítulo 5, realiza-se um esforço no sentido de articular os aspectos teóricos trabalhados nos capítulos precedentes com a IIRSA. É feita uma breve contextualização histórica da iniciativa, situando o contexto socioeconômico e político da sua criação, bem como as mudanças pelas quais passou a iniciativa, até a ampliação do EID Amazonas e a incorporação da FIOL na sua carteira de investimentos. Também se discute o sentido da integração proposta pela IIRSA e os interesses envolvidos neste processo de integração, bem como os renegados. No capítulo 6, foca-se na FIOL, evidenciando suas características, espacialidade, e suas relação com setores produtivos e com as distintas escalas espaciais, amparado no referencial teórico do trabalho. No capítulo 7, a partir da pesquisa de campo, buscou-se compreender melhor alguns conflitos socioambientais nos territórios por onde a FIOL passa e a forma como as populações que vivem nesses territórios, historicamente negligenciadas, são invisibilizadas pelos interesses do “desenvolvimento”. Por fim, têm-se as conclusões.

A relação entre a expropriação internacional dos excedentes gerados nos países da América Latina e a busca de superexploração dos trabalhadores por parte das classes dominantes locais para compensar essas perdas está no coração do fenômeno da dependência (DOS SANTOS, 2011, p. 1)

2 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS

Em um ambiente de intensificação da globalização e de predomínio dos ideais neoliberais na América do Sul nasceu a IIRSA, sob a lógica do Regionalismo Aberto e da necessidade de integração da infraestrutura regional como forma de promover a integração do continente e de inserção mais competitiva do mesmo na economia global.

A infraestrutura de transporte se destaca nos documentos oficiais da iniciativa como elo integrador da região e como vetor para um desenvolvimento econômico mais equilibrado regionalmente. Destaca-se que a concepção de desenvolvimento da IIRSA não é outra que não a do capital. Para a IIRSA, a infraestrutura de transporte, a conformação de uma rede logística, é fundamental para dar fluidez aos fluxos econômicos e para ampliar as oportunidades de acumulação do capital no continente sul-americano.

Em função do peso atribuído a infraestrutura de transportes para o desenvolvimento regional e do papel dos EID como espaços que apresentam as maiores oportunidades de acumulação do capital, por concentrarem os principais fluxos socioeconômicos do continente, a perspectiva de desenvolvimento regional da IIRSA se aproxima das abordagens hegemônicas (VON THUNEN, 1826; WEBER, 1909; LOSCH, 1940; ISARD, 1956) que tratam da importância da infraestrutura de transporte para o desenvolvimento regional. Da mesma forma, aproxima-se das abordagens que tratam a questão regional a partir da noção de redes (CASTELS, 1999), sobretudo em uma economia globalizada, onde distintos pontos são interconectados de modo a dar fluidez aos fluxos materiais e de informações. Nestas abordagens, a existência de infraestrutura de transporte, seja por reduzir os custos de transportes ou por promover a aceleração da circulação, são fundamentais para promoção do desenvolvimento.

Straub (2007), por exemplo, afirma que a infraestrutura é um insumo fundamental para a tomada de decisão, não só das firmas, como também dos indivíduos, e podem, inclusive, influenciar padrões migratórios e inversões de capital privado. Rietveld e Nijkamp (1992), por sua vez, realizaram uma ampla revisão das diversas abordagens que tratam da relação entre infraestrutura de transporte, integração e desenvolvimento. Os autores consideram a infraestrutura de transporte como um fator essencial para o desempenho competitivo e para a internacionalização das economias regionais. Para estes autores o “*regional development is not only the result of a proper combination of private production factors such as labour and capital but also of infrastructure in general and*

transport infrastructure in particular⁵" (RIETVELD; NIJKAMP, 1992, p. 2). Entretanto, os mesmos ressaltam que o efeito da melhoria da infraestrutura de transporte sobre a dinâmica regional (leia-se dinâmica de acumulação do capital) não é necessariamente positivo para todas as regiões, visto que em alguns estudos empíricos observaram resultados negativos em algumas regiões devido à perda de mercados com o aumento da competição inter-regional. Ademais, o trabalho e o capital são visto apenas como fatores produtivos que se combinam na função de produção para a geração do produto, e não são encarados como uma relação conflituosa do capitalismo, no qual trabalho e capital estão, a todo o momento, em constante confrontamento.

Na mesma linha argumentativa, Haddad e Hewings (2001), com objetivo de analisar o impacto da melhoria da infraestrutura de transporte nos custos logísticos do Brasil e no seu desenvolvimento, observaram, por meio de modelos de equilíbrio geral computável, assimetrias nos resultados sobre a relação entre infraestrutura de transportes e desenvolvimento, sugerindo, assim, que os efeitos de um aumento da produtividade no setor de transporte pode aumentar as desigualdades regionais no país. Haddad (2004) chama atenção para os limites da utilização de modelos matemáticos, baseado em estética comparativa, para avaliar os impactos dos investimentos em infraestrutura de transportes sobre o desenvolvimento de uma dada região. Para o autor, o fato desses modelos não incorporarem aspectos dinâmicos como incorporação tecnológica, aspectos educacionais ou mesmo aqueles relacionados a economia política limita seu alcance.

Ao considerar o conceito de desenvolvimento como o do capitalismo (ampliação da capacidade de acumulação e reprodução do capital), a análise dos impactos da infraestrutura de transporte em alguns indicadores socioeconômicos de uma dada região restringe a investigação a uma análise meramente empírica. Ademais, desconsidera-se o processo de acumulação e reprodução do capital, enquanto uma totalidade mais ampla, no qual este processo é marcado por tensões e que o conflito entre capital e trabalho é inerente ao processo de valorização do capital, bem como os impactos socioambientais são aspectos centrais deste processo.

Logo, só é possível analisar a FIOL enquanto uma totalidade, buscando compreendê-la inserida em um movimento mais amplo de acumulação e reprodução do capital a nível global, marcado pela apropriação do espaço pelo capital.

⁵ O desenvolvimento regional não é apenas o resultado de uma combinação adequada de factores de produção privados, como a mão-de-obra e o capital, mas também das infra-estruturas em geral e das infra-estruturas de transportes, em particular.

Portanto, analisar a FIOL, em um contexto histórico específico, sua relação com a divisão internacional do trabalho e com a IIRSA, bem como os interesses envolvidos no projeto requer, inicialmente, discutir as especificidades das economias dependentes latino-americanas. A partir daí, pode-se avançar na discussão sobre a produção capitalista dos espaços associada ao projeto da FIOL e suas contradições. Este é o caminho a ser seguido para se perceber os interesses envolvidos nesse projeto e a própria natureza da integração regional proposta.

2.1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Analisa-se a FIOL no contexto de sua relação com o desenvolvimento das forças capitalistas em escala mundial. A partir de uma investigação da FIOL no contexto socioeconômico e político histórico de implantação se mostra fundamental para compreensão das suas determinações e contradições. É preciso, portanto, considerar os aspectos políticos e geoeconômicos do sistema-mundo e sua relação com a inserção externa das economias latino-americanas, bem como o papel do Brasil a da América Latina na divisão internacional do trabalho e no processo de reprodução capitalista em escala global na discussão sobre a FIOL.

O projeto da FIOL está contido na carteira de investimento de uma política de integração sul-americana, cujo objetivo é o fomento da infraestrutura para promoção de um maior desenvolvimento (do capital) do continente. Mas quais os limites e especificidades do desenvolvimento do capital no continente sul-americano? Como se reproduz o capital na América do Sul e como se dá a inserção dos países latino-americanos na economia mundial? Qual o papel das economias latino-americanas na reprodução ampliada do capital?

A Teoria Marxista da Dependência (MARINI, 1973; 1990; 1993; 2014; DOS SANTOS, 2011, BAMBIRRA, 2013) fundamenta a análise de tais questões, na medida em que tenta dar conta de um tipo específico de capitalismo que se desenvolve na periferia, em especial na América Latina. Para esta vertente teórica, o processo de reprodução e acumulação do capital na região se deu de forma diferente das leis capitalistas das economias centrais em função da forma subordinada como essas economias se inseriram no contexto da economia global. Para Marini (1973; 1990), as leis do capitalismo se apresentam de forma mais exacerbada na América Latina. Trata-se

de uma forma de capitalismo “*sui generis*”, conforme cunhou Marini (1973; 1990; 2014), por apresentar características bastante peculiares. Para Marini (1990, p. 02), “frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras - nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras - como deformações”.

A Teoria Marxista da Dependência aborda, a partir de uma visão crítica, o processo de (sub)desenvolvimento na América Latina. O debate se centra nas especificidades do movimento do capital na região, portanto, sobre as especificidades do capitalismo latino-americano. Além disso, mostra-se como uma alternativa teórica que permite analisar a integração dos países latino-americanos ao mercado mundial e a própria integração econômica entre os mesmos.

A Teoria Marxista da Dependência surgiu em meados da década de 1960, em um contexto de expansão capitalista e de evidência dos limites de desenvolvimento pautado no modelo de substituição de importação na América Latina, amparado teoricamente pelas formulações da CEPAL. Trata-se de um período histórico em que a economia mundial já estava constituída sob a hegemonia estadunidense e de enormes grupos econômicos (MARINI, 1990; 2014; DOS SANTOS, 2011, BAMBIRRA, 2013, CARCANHOLO, 2013).

Neste contexto, os esforços teóricos da Teoria Marxista da Dependência visavam compreender o subdesenvolvimento da América Latina a partir de uma percepção crítica à ideia tradicional de que o subdesenvolvimento significava a ausência de desenvolvimento (MARINI, 1973; 1990; 2014, DOS SANTOS, 2011, BAMBIRRA, 2013; CARCANHOLO, 2013). Os teóricos da Teoria Marxista da Dependência⁶ fazem uma crítica a noção de que o subdesenvolvimento é uma etapa anterior ao desenvolvimento e apontam que o subdesenvolvimento e o desenvolvimento são antagônicos-complementares, fruto da própria lógica dialética capitalista que impõe o surgimento desses dois polos opostos (AMARAL, 2012).

A categoria de dependência trabalhada no âmbito da Teoria Marxista da Dependência é entendida como uma relação de subordinação entre nações independentes. Conforme assevera Marini (1973, p. 04):

a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. A consequência da

⁶ Marini, 1990, Dos Santos, 2011, Bambirra, 2013.

dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência.

De acordo com Carcanholo e Saludjian (2013, p. 04)

A categoria de dependência implica uma situação em que uma economia está condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra a quem está subordinada, isto é, a condição de subdesenvolvimento estaria conectada estreitamente à expansão dos países centrais. Essa condição, portanto, representaria uma subordinação externa, mas com manifestações internas nos “arranjos” social, político e ideológico.

Para os teóricos da Teoria Marxista da Dependência, a forma como a América Latina se integra ao sistema capitalista de produção, bem como a função que assume o capital estrangeiro na região, implicou na subtração de parte da mais-valia criada dentro de cada economia nacional latino-americana em favor das economias centrais. Isto é explicado pela forma de vinculação dos países latino-americanos com os países industriais, onde aqueles tendem a direcionar suas exportações de matérias-primas e alimentos para estes e importar os produtos industrializados produzidos nos países industriais do centro do capitalismo, em especial os meios de produção.

O intercâmbio desigual entre os países dependentes e os países centrais imprime a transferência de mais-valia dos países dependentes, com menor produtividade, para os centrais, com maior produtividade. Isto ocorre porque as mercadorias são vendidas pelo preço de mercado e aquelas economias com maior produtividade, portanto, conseguem se apropriar de uma parte da mais-valia das economias dependentes na relação comercial. Ou seja, os países centrais se apropriam de uma mais-valia para além daquela que eles mesmos produziram quando se efetiva a venda (MARINI, 1973; 1990, DOS SANTOS, 2011, BAMBIRRA, 2013; CARCANHOLO, SALUDJIAN, 2013, CARCANHOLO, 2013; MARTINS, 2011).

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 1990, p. 05).

A subordinação dos países latino-americanos se evidencia na diferença do processo de acumulação do capital nestas economias, em função sua característica

estrutural de enviar excedentes produzidos internamente rumo aos países centrais, devido aos diferenciais de produtividade entre as economias da periferia, com menor produtividade, e do centro do capitalismo, que apresentam maior produtividade (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013; CARCANHOLO, 2013). De acordo com Marini (2014), em contraste com o que ocorre nos países capitalistas centrais, onde a atividade econômica está subordinada à relação existente entre taxa de mais-valia e de investimento, nos países dependentes latino-americanos o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia dependente, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação e se traduz em rendas que se aplicam em boa medida nas importações de produtos industrializados.

De acordo com o corpo teórico da Teoria Marxista da Dependência, a transferência de renda para o exterior impõe limites ao processo de acumulação do capital na América Latina. Para compensar estas transferências, observam-se no capitalismo latino-americano formas singulares de acumulação, tal como a superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho é tratada no bojo da Teoria Marxista da Dependência como uma categoria teórica específica das economias capitalistas dependentes, em virtude da relação subordinada que estas mantêm com as economias centrais e de transferência da mais-valia daquelas economias para estas. A superexploração é uma categoria teórica que permite compreender as relações de produção que se dão no capitalismo dependente como forma de manutenção da própria dinâmica capitalista nas economias dependentes. A superexploração se caracteriza pela queda dos preços da força de trabalho abaixo de seu valor, mediante a elevação da jornada ou da intensidade de trabalho sem a remuneração equivalente ao maior desgaste do trabalhador (MARINI, 1990; FERREIRA; LUCE, 2012; CARCANHOLO, 2013, AMARAL, 2012).

Outra forma de compensar as transferências de renda dos países da América Latina para as economias avançadas seria a prática do subimperialismo, outra categoria central da Teoria Marxista da Dependência. De acordo com Marini (1990), o subimperialismo se caracteriza quando uma economia dependente apresenta uma composição orgânica do capital média, porém, maior do que outras economias dependentes, devido, sobretudo, ao recebimento de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED). Tal economia, em função desta posição, passa a exercer uma política expansionista para a realização de suas mercadorias frente a outras economias dependentes, com menor

composição orgânica do capital. Dessa forma, é replicado o mecanismo da troca desigual entre a economia dependente com composição orgânica do capital maior e aquelas de menor composição, cujo resultado é a apropriação de parte da mais-valia destas economias em detrimento daquela.

Marini (1990) destaca também que o subimperialismo é entendido como um desdobramento da relação de supereexploração da força de trabalho, que atrofia o mercado interno das economias dependentes e dificulta a realização do capital-mercadoria nas próprias economias dependentes, levando os países dependentes com composição orgânica média a ampliarem suas relações regionais junto a outros países periféricos para expandir suas exportações.

No entanto, as especificidades das leis capitalistas dos países dependentes se expressam de forma diferenciada em cada contexto histórico e espacial específico. No corpo desta teoria, a noção de padrão de reprodução do capital desenvolvida por Marini (1982, 1977) e Osorio (2012a; 2012b), mostra-se fundamental para compreensão do contexto histórico de implantação da FIOL e de ampliação do EID Amazonas, uma vez que permite analisar o movimento do capital com maior concreticidade em um determinado contexto histórico e geográfico.

2.1.1 O Padrão de Reprodução do Capital

A noção de Padrão de Reprodução do Capital proposta por Osorio (2012a) e Marini (1977; 1982) reconhece que o corpo teórico marxista se move entre níveis mais abstratos, que são as leis próprias do capital, até níveis mais concretos, tais como as formações econômicas e sociais específicas de cada país. Categorias mediadoras entre estes níveis, do mais geral ao específico, ajudam a compreender um fenômeno específico, histórico e geográfico, amparado pelo arcabouço mais geral da análise marxista do modo de produção capitalista (OSORIO, 2012a). De acordo com Osorio (2012a), o fenômeno econômico-social expressa uma totalidade no qual há diferentes níveis de abstração com suas categorias próprias, mas inter-relacionadas em um mesmo corpo teórico que os constitui.

A Teoria Marxista da Dependência busca, justamente, analisar as particularidades do capitalismo na América Latina, pois as categorias mais gerais desenvolvidas no âmbito

de O Capital de Marx (2013) não são suficientes para compreender as especificidades do modo de produção capitalista latino-americano. Marx (2013) estava preocupado em analisar o funcionamento do modo de produção capitalista e suas categorias gerais para pensar o funcionamento geral do capitalismo. Mas o capital é dinâmico e assume características próprias a depender de cada formação socioeconômica e de cada contexto histórico (OSORIO, 2012a).

A dinâmica de reprodução do capital apresenta características próprias no centro capitalista, distintas das observadas na periferia, embora sejam partes de uma mesma dinâmica de desenvolvimento do capital, cujas particularidades estão relacionadas e conformam uma dinâmica mais geral de reprodução (OSORIO, 2012a). Da mesma forma, em cada economia periférica a dinâmica de reprodução do capital também apresenta suas especificidades.

É com base em tal argumentação e constatação teórica que Marini (1982, 1977) e Osorio (2012a) desenvolvem a noção de Padrão de Reprodução do Capital. De acordo com Osorio (2012a), a noção de padrão de reprodução do capital, é uma noção mediadora entre a formulação mais geral do modo de produção capitalista e os níveis mais concretos de análise. A noção de padrão de reprodução do capital permite compreender a concreticidade dos níveis mais elevados de abstração trabalhados por Marx em O Capital (2013; 2014) em situações históricas concretas.

a noção de padrão de reprodução do capital permite estudar a reprodução do capital no tempo e no espaço, interrogando como se reproduz o capital em tempos históricos e contextos geoespaciais determinados (espaços econômico-geográficos e sociais determinados, sejam regiões ou formações econômico-sociais). Dessa maneira, a categoria em questão propicia ao investigador estabelecer mediações entre os níveis mais gerais de análise e níveis menos abstratos ou histórico-concretos, expressando as distinções de como o capital se reproduz em um sistema mundial diferenciado (LUCE, 2011 p. 30-31).

Para Marini (1982), o padrão de reprodução do capital está associado à relação entre as estruturas de acumulação, produção, circulação e distribuição de mercadorias. Segundo Luce (2011), o padrão de reprodução pode ser definido como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento do capital no tempo histórico e em espaços geoterritoriais definidos, em um contexto da economia e do sistema político mundial.

Para Osorio (2012a, p. 40-41):

A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e

em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação (como dinheiro, meios de produção, força de trabalho, novas mercadorias, dinheiro, incrementado), integrando o processo de valorização (incrementando o valor e do dinheiro investido) e sua encarnação em valores de uso específico (calças, rádios, celulares, tanques de guerra), assim como as contradições que esse processo gera.

O capital pode se valorizar produzindo diferentes mercadorias, tomando, portanto, diferentes formas de valor de uso. As distintas formas de geração de valor que o capital pode assumir e em que valor de uso essa valorização toma forma, em um momento histórico determinado, representam formas de reprodução de natureza distintas (OSORIO, 2012a). Osorio (2012a, p. 46) destaca que “o valor de uso da valorização define as características do capitalismo que será gerado”. Ainda segundo Osorio (2012a, p. 46) “os processos produtivos de um ou outro valor de uso são diferentes, e diferentes são os consumidores e os mercados de tais produções, assim como as políticas estatais que daí se originam”.

A análise de como se reproduz o capital em formações econômicas e sociais concretas permite historicizar a reprodução do capital, pois em cada situação concreta o modo de reprodução do capital apresenta dinâmica e particularidades próprias.

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar às mudanças produzidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos de acumulação e/ou sobre novos valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar os padrões que se estabelece (OSORIO, 2012a, p. 41).

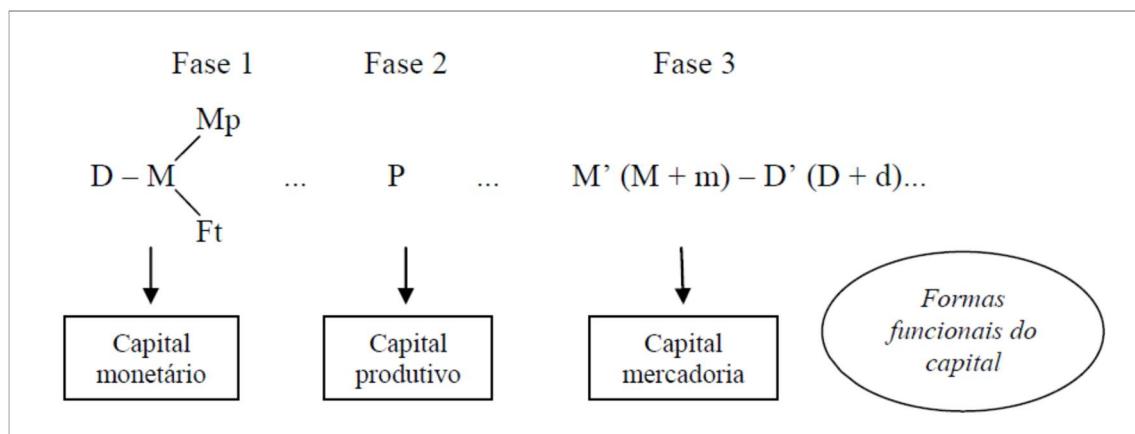
Em um determinado momento histórico e contexto geográfico, o capital privilegia um certo valor de uso para o seu processo de valorização. São alguns setores da atividade produtiva que se constituem como vetor de acumulação e reprodução do capital, atraindo grande parte dos investimentos realizados na economia. Em outros momentos, podem ser outros os setores que se constituem como vetor de acumulação e reprodução do capital.

O capital vai estabelecendo padrões de conduta em sua reprodução em períodos históricos determinados, seja porque privilegia certos ramos ou setores para investimento, seja porque utiliza tecnologias e meios de produção específicos, explora de maneira diferentes ou reproduz – redefinindo – o que fez na matéria em outros momentos, produz determinados valores de uso e tudo o que, visto em seu conjunto, difere

de como, em momentos distintos, realiza esses passos ou se reproduz (OSORIO, 2012a; p. 42).

A noção de padrão de reprodução do capital está amparada nas contribuições de Marx sobre os esquemas de reprodução e no estudo dos ciclos do capital (OSORIO, 2012a), trabalhados no livro II de *O Capital* (MARX, 2014). Nos esquemas de reprodução, a decomposição da produção global entre os departamentos é importante para fundamentar a noção de padrão de reprodução do capital pois permite compreender o movimento do capital a partir de qual valor de uso se sustenta a valorização em um momento histórico particular. Os estudos do ciclo do capital, marcado por dois processos de circulação e um de produção, por seu turno, permite analisar como o capital assume suas distintas formas (capital-monetário, capital-produtivo e capital-mercadoria) para se valorizar, em diferentes contextos históricos e geoterritoriais (OSORIO, 2012a).

A primeira fase do ciclo do capital descreve o movimento pelo qual o dinheiro (D) assume a forma de mercadoria (M) - meios de produção (M_p) e força de trabalho (F_t). Trata-se do primeiro momento da circulação. Na segunda fase do ciclo, observa-se o processo de produção (P) de novas mercadorias (M'). É nessa fase que ocorre a valorização do capital, a geração da mais-valia (m). A terceira fase do ciclo do capital, a segunda etapa de circulação, é aquela na qual as mercadorias produzidas ($M' = M + m$) são realizadas (vendidas). É na terceira fase do ciclo do capital, segundo momento da circulação, que o capital-mercadoria recupera novamente a forma dinheiro, porém mais dinheiro (D') do que o montante que inicialmente entrou no processo (MARX, 2014). Marx (2014) ressalta que o ciclo do capital é caracterizado pela continuidade das três fases do ciclo e pela unidade destas três fases.



Fonte: Sabadini, 2013

Figura 1: Círculo do Capital

Ao analisar o ciclo do capital nas economias latino-americanas, Marini (2012) chama atenção para a necessidade de considerar as características próprias das três fases do ciclo do capital nestas economias. Segundo o mesmo, nos países dependentes em cada fase do ciclo do capital há especificidades as diferenciam daquelas observadas pelo movimento do capital nas economias centrais.

Na primeira fase da circulação do ciclo do capital, Marini (2012) destaca a importância que tem a origem do capital-monetário que aparece para iniciar o ciclo. Segundo Marini (2012), o capital-monetário pode ter basicamente três fontes: o capital privado interno ou investimento privado interno; investimento público, que tem origem no Estado; e o capital estrangeiro. No caso dos países latino-americanos, Marini (2012) assinala a importância que o Estado e o capital estrangeiro têm na disponibilização do capital-monetário necessário para iniciar o movimento do capital. Ainda de acordo com Marini (2012), nas economias latino-americanas se observa outra especificidade, qual seja: a forma pelo qual o capital-monetário adquire os meios de produção e a força de trabalho necessários para a fase da produção. Para o autor, a força de trabalho é acessada internamente, mas parte significativa da origem dos meios de produção, particularmente máquinas e equipamentos, tem origem no exterior (MARINI 2012). A importação de máquinas e equipamentos para iniciar o processo de produção das economias dependentes é evidenciado por Bambirra (2013) como um dos mecanismos que impulsiona a transferência de mais-valia das economias dependentes para o exterior.

Por tais características, Marini (2012, p. 28) destaca que a primeira fase de circulação do ciclo do capital das economias dependentes latino-americanas se encontra “parcialmente centrada no exterior, tanto no que se refere ao capital-dinheiro (capital-monetário), como no que diz respeito ao capital-mercadoria”. A economia dependente latino-americana se encontra “duplamente articulada e é duplamente dependente com relação ao exterior” (MARINI, 2012, p. 28).

Na segunda fase do ciclo do capital, fase de valorização do capital, Marini (2012) também destaca as especificidades que esta assume nas economias dependentes. Para Marini (2012, p. 28) “a fase de produção não é independente em relação à primeira fase da circulação; a maneira como essa se realiza condiciona o processo de produção, imprimindo-lhe características próprias”. Na fase de acumulação e reprodução do capital das economias dependentes, a concentração de capital tende a se acentuar, visto que as empresas que operam com equipamentos e maquinários mais modernos, adquiridos no exterior, obtêm maiores massa de lucros, por conseguirem reduzir seus custos e aumentar sua produtividade, quando comparado com outras empresas que operam no setor com

equipamentos menos sofisticados. A incorporação tecnológica, por meios de aquisições no exterior dos modernos meios de produção, que caracteriza a primeira fase do ciclo do capital das economias latino-americanas, tende a levar as empresas que adquirem os modernos equipamentos a uma situação privilegiada, permitindo-as obter uma mais-valia extraordinária e, por conseguinte, uma posição de dominância. Tal dominância, muitas vezes é traduzida na absorção dos capitais menores pelas empresas com maior obtenção de massa de lucro, em geral pertencente ao capital externo (MARINI, 2012).

Outra característica da fase de acumulação e reprodução do capital das economias dependentes, porém associada à peculiaridade acima supramencionada, é a superexploração da força de trabalho, uma das categorias centrais do corpo teórico da Teoria Marxista da Dependência, conforme evidenciado. A superexploração da força de trabalho e, consequentemente, a redução da remuneração, constitui-se como uma característica estrutural para aumentar a mais-valia nas economias dependentes. Trata-se de uma alternativa adotada pelas empresas que operam com menor produtividade, por possuírem equipamentos menos sofisticados, para recompor suas taxas de lucro, vide a transferência de mais-valia para as empresas mais privilegiadas ou para o exterior (MARINI, 2012).

A terceira fase do ciclo do capital, segunda fase da circulação, está associada a realização do valor produzido. Em função das peculiaridades das fases precedentes, a fase de realização também apresenta características próprias nas economias dependentes (MARINI, 2012). O fato da primeira fase da circulação se caracterizar por ser duplamente dependente com relação ao exterior e somado ao fato de na fase de produção se observar a superexploração da força de trabalho e a transferência de mais-valia para as empresas privilegiadas, normalmente estrangeiras, impacta no mercado interno das economias dependentes, que tende a ser atrofiado. Dessa forma, há uma dificuldade de realização do ciclo do capital nas próprias economias dependentes. Essa característica levou Marini (2012) a concluir que nas economias dependentes há uma separação entre a produção e o consumo. Ou seja, a atrofia do mercado interno resulta que a realização da mercadoria acrescida de valor se dê no exterior.

Característica importante, destacada por Marini (2012), é que nas economias dependentes o valor de uso que se torna o capital valorizado não está necessariamente relacionado ao que se consome a massa de trabalhadores, justamente em função de ser produzida para o mercado mundial. Observa-se, mais uma vez, a dependência do ciclo do capital nas economias dependentes em relação ao mercado exterior, que, portanto, imprime a dinâmica do ciclo do capital na América Latina. O fato de a realização da

mercadoria ocorrer no exterior implica que uma massa de valores é exportada das economias dependentes (MARINI, 2012).

Conforme ressaltado por Marini (1990), há uma cisão entre as fases do ciclo do capital nas economias dependentes. Logo, não há uma unidade nas três fases do ciclo do capital (circulação-produção-circulação) nestas economias.

a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização. Opera-se, assim, desde o ponto de vista do país dependente, a separação dos dois momentos fundamentais do ciclo do capital — a produção e a circulação de mercadorias — cujo efeito é fazer com que apareça de maneira específica na economia latino-americana a contradição inherente à produção capitalista em geral (Marini 1990, p. 16)

O movimento do capital (ciclo do capital) em momentos históricos particulares e suas especificidades estão associados a padrões, também específicos, de reprodução do capital. Assim, a noção de Padrão de Reprodução do Capital, desenvolvida no corpo teórico da Teoria Marxista da Dependência, permite compreender em que valor de uso se sustenta a valorização do capital em cada contexto histórico-geográfico. Dessa forma, busca compreender como se produz o valor de uso e para quem se produz o mesmo, quem se abastece e abastece quem, e que setores do capital estão produzindo os valores de uso em um momento histórico determinado (OSORIO, 2012a). Portanto, a noção de Padrão de Reprodução do Capital permite analisar o movimento do capital em um maior nível de concreticidade e ajuda também a compreender as características e consequências políticas e sociais do modo de reprodução do capital em uma dada economia.

A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, com isso, em cada momento determinado há uma readequação do conhecimento, da tecnologia, das capacitações e da infraestrutura necessária para a reprodução do capital (OSÓRIO, 2012a). Osório (2012a) ressalta que o estabelecimento de um dado padrão de reprodução está associado aos interesses sociais que estão por trás deste padrão, visto que são interesses de frações do capital.

A hierarquia de poder e a hegemonia da fração do capital dominante, ao determinar a direção do padrão de reprodução do capital em um momento histórico específico, independente da necessidade da classe trabalhadora, também influencia a lógica de reprodução do capital e toda a infraestrutura social e física necessária para que tal lógica de reprodução aconteça (OSORIO, 2012a). Mas, como a reprodução do capital ocorre em um determinado espaço geográfico, o mesmo, por seu turno, assume formas

de acordo com a lógica de reprodução estabelecida. Ou seja: a reprodução do capital em um determinado contexto histórico se repercute espacialmente de forma distinta.

Osorio (2012a) chama atenção que os distintos padrões de reprodução observados nas distintas historicidades se repercutem diferentemente no espaço geográfico, uma vez que o capital para se valorizar exige diferentes estruturas produtivas e formatos de infraestrutura. “Cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O capital intervém no território de maneira diversa, segundo as necessidades particulares que sua metamorfose exige” (OSORIO, 2012a, p. 73). Ainda segundo Osorio (2012a, p. 76), “o mapa que o capital termina desenhandando sobre o território difere de um padrão a outro, gerando, por sua vez, padrões de distribuição espacial”.

Em função da relação entre um determinado padrão de reprodução do capital e suas repercuções na organização do espaço, torna-se necessário, então, discutir mais a fundo a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista, tema especialmente desenvolvido por autores que abordam esta questão numa perspectiva teórica crítica, tais como Harvey (1989; 2003, 2005a, 2006; 2011; 2013), Lipietz (1988), Brandão (2007, 2010) e Santos (1999, 2006, 2013, 2014a, 2014b).

Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladora de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim, se redefinem os lugares: como ponto de encontro entre interesses longínquos e próximos, mundiais e locais (SANTOS, 2013, p. 18)

3 ESPAÇO ENQUANTO INSTÂNCIA SOCIAL E A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

Os modelos clássicos de localização das atividades econômicas que enfatizam o papel dos custos de transportes, a disponibilidade de matérias-primas e a dimensão dos mercados como determinantes da “localização ótima” das indústrias (VON THUNEN, 1826; WEBER, 1909; LOSCH, 1940; ISARD, 1956), bem como as teorias de desenvolvimento regional com ênfase nos fatores de aglomerações (MARSHALL, 1982) ou mesmo aquelas que advogam sobre a importância do aspecto endógeno como fonte do desenvolvimento (PIORE; SABEL, 1984; SCOTT; STORPER, 1986; AMARAL FILHO, 2002) não evidenciam os interesses e as contradições do processo de valorização do capital, os conflitos associados a este processo e sua relação espacial. Tais correntes teóricas reduzem a análise do espaço a um mero reflexo da sociedade, por não considerarem o espaço enquanto uma totalidade, uma instância social, em que a cada movimento da sociedade o espaço se altera, mas também impõe condições ao movimento da sociedade, conforme sugere Santos (2014a, 2014b).

A abordagem de Milton Santos (1999, 2006, 2013, 2014a, 2014b) sobre a definição do espaço orienta esta pesquisa. Santos (2014b) considera o espaço como uma instância social e não apenas um palco neutro das relações sociais. O autor, faz uma crítica a noção que considera o espaço “como teatro das ações humanas” (SANTOS, 2014b, p. 21) e considera o espaço como uma instância social, tanto capaz de influenciar a sociedade quanto é por ela influenciado, em uma relação dialética (SANTOS, 2014a). Para Santos (2014a, p. 31), “o movimento do espaço, isto é, sua evolução, é, ao mesmo tempo, um efeito e uma condição do movimento de uma sociedade global”, posto que o espaço é um fator de evolução social e não apenas uma condição.

O espaço é visto enquanto uma totalidade, posto que é uma instância da sociedade, assim como a instância econômica, instância cultural-ideológica e a político-institucional (SANTOS, 2014b). Nesse sentido, “a essência do espaço é social” (SANTOS, 2014b, p. 12), sendo o espaço, portanto, indissociável da sociedade.

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 2013, p. 33).

Com mesma perspectiva teórica, Lipietz (1988, p. 25), afirma que “toda prática, toda relação social se inscreve em uma totalidade concreta sempre já dada, que a determina como sua condição de existência, condição que, à medida que ela é material, tem uma dimensão espacial”. De acordo com Lipietz (1988), o espaço socioeconômico é a dimensão espacial da existência material das relações econômicas e sociais.

É preciso compreender bem que o espaço sócio-econômico concreto se apresenta, ao mesmo tempo, como articulação dos espaços analisados, como um produto, um reflexo da articulação das relações sociais e, enquanto espaço concreto já dado, como um constrangimento objetivo que se impõe ao desenvolvimento dessas relações sociais. Diremos que a sociedade recria seu espaço sobre a base de um espaço concreto, sempre já dado, herdado do passado (LIPIETZ, 1988, p. 24-25).

Portanto, conforme observado, “o espaço não é uma simples tela de fundo inerte e neutro” (SANTOS, 2014a, p. 31). O movimento da sociedade, tal como mudanças no modo de produção capitalista, na divisão do trabalho, ou mesmo no padrão de reprodução do capital e alterações no espaço se dão conjuntamente. Assim, “produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço” (SANTOS, 1999, p. 06). Entretanto, Santos (2014a) destaca que a ação do modo de produção capitalista sobre o espaço passa por mediações, logo, por categorias mais concretas, tais como Formação Econômico Social (FES).

A categoria de FES “expressa a unidade e a totalidade das diversas esferas - econômica, social, política, cultural - da vida de uma determinada sociedade” (SANTOS, 2014a, p. 24). Não se trata da expressão da unidade de uma sociedade geral, mas de uma dada sociedade, em um dado contexto histórico e espacial (SANTOS, 2014a).

O interesse do estudo da FES está na disponibilidade que tais estudos oferecem de permitir o conhecimento de uma sociedade na sua totalidade e nas suas frações, mas sempre como um conhecimento específico, percebido num dado momento de sua evolução. O estudo genético permite conhecer, a partir de sua filiação, as similaridades entre FES; mas isso não é suficiente. É preciso definir a especificidade de cada formação, o que distingue das outras, e no interior da FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim como o todo reproduzido numa de suas frações (SANTOS, 2014a, p. 25).

O espaço, assim, não é uma instância completamente neutra e sujeita às mudanças no modo de produção. A reprodução do capital se dá de forma diferenciada em cada formação econômica social. “As relações entre o espaço e formação social são de outra

ordem, pois elas se fazem num espaço particular e não num espaço geral, tal qual para os modos de produção” (SANTOS, 2014a, p. 29)

Há, assim, grande interdependência entre modo de produção, FES e espaço, pois, as relações sociais, tais como o modo de produção capitalista, ocorre em uma base espacial historicamente determinada, em uma dada formação sociespacial (SANTOS, 2014a). Ou seja, “todos os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo), são histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isto através de uma formação social” (SANTOS, 2014a, p. 27-28). Para Santos (2014a), o modo de produção (categoria mais abstrata), a formação econômica e social (categoria com maior grau de concreticidade) e o espaço são categorias interdependentes, visto que são historicamente determinadas, conjuntamente.

Entende-se, pois, que mesmo inseridos em um modo de produção capitalista, os espaços se diferenciam, posto que as distintas formações econômicas sociais apresentam características sociais, culturais, econômicas, históricas também distintas. Os processos sociais e sua relação espacial são conformados historicamente. Assim, mudanças no modo de produção, na divisão do trabalho, ou mesmo no padrão de reprodução do capital não se expressam em todos os espaços de forma igualitária, pois seus rebatimentos em cada lugar são condicionados também pelas forças internas (FES) dos próprios lugares.

Movimentos nas categorias mais abstratas resultam em arranjos espaciais específicos, seja porque necessitam se adequar às singularidades da produção de um dado valor de uso produzido, como também devido a singularidade da formação econômica e social de cada lugar.

Santos (2006, 2013, 2014a, 2014b), por exemplo, destaca o papel da divisão social do trabalho como categoria importante para o estudo da organização espacial. Para o autor, mudanças na divisão do trabalho implica em mudanças nas formas geográficas, visto que durante o processo histórico, o movimento da sociedade leva a incorporação de novas técnicas ao espaço, onde distintas técnicas, de tempos também distintos, sobrepõem-se no espaço e estão, por sua vez, associadas a produção de determinados valores de uso no contexto da inserção da economia de determinado espaço na divisão do trabalho.

Na abordagem miltoniana, as técnicas são entendidas como “instrumentos e meio de trabalho postos à disposição do homem” (SANTOS, 2013, p. 57-58) e se constituem como um elemento explicativo do espaço. Para Santos (2013), o espaço se torna cada vez mais um meio técnico, com novas técnicas sendo incorporadas ao espaço a cada

movimento conjunto da sociedade/espaço (SANTOS, 2006; 2013; 2014a; 2014b). Trata-se da tecnificação do espaço, no qual objetos técnicos com finalidades específicas vão sendo incorporados historicamente no espaço, na medida que a sociedade se move.

A sobreposição de técnicas no espaço (técnicas velhas mais novas técnicas) vai conformando novas configurações espaciais, novas paisagens, entendida como aparência espacial, soma de objetos geográficos naturais e artificiais (objetos técnicos) (SANTOS, 2013). A sobreposição de artefatos técnicos no espaço altera o espaço geográfico que vai assumindo novas formas, as quais, por sua vez, estão associadas a suas respectivas funções no processo histórico (2014b). Para Santos (2014b), os distintos processos sociais se realizam através das formas - “arranjo ordenado de objetos” (SANTOS, 2014b, p. 69) – que expressam funções específicas, em cada momento histórico da sociedade. As funções expressadas por meio das formas contêm a fração do social de cada contexto histórico, logo tem conteúdo social. Tal constatação é que leva o autor a abordar o conceito de “forma-conteúdo” (SANTOS, 2014b, p. 12) para analisar o espaço, no qual a forma não está desassociada da sua função.

A cada movimento social, possibilitado pelo processo da divisão do trabalho, uma nova geografia se estabelece, seja pela criação de novas formas para atender a novas funções, seja pela alteração funcional das formas já existentes. Daí a estreita relação entre divisão social do trabalho, responsável pelos movimentos da sociedade, e a sua repartição espacial (SANTOS, 2014a, p. 61)

Pode-se, dessa forma, compreender como a cada movimento da sociedade ocorre alterações no próprio espaço, que assume novas formas-conteúdo, que por sua vez, condiciona o próprio movimento da sociedade. As formas e funções assumidas por um dado espaço estão submetidas às formas e funções pretéritas do mesmo (SANTOS, 2014a).

A abordagem miltoniana dialoga com a noção de padrão de reprodução do capital ao considerar a necessidade de categorias com maior grau de concreticidade para análise do movimento do capital no espaço, em contextos históricos específicos. Para Osorio (2012a), a reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos e geoterritoriais. Para o autor, em cada contexto histórico e geoterritorial determinado o capital se reproduz de forma distinta, o que exige uma readequação do conhecimento, da tecnologia, das capacitações e da infraestrutura necessária para a reprodução do capital. Portanto, novos objetos técnicos são requeridos para a produção.

Da mesma forma, para Santos (2014a), a técnica é um elemento explicativo do espaço e cada movimento de categorias mais abstratas e o rebatimento da técnica no espaço se dá de acordo com as especificidades (técnicas) exigidas pelo capital para sua valorização, mas também com base nas formas pretéritas (conjunto de técnicas sobrepostas no espaço) assumidas pelo espaço, de acordo com suas funções historicamente estabelecidas.

Santos (2006, 2013, 2014a, 2014b) enfatiza a necessidade de incorporação de novos artefatos técnicos, com finalidades determinadas, para o acontecer produtivo e obtenção de maiores lucros. Osorio (2012a) ressalta que o capital exige diferentes estruturas produtivas e formatos de infraestrutura para a produção, pois cada padrão de reprodução do capital apresenta especificidades quanto ao uso que faz do espaço geográfico. O espaço (social) é ao mesmo tempo um produto (social), cuja dinâmica socioespacial presente e passada também condiciona o movimento do capital (SANTOS, 2014a).

A compreensão do espaço como uma instância social, que condiciona e é condicionado pelo movimento do capital, mostra-se importante na análise de como o movimento das categorias mais abstratas do modo de produção capitalista, como mudanças na divisão internacional do trabalho ou no padrão de reprodução do capital se repercutem em uma realidade socioespacial concreta, visto que para cada realidade espacial as repercussões se diferenciam. Assim, a depender das características do valor de uso produzido em um determinado espaço, por sua vez resultado do movimento histórico do capital neste espaço (social), o mesmo assume formas específicas.

3.1 A PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

A produção, enquanto uma relação social, ocorre no espaço, uma vez que “não há sociedade a-espacial” (SANTOS, 2014a, p. 22). A acumulação e reprodução do capital em sua dimensão espacial estão fortemente atreladas à perspectiva materialista histórica e geográfica sobre a produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005a).

Mudanças no modo de produção capitalista, entendido como um movimento das relações sociais capitalista de produção, significa, então, movimento do próprio espaço, uma vez que o espaço é uma instância social. Tal perspectiva contribui com o propósito da presente pesquisa, ao tempo que se distancia das perspectivas teóricas que tratam o espaço com elemento neutro e passivo.

Para Brandão (2007, p. 35), os espaços não podem ser vistos como plataformas, que “precisam se moldar de acordo com a lógica vigente dominante para se tornarem receptores de investimentos, logo “palco” de reprodução do capital”. Para o autor, compreender a questão territorial requer reconhecer a lógica capitalista da acumulação do capital, a divisão social do trabalho e os conflitos de classes, uma vez que as determinações estruturais da dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista são intrinsecamente marcadas por tensões. Nesse sentido, conforme destaca Nelson de Oliveira (2004), compreender a questão do processo de desenvolvimento capitalista requer considerar a questão do poder e dos conflitos envolvidos no processo de desenvolvimento.

Brandão (2007, p. 64) defende que as abordagens de “extração marxista, que buscaram analisar as complexas relações entre a estrutura e a dinâmica do modo de produção capitalista e sua organização espacial”, mostram-se mais adequadas para a análise que se propõe nesse trabalho, qual seja: a compreensão dos interesses envolvidos no projeto da FIOL e o papel do Estado no projeto.

Ao analisar o processo de acumulação e reprodução do capital proposta por Marx, em *O Capital*, Harvey (1989, 2005a, 2013) demonstra como tal processo se relaciona com a estrutura espacial. Para o autor, o movimento do capital e suas leis se repercutem no espaço geográfico, requerendo, assim, uma análise espacial da teoria marxista sobre acumulação e reprodução do capital. Em suas análises, Harvey (2013) incorpora a concepção do espaço socialmente produzido à análise do desenvolvimento capitalista.

Harvey (1989) analisa como a dimensão espacial tem sido historicamente apropriada pelo capital para manutenção da reprodução capitalista. Para o autor, “a história da mudança social é em parte apreendida pela história das concepções de espaço e de tempo, bem como dos usos ideológicos que podem ser dados a essas concepções” (HARVEY, 1989, p.201).

Harvey (2005a) ressalta as contradições internas do capitalismo, a partir da obra de Marx, evidenciando sua tendência em irromper em crises de sobreacumulação, que se expressam como excedentes de capital e de força de trabalho “que coexistem sem que pareça haver maneira em que possam se combinar de forma rentável com o intuito de realizar tarefas socialmente úteis” (HARVEY, 2005a, p.95). As crises são, ao mesmo tempo, um problema, mas também se constituem como uma condição para a renovação da dinâmica do capital, na medida em que o capital sempre busca renovar as condições de valorização do capital ao criar novas oportunidades para a acumulação (HARVEY, 2013).

Harvey (2005a) destaca que a expansão da demanda efetiva é uma das possibilidades criada pelo capital para manutenção do seu processo de valorização e, para tanto, a expansão geográfica e a reorganização espacial se apresentam como alternativas para isso. A produção de novos espaços via a expansão geográfica e a reorganização espacial propiciam novas oportunidades para absorção do excedente de capital e de trabalho e, consequentemente, garante o necessário processo de valorização do capital.

Entretanto, a apropriação de novos espaços de acumulação pelo capital pode encontrar uma série de barreiras que tendem a dificultar seu processo de reprodução, inclusive as barreiras espaciais, tais como a elevação das distâncias espaciais ou mesmo a inexistência de integração espacial por ausência de infraestrutura de transporte e comunicação, por exemplo. As barreiras espaciais podem dificultar a reprodução do capital, caso dificulte a circulação do capital-mercadoria e a sua realização, por restringir o mercado, e, por conseguinte, a própria sustentação do sistema capitalista. Mas, o capital, movido por sua incessante lógica de acumulação, cria constantemente os mecanismos necessários para superar as barreiras que lhes são impostas (HARVEY, 2005a). Para Marx (2011a), o capital tende a superar toda barreira local para efetivação da troca e para manutenção do seu movimento, de modo que o mesmo busca constantemente expandir o mercado para sua reprodução, ao passo que se empenha em destruir o espaço por meio da redução do tempo de circulação.

Nesse sentido, Harvey (2005a), ao ressaltar a importância da apropriação do espaço pelo capital para manutenção da sua valorização, também destaca a permanente busca do capital em “anular o espaço pelo tempo”, com intuito de criar novas oportunidades de valorização do capital e postergar a inerente tendência de crise de superacumulação do modo de produção capitalista.

A anulação do espaço pelo tempo é fundamental para garantir a apropriação de novos espaços da produção capitalista, pois a expansão geográfica necessária para absorver o excedente tende a aumentar as distâncias e, consequentemente, o tempo de rotação do capital, em especial o tempo de circulação. De acordo com Marx (2014, p. 343):

o tempo de rotação do capital é igual a soma do seu tempo de produção e de seu tempo de curso ou de circulação. É evidente, por isso, que durações diversas do tempo de curso fazem com que também o tempo de rotação e, consequentemente, a duração do período de rotação sejam diferentes.

A dimensão espacial da acumulação é fundamental para compreensão da dinâmica capitalista, pois o espaço é o lugar não só da produção, portanto, da extração da mais-valia, como também o é para sua realização. O momento da circulação do capital, embora não seja um momento de valorização do capital, é uma etapa indispensável para garantir o movimento do capital nas suas distintas formas (capital-monetário; capital-produtivo, capital-mercadoria) e, portanto, para a realização da mais-valia.

A circulação do capital também possui uma dimensão espacial, ela ocorre em locais específicos e barreiras espaciais pode dificultar a circulação, impedindo o movimento completo do capital. Harvey (2005a, 2013) ressalta a importância da circulação e de sua dimensão espacial para a dinâmica de acumulação e reprodução do capital. O autor analisa como o capital, a todo o momento, cria as condições necessárias para garantir e facilitar a circulação. Neste contexto, a provisão da infraestrutura de transporte e de comunicações se apresenta como fundamentais nas duas fases da circulação do ciclo do capital e se mostram fundamentais para a completude do ciclo do capital.

Não basta produzir muito. Uma vez que a área de mercado tem tendência a ampliar-se e estender-se a todo território da nação, ou, mesmo, para além dele, é indispensável transformar as massas produzidas em fluxos, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo (SANTOS, 2014b. p. 83).

A infraestrutura de transporte é uma condição imperativa para a circulação do capital, em especial do capital-mercadoria. Trata-se de uma esfera da produção material que vende a mudança da localização como seu produto (MARX, 2014). Para Marx (2014), o desenvolvimento dos meios de transporte permite acelerar a velocidade do deslocamento e, com isso, reduz, por meio do tempo, a distância espacial.

Mas o que a indústria de transporte vende é o próprio deslocamento de lugar. O efeito útil obtido é indissoluvelmente vinculado ao processo de transporte, isto é, ao processo de produção da indústria dos transportes. Homens e mercadorias viajam num meio de transporte, e sua viagem, seu movimento espacial, é justamente o processo de produção efetuado (MARX, 2014, p. 133).

Para Marx (2014), a maior distância espacial entre duas regiões pode ser superada com infraestrutura de transporte, justamente por esta permitir a aceleração do tempo de circulação do capital mas, também pode provocar alterações na dinâmica local de produção.

uma ferrovia que conecte o local de produção a um importante centro populacional situado no interior pode fazer com que a distância até um ponto que seja mais próximo mas que não disponha de conexão ferroviária, seja absoluta ou relativamente maior em comparação com a distância até o ponto naturalmente mais distante; do mesmo modo, pode ocorrer que, devido à mesma circunstância, a distância relativa entre os locais de produção e os grandes mercados seja alterada, o que explica a decadência dos velhos centros de produção e a ascensão de novos locais provocada pela mudança nos meios de transporte e comunicação (MARX, 2014, p. 344-345).

Para Marx (2014), a indústria de transporte, além de ser fundamental para a circulação das distintas forma do capital, também produz valor. De acordo com o autor:

O valor de uso das coisas só se realiza em seu consumo, o qual pode exigir seu deslocamento espacial e, portanto, o processo adicional de produção da indústria de transporte. Assim, o capital produtivo investido nessa indústria adiciona valor aos produtos transportados, em parte por meio da transferência de valor dos meios de transporte, em parte por meio do acréscimo de valor gerado pelo trabalho de transporte. Esta última adição de valor se decompõe, como em toda produção capitalista, em reposição de salário e mais-valor (MARX, 2014, p. 229).

Ainda segundo Marx (2014, p. 231):

A indústria do transporte constitui, por um lado, um ramo independente de produção e, por conseguinte, uma esfera especial de investimento do capital produtivo. Por outro lado, ela se distingue pelo fato de aparecer como continuação de um processo de produção *dentro* do processo de circulação e *para* o processo de circulação.

A redução da distância espacial entre o local de produção e o mercado reduz o tempo no qual o capital se desloca na forma capital-mercadoria, acelerando, assim, o retorno do capital à forma capital-monetário e deste para o capital produtivo. Para Marx (2014, p. 205), o tempo de venda (tempo de realização de mais-valor, a transformação do capital-mercadoria em capital-monetário) “constitui a parte mais difícil da sua metamorfose” e é de fundamental importância no tempo de circulação do capital. Segundo o autor, o prazo do tempo de venda pode prolongar ou encurtar o período de rotação do capital. Nesse sentido, “uma causa sempre atuante na diferenciação do tempo de venda e, portanto, no tempo de rotação em geral, é a distância que separa o mercado no qual a mercadoria é vendida de seu local de produção” (MARX, 2014, p. 344).

A aceleração do tempo de venda e, consequentemente, da rotação do capital, permite a obtenção de um diferencial de mais valor. A massa de lucro, dada pela relação entre a taxa produzida de mais valia e capital total engajado na produção, tende a ser

maior, na medida em que aumenta velocidade de rotação do capital e possibilita a aceleração da apropriação do mais valor, justamente ao reduzir o tempo pelo qual o capital se constitui imobilizado como mercadoria (HARVEY, 2013).

Assim, o capitalista que possui o menor tempo de rotação do seu capital se apropria de um mais valor relativo quando comparado a outros capitalistas cujo o tempo de rotação do capital é maior. De modo a fomentar um tempo de rotação mais rápido que o tempo médio de rotação do capital socialmente necessário, os capitalistas buscam, seja por meio da redução do tempo de produção ou de circulação, acelerar o tempo de rotação do capital (HARVEY, 2013).

Marx (2014) ressalta que a metamorfose pela qual passa o capital nas duas fases da circulação (distintas formas que o capital assume durante a fase da circulação: capital-monetário e capital produtivo e capital-mercadoria – capital monetário, porém acrescido de valor) acarreta custos. Segundo Marx (2014, p. 2010), “a mudança de estado custa tempo e força de trabalho, mas não para criar valor, e sim para transferir valor de uma forma a outra, sem alterar em nada essa tentativa mútua de apropriação de uma quantidade adicional de valor”.

Logo, para Marx (2014) importa para o processo de reprodução o custo associado ao tempo de rotação, tal como o custo de armazenamento. Tal custo exige um volume adicional de capital para o início do próprio ciclo do capital, ao encarecer os insumos necessários à produção, como também para o processo de realização do valor de uso produzido e, portanto, termina por se “constituir um acréscimo ao preço de venda de sua mercadoria” (MARX, 2014, p. 217).

A permanência do capital-mercadoria no mercado como estoque de mercadorias requer edifícios, depósitos de mercadorias, reservatórios, armazéns, ou seja, um investimento de capital constante; requer também o pagamento de forças de trabalho para o armazenamento das mercadorias nos depósitos. Além disso, as mercadorias parecem e estão expostas a influências que lhes são nocivas. Para protegê-las, um capital adicional tem de ser investido, parte em meios de trabalho, em forma objetiva, parte em força de trabalho (MARX, 2014, p. 218).

Melhorias na infraestrutura de transporte, então, não só viabiliza a expansão do espaço de valorização do capital e o mercado para sua realização, ao reduzir o tempo de circulação e a anulação do espaço pelo tempo, permitindo a obtenção de maiores lucros, como também afeta o custo do transporte entre o local de produção e o mercado. Nesse sentido, conforme ressaltado por Harvey (2014, p. 271), para o capital o custo e o tempo de movimento é importante para o processo de valorização do capital e “ele [o

capital] fará tudo que puder para minimizar esses custos e tempos e reduzir as barreiras espaciais ao movimento”.

O custo do movimento da mercadoria, a regularidade e confiabilidade dos fluxos de transporte, a segurança, bem como a velocidade da mobilidade entre o local de produção e o mercado são fundamentais para o processo produtivo, visto que minimiza o tempo de rotação do capital e reduz o capital adicional necessário para investimentos em melhorias na infraestrutura de transporte e, consequentemente, menor quantia de capital é imobilizado. Por isso, a importância de um sistema de transporte eficiente e espacialmente integrado entre áreas produtoras e o mercado (MARX, 2014; HARVEY, 2005a; 2013).

A redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para a acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução dos custos de comunicação e transporte (HARVEY, 2005a, p. 48)

Ao demonstrar como a teoria de acumulação de Marx se relaciona com a dimensão espacial, Harvey (2013) chama atenção que o espaço é um atributo material de todos os valores de uso. Um dado espaço produz um (ou alguns) valor (es) de uso em um contexto histórico particular. Entretanto, a produção de mercadorias, de valores de uso, interage com o valor de troca, pois a mercadoria precisa ser realizada, intercambiada (trocada) e é no valor de troca das mercadorias que o capital se realiza (HARVEY, 2013). Mais uma vez, evidencia-se a importância da completude do movimento do capital para a manutenção do sistema capitalista. Conforme observado, a terceira fase do ciclo do capital, que corresponde a segunda fase da circulação, está associado a realização do valor produzido, momento em que o capital-mercadoria retorna a sua forma de capital-monetário, mas com um mais valor, extraído no processo de produção.

pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, isto é, nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, de seu poder de mercado (SANTOS, 2014b, p. 83).

É preciso que a troca aconteça para completar o ciclo do capital. Caso a troca não aconteça, por algum motivo, há uma situação de crise de realização. Mas, como visto, o capital, a todo o momento, busca satisfazer sua necessidade de valorização, como, por exemplo, apropriando-se de novos espaços para absorção do excedente, mesmo que para isto precise remover as barreiras que impedem a sua mobilidade. As barreiras precisam

ser superadas para que as trocas sejam estabelecidas. Portanto, a mobilidade geográfica do capital (em suas diferentes formas) precisa ser satisfeita, daí a importância da integração espacial, viabilizada pela infraestrutura de transportes e comunicação (HARVEY, 2013).

A dinâmica do capital não só busca expandir os espaços de acumulação para propiciar as oportunidades de absorção do excedente de capital e trabalho, mas também promove a integração espacial como forma de ampliar os espaços para satisfação do intercâmbio de mercadoria e, assim, facilitar as condições de troca e, portanto, a passagem do capital-mercadoria para o capital-monetário. A integração de novos espaços à dinâmica de valorização do capital é fundamental para a própria dinâmica capitalista.

Quanto mais a produção se baseia no valor de troca e, em consequência, na troca, tanto mais importantes se tornam para ela as condições físicas da troca – meios de comunicação e transporte. É da natureza do capital mover-se para além de todas as barreiras espaciais. A criação das condições físicas da troca – de meios de comunicação e transporte – devem uma necessidade para o capital em uma dimensão totalmente diferente - a anulação do espaço pelo tempo (MARX, 2011, p. 445).

Destaca-se que a mobilidade do capital, na forma capital-mercadoria, depende da infraestrutura de transporte e dos atributos das mercadorias. Cada mercadoria possui características próprias, cujo seu deslocamento também apresenta especificidades. Não basta apenas a dotação de uma infraestrutura para que a mobilidade do capital-mercadoria aconteça, é necessário que a infraestrutura esteja de acordo com as características do valor de uso produzido em determinada localidade. Portanto, um determinado padrão de reprodução do capital, ao centrar a dinâmica da reprodução em um determinado valor de uso, em um dado contexto histórico, requer uma infraestrutura de transporte também específica para este valor de uso, de modo a viabilizar o intercâmbio do capital-mercadoria. Ou seja, requer objetos técnicos específicos para a produção e a circulação do valor de uso produzido.

Dessa forma, o espaço, *locus* da produção de valores de uso específicos, tende a ser moldado de acordo com as características necessárias para a produção e circulação deste valor de uso. Assim, o espaço adquire feições específicas que os distingue de outros espaços que produzem valores de uso com outras características.

A configuração espacial de uma localidade que produz *commodities* agrícolas, bem como a infraestrutura necessária para sua mobilidade, por exemplo, é distinta da configuração espacial e da infraestrutura de transporte requerida por uma localidade que

produz como valor de uso *softwares*, por exemplo. Portanto, a cada momento histórico do processo de acumulação e reprodução do capital se cria “tipos específicos de estruturas geográficas” (HARVEY, 2005a, p. 41). Assim, Harvey (2005a), dialoga com a abordagem de Osorio (2012a), que advoga que para cada padrão de reprodução do capital sua repercussão no espaço geográfico se dá de forma diferente, uma vez que o capital ao se valorizar produzindo determinado valor de uso exige diferentes estruturas produtivas e formatos de infraestrutura, e com a de Santos (2013), que ressalta que a cada movimento no processo de produção ocorre mudanças no espaço ao ser incorporado novos artefatos técnicos necessário às atividades produtivas.

Santos (2013), entretanto, observa que a infraestrutura de determinado lugar não depende apenas do tipo e volume da produção, mas depende também do destino da realização desta mercadoria. “Em outras palavras, as infraestruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar” (SANTOS, 2013, p. 61). Isto porque a depender do destino que é dado a produção, mercado externo, interno ou mesmo o mercado local, a infraestrutura necessária para sua realização é também distinta. Ou seja, o espaço de produção de uma mercadoria pode se constituir como a extensão espacial de outro território, ao fazer parte de um processo de valorização de outro território.

Harvey (2013, p. 479) afirma que as configurações espaciais podem ser tratadas como “um momento ativo dentro da dinâmica temporal de acumulação e reprodução social”. A própria provisão de uma infraestrutura de transporte, com suas características próprias, por si só, confere um tipo geográfico específico e impulsionam alterações na paisagem geográfica.

A dotação de uma infraestrutura de transporte em um dado espaço, necessária para viabilizar a circulação do capital e integrar o mesmo à lógica de valorização do capital, reorganiza o próprio espaço. O espaço assume novas formas com a dotação de novos objetos técnicos, incorporados à paisagem, que expressam suas respectivas funções, necessários à reprodução do capital. Portanto, a produção capitalista do espaço tende a conformar novas configurações espaciais.

“Cada combinação de formas espaciais e de técnicas correspondentes constitui o atributo produtivo de um espaço, sua virtualidade e sua limitação” (SANTSO, 2014a, p. 31). A implantação de um tipo específicos de infraestrutura de transporte, por exemplo, está associada a uma dada função também específica desta infraestrutura. Da mesma forma, outros objetos estão associados a suas respectivas funções.

Conforme destaca Santos (2014a), desde o século XIX o espaço cada vez mais ganha densidade em artefatos técnicos, cada vez mais integrados, formando um sistema de objetos, onde cada objeto está associado a suas respectivas funções, também integradas. Nesse sentido, para Santos (2013, p. 86), o espaço deve ser entendido como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.

“O processo de evolução do meio técnico, corresponde, pois, a um aumento no uso do capital constante, fixo” (SANTOS, 2014b, p. 59). Os objetos técnicos são fixos, incorporados ao espaço, e são implantados para ampliar a produção e articular os fluxos (de pessoas, capitais, mercadorias, informações), uma vez que “os fixos atraem e criam fluxos” (SANTOS, 2014b, p. 102). Por isso, Santos (2013, p. 105) propôs enfocar a questão do espaço como uma “reunião dialética entre fixos e fluxos”.

No contexto atual de globalização, portanto, de homogeneização do modo capitalista de produção, amplia-se as possibilidades de apropriação de novos espaço pelo capital. Novos espaços, por sua vez, para serem incorporados à lógica de valorização do capital são produzidos de modo a se adequarem aos ditames da reprodução do capital, o que implica, dentre outras coisas, na incorporação de novos artefatos técnicos ao espaço, voltados à produção e circulação do capital. Entretanto, não se trata de incorporação de qualquer técnica, mas sim de técnicas necessárias para a produção e circulação de cada valor de uso específico.

Quanto ao espaço, ele também se adapta a nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de trocas de alto nível e, por isso, consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemônicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares (SANTOS, 2013, p. 29).

A globalização e a busca incessante do capital para sua valorização ampliam a possibilidade de apropriação do espaço pelo capital. Os espaços produzidos pelo capital se constituem como verdadeiros “espaço de globalização” (SANTOS, 2013, p. 45). São aqueles espaços integrados à lógica de acumulação em escala global, caracterizados pelo maior grau de especialização da produção e maior importância da produção de valores de trocas, em detrimento da produção de valores de uso. Esta é uma realidade de uma economia global, cujos processos produtivos são fragmentados em distintos espaços de produção e o espaço de consumo são cada vez mais globais.

Mas, para Santos (2013), o espaço total, é o espaço da produção, circulação e do consumo. Para que ocorra o intercâmbio entre as distintas formas do capital entre os

espaços de produção e consumo e para que a completude do ciclo do capital aconteça, a circulação se torna fundamental, conforme evidenciado. Nos espaços de globalização, a fluidez se torna imperativa, requerendo maior densidade técnica (fixos) de modo a articular os fluxos, cada vez mais intensos. Para Santos (2013, p. 34-35), com a globalização “o espaço ganhou uma nova dimensão – a espessura, a profundidade do acontecer -, graças ao número e a diversidade enormes dos objetos (isto é, fixos) de que hoje é formado e ao número exponencial de ações (isto é, fluxos) que o atravessam”.

O espaço se torna, assim, cada vez mais tecnificado, de modo a viabilizar a reprodução do capital. Novos objetos técnicos são criados, novas formas são assumidas pelo espaço, articuladas, por sua vez, às suas funções. Os espaços globalizados se constituem como espaços que apresentam maior densidade técnica (SANTOS, 2013). Mas não são apenas meio técnico, são espaços que se tornam cada vez mais meio “técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2013, p. 41).

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalaram as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais (SANTOS, 2013, p. 41).

A nova configuração do espaço como meio técnico-científico-informacional é formada pela tecnoesfera e psicoesfera (SANTOS, 2013). A tecnoesfera “é o resultado da crescente artificialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo” (SANTOS, 2013, p. 30). A pisicoesfera, por seu turno é, segundo Santos (2013, p. 30) “o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo”. Portanto, são espaços crescentemente artificializados, marcado pela presença de grandes objetos geográficos modernos que são articulados a outros objetos geográficos, conformando um sistema de objetos, voltados a determinadas funções, ditadas por atores hegemônicos, portanto, imbuídos de intencionalidades (SANTOS, 2013).

Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intensão explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção até sua criação e produção. A construção e a localização – a incepção – dos objetos estão subordinadas a uma intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, se não uma combinação das duas intencionalidades. Todos esses objetos aparecem com uma enorme carga

de informação, indispensável para participarem das formas de trabalho hegemônico, a serviço do capital hegemônico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente (SANTOS, 2013, p. 97).

Nos espaços de globalização, conformam-se verdadeiros sistema de objetos técnicos hegemônicos, cada vez mais intensivos em informação e ciência impulsionados por um sistema de ações também hegemônicas. São “espaços de hegemonia” (SANTOS, 2013, p. 42). Os espaços de hegemonia são “áreas prenhas de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global”(SANTOS, 2013, p. 42). Ainda segundo o autor:

O processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social. Isso é extremamente importante para se entender como esses espaços hegemônicos se instalaram no processo de globalização, como lugares de produção e de trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares em que o tempo mundial se exerce e onde se instalaram as forças reguladoras da ação dos demais lugares (SANTOS, 2013, p. 42).

Portanto, os espaços de globalização são, segundo Santos (2014a, p. 149), espaços de racionalidade, zonas “luminosas” (2014a, p. 148). Para Santos (2014a, p. 149), os espaços de racionalidade são espaços que respondem a lógica de acumulação em uma escala global, produzidos para garantir maiores condições de obtenção de lucro.

Nestes espaços, muitas vezes, tanto os objetos técnicos quanto as ações são comandadas por atores hegemônicos, estranho ao local e a seus habitantes (SANTOS, 2013). São extensões espaciais de outros territórios. “Hoje no lugar que estamos, os objetos já não nos obedece, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é externa, mas seus fins últimos nos escapam” (SANTOS, 2013, p. 107). Ainda segundo Santos (2013, p.31), “assim, se instalaram não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas as condições para a maior alienação possível para todos. Através do espaço a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e alija”. É o que se percebe ao longo do traçado da FIOL, comunidades tradicionais e com uma relação ancestral com o seu território ignoradas e olvidadas⁷.

Observa-se nestes espaços a separação entre o investidor e o meio onde o investimento se dá, a separação entre regiões de comando e regiões do fazer, sendo estas

⁷ Tal questão será aprofundada no capítulo 6.

subordinadas àquelas, mais densas tecnicamente, cujo resultado é a conformação de uma estrutura produtiva, com objetos técnico e funções estranhos ao local (SANTOS, 2014b).

A apropriação do espaço pelo capital e a força hegemônica do capitalismo causam na escala local, no território desordem, no sentido de um novo ordenamento. De fato, a produção capitalista do espaço é marcada por um processo de espoliação, conforme assevera Harvey (2003), inclusive do próprio território, compreendido como o espaço de uso de seus sujeitos sociais e não apenas o *locus* da produção material.

Para Santos (2006, p. 38):

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.

O território, entendido a partir de uma perspectiva crítica, conforme sintetiza Ribeiro (2006, p. 26), é compreendido enquanto “relações sociais projetadas no espaço” (RIBEIRO, 2009, p. 26). Ainda segundo Ribeiro (2009, p. 26), o território é visto como “um campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, apesar de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” e os “outros”.

O conceito de território remete tanto aos aspectos formais (distribuição no espaço de materiais naturais e construídos, divisões administrativas, políticas e jurídicas), bem como os aspectos ligados aos sentidos dessas formas (as ideologias espaciais, representações e sistemas de valores) [...]. O território é um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes e laços de pertencimento e símbolos. É através do conhecimento desses símbolos que podemos restituir toda a riqueza de valores que dão sentido aos lugares e aos territórios de vida (RIBEIRO, 2009, p. 26)

Portanto, na fase atual de globalização, de intensificação da concorrência à escala global, novos espaços são produzidos e territórios são espoliados, para ampliar a necessidade crescente de valorização do capital. Barreiras físicas e normativas são suprimidas, novos objetos técnicos são incorporados ao espaço e os mais distintos espaços tendem a se tornar espaços de globalização, logo, alvos de atores hegemônicos e da valorização do capital. Para Santos (2014a), estes espaços de racionalidade dos atores hegemônicos do capitalismo estão interconectados. Nesse sentido, segundo Santos (2014a), a noção de rede ganha destaque nas discussões sobre o espaço.

Os espaços hegemônicos se integram por meio da constituição das redes, que articulam e aceleram os fluxos hegemônicos do capital. O acirramento da competitividade e a aceleração contemporânea exigem cada vez mais fluidez. “A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade” (SANTOS, 2006, p. 185). “Não basta, pois, produzir. É indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (SANTOS, 2006, p. 186). Assim, torna-se imperativo maior fluidez, que é possibilitada pela condição técnica atual (meio técnico-científico-informacional). Assim, em frações do espaço são criados intencionalmente objetos que favorecem a fluidez e que “transmitem valor às atividades que deles se utilizam” (SANTOS, p. 185).

De fato, com a globalização e a ampliação dos espaços de valorização, ampliam-se espacialmente também as distâncias, o que poderia significar o impedimento ou mesmo dificultar o movimento do capital. Mas o capital, como visto, rompe as barreiras espaciais de modo a reduzir o tempo seu tempo de rotação, importante para a aceleração da apropriação da mais-valia. Por isso, ao tempo que novos espaços são escalados para a dinâmica de valorização do capital, maior fluidez é requerida. Trata-se da necessidade de compensar o aumento das distâncias pela aceleração do tempo, o que Harvey (2005) denominou de “compressão do tempo-espacó” ou “ajuste espaço-temporal”, viabilizada por uma dotação de uma rede de infraestrutura, capaz de acelerar a circulação e reduzir a distância pelo tempo.

Nos espaços mais integrados à lógica de valorização, portanto, observa-se uma maior artificialização do espaço. Os espaços ganham maior densidade técnica, constituídos por um conjunto integrado de objetos técnicos hegemônicos, intensivos em ciência e informação, que respondem a ações também hegemônicas, voltadas a valorização do capital. São os espaços da produção e da troca de mais alto nível, que se modernizam de modo a responder a crescente necessidade de competitividade em um mundo globalizado, comandado pelos atores hegemônicos do capitalismo. Tais espaços são as zonas luminosas, espaços de racionalidade, produzidos para viabilizar a obtenção de maiores lucros, por apresentarem maior “produtividade espacial” (SANTOS, 2014a , p. 149).

A densidade de objetos técnicos de infraestrutura de transporte em um dado espaço, por exemplo, confere ao mesmo um diferencial competitivo, na medida em que permite reduzir o tempo de circulação do capital, o barateamento dos meios de produção, facilita a integração espacial e o intercâmbio do capital. Harvey (1989, p. 293) destaca que “quanto menos importante às barreiras espaciais, tanto maior a sensibilidade do

capital às variações do lugar dentro do espaço e tanto maior o incentivo para que os lugares se diferenciem de maneiras atrativas para o capital”.

A vantagem da localização permite aos capitalistas a apropriação de uma renda diferencial, durante um determinado período de tempo. Segundo Harvey (2013), a localização se constitui como fonte de mais-valor relativo.

Na competição, a vantagem relativa da localização se traduz em lucro excedente. Esse lucro excedente, como aqueles que acumulam os capitalistas que usam tecnologia superiores, podem ser encarado como uma forma de mais-valor relativo. Ele se acumula para os capitalistas individuais que vendem na média social, mas produzem aos custos locais que são inferiores à média social (HARVEY, 2013, p. 496).

Para Harvey (2014), as forças coercitivas da concorrência capitalista levam os capitais individuais a disputarem a localidade que concentra um maior volume de investimentos em infraestrutura e, portanto, um diferencial de lucro. A migração do capital para as localidades mais vantajosas reduz, no longo prazo, a taxa de lucro média e promove a igualdade entre as taxas de lucro para os capitalistas. Mas esse movimento de concentração espacial do capital promove alterações significativas nas configurações espaciais, no qual alguns espaços tendem a concentrar capitais em detrimento de outros.

Investimentos em meios de comunicação e transporte revolucionam continuamente a paisagem geográfica criada pelo capital. Os espaços relativos da espaço-economia estão em constante transformação. Cidades inteiras de atividades capitalistas são criadas apenas para definhar, à medida que as vantagens relativas se alteram na paisagem da competição capitalista. Grandes quantidades de capital fixo são incorporados à terra, cujo valor ou cresce ou é ameaçado pela construção de novos canais de comunicação e infraestrutura de transporte que estimulam a atividade por toda a parte (HARVEY, 2014, p. 269).

Para Marx (2014), dotação da infraestrutura de transporte e comunicação em uma dada localidade tem como resultado não só um processo de concentração espacial do capital onde há a dotação de infraestrutura física, mas também a própria concentração do capital em alguns poucos capitalistas.

A frequência de funcionamento dos meios de transporte – por exemplo, o número de trens numa ferrovia – aumenta à medida que um local passa a produzir mais, convertendo-se num grande centro de produção, e na direção de um mercado já existente, portanto, voltada aos grandes centros de produção e de população, aos portos exportadores, etc. Em contrapartida, essa facilidade específica do intercâmbio e a rotação acelerada do capital daí decorrente (na medida que a rotação é condicionada pelo tempo de curso) promovem, inversamente, uma

concentração acelerada do centro de produção, por um lado, e de seu mercado, por outro. Juntamente com a concentração, assim acelerada, de massas de homens e de capitais em pontos determinado, avança a concentração dessas massas de capital em poucas mãos. (MARX, 2014, p. 345).

A produção capitalista do espaço, a todo momento, cria as condições para que novos espaços sejam incorporados à dinâmica de valorização. Pata tanto, o espaço se torna cada vez mais tecnificado, de modo a viabilizar a reprodução do capital. Novos fixos são integrados ao espaço, de modo a articular os fluxos econômicos e viabilizar o ciclo do capital. A completude do ciclo é fundamental para a apropriação da mais-valia, gerada durante o momento da produção.

3.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO E A PRODUÇÃO DE CONFLITOS

O processo de intensificação da apropriação do espaço pelo capital engendrado por atores hegemônicos do capitalismo introduz novas determinações para compreensão do espaço em uma escala local. Muitas vezes eventos à escala mundial contribuem mais para o entendimento do subespaço que os fenômenos locais (SANTOS, 2014b). Assim, fatores exógenos a um determinado espaço, mas que se repercutem nele, tornam-se fatores explicativos de uma nova organização ou mesmo da desorganização espacial.

Portanto, a apropriação de novos espaços voltada à valorização do capital, tornando-os verdadeiros espaços do capital não se dá de forma passiva. O espaço é social, há hierarquias, relações de poder e conflitos de classe se refletem no espaço. A produção capitalista do espaço produz conflitos de interesses entre o capital e o trabalho, bem como entre os diferentes sujeitos e atores (de classes antagônicas) que convivem e se relacionam no espaço (HARVEY, 2013).

Fatores externos, tais como uma reorganização da divisão internacional do trabalho ou mudanças no padrão de reprodução do capital podem se repercutir em um dado espaço. A articulação espacial do movimento do capital se caracteriza por confusões, antagonismos e conflitos. Trata-se de um processo marcado por contradições e violência, conforme destaca Harvey (2006; 2013).

Harvey (2006) chama atenção que o processo de ajuste espaço-temporal como forma de superar a crise capitalista tem se caracterizado por um processo de acumulação de capital por espoliação. “A incapacidade de acumular através da reprodução ampliada

sobre uma base sustentável foi acompanhada por crescentes tentativas de acumular mediante a espoliação” (HARVEY, 2006, p. 95).

O conceito de acumulação por espoliação aproxima-se do conceito de acumulação primitiva, presente na obra de Marx (2014), o qual identificava tal processo como condição inicial para o surgimento e para a consolidação do capitalismo. Entretanto, Harvey (2006) ressalta que tal forma de acumulação ainda se encontra presente atualmente e se apresenta com uma nova roupagem. A acumulação por espoliação é uma forma de acumulação do capital mais aderente ao novo contexto histórico-social, mas cuja base se aproxima dos pressupostos básicos do processo de acumulação primitiva de Marx, na medida em que se processa de maneira severa, espoliando direitos, terras, recursos naturais e a própria cultura (HARVEY, 2006).

De acordo com Harvey (2006; p. 108):

uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital é por conseguinte muito necessária, como observaram recentemente vários comentadores. Como parece estranho qualificar de ‘primitivo’ ou ‘original’ um processo em andamento, substituirei a seguir esses termos pelo conceito de “acumulação por espoliação”.

Os novos mecanismos de espoliação estão associados às perdas de ativos dos países e da população, endividamento dos países e servidão da população aos ditames neoliberais, perda dos direitos de pensão e apropriação de recursos ambientais que se transformam em mercadorias (HARVEY, 2006). Segundo Harvey (2006), observa-se uma crescente mercantilização das formas culturais, das histórias e da criatividade intelectual que se materializa na apropriação e exploração da cultura e das criatividades populares por meio dos direitos de propriedade. Da mesma forma, destaca as transferências para as grandes corporações e a privatização de ativos previamente públicos (como as universidades) e a onda de privatização da água e outros serviços públicos (HARVEY, 2006).

Com o processo de globalização, as possibilidades de apropriação do espaço pelo capital se ampliam, da mesma forma, ampliam-se o processo de espoliação, pois a todo momento novos espaços são escalados para responder a racionalidade e interesses dos atores hegemônicos. Novos espaços são produzidos de acordo com o objetivo de obtenção de maiores lucros, estritamente, sendo um processo de acumulação por espoliação.

Os espaços de racionalidade, mais denso em fixos modernos e articulados em sistemas de objetos, interconectam-se por meio das redes, dando maior fluidez aos fluxos

econômicos e de informações, ditados por interesses hegemônicos do capitalismo. Mas, conforme assevera Santos (2013), embora haja um processo de constituição de formação de um meio técnico-científico-informacional dotados de objetos intencionalmente criados para responder às ações dos atores hegemônicos, articulados em redes, há de outro lado, outros espaços, às zonas “opacas” (SANTOS, 2013, p. 48), espaços de baixa densidade de tecnologia, ciência e informação.

Não há apenas espaços que são o de globalização ou mundializados, articulados por redes. Não há uma unificação do espaço. Para Santos (2013, p. 29):

o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou homogeneizadas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política, da cultura, da sociedade enfim. Os outros agentes sociais, homogeneizados pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos.

Santos (2013, 2104a) discute a noção do “espaço banal” - o espaço habitado, o espaço humano, o espaço de todos - onde coexiste o diverso, em contraposição a noção do espaço enquanto rede que interconecta pontos luminosos (espaços de racionalidade) (SANTOS, 2014a, p. 139).

Para a socióloga Ana Clara Torres Ribeiro (2012), os *espaços luminosos*

[...] seriam produtos da razão que amplifica estrategicamente os comandos da modernidade. Denotam a força da racionalização emanada do pensamento instrumental, que, ao selecionar o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer. Os espaços luminosos engrandecem a visão, oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejada e desejável (RIBEIRO, 2012, p.67).

Para Santos (2014a, p. 139) “além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Ainda segundo Santos (2014a, p. 50) “o todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações – numa palavra, o espaço geográfico. Mas só os atores hegemônicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios”. Tais atores hegemônicos do capitalismo são as grandes firmas transnacionais, que atuam em uma escala global.

Assim, para Santos (2013), o espaço banal agrupa horizontalidades e verticalidades.

Horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por associações e complementaridades (a vida urbana, relações cidade campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos a serviço de atores hegemônicos não raro distantes. São vetores de integração hierárquicas regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada a distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é, com frequência, o mundo transportado aos lugares por firmas transnacionais (SANTOS, 2013, p. 50-51).

A horizontalidade é a base do cotidiano de todos os sujeitos e as verticalidades, por seu turno, apresentam-se como redes. Mas as redes possuem um caráter dual: ao mesmo tempo que integram os distintos espaços, aceleram a circulação e ampliam as possibilidades de atração de novos fluxos, também fragmentam, estão articuladas aos atores hegemônicos do capitalismo, excluem o acesso de atores não-hegemônicos e desorganizam o território (SANTOS, 2006, 2013, 2014a,).

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente (SANTOS, 2006, p. 188-189).

Embora, a globalização tenha significado a tentativa de construção de um espaço global voltado à valorização do capital, “o espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora” (SANTOS, 2013, p. 27). “Não há espaço global, mas, apenas espaços de globalização, espaços mundializados, reunidos por redes” (2014a, p. 168), mas que não eliminam o espaço de todos. Por mais que o processo de globalização busque construir um espaço de racionalidade mundial de acordo com os interesses dos atores hegemônicos, os vetores da mundialização encontram no lugar ação reativa, pois “as tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos, porque tem buscado unificar e não unir” (SANTOS, 2013, p. 33). “O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar. Desse modo, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo” (SANTOS, 2013, p. 33).

Ou seja, o espaço banal é heterogêneo e não apenas espaços da racionalidade capitalista. Há espaços de globalização, produzidos com a incorporação cada vez maior

de objetos técnicos modernos, que articulam e intensificam cada vez mais os fluxos econômicos, por meio de redes, e estão associados aos objetivos dos atores hegemônicos do capitalismo em escala global. Mas, há, também, os espaços não hegemônicos. No nível local, os vetores de racionalidade, as redes, provocam conflitos, pois os objetos técnicos hegemônicos que respondem às ações também hegemônicas pouco dialogam com os sujeitos locais, de um determinado território. Os grandes objetos técnicos dotados de intencionalidade a favor do capital hegemônico são objetos estranhos ao território. Seu comando é externo ao território.

A tecnificação, a crescente mercantilização e apropriação dos recursos naturais e a imperativa necessidade de novos espaços para serem produzidos de acordo com os ditames do capital. A produção de novos espaços e a espoliação territorial, consequentemente, implica na desterritorialização de sujeitos sociais, pois apenas os atores hegemônicos são integrados e utilizam todos os espaços. Territórios, assim, são apropriados pelo capital para integrá-los à sua dinâmica de valorização.

Haesbaert (2007) faz uma discussão sobre o processo de desterritorialização a partir de duas posições antagônicas. Trata-se da visão de desterritorialização chamada de superior e a desterritorialização chamada inferior, sendo a primeira a mais discutida na literatura, onde a ênfase é dada na imaterialidade do ciberespaço, e a segunda, a mais adequada para utilização do termo, menos utilizada.

a primeira é “ aquela que diz respeito à debilitação das bases materiais na dinâmica social, uma espécie de desterritorialização “do alto” ou “superior”, especialmente vinculada às categorias sociais privilegiadas, que usufruem de todas as benesses dos circuitos técnico-informacionais globalizados. A segunda, num outro extremo da pirâmide social, é a da desterritorialização “de baixo” ou “inferior”, pois envolve alguns dos grupos mais expropriados, aqueles que não só estão alijados do acesso a esse mundo “imaterial” do ciberespaço, como estão sendo privados do acesso ao território no seu sentido mais elementar, o da terra, o do terreno, como base material primeira da reprodução social” (HAESBAERT, 2007, p. 61-62).

O autor ressalta que na segunda categoria, mais social, estão os sem-terra, os sem-teto, indígenas e os demais grupos excluídos. De acordo com Haesbaert (2007, p. 66):

pensar a desterritorialização como um movimento que, longe de estar fazendo desaparecer os territórios, ou mesmo de correr paralelo a um movimento territorizador, geralmente mais tradicional, deve ser interpretado como um processo relacional, des-re-territorializador, em que o próprio território se torna mais complexo, múltiplo, por um lado mais híbrido e flexível, mergulhado que está nos sistemas em rede, multiescalares, das novas tecnologias da informação e, por outro, mais

inflexível e fechado, marcado pelos muros que separam ricos e pobres, grupos “mais” e “menos seguros”, mais e menos “territorializados.

Para Haesbaert (2007) são as populações excluídas de território, seja no sentido mais elementar (terra, terreno) ou mesmo cultural e simbólico que são tolhidos de sua experiência total do espaço. Neste sentido, para o autor, a “desterritorialização, portanto, antes de significar desmaterialização, dissolução das distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial” (HAESBAERT, 2007, p. 68).

O Estado é muito mais que dominação de classe. Mas é essencialmente dominação de classes. O Estado é muito mais do que condensação de relações de poder, mas é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas é essencialmente uma comunidade, porém, ilusória. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente violência concentrada (OSORIO, 2014, p. 17).

4 ESTADO, PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL E PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO

A análise empreendida sobre o padrão de reprodução do capital e da produção capitalista dos espaços necessita considerar o papel do Estado nestes processos e sua relação com as classes sociais, em especial com a classe burguesa ou frações da mesma. Tal desafio se mostra relevante, seja porque o Estado brasileiro é não só o financiador da FIOL, como também é, via uma empresa pública nacional, responsável pelo projeto da mesma. Ademais, a FIOL está inserida na IIRSA, uma iniciativa de integração envolvendo estados nacionais e financiamento externo, no qual o papel dos distintos Estados que compõem a iniciativa dita o andamento da mesma.

O Estado é o fomentador da IIRSA e também da FIOL, que por sua vez, possui estreita relação com a produção capitalista do espaço. Mas, como visto, a produção do espaço está, por sua vez, associada a forma como o capital se valoriza na produção de determinado valor de uso. Portanto, a produção do espaço também está associada a um dado padrão de reprodução do capital, com particularidades na repercussão da organização espacial. Tais considerações são importantes para delimitar a concepção de Estado que será utilizada nesta pesquisa.

Destaca-se que não se busca fazer uma discussão ampla sobre a teoria do Estado, em especial, sobre a teoria marxista do Estado, visto que esta não é o objetivo da pesquisa. Da mesma forma, não há a pretensão de entrar no debate sobre a existência ou inexistência de uma teoria marxista do Estado, tema tratado por Bobbio (1979). O objetivo deste trabalho é, a partir das leituras das próprias obras de Marx (2008, 2010; 2011a; 2011b; 2014), Marx e Engels (2007a ;2007b); Engels (1984) e de alguns autores marxianos, tais como Lenin (2007), Gramsci (1976, 2002, 2005), Poulantzas (1977, 1980), Harvey (2013, 2005b); Coutinho (1992, 1996), dentre outros, analisar a relação entre o desenvolvimento capitalista e o papel do Estado para depois analisar o papel do Estado na produção capitalista do espaço e na conformação de um dado padrão de reprodução do capital.

Com tal aporte teórico, espera-se compreender melhor a relação entre o padrão de reprodução do capital, o Estado, a apropriação do espaço pelo capital e sua reorganização espacial. Inicialmente, faz-se uma análise com maior nível de abstração, tentando delimitar os contornos da perspectiva de Marx (2008, 2010; 2011a; 2014) e Marx e Engels (2007a ;2007b) sobre o Estado e a relação com o modo de produção capitalista. No segundo momento, ressalta-se a abordagem de Gramsci (2002, 2005), no qual os conceitos de hegemonia e consenso são fundamentais para compreender a relação entre

Estado e sociedade civil. O conceito de bloco de poder e de autonomia relativa do Estado também é abordado, a partir da perspectiva de Poulantzas (1977, 1980).

Posteriormente, depois de uma análise teórica mais ampla sobre a abordagem marxiana do Estado no desenvolvimento capitalista, é caracterizado as especificidades do papel do Estado e sua relação com frações de classe em economias dependentes, com especial atenção na economia brasileira, bem como sua importância no direcionamento de determinado padrão de reprodução do capital, a partir das contribuições de Marini (1977, 1991) e Osorio (2012a). Busca-se também compreender a importância do Estado brasileiro na definição da estratégia de acumulação e reprodução do capital em um contexto histórico do início do século XXI, com base na abordagem do neodesenvolvimentismo enfatizada por Alves (2014) e Sampaio Jr. (2012) e na abordagem do padrão de desenvolvimento defendido por Filgueiras (2013). Isto se faz necessário para analisar o papel do Estado brasileiro no período em que nasce o projeto da FIOL, bem como sua relação com o padrão de reprodução do capital na economia brasileira e baiana. Também se centra a análise nas novas configurações assumidas na relação entre o Estado-sociedade, em especial com frações da classe dominante, para acomodação dos seus interesses. Esta etapa da discussão é feita com base na abordagem neocorporativista desenvolvida por Nelson de Oliveira (2004) e Ortega (2005).

4.1 A TEORIA MARXISTA DO ESTADO E O MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

Embora não haja um trabalho completo acerca da teoria do Estado em Marx (HARVEY, 2005b), é possível observar em diversas obras de sua autoria, tais como Marx (2010; 2014), ou mesmo naquelas escritas com Engels, Marx e Engels (2007a; 2007b), a concepção do Estado abordada em Marx e o papel do mesmo no desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Marx parte de uma crítica à concepção idealista de Hegel sobre o Estado e de sua relação com a sociedade civil. De acordo com Marx (2010, p. 27), para Hegel:

o estado é, de um lado, uma necessidade externa e sua potência superior, a cuja natureza as leis daquelas esferas [a família e da sociedade civil], bem como seus interesses, encontram-se subordinados e da qual são dependentes; porém, de outro lado, é o Estado seu fim imanente e tem sua força na unidade de seu fim último geral e no interesse particular dos indivíduos, na medida em que tais indivíduos têm deveres perante ele assim como, ao mesmo tempo, têm direitos.

Segundo Marx (2010), para Hegel, o Estado seria a encarnação da racionalidade, que expressa a dimensão universal. O sistema do interesse geral, cuja “a universalidade da constituição e das “leis” é – o poder soberano; a deliberação ou a relação do particular com o universal” (MARX, 2010, p. 41). Mas para Marx (2010), Hegel atribui ao Estado a racionalidade que a sociedade civil não possui, uma vez que na sociedade civil predomina os interesses particulares e não universais.

Para Marx (2010), Hegel subordina os “interesses” e as “leis” da sociedade civil em favor das do Estado. A matéria do Estado é dividida “pelas circunstâncias, pelo arbítrio e pela escolha própria da determinação. Os cidadãos do Estado [...] são membros da família e membros da sociedade civil” (MARX, 2010, p. 30). Ainda segundo Marx (2010, p. 30) na concepção hegeliana “ideia é subjetivada, os sujeitos reais, família e sociedade civil, “circunstâncias, arbítrio” etc. converte-se em momentos objetivos da ideia, irreais”. Portanto, para Marx (2010), Hegel faz uma inversão ao fazer da Ideia o sujeito e do sujeito o predicado. Para Marx (2010 p. 41) “família e sociedade civil são os pressupostos do Estado; elas são os elementos propriamente ativos”. Assim,

as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades, condições estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e dos franceses do século 18, compreendia sob o nome de "sociedade civil" (MARX, 2008, p. 47).

Para Marx (2008), a compreensão do Estado requer previamente uma compreensão da sociedade civil, visto que o Estado expressa a sociedade civil. Marx (2008) desloca o problema da compreensão do Estado para a compreensão da sociedade civil, onde os interesses privados e o conflito estão presentes. No mesmo sentido, Engels (1984, p. 191) afirma que:

O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão” como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar.

As contradições e os embates característicos no âmbito da sociedade civil levam Marx a questionar a dimensão universal do Estado e sua racionalidade, dado que este expressa uma sociedade com conflitos de interesses e que reflete aqueles interesses mais

fortes, no caso os interesses da classe capitalista. Para Marx e Engels (2007a), a sociedade civil representa um conjunto de distintos interesses, mas interesses de classes, que estão a todo tempo se chocando. Há um antagonismo de classes na sociedade civil, fruto da divisão social do trabalho, que se estabelece com o modo de produção capitalista. Assim, para Marx (2007a), não é possível uma dimensão universalizadora personificada na figura do Estado.

A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; mas ainda, esse interesse coletivo não existe apenas, digamos, na idéia, enquanto «interesse universal», mas sobretudo na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho (MARX; ENGELS, 2007a, p. 37).

O Estado, portanto, é resultado das relações de produção, no qual as relações materiais são a base da estrutura social e da consciência humana (MARX; ENGELS, 2007a.). O Estado não pode ser explicado pela chamada evolução geral do espírito humano. Segundo Lenin (2007), para Marx, o Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes.

O antagonismo de classe evidencia a contradição da sociedade civil, a qual é permeada por conflitos de interesses entre as classes. São destes conflitos que nasce o Estado, como instrumento para combater o antagonismo de classe, manter a divisão social do trabalho e a da dominação de uma classe sobre a outra (ENGELS, 1984).

para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade em uma luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado (ENGELS, 1984, p. 191).

Na perspectiva marxista, portanto, o Estado é um produto da sociedade capitalista e se constitui em um aparato de coerção de classe. Trata-se de um instrumento de dominação da classe que é economicamente e ideologicamente dominante, no caso a burguesia moderna. Para Marx e Engels (2007b, p. 41), a burguesia conquistou “a soberania política no Estado representativo moderno. O Governo do Estado moderno é apenas um comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia”. A divisão de classes e a expressão dos interesses da burguesia por meio do Estado, que os expressa como interesse geral, evidencia uma clara contradição entre o interesse da sociedade civil

e o interesse coletivo representado pelo Estado, ao passo que, ao mesmo tempo, cria uma ilusão de que o Estado expressa o direito de todos

é precisamente dessa contradição do interesse particular com o interesse coletivo que o interesse coletivo assume, como Estado, uma forma autônoma, separada dos reais interesses singulares e gerais e, ao mesmo tempo, como comunidade ilusória, mas sempre fundada sobre a base real [realen] dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal (MARX; ENGELS, 2007a, p. 37).

O Estado, em Marx, é um Estado de classe, que defende os interesses comuns de uma classe particular, no caso, a burguesia, mas transvertido em um suposto interesse geral (COUTINHO, 1996).

O Estado, representante dos interesses da classe dominante (a burguesia moderna), exerce funções importantes no desenvolvimento do modo capitalista de produção, cujo direito à propriedade privada é fundamental. Conforme ressalta Coutinho (1996), o Estado ao garantir a propriedade privada, assegura a reprodução da divisão da sociedade em classes e o próprio modo de produção capitalista.

Para Marx (2010, p. 116), o Estado é “o próprio poder da propriedade privada, sua essência trazida à existência”. A relação entre o Estado, à burguesia moderna e o direito à propriedade privada é fundamental para as relações de trocas e se coloca como um dos elementos centrais para o desenvolvimento capitalista.

A burguesia, por ser uma classe, não mais um estamento, é forçada a organizar-se nacionalmente, e não mais localmente, e a dar a seu interesse médio uma forma geral. Por meio da emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado se tornou uma existência particular ao lado e fora da sociedade civil; mas esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (MARX; ENGELS, 2007, p. 75).

A transfiguração do interesse burguês para o interesse coletivo é pautada em princípios burgueses, tais como justiça, liberdade, igualdade. Estes, amparado no Estado, sombreiam os elementos centrais do capitalismo que é o direito à propriedade privada, as relações sociais de troca e a garantia das relações capitalistas de produção, passando a ilusão de que o interesse dominante é o interesse comum e, consequentemente, constituem-se como instrumento de dominação burguesa (HARVEY, 2005b).

Para Marx e Engels (2007a, p. 76):

o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre.

A questão em torno da maneira pela qual o Estado expressa os interesses de uma classe específica, por meio da expressão de um suposto interesse geral, remete a uma ampla discussão no seio da tradição marxista. Observam-se correntes no marxismo que possuem uma concepção instrumentalista do Estado, no qual as relações econômicas e a dominação da classe burguesa se apropriam do Estado e exercem sua dominação sobre a classe proletariada por meio de mecanismos de repressão e coerção para garantir a acumulação e o processo de reprodução do capital (BUCI-GLUCKSMANN, 1977). Nessa concepção, “o Estado é visto como exterior a uma classe ou fração de classe, que o manobraria “de modo diabólico” para perpetuar seu poder e enganar o proletariado” (BUCI-GLUCKSMANN, p. 61, 1977).

Gramsci (2005) contrapõe a visão estreita do Estado enquanto aparelho de dominação coercitiva de uma classe, no caso a burguesa, sobre a classe subalterna e, assim, segundo Coutinho (1992, p.74), “Gramsci enriquece, com novas determinações, a teoria marxista do Estado”.

Gramsci (2005) não refuta o caráter de dominação de classe do Estado, bem como utiliza em sua análise o materialismo histórico e dialético (COUTINHO, 1996). As análises de Gramsci evidenciam outra forma de dominação estatal não apenas restrito a questão da coerção. Sua discussão sobre o Estado perpassa pela análise concreta dos países do ocidente e oriente das primeiras décadas do século XX, em especial no que diz respeito aos aspectos econômicos e sócio-políticos.

A socialização da participação política, tal como o sufrágio universal e a ascensão de movimentos organizativos das classes subalternas, mudou a atuação estatal, na medida em que relativizou seu caráter opressor e imprimiu maiores concessões às classes subalternas (COUTINHO, 1996). Ademais, Gramsci percebeu uma maior complexidade que a forma estatal assumia e a diferença entre sua configuração no ocidente, daquela que se configurou na Rússia czarista.

Para Gramsci (2005), nos países do ocidente o Estado possuía outras feições daquelas observadas por Marx e Engels. A relação do Estado com a sociedade civil se dava de forma diferente. Conforme destaca Buci-Glucksmann (1977, p. 57):

Gramsci percebeu que o “Estado não é mais aquele “guarda noturno” que garantia juridicamente e institucionalmente o quadro político. Ele não apenas intervém ao nível do processo de acumulação e de regulação do capital, mas ele cada vez mais se incorpora nos diferentes aparelhos ideológicos.

De acordo com Gramsci (2005) no Ocidente havia um maior equilíbrio entre o Estado e a sociedade civil, diferentemente dos países orientais, onde o Estado se impunha por meio da força à sociedade civil.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primordial e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e em qualquer abalo do Estado imediatamente descobria-se uma poderosa estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado. (GRAMSCI, 2005, p. 262)

O ataque ao Estado, tal como ocorreu na Revolução Russa, tornou-se difícil nos países do ocidente devido ao papel que a sociedade civil exercia nestes países, o que explica o fracasso dos movimentos operários nestes países e a ascensão do fascismo e do nazismo (GRAMSCI, 2002).

Gramsci (2005) amplia a concepção de Estado para além da visão restrita da face repressiva do mesmo. Para o autor, a dominação é exercida não somente pela coerção e repressão, mas também via hegemonia na sociedade.

Gramsci será levado a opor uma concepção “estrita” do Estado (Estado como governo, como coerção) a uma concepção “ampliada” do Estado, levando em conta o bloco no poder que ele unifica, a base de massa que ele organiza, os diferentes aparelhos de hegemonia que o sustentam. Em suma, o desenvolvimento do conceito de hegemonia se articulará estreitamente ao desdobramento metodológico das superestruturas: o Estado integral é “hegemonia revestida de coerção”, ditadura mais hegemonia, dominação mais direção (BUCI-GLUCKSMANN, p. 60, 1977)

Mas a hegemonia não é só econômica e política, mas é em especial uma hegemonia cultural. Para Gramsci a hegemonia se constitui como “essencial à sua concepção estatal e à ‘valorização’ do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (GRAMSCI, 1999, p. 295).

A face repressiva do Estado seria a sociedade política, o Estado estrito (aparelho de coerção e dominação da classe burguesa) (GRAMSCI, 2005). Trata-se apenas uma das

feições do Estado, uma vez que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2005, p. 244).

Portanto, conforme destaca BUCI-GLUCKSMANN (1980, p. 99), o “Estado deve-se entender não somente o aparelho governamental, mas também o aparelho privado de hegemonia, ou sociedade civil”. Assim, na concepção de Gramsci a categoria sociedade civil ganha importância na análise do Estado, o qual é visto como um “conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc.” (COUTINHO, 1992, p.76-77)

É na sociedade civil que as distintas classes tentam exercer sua hegemonia, de modo a desempenhar a dominação e o controle da sociedade civil, por meio do consentimento. Portanto, a hegemonia se constitui como outra forma de dominação, que não a econômica ou a repressiva.

hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica; não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 2002, p. 48).

A incessante luta por hegemonia no âmbito da sociedade civil é conquistada a partir do que Gramsci cunhou como “guerra de posição”, no qual a sobreposição da hegemonia de uma classe no âmbito do Estado perpassa pela imposição hegemônica, por meio da “direção moral e intelectual” consensual na sociedade. Assim, a hegemonia burguesa é, portanto, uma imposição da cultura, da visão de mundo e dos interesses dos quais a classe dominante submete as classes subalternas por meios dos “aparelhos privado’ de hegemonia”. Entretanto, o exercício da hegemonia requer concessões, alianças e uma ampliação da socialização da política para alcançar o consenso (COUTINHO, 1992).

Portanto, a contribuição da concepção de Gramsci (2002) sobre o Estado “ampliado”, no qual a sociedade política e a sociedade civil, conjuntamente, constituem

o Estado, enquanto instâncias integradas, permite compreender como as classes dominantes impõem, por meio da hegemonia e da coerção, seus interesses particulares, formando consensos ou dominação, fundamentais para a reprodução do capital.

Segundo Coutinho (1992, p. 77), tanto a sociedade política, quanto a sociedade civil servem para “conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental”. Entretanto, por meio da sociedade civil, as classes buscam manter seus interesses, exercendo sua hegemonia, e, por meio da sociedade política, elas visam seus interesses através da dominação, mediante coerção (COUTINHO, 1992).

A abordagem de Poulantzas (1980) sobre o Estado também traz algumas contribuições para fim desta pesquisa, em especial no que diz respeito ao conceito de bloco de poder, apropriação do aparelho estatal e o papel econômico do Estado. Poulantzas (1980) empreende uma análise da relação entre o Estado, o poder e as classes sociais. O autor se mostra um crítico ao economicismo e da concepção puramente instrumental do Estado. De acordo com o próprio autor:

o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. [...]. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente produzido pelas classes dominantes, não o é também por elas monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade. Nem todas as ações do Estado se reduzem à dominação política, mas nem por isso são constitutivamente menos marcadas (POULANTZAS, 1980, p. 17).

A relação do Estado e a economia é um tema fundamental para compreensão da concepção de Estado de Poulantzas (1980; 1977). O autor advoga pela separação relativa do Estado da economia, uma vez que sua imbricação (Estado-economia) oculta a luta de classe no âmbito das relações capitalistas de produção (POULANTZAS, 1977). Tal separação é importante na definição de Poulantzas sobre o Estado, no qual a luta de classe se constitui como questão central. De acordo com Poulantzas (1980, p. 30) no que se refere ao Estado capitalista “a separação relativa das relações criadas pelas relações de produção constitui o fundamento organizacional de sua ossatura orgânica e revela sua ligação com as classes sociais e a luta de classes sob o capitalismo”.

Para Poulantzas (1980, 1977) o Estado é entendido como uma relação social entre classes e frações de classes. O Estado “não é, ele também, uma essência; nem sujeito da história, nem simples objeto instrumento da classe dominante, mas, do ponto de vista de

sua natureza de classe, condensação de uma relação de força que é uma relação de classe” (POULANTZAS, 1980, p. 137).

O Estado, no caso capitalista, não deve ser considerado como uma entidade intrínseca, mas, como é aliás o caso para “o capital”, como uma relação, mais exatamente uma condensação material (o Estado-aparelho) de uma relação de forças entre classes e frações de classes tal como se exprimem, sempre de modo específico (separação do Estado da economia dando lugar às instituições próprias do Estado capitalista) no próprio seio do Estado (POULANTZAS, 1977, p. 22)

De acordo com Poulantzas (1980, p. 173), a luta de classe se repercute no Estado, em seus aparelhos estatais. O Estado é uma relação social, sua estrutura é dividida e a luta de classe “detém o primado sobre os aparelhos”. As distintas classes ou frações de classes disputam o poder nos aparelhos do Estado, de modo que o Estado é constituído pelas contradições de classes presentes na sociedade. Tal consideração é importante, pois dessa forma Poulantzas (1977, p. 22) argumenta que os aparelhos-instituições do Estado não possui poder próprio, uma vez que “o poder do Estado representa o poder de certas classes ou frações de classes, a cujos interesses correspondem o Estado”.

todo poder (e não somente um poder de classe) só existe materializado nos aparelhos (e não somente nos aparelhos de Estado). Esses aparelhos não são simples apêndices do poder, porém detêm um papel constitutivo, pois o próprio Estado está presente organicamente na geração dos poderes de classe. Entretanto, na relação poder /aparelhos, e mais particularmente luta de classes/ aparelhos, é a luta (das classes) que detém o papel fundamental, luta cujo campo é o das relações de poder, de exploração econômica e de domínio/ subordinação político-ideológica. As lutas sempre detêm primazia sobre os aparelhos-instituições, e constantemente os ultrapassam. (POULANTZAS, 1980, p. 51).

Poulantzas (1977) faz algumas observações importantes acerca das relações do Estado com as classes sociais na fase do capitalismo monopolista. De acordo com o autor, o Estado capitalista representa o interesse político da burguesia que detém a hegemonia sob uma de suas frações, visto que a burguesia não é uma classe homogênea, ela é dividida em frações de classes, cujos interesses específicos são distintos. Em que pese tal fracionamento, “as frações burguesas se situam em seu conjunto, embora em graus variáveis e cada vez mais desiguais, no terreno da dominação política, fazendo então sempre parte do bloco no poder” (POULANTZAS, 1977, p. 21).

Ainda segundo Poulantzas (1980, p. 145):

Em relação principalmente às classes dominantes, em particular, a burguesia, o Estado tem um papel principal de organização. Ele representa e organiza a ou as classes dominantes, em suma representa, organiza o interesse político a longo prazo do *bloco no poder* composto de várias frações de classe burguesas (pois a burguesia é dividida em frações de classe), do qual participam em certas circunstâncias as classes dominantes provenientes de outros modos de produção, presentes na formação social capitalista: caso clássico ainda hoje em dia, nos países dominados e dependentes dos grandes proprietários de terra.

O Estado deve ter uma autonomia relativa em relação às frações da burguesia, bem como dos interesses que compõem o bloco no poder, para que possa organizar a unidade do próprio bloco sob a hegemonia de uma classe ou de uma fração. Tal fato está ligado à separação relativa do Estado da economia (relações de produção) (POULANTZAS, 1980). De acordo com Poulantzas (1980, p. 103), o Estado deve ter autonomia relativa para que “os agentes da classe economicamente dominante (a burguesia) não se confundam diretamente com os mantenedores e agentes do Estado”. O Estado “deve deter sempre uma autonomia relativa com relação a esta ou aquela fração do bloco no poder [...] para assumir seu papel de organizador político do interesse geral da burguesia [...] sob hegemonia de uma dessas facções”. (POULANTZAS, 1977, p. 21).

O Estado como condensação de relações sociais, a qual é contraditória e se expressa no próprio seio do Estado, implica que possui contradições internas, conforme ressaltado. Observa-se, portanto, no âmbito do Estado fricções entre frações de classe e, consequentemente, entre as elites políticas. De acordo com Poulantzas (1977, p. 23), o Estado ao reproduzir as contradições de classes não é “um bloco monolítico sem fissuras, mas é ele mesmo, com sua própria estrutura, dividido”. Como consequência, Poulantzas (1977) evidencia que a política do Estado se estabelece por processo de contradições interestatais, resultado das contradições de classe, especialmente das frações do bloco no poder.

A definição de Estado de Poulantzas evidencia claramente as disputas de poder e de projetos (políticas de Estado) entre as classes constitutivas no bloco do poder no âmbito do próprio Estado, nos mais diversos aparelhos estatais, bem como no interior de cada um deles. Para Poulantzas (1980, p. 153), os diversos ramos e aparelhos de Estado constituem:

muitas vezes a sede do poder, e o representante privilegiado, desta ou daquela fração do bloco no poder, ou de uma aliança conflitual de algumas dessas frações contra as outras, em suma a concentração-cristalização específica de tal ou qual interesse ou aliança de interesses particulares.

O fato da política do Estado se estabelecer por processo de contradições interestatais, não significa que o Estado não possa ter uma política global. A unidade em torno de uma política é possível por meio da apropriação ou domínio dos aparelhos do Estado pelo capital monopolista, via transformações institucionais na estrutura do próprio Estado. O capital se apropria do Estado e age de modo a viabilizar a orientação da política de acordo com seus interesses (POULANTZAS, 1980).

A unidade-centralização do Estado, em favor atualmente do capital monopolista, se estabelece, portanto por um complexo processo: por transformações institucionais do Estado de tal forma que alguns centros de decisão, dispositivos e núcleos *dominantes* só podem ser permeáveis aos interesses monopolistas instaurando-se como centros de orientação da política de Estado e como pontos de estrangulamento de medidas tomadas "alhures" (porém dentro do Estado) em favor de outras frações do capital (POULANTZAS, 1980, p. 168).

Outra questão que merece ser destacada na análise de Poulantzas (1977, 1980) é o papel do Estado em relação às classes dominadas, que o autor evidencia como: "Estado e as lutas populares". Devido à própria concepção do Estado capitalista de Poulantzas (1980, 1977), como sendo uma condensação de uma relação de força que é uma relação de classe, o autor ressalta a possibilidade das classes dominadas se fazerem presentes no interior do próprio Estado. Nesse sentido, de acordo com Poulantzas (1980, p. 162), "o Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, mas, também, a relação de forças entre estas e as classes dominadas". Entretanto, adverte Poulantzas (1977, p. 26), que embora o Estado concentre em seu seio a relação de força entre o bloco no poder e as classes dominadas, esta relação "não se cristaliza nos aparelhos de Estado do mesmo modo que a relação de forças no seio do bloco no poder". Conclui Poulantzas (1977, p. 26) que "em função da unidade do poder do Estado como poder de dominação de classes, as classes dominadas não existem no Estado através de aparelhos ou ramos que concentrem um poder próprio destas classes".

Para Poulantzas, em que pese os aparelhos de Estado exercerem a força e a repressão como forma de dominação de classe, os mesmos também organizam e reproduzem a hegemonia de classe "ao estabelecer um jogo (variável) de compromissos provisórios entre o bloco no poder e certas classes dominadas, e instaurando um "consenso" ideológico desta com relação ao poder político das classes dominantes" (POULANTZAS, 1977, p. 26). Aqui, cabe destacar a importância da categoria hegemonia em Poulantzas, derivada das análises de Gramsci, conforme evidenciam Jessop (2009) e Ferrari (2012).

Ainda no que diz respeito a relação entre o Estado e as classes dominadas, “os aparelhos de Estado organizam-unificam o bloco no poder ao desorganizar-dividir continuamente as classes dominadas, polarizando-as para o bloco no poder e ao curto-circuitar suas organizações políticas específicas” (POULANTZAS, 1980, p. 161). O Estado ao exercer sua hegemonia, desorganiza as classes dominadas, facilita a cooptação das mesmas como classes de apoio do bloco no poder, ao tempo que dificulta a aliança entre as frações das classes dominadas (POULANTZAS, 1977).

Poulantzas (1980) ressalta que a hegemonia do bloco no poder, composto pelas distintas frações da burguesia, é exercida por meio de certas concessões em busca de consenso, fundamental para o exercício de seus interesses e para a reprodução do modo capitalista de produção.

Todas as disposições tomadas pelo Estado capitalista, mesmo as impostas pelas massas populares, são finalmente e a longo-prazo inseridas numa estratégia em favor do capital ou compatível com sua reprodução ampliada. É levando em conta a relação de forças com as classes dominadas e suas resistências, que o Estado leva a cabo as medidas essenciais em favor da acumulação do capital e elabora-as de maneira política, ou seja, de maneira tal que elas possam, por meio de certas concessões às classes dominadas (as conquistas populares), garantir a reprodução da hegemonia de classe e da dominação do conjunto da burguesia sobre as massas populares (POULANTZAS, 2014).

A concepção da abordagem marxiana do Estado tratado até então, conforme ressaltado, visa, a partir de uma discussão teórica, fornecer os elementos teóricos, bem como suas categorias de análise, para a discussão da relação entre o Estado, a produção capitalista do espaço e a noção de padrão de reprodução do capital, categoria teórica importante para analisar a FIOL e os interesses envolvidos no seu projeto. Ademais, tal abordagem permite compreender como o Estado nacional brasileiro acomoda os distintos interesses de frações do capital, bem como dialoga com às diversas escalas territoriais.

4.2 O PAPEL DO ESTADO E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NOS PAÍSES DEPENDENTES

A abordagem marxiana do Estado ao fornecer elementos sobre o papel do Estado na dinâmica capitalista e sua relação com as classes dominantes permite avançar no entendimento do papel do Estado no direcionamento do padrão de reprodução do capital em uma dada realidade socioeapacial, em um determinado contexto histórico.

De acordo com Osorio (2012a), para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas características associadas ao ciclo do capital e que deixem marcas por meio da repetição. Ainda segundo o autor, um dos mecanismos fundamentais para a consolidação de um dado padrão de reprodução do capital é o papel do Estado, pois padrões de reprodução distintos requerem políticas públicas também distintas. Para Osorio (2012a, p. 72) “o capital deverá zelar para que seus interesses prevaleçam no aparato do Estado, a fim de que este impulsione políticas econômicas favoráveis a seus projetos de reprodução. Assim, se manifesta a imbricação do econômico e do político na política econômica”.

Diferentes vetores ou eixo de acumulação de uma economia, que, por sua vez, representam interesses de frações distintas do capital, estão relacionados a uma dada atuação do Estado, que se caracteriza por uma relação de classe. As políticas públicas, em especial as econômicas, de alguma forma, tendem a favorecer algumas frações do capital, em detrimento de outras, de modo que nem sempre todas as frações do capital são atendidas na sua plenitude pela atuação estatal.

Marini (1982), ao analisar o padrão de reprodução do capital no Chile, por exemplo, destacou o importante papel do Estado e das políticas econômicas, bem como a sua articulação com capitais nacionais e internacionais, para a consolidação de um determinado padrão de reprodução do capital naquele país. Para o autor, os interesses de frações do capital se apoderaram do Estado para que ele atuasse e difundisse políticas que garantissem seus interesses e, consequentemente, um novo padrão de reprodução, em detrimento de um outro. No caso chileno, Marini (1982, p. 15) destaca que “*el Estado no ha sido sino una palanca en manos del capital nacional y extranjero para derribar y remover los restos del viejo patrón de industrialización diversificada y para edificar en su lugar la nueva economía especializada del período post-dictadura*”.

Marini (1982) ressalta que quando o antigo padrão de reprodução chega ao limite de sua capacidade de acumulação se observa uma tendência de transformação nas condições de acumulação do capital, inclusive com o estabelecimento de um novo padrão de reprodução, necessário para que a acumulação de capital possa seguir seu curso. Tais transformações, por sua vez, são chanceladas pelo apoio estatal, segundo o autor.

Marini (1977) advoga que uma das características das sociedades dependentes é o elevado grau de autonomia relativa do Estado, que está relacionado a debilidade da burguesia nacional dessas sociedades⁸. O autor ressalta que a integração da burguesia

⁸ Para Marini (1977) a debilidade da burguesia dos países dependentes está associada ao fato do modo de produção capitalista nestas economias encontrar dificuldade para generalizar a mais valia relativa e impedir

local com a burguesia internacional, um dos fatores citados para explicar a debilidade da burguesia nas economias dependentes, está fortemente apoiada no Estado, que exerce papel de intermediário na ligação entre ambas, ao tempo que acentua sua autonomia relativa e sua capacidade de atuação.

O Estado tem papel bastante ativo nas economias dependentes, inclusive no que diz respeito ao movimento do capital. Marini (2012), ao analisar o ciclo do capital nas economias dependentes, também destaca a importância do Estado na dinâmica do ciclo do capital. Para o autor, na primeira fase da circulação, que trata da origem do capital monetário necessário para iniciar o ciclo, o investimento público se mostra fundamental para o início do movimento do capital.

a importância do Estado no ciclo do capital propriamente dito (e não em termos mais gerais da criação de condições para a valorização, caso em que esse papel é ainda mais amplo) é considerável, dada a capacidade que possui de transferir para si parte da mais valia gerada pelo capital privado, a de produzir ele próprio mais-valia e, finalmente, a de captar parte do capital variável dos salários pagos à força de trabalho" (MARINI, 2012, p. 24).

Assim, para o autor, a autonomia relativa do Estado nas economias dependentes tende a se intensificar em situações de crise de um determinado padrão de reprodução do capital, devido a tensões entre as frações do capital que estão mais diretamente relacionadas com os setores dinâmicos da economia e disputando espaço junto ao Estado. Isto porque, o Estado possui certa autonomia para adoção de medidas necessárias para a superação da crise de um dado padrão de reprodução. A questão colocada por Marini (1977) é que intervenção do Estado para superação da crise de um determinado padrão de reprodução pode estar associado a imposição de uma modificação estrutural e não somente conjuntural no padrão de reprodução de um país.

Ao analisar uma situação concreta do padrão de reprodução do capital e a atuação do Estado brasileiro, Marini (1977) destaca que o Estado teve participação ativa diante de uma crise de um dado padrão de reprodução e mesmo no desenvolvimento e consolidação de um novo padrão de reprodução, em um dado contexto histórico.

El Estado ejerce parte de su influencia actuando sobre el capital privado. Tienen papel destacado, bajo este aspecto, las encomiendas públicas y las subvenciones directas o indirectas acordadas a las empresas privadas, con lo que orienta el desarrollo de éstas. Las subvenciones

a tendência da fixação da mais-valia extraordinária; a fragmentação das frações do capital que engendram o padrão de reprodução nos países dependentes; e a integração e ligação da burguesia nacional com a burguesia internacional. Bambirra (2013) também faz uma discussão sobre os motivos da debilidade da burguesia dos países dependentes.

directas en Brasil representan más de la mitad del total de la recaudación del Estado por concepto de impuestos directos; las exenciones de impuestos concedidas a los exportadores de manufacturas, que constituyen subvenciones indirectas, corresponden al 50% del costo de producción de los artículos exportados. Pero si, desde este punto de vista, y lo mismo se podría decir de los mecanismos de crédito, el Estado ejerce una influencia considerable sobre el curso de la acumulación capitalista en Brasil, su papel pasa a ser decisivo si consideramos la acumulación como tal, es decir, la inversión. (MARINI, 1977, p. 7)

Ainda segundo Marini (1977, p. 7):

La inversión estatal se realiza fundamentalmente para permitir la reproducción del capital privado, dirigiéndose ya a los sectores de infraestructura y servicios básicos, ya a nuevas ramas que no son todavía remunerativas o que exigen un capital mínimo demasiado elevado; en estos casos, el Estado opera muchas veces en asociación con el capital privado, sea para asegurarlo contra el riesgo, sea para crear el volumen de capital necesario para posibilitar la acumulación.

Entretanto, Marini (1977; 1991) assevera que no caso dos países dependentes, a consolidação de um determinado padrão de reprodução do capital também está atrelada ao processo de acumulação de capital na escala global. Marini (1982) afirma que a adoção de um novo padrão está relacionada a dinâmica geral do capital de obtenção de lucros extraordinários. Logo, onde exista maior possibilidade de acumulação do capital, ele tenderá a se vincular e ampliar sua própria reprodução.

A inserção dependente dos países latino-americanos na economia mundial além de tecer a característica específica de acentuada autonomia relativa do Estado, também estreitou a relação entre o Estado e os interesses do capital estrangeiro. Nesse sentido, Marini (1991), ao analisar o Estado na América Latina, não só evidencia a relação do Estado com os interesses da burguesia nacional, mas, sobretudo com os interesses dos grandes centros capitalistas e de sua burguesia, a qual a burguesia nacional está ligada e integrada.

Oliveira (2004) afirma, no entanto, que o Estado nacional ainda possui protagonismo relevante no capitalismo contemporâneo, mesmo com a intensificação da disputa por espaço de poder no âmbito do Estado, particularmente em uma economia internacionalizada, no qual os interesses do capital externo exercem forte pressão sobre as decisões de políticas públicas. Para o autor:

O Estado nacional não só não foi eliminado como instância estratégica como continuou a desempenhar papéis importantes na reconstrução dos espaços mais atingidos pela crise dos anos 70-80. As novas formas institucionais que passam a responder pela regulação do ciclo reprodutivo

do capital no âmbito internacional mais parece reforçar do que negar alguns de seus papéis históricos fundamentais. Não se trata, apenas, de papéis tradicionais enquanto fonte de legitimação e coerção, mas de sua inserção mesmo como instância necessária à transformação das dinâmicas internas nos espaços nacionais como componente do processo de acumulação internacional (OLIVEIRA, 2004, p. 233-234).

Oliveira (2004) evidencia, por conseguinte, um novo processo de dominação de grupos setoriais sobre o Estado, no qual distintos interesses se coadunam no seio do mesmo, estabelecendo novas formas de organização do processo decisório no âmbito estatal. Tais interesses representam os interesses de grupos organizados setorialmente, que exercem pressões sobre o Estado de modo a conseguir influenciar o processo decisório e direcionar as políticas que lhes favoreçam.

A depender da correlação de força e do estabelecimento da relação entre o Estado com grupos setoriais pode direcionar política que favoreçam determinado padrão de reprodução do capital e, por sua vez, uma determinada conformação espacial, uma vez que o estabelecimento de um dado padrão de reprodução está associado aos interesses sociais que estão por trás deste padrão, que são interesses de frações do capital mimetizado na atuação do Estado.

A emergência de novas formas de intermediação e negociação dos interesses efetuada por blocos setoriais, ou intersetoriais, junto ao Estado é denominado pelo autor de neocorporativismo. O “neocorporativismo poderia constituir-se no instrumento de mediação que superaria os limites impostos à objetividade do processo decisório” (OLIVEIRA, 2004, p. 231). No enfoque teórico do neocorporativismo a “representação de interesses se baseia na hegemonia de um reduzido grupo de organizações formais que realizam a intermediação social de seus representados” (ORTEGA, 2005, p. 29). Trata-se de um fenômeno da hegemonia de “atores coletivos organizados em corporações que monopolizam ou oligopolizam a representação dos diferentes grupos de interesses e transformam a relação entre Estado e sociedade civil” (ORTEGA, 2005, p. 32).

Os associacionismos e aliança de grupos setoriais ligados ao capital passam a ocupar espaços de representação no Estado, que, por sua vez, tende a representar os interesses de tais grupos, inclusive no que diz respeito a definição de políticas públicas (OLIVEIRA, 2004). Frações das classes dominantes se apropriam dos aparelhos estatais de modo a estabelecer seus interesses, mas para tanto, além de exercer a força e a repressão como forma de dominação de classe, também organizam e reproduzem a hegemonia de classe ao estabelecer consensos ideológicos sobre seus interesses (POULANTZAS, 1980).

Assim, a perspectiva do Estado burguês “ampliado” ajuda a esclarecer como o a classe dominante direciona o modo de produção capitalista em um dado contexto histórico e geográfico, e, portanto, impõe um determinado padrão de reprodução do capital, seja por meio da hegemonia.

Para Jaime Osorio (2012a, p. 73) assevera que “as necessidades econômicas de cada padrão são distintas em relação ao que requerem de instrumentos apropriados para suas necessidades específicas”. Nesse sentido, mudanças no padrão de reprodução estão associadas a mudanças nas prioridades de atuação do Estado, que envolvem, por sua vez, disputas sociais e tensões entre as próprias frações do capital.

mudanças econômicas supõem fortes enfrentamentos sociais no plano político, já que tanto a mudança de padrão como a mudança de políticas econômicas implicam para certos agrupamentos humanos (classes, frações, setores, grupos) a perda de posições, quando na sua liquidação, e o avanço de outros. Isso, mais cedo ou mais tarde, deverá expressar-se em mudança de força no âmbito do Estado, o centro ou ponto fundamental de condensação de poder político e do exercício da hegemonia” (OSORIO, 2012a, p. 73).

A hierarquia de poder e a hegemonia da fração do capital dominante determina a direção do padrão de reprodução do capital em um momento histórico específico. Assim, a consolidação de um determinado padrão de reprodução do capital e a consequente transformação na estrutura produtiva envolve disputa de poder no âmbito do Estado e conflitos de interesses entre as distintas frações ou setores do capital com intuito de garantir as políticas públicas necessárias ao desenvolvimento e consolidação do padrão de reprodução requerido pela fração da classe com maior participação no bloco de poder. Portanto, formas de mediações entre os distintos interesses e ocupação de espaço de poder na definição dos processos decisórios estatais tendem a fomentar um determinado padrão de reprodução do capital, que, por sua vez, representa interesses de frações do capital ou grupos setoriais.

A luta de classe que se repercute no Estado implica que as distintas classes ou frações de classes disputem o poder dos aparelhos do Estado, de modo a direcionar a atuação estatal de acordo com seus respectivos interesses, associado a um determinado padrão de reprodução do capital. Inflexões no padrão de reprodução do capital, impulsionadas pela atuação estatal, deslocam o eixo central de acumulação para novos valores de uso, beneficiando determinados segmentos do capital, em detrimento daqueles que estavam mais associados ao antigo padrão. Daí os processos de tentativa de

dominação de grupos setoriais sobre o Estado, que se constitui pelas contradições de classes presentes na sociedade.

las condiciones de vida del pueblo no tienen que ver directamente con el desarrollo capitalista y menos aún en una economía dependiente (MARINI, 1982, p. 2)

5. PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NA AMÉRICA LATINA E A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA)

O arcabouço teórico até aqui utilizado fundamenta a discussão maior da pesquisa que é os interesses envolvidos no projeto da FIOL e o papel do Estado no seu projeto. Agora, o esforço é feito no sentido de se aproximar do objeto de investigação ao articular o arcabouço teórico trabalhado com os objetivos que subjazem a concepção de integração e desenvolvimento proposta pela IIRSA, analisando o contexto histórico do seu lançamento, sua relação com o padrão de reprodução do capital observado na América Latina e a incorporação da FIOL à sua carteira de investimentos, o que possibilitou a inclusão de novos espaços a um dos seus EID da iniciativa.

Assim, busca-se relacionar o contexto histórico da criação da IIRSA e seus objetivos ao padrão de reprodução vigente na América do Sul quando da criação da iniciativa e posteriormente com a incorporação de novos espaços, como o Nordeste e a Bahia, a iniciativa. A análise é feita considerando como premissa que a IIRSA está inserida em uma lógica de produção capitalista do espaço, voltado à integração da dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais.

5.1 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

A tradição de integração da América Latina é bastante frágil. A condição de colônia imposta aos países latino-americanos restringiu as possibilidades de integração entre os mesmos, inclusive no que tange aos aspectos econômicos. A colonização foi um processo marcado pelo controle político, econômico e pela própria imposição cultural por parte da metrópole às colônias. Para Enrique Dussel (1993) a chegada dos colonizadores na América Latina, a partir de 1492, a mesmo tempo que representou o nascimento da modernidade, trazendo consigo a ideia de progresso e racionalidade, também produziu irracionalidades, o extermínio dos povos originários e sua subjugação. Para Dussel, a colonização é marcada pelo confronto, violência, expropriação e negação da outra cultura por parte dos colonizadores.

Desde o início do processo de colonização, as colônias tiveram o papel de fornecedoras de alimentos e matérias-primas às suas metrópoles, em um monopólio comercial estabelecido por estas. As colônias foram constituídas e integradas à lógica de

expansão mercantil dos séculos XVI e XVII, fundamental para processos de expansão e acumulação nas metrópoles.

A colonização além de se configurar como uma relação de submissão das colônias e de seus povos às metrópoles atuou muito mais no sentido de fragmentar e de dividir do que de integrar o que hoje chamamos de América Latina. Esse legado histórico impõe até hoje sérios limites a processo de integração da América Latina. Para Darcy Ribeiro (2010, p. 23) “a unidade geográfica jamais funcionou aqui como fator de unificação porque as distintas implantações coloniais das quais nasceram as sociedades latino-americanas coexistiam sem conviver, ao longo dos séculos”.

Além da sua constituição histórica como colônias, o próprio conceito de América Latina, enquanto uma unidade continental, trás desafios para sua própria integração. Para Porto-Gonçalves (2012, p. 2), a forma de se conceber o conceito de América Latina, como um recorte espacial, “foi formulado e acionado como estratégia de controle e demarcação de formas particulares de se compreender e dizer o que é mundo e, portanto, mais como recurso de práticas sociais e de poder do que como simples forma de analisar e identificar um recorte de área específico”. Ainda segundo o autor, o conceito de América Latina “é uma construção semântica com implicações políticas, econômicas, epistêmicas e éticas que surgiu e se impôs em detrimento de conceitualizações e denominações originárias deste mesmo continente” (PORTO-GONÇALVES, 2012, p. 3).

Marini (1992) examina a questão da integração latino-americana a partir da teoria da dependência, portanto, a partir de um viés econômico. Marini faz um resgate histórico das tentativas e das dificuldades encontradas de uma integração da região. Para o autor, a própria condição de dependência dos países latino-americanos e o papel que lhes couberam na divisão internacional do trabalho impedem o próprio processo de integração regional.

A subordinação das economias latino-americanas e o fato da produção dos produtos manufaturados se situar fora destas economias, as converte em apêndice das economias industriais. Da mesma forma, seu papel de fornecedora de bens do setor primário-exportador, portanto, bens produzidos pelos países da região que são substitutos próximos, impossibilita sua integração (MARINI, 1992).

De acordo com Marini (1992, p. 116-117), a situação de subordinação das economias latino-americanas:

Acarretará, por isso mesmo, a impossibilidade de integração das economias latino-americanas entre elas próprias. A tendência que vai prevalecer, conduzirá, não à complementação, mas antes, a separação e ao isolamento, colocando-as de costas umas para as outras.

Embora, Marini (1992) tenha observado que em determinados contexto histórico tivesse ocorrido tentativas de um processo de integração regional, mas que, em geral, focavam em questões puramente econômica, tais como acordo de livre comércio.

De fato, somente com o processo de independência das colônias latino-americanas na primeira metade do do século XIX, observou-se um movimento mais contundente na direção de um ideal de integração da América Latina conduzido pelo general venezuelano Simón Bolívar, libertador que liderou a luta pela independência em alguns países da América do Sul espanhola, em especial Venezuela, Bolívia, Equador, Colômbia, Panamá e Peru. Os ideais de Bolívar, expressos na Carta da Jamaica de 1815, evidenciavam a intenção de união dos países sul-americanos e a consequente formação de uma confederação hispano-americana. Entretanto, a força econômica da Europa, em especial da Inglaterra, que já se apresentava como potência hegemônica, e suas articulações com as classes dominantes das ex-colônias impediram o sucesso do movimento. Para Marini (1992), as tentativas mesmo que incipientes de integração, como o movimento hispânicoadicionalista, liderado por Bolívar, entrou em declínio com as Guerras do Paraguai e do Pacífico.

Assim, para ele, mesmo no período imediato pós-independência não foi possível observar nenhuma tentativa bem-sucedida de integração da América Latina. Já no século XIX, com grande parte dos países latinos americanos conquistado sua “independência”, foi possível observar uma maior inserção dos países independentes latino-americanos na economia capitalista mundial, que se consolidava frente ao mercantilismo, a partir do estabelecimento de relações comerciais com outros países, e, portanto, não somente com a metrópole.

De acordo com Marini (2014), no decorrer dos três primeiros quartos do século XIX, período de afirmação do capitalismo industrial na Europa – principalmente na Inglaterra - a região latino americana passa a participar mais ativamente no mercado mundial, como produtora de matérias-primas e como consumidora de uma parte da produção leve européia. Entretanto, as relações, mesmo econômicas não se deram com seu vizinhos latino americanos, mas com a Inglaterra.

A partir do final do século XIX e início do século XX, a política imperialista estadunidense, que se consolidava enquanto maior potência mundial, impôs aos países latino-americanos seus ideais e interesses, além de desarticular e ofuscar quaisquer movimento e pensamento crítico à política estadunidense e de união dos países da América Latina. Observa-se, neste período apenas uma mudança do eixo de articulação

da economia dos países latino-americanos com a economia capitalista mundial, da Europa para os Estados Unidos. Marini (1993), denomina tal período de Pan-Americanismo.

No imediato pós II Guerra Mundial, Marini (1993) observa que houve uma intensificação da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina, período por ele denominado de Interamericanismo. Para Marini, esse período é marcado pela ampliação do distanciamento de um processo de integração genuinamente latino-americano, na medida em que aumenta a influência dos EUA na região.

O interamericaníssimo - forma renovada do pan-americanismo - implicou o predomínio absoluto dos Estados Unidos, no quadro de uma crescente integração a este país dos aparelhos produtivos das nações latino-americanas, via investimentos diretos de capital e as ações dos mecanismos comerciais e financeiros. (MARINI, 1992, p. 128)

Já na segunda metade do século XX se caracteriza por um forte crescimento dos movimentos contra-hegemônicos em relação a hegemonia dos EUA na América Latina em função da ampliação da condição de dependência dos países latino-americanos, sobretudo em função do endividamento e vulnerabilidade externa destas economias, cada vez mais sujeitas às variações na economia mundial. No plano das ideias surgiram significativas correntes que contribuíram para a formação da consciência latino-americana, tal como o próprio estruturalismo da CEPAL e a teoria da dependência. Neste contexto, surgiu o acordo da ALALC (Associação Latino-americano de Livre Comércio) em 1961 entre Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, México, Paraguai e Peru. O acordo tinha como objetivo instituir uma zona de livre comércio entre os países, mas seu alcance foi limitado, convertendo-se muito mais em um instrumento das grandes empresas multinacionais estrangeiras que se beneficiaram na liberalização comercial intra-regional (MARINI, 1992).

Entretanto, os EUA para manter sua hegemonia na região e sua dominação patrocina e/ou impõe as ditaduras militares na América Latina, dificultando ainda mais alternativas de integração entre os países da região. É neste contexto histórico que se observou estratégias subimperialistas (categoria central no corpo da Teoria Marxista da Dependência), especialmente no caso do Brasil frente aos seus vizinhos latino-americanos (MARINI, 1992). A categoria de subimperialismo se destaca como um ponto de tensão para as pretensões integracionistas, segundo Marini. A intensificação da estratégia subimperialista brasileira implicou uma mudança de postura da política externa brasileira, sobretudo a partir de 1968, caracterizada pelo abandono da política de

alinhamento automático com os Estados Unidos e estabelecimento de relações com outros centros da economia.

A crise capitalista dos anos de 1970 representou, inicialmente, em um direcionamento para políticas de afirmação nacional, dificultando uma maior integração regional. Mas logo se observou uma retomada dos esforços de uma maior integração, como o a criação, em 1975, do Sistema Econômico Latino-americano (SELA) e de movimentos de contestações no âmbito da OEA aos bloqueios pelos EUA a Cuba. Entretanto, uma nova ofensiva imperialista dos EUA com o governo de Ronald Reagan, que considerava a América Latina como área de influência exclusiva, limitou o movimento latino-americano, que vinha-se observando na região entre o fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 (MARINI, 1992).

No início dos anos de 1980, observou-se o surgimento de mais uma tentativa de integração com a Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), uma iniciativa derivada da ALAC, baseada em acordos regionais tarifários entre os seus países membros. Mas, o agravamento da crise da dívida nos anos 1980 e a necessidade crescente dos países da região de financiar seus *déficits* levaram os mesmos a adotarem uma agenda liberalizante imposta pelos organismos internacionais de financiamento e articulados aos interesses estadunidense. Tal agenda se refletiu nas tratativas de integração da região. O movimento de integração dos países latino-americanos observados, a partir de então, pautaram-se em um processo de integração ancorado na ideia de uma inserção mais competitiva no cenário internacional. Assim, as iniciativas de integração seguiam as diretrizes da visão cepalina, baseada no conceito de Regionalismo Aberto (MARINI, 1992).

O Regionalismo Aberto advogava que a integração possibilitaria maiores opções comerciais para os países da América Latina e Caribe. O Regionalismo Aberto estava relacionado a uma alternativa estratégica dos países da América Latina de inserção mais soberana e competitiva na economia internacional (CEPAL, 1994), que cada vez mais “eliminava” as barreiras comerciais.

De acordo com Corazza (2006) o Regionalismo Aberto da CEPAL foi inspirado nas teorias do “novo regionalismo” neoclássico, que prega a abertura das economias. Para o autor, o Regionalismo Aberto:

acentua os efeitos positivos da abertura, sem preocupação em estabelecer qualquer proteção, como pregava o velho estruturalismo cepalino. Dessa forma, através desse novo conceito, a CEPAL apresenta uma nova proposta de inserção internacional para os países da América Latina, que

difere em pontos essenciais, das concepções anteriores (Corazza, 2006, p.146).

No fim dos anos de 1980 foi lançado o MERCOSUL. Tal iniciativa nasceu em um período de agravamento da crise e da vulnerabilidade dos países latino-americanos e de contestação à proposta estadunidense da ALCA. Em que pese sua consolidação como uma política de integração, até hoje vigente, o foco do MERCOSUL se reduz, sobretudo, a acordos tarifários.

É no contexto desta histórica fragilidade de integração que surgiu a IIRSA. A IIRSA éposta como mais uma alternativa de integração, norteada pelo Regionalismo Aberto, mas não com base em acordos tarifários e sim de integração física da infraestrutura na perspectiva de fortalecer a inserção das mercadorias sul-americanas no mercado mundial.

Entretanto, para Marini (1992) a concepção de integração latino-americana deve ser mais ampla e incorporar outras instâncias, que não apenas a econômica.

a América Latina tem, primeiro, que – enfrentando as pressões que se exercem sobre ela, no sentido de dilacerá-la e proceder à anexação em separado de suas partes – promover a criação de um espaço econômico mais amplo, capaz de adequar-se aos requerimentos derivados das modernas tecnologias de produção. Isso não pode entender-se, porém, como ocorreu na década de sessenta, como simples agregação de espaços econômicos relativamente dinâmicos, pequenas ilhas no oceano de subdesenvolvimento em que se submerge a região. Pelo contrário, supõe a formação de uma nova economia, baseada na incorporação de amplos contingentes populacionais à cultura, ao trabalho e ao consumo, mediante uma adequada alocação dos investimentos, uma verdadeira revolução educacional, a redução das altas taxas de superexploração do trabalho e, portanto, uma melhor distribuição de renda. É evidente que esse resultado não pode ser alcançado sem que a integração econômica signifique, também, avançar no processo de integração política, apontada em direção a um Estado supra-nacional. As atuais discussões sobre a reforma do Estado, que se desenvolvem em todos os países da região, não chegarão a bom termo se não partem da noção de que o antigo ideal bolivariano encontra-se reatualizado pela própria vida e que, mais além dos dados geográficos, históricos e econômicos, nenhum país latino-americano é, hoje, viável isoladamente. Chegamos àquele ponto em que nossa sobrevivência como brasileiros, mexicanos, chilenos, argentinos depende da nossa habilidade para construir novas super-estruturas políticas e jurídicas, dotadas de capacidade de negociação, resistência e pressão que se requer para ter efetiva presença ante os super-Estados que existem já ou que estão emergindo na Europa, na Ásia e na própria América (MARINI, 1992, p. 145-146).

A criação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) no ano de 2008, recupera a ideia de integração não apenas econômica, mas que incorporasse aspectos

sociais e culturais. O Tratado Constitutivo da UNASUL evidencia um olhar mais amplo para a integração.

La Unión de Naciones Suramericanas tiene como objetivo construir, de manera participativa y consensuada, un espacio de integración y unión en lo cultural, social, económico y político entre sus pueblos, otorgando prioridad al diálogo político, las políticas sociales, la educación, la energía, la infraestructura, el financiamiento y el medio ambiente, entre otros, con miras a eliminar la desigualdad socioeconómica, lograr la inclusión social y la participación ciudadana, fortalecer la democracia y reducir las asimetrías en el marco del fortalecimiento de la soberanía e independencia de los estados.(UNASUL, p. 9, 2008)

A constituição da UNASUL está associada a um novo contexto político na América do Sul, no qual predominava entre os chefes de Estados do continente aqueles com inclinação mais progressista que buscavam a partir da integração não apenas uma maior unidade nas discussões geopolíticas e o fortalecimento das relações comerciais e econômicas, mas também uma maior integração entre os povos da América do Sul. Em que pese o esforço desta nova perspectiva de integração da América Latina, a iniciativa vem sendo desmantelada pelos governos de inclinação liberal que assumiram recentemente os poderes na região. O afastamento do Brasil, Colômbia, Argentina, Peru, Chile e do Paraguai da iniciativa evidencia a fragilidade das tentativas integrationistas da região.

5.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DA IIRSA

A crise do sistema capitalista dos anos 1970 e, consequente, a necessidade imperativa de se buscar alternativas para absorção do excedente do capital, intensificaram o processo de globalização, possível com a ascensão e consolidação de um novo paradigma tecnológico, pautado nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). A globalização e o advento das TICs promoveram uma verdadeira reestruturação produtiva, cujos resultados foram, dentre outros, a fragmentação do processo produtivo em escala global e a ampliação do processo de especialização produtiva. A crise capitalista impôs, dessa forma, mudanças na lógica de acumulação e reprodução em escala global e na divisão internacional do trabalho (MARTINS, 2011).

Santos (1999) afirma que com o processo de globalização alguns lugares tornaram-se especializados na produção de determinados valores de uso, e essa especialização está mais associada às condições técnicas e sociais do que aos recursos

naturais. O autor ressalta que com a especialização da produção ganhou centralidade a produção de valores de troca, em detrimento do valor de uso, o que requer maior necessidade de circulação do capital-mercadoria para se efetuarem as trocas.

O processo de globalização engendrou processos de abertura e desregulamentação econômica em diversos países e a consequente ampliação dos espaços de acumulação. Isso imprimiu maior necessidade de fluidez e integração entre os distintos espaços agora incorporados a lógica de acumulação a nível global. Assim, observou-se uma crescente eliminação de barreiras (físicas e jurídico-normativas) para possibilitar a apropriação de novos espaços pelo capital e, consequentemente, a constituição de novos espaços de globalização, um meio técnico-científico-informacional, caracterizados pela especialização produtiva e por suas articulações em redes globais que permitem maior fluidez entre os fluxos econômicos e cujo comandado, tanto dos espaços, quanto das próprias redes, é exercido por atores hegemônicos do capitalismo (SANTOS, 1999). A globalização e a reorganização da divisão internacional do trabalho, subjacente, refletiram-se fortemente nas economias dependentes latino-americanas, que se inseriram de forma ainda mais subordinada na economia mundial (MARTINS, 2011).

As transformações engendradas pela globalização e abertura dos mercados sepultaram o projeto de desenvolvimento capitalista até então vigente na América Latina, fundamentado na perspectiva estruturalista da CEPAL. O estruturalismo da CEPAL, que surgiu no contexto do pós II Guerra Mundial, com a conformação de uma nova geopolítica mundial, julgava que a divisão internacional do trabalho vigente relegava aos países latino-americanos à produção de bens agropecuários e minerais e aos países desenvolvidos a produção de produtos industrializados. Esta realidade não era benéfica aos países latino-americanos. Para a corrente estruturalista, a divisão internacional do trabalho, conforme estabelecida, até então, era prejudicial para os países latino-americanos e dificultava seu desenvolvimento, tornando-se necessário o fomento ao processo de industrialização da região. Portanto, desde o pós- II Guerra, os esforços dos países da América Latina, baseados na visão estruturalista, tinham como objetivo a superação do subdesenvolvimento via industrialização, o que ficou conhecido como a estratégia de desenvolvimento pautado no modelo de industrialização por substituição de importação (PREBISCH, 1982).

Conforme observa Osorio (2012a), com as políticas de promoção industrial se observou uma transição de um padrão de reprodução do capital, até então dominante na América Latina, cunhado por ele como o Padrão Agromineiro Exportador, para, a partir da segunda metade dos anos 1930, um padrão de reprodução do tipo Industrial.

No Padrão Agromineiro exportador, observa-se a forte tendência de um padrão exportador na América Latina cujo valor de uso produzido e exportado era basicamente pautado no extrativismo mineral e agrícola, sem qualquer ou pouco beneficiamento. Tal padrão estava assentado na forma dependente que os países latino-americanos se inseriram na economia mundial, desde a fase colonial e pós-processo de independência, no qual, na divisão internacional do trabalho, o papel deles estava associado a produção de metais preciosos, matérias-primas e alimentos (OSORIO, 2012a). O Padrão Agromineiro perdurou até a segunda década do século XX. A partir de então, observou-se a consolidação do Padrão Industrial, marcado por um processo de industrialização e de integração ao capital estrangeiro (OSORIO, 2012a). Embora tal padrão tenha propiciado a formação de uma base industrial nos países da América Latina, de forma diferenciada em cada formação socioespacial, também intensificou a relação de dependência destes países, seja pelo fato de ter aumentado as inversões estrangeiras e a importação de máquinas e equipamentos, como também pela base produtiva estabelecida (produção de bens suntuários), que, conjuntamente, intensificaram a transferência de mais-valor destas economias para os países centrais, além de não ter conformado uma burguesia nacional forte, conforme evidenciado anteriormente e destacado por Bambirra (2013).

Osório (2012a) chama atenção que cada padrão de reprodução está inserido em uma determinada lógica da dinâmica global de reprodução do capital. O padrão de reprodução deve ser então analisado enquanto uma totalidade do modo de produção capitalista.

deve-se observar que eles [padrões de reprodução do capital] fazem parte de um movimento mais geral, o do sistema mundial capitalista, de modo que sua análise deve integrar-se aos processos que marcam o curso de tal sistema, das etapas que vão tendo curso e da lógica que rege cada uma das suas periodizações (OSORIO, 2012a, p. 79).

O atual padrão de reprodução vigente na América Latina se inicia, justamente, a partir de meados dos anos 1970, com a crise no sistema capitalista e intensificação da globalização e das políticas liberalizantes, pautado no receituário neoliberal, alternativa encontrada pelo centro capitalista para superação da crise e renovar as condições de acumulação e reprodução do capital em escala global (OSORIO, 2012b). Tais políticas foram impostas aos países da periferia, que incorporaram o receituário neoliberal, preconizado pelo que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”, em suas agendas de políticas econômicas.

Para Mattos (2009, p. 55), o neoliberalismo foi “colocado em prática, de forma mais consistente, hegemônica e organizada em políticas macroeconômicas” a partir de um contexto histórico de crise do sistema capitalista. Para Carcanholo (2015), o neoliberalismo se caracteriza como uma estratégia específica de desenvolvimento do capital, que encontrou na crise dos anos de 1970 terreno fértil para se disseminar enquanto estratégia a ser seguida pelo sistema capitalista.

Segundo Theotônio dos Santos (1999) a década de 1980 foi marcada por um surto do pensamento e da ideologia neoliberal, o qual defendia a superioridade das relações de mercado em detrimento da intervenção estatal, em especial no que diz respeito ao proveito dos bens públicos e das políticas de bem-estar social. Para Anderson (1995), o neoliberalismo atacava a social-democracia, estabelecida na Europa do pós-guerra e qualquer forma de regulação social do mercado.

De acordo com Dos Santos (1999, p. 130), a doutrina neoliberal ressalta “a inutilidade da intervenção de políticas estatais (exceto violentas intervenções como os choques econômicos para “restabelecer” o “livre mercado”), a impossibilidade do planejamento e a necessidade de garantir o livre-mercado como condição fundamental de liberdade individual”. No mesmo sentido, Netto (1995, p. 77) afirma que o neoliberalismo é “uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia”.

Para Carcanholo (2015, p. 265):

dos serían las características de la estrategia de desarrollo neoliberal: (i) es necesario obtener, como precondition, la estabilización macroeconómica (control inflacionario y de las cuentas públicas), y (ii) obtenido (i), son necesarias reformas estructurales (liberalización, desregulación y apertura de mercados), junto a amplios procesos de privatización.

O livre mercado, a mobilidade de capital internacional, flexibilização das leis trabalhistas, a estabilidade monetária, disciplina fiscal e o desmantelamento do Estado de bem-estar social e dos direitos sociais se constituíram como pilares da doutrina neoliberal, fundamentais para a manutenção da lógica de acumulação da economia mundial capitalista.

Segundo Mészáros (2009, p.105):

ao longo de sua evolução, nas últimas três décadas, o capital teve de pôr de lado as “concessões” do Estado de bem-estar social, anteriormente

concedidas aos trabalhadores. É preciso notar que não precisou pagar absolutamente nada na época que o Estado de bem-estar social começou a existir, já que as alegadas “concessões” faziam parte das dinâmicas da expansão do capital desocupada e altamente lucrativa do pós-guerra. O insensível espírito do neoliberalismo redefiniu a orientação estratégica da ordem instituída, colocando em prática políticas cada vez mais exploradoras e repressivas, ditadas pela grosseira rotação autoritária do capital e por sua cínica justificação ideológica.

Para Perry Anderson (1995), o neoliberalismo criou condições institucionais em favor do capital, de modo a aumentar sua taxa de acumulação. A onda neoliberal trouxe consigo a liberalização comercial e financeira que aprofundou o processo de globalização e de homogeneização do modo de produção capitalista a uma escala mundial. Nesse sentido, Anderson (1995) destaca que em que pese os limites do êxito alcançado pelo ideário neoliberal, observou-se uma hegemonia do neoliberalismo como ideologia, que exerceu consenso para além das economias anglo-saxônicas, fazendo-se sentir com mais força, a partir dos anos 1990, na América Latina.

América Latina ha sido uno de los escenarios donde con mayor fuerza se implementó el programa neoliberal, desde el experimento chileno abierto por el golpe de Estado de 1973, pasando por brutales processos de privatización, desregulación financiera y precarización laboral en toda la región en los ochenta y noventa (VILLAGRA, 2015, p. 12)

Segundo Harvey (2003; 2006) a hegemonia neoliberal se caracteriza como um novo ciclo de compressão do tempo-espacço na organização do capitalismo, no qual a crise de superacumulação verificada no final dos anos de 1970 impulsionou o capital a buscar nova ordenação espaço-temporais, onde novos lugares se colocam como palco para sua acumulação e reprodução. Nesse sentido, Flores (2008, p. 33) destaca que a estratégia neoliberal de desenvolvimento foi “*exitosa como instrumento para expandir el ámbito de acción del capital al incorporar vastas zonas del planeta (regiones, países y subregiones) a la lógica del mercado mundial capitalista*”.

A crise capitalista nos anos de 1970 e os impactos negativos na dívida pública impulsionaram as ideias liberalizantes e *prol* mercado na América Latina. Assim, as políticas de estabilização monetária e de equilíbrio fiscal, hegemônicas e alardeadas por organismos multilaterais, a exemplo do Banco Mundial e a do Fundo Monetário Internacional, mostraram-se como alternativa de política econômica a ser seguida pelos países periféricos para retomarem uma trajetória de crescimento.

De acordo com Martins (2011), a ideologia neoliberal se expressou na América Latina em duas fases. A primeira, a partir de fins dos anos 1970 e se estendeu até os anos

1980, é marcada pela repatriação de capitais e transferências dos excedentes da região para países centrais através do pagamento de juros, cada vez maiores, da dívida crescente, recessão e *déficits* na conta corrente do balanço de pagamentos dos países latino-americanos. Nesta fase, “a expropriação de capitais associado à crise da dívida externa reduz a massa de mais valia e, como tal, as taxas de lucro e a mais valia não acumulada da região” (MARTINS, 2011, p. 303).

A segunda fase, inicia-se em alguns países da América Latina ainda nos anos 1980, mas se generaliza nos anos 1990. Esta segunda fase do padrão neoliberal de desenvolvimento na América Latina, caracteriza-se pela abertura comercial, sobrevalorização cambial, altas taxas de juros internas nos países latino-americanos, privatização e desnacionalização da economia. Destaca-se que a sobrevalorização do câmbio implicou em crescentes *déficits* comerciais e na conta corrente do balanço de pagamentos.

A liberalização e desregulamentação financeira, a desnacionalização, privatizações e a atração de capitais de curto prazo se apresentavam como alternativas para geração de *superávits* na conta financeira, de modo a equilibrar o balanço de pagamentos (AMARAL, 2006; MARTINS, 2011).

Tais medidas implicaram no aumento das transferências de valor das economias dependentes latino-americanas para o centro capitalista, seja na forma de juros e amortizações associados a dívida pública, seja na forma de dividendos remetidos às grandes empresas transnacionais que se instalaram na periferia capitalista com a abertura econômica, ou na forma de *royalties*, por conta da dependência tecnológica (AMARAL, 2006). Dessa forma, reforçou-se os mecanismos de transferência de valor ao exterior e aprofundou a condição de dependência dos países latino-americanos. A ascensão neoliberal aprofundou a condição de dependência dos países da América Latina (AMARAL, 2006; CARCANHOLO, 2015; DOS SANTOS, 1999; MARTINS, 2011).

Para Carcanholo (2015, p. 269-270):

o que el neoliberalismo hace es profundizar esos diversos mecanismos estructurales que definen la condición dependiente, o sea, una mayor y creciente parte del valor producido por nuestras economías, en función de la estrategia neoliberal de desarrollo, es crecientemente acumulada en los capitalismos centrales. Eso quiere decir que los capitalismos dependientes tienen una restricción para una dinámica interna de acumulación, porque si una parte del valor producido por ellos es transferido, se crea una imposibilidad estructural de acumular internamente ese valor, ese capital. Este proceso de transferencia de valor define, para la economía dependiente, un requisito que caracteriza la economía dependiente.

As políticas liberalizantes impostas aos países dependentes, também acirrou a concorrência para suas indústrias nacionais, uma vez que passaram a concorrer com grandes empresas globais com maior composição orgânica do capital e, portanto, maior produtividade. A concorrência global, inflexão nas políticas de industrialização e o câmbio sobrevalorizado significou a perda de competitividade da base produtiva industrial latino-americana. Para Carcanholo (2014, p. 13-14) as políticas neoliberais “pode ser resumido no tripé transnacionalização-desindustrialização-reprimarização” das economias latino americanas”. Tal realidade, provocou mudanças na inserção externa dos países dependentes e rebatimentos no padrão de acumulação e reprodução do capital na América Latina (Amaral, 2006; 2012; Carcanholo, 2015; Osorio, 2012b; Martins, 2011; Lucce, 2012; Villagra, 2015; Elías, 2015).

Martins (2011) destaca que o advento e consolidação do paradigma tecnológico da microeletrônica ao permitir a repartição dos processos produtivos, impulsionou uma reestruturação dos padrões mundiais de acumulação, com a emergência de uma nova divisão internacional do trabalho. Para Martins (2011, p. 302), “os países centrais conservam o trunfo do imenso monopólio de investigação e pesquisa e descentralizam progressivamente a produção direta, mediante a dispersão no conjunto do planeta da produção de partes e componentes de maior ou menor valor agregado”. Ainda segundo o autor, o resultado em termos de reestruturação do padrão de acumulação dos países latino-americanos foi a “dissolução de parte dos processos materiais de acumulação desenvolvidos sob as políticas de substituição de importações – particularmente os segmentos de maior valor agregado, como os de bens de capital” (MARTINS, 2011, p. 305) e uma nova forma de vinculação da América Latina à economia mundial, em que a integração é feita sob a égide de uma nova divisão internacional do trabalho, na qual a América Latina se direciona para a produção de *commodities*, bens de consumo e componentes industriais de valor agregado inferior ou médio (MARTINS, 2011).

Para Elías (2015, p. 61-62):

En la configuración del proceso de acumulación capitalista a escala planetaria y en la nueva división internacional del trabajo, es indiscutible la importancia que han adquirido los hidrocarburos, los minerales, las fuentes de agua y la biodiversidad de que dispone el continente. Las transnacionales han impuesto un modelo “reprimidor” cimentado en la explotación indiscriminada de esas riquezas naturales. En diferentes países de la región es notorio el alistamiento del territorio para proyectos en hidrocarburos, en minería, para la construcción de nuevas represas, la explotación maderera, el acceso a fuentes de agua, agro combustibles y producción de soja, entre otros.

Amaral (2006), por sua vez, evidencia que com a estratégia neoliberal de desenvolvimento se constituiu em um novo padrão exportador nas economias dependentes latino-americanas resultado de uma inserção externa, cuja pauta de exportações predominam as *commodities* e/ou produtos industriais de baixo valor agregado. Segundo Amaral (2006, p. 74), tal tendência:

Revitaliza-se, então, a idéia do intercâmbio desigual desenvolvida por Marini (2000), dado que a exportação de produtos de mais baixo valor agregado, intensivos em força de trabalho e recursos naturais, e de mais baixos níveis de produtividade – cujas indústrias são predominantes em países periféricos – ocorre vis-à-vis à necessária ampliação da importação de produtos de maior valor agregado e de níveis de produtividade evidentemente superiores – próprios de países centrais –, firmando-se a transferência do excedente produzido na periferia para o centro, o que, por sua vez, provoca desequilíbrios na balança comercial e de serviços – pelos motivos óbvios de que as indústrias nacionais dos países dependentes são incapazes de fazer frente à concorrência internacional – e o consequente imperativo da atração de capitais que possam fazer face a estes desequilíbrios.

O contexto de globalização e a apresentação do neoliberalismo como solução para a crise nos países dependentes latino-americanos, no fim dos anos de 1970, representaram, segundo Osorio (2012b), mudanças no padrão de reprodução do capital vigente das economias dependentes, caracterizado, até então, pelo padrão de reprodução Industrial, fortemente assentado no Modelo de Substituição de Importação. De acordo com o Filgueiras (2013) para a realidade brasileira, há um “amplo consenso na literatura de que o padrão de desenvolvimento que se convencionou denominar de Modelo de Substituição de Importações entrou em crise e se esgotou na década de 1980” (FILGUEIRAS, 2013, p. 4).

Conforme destaca Osorio (2012a) em uma nova lógica econômica mundial de reprodução do capital, o padrão de reprodução das economias dependentes, portanto, subordinadas à lógica global de acumulação, tende a sofrer mudanças, uma vez que o padrão de reprodução deve ser analisado enquanto uma totalidade do modo de produção capitalista.

Ao analisar o comportamento das economias do Brasil, México, Argentina, Chile e Colômbia, no contexto neoliberal, bem como suas relações comerciais, Jaime Osorio (2012b) destaca que estaria se conformando nestes países um novo padrão de reprodução do capital. Este novo padrão de reprodução do capital é denominado por ele de Padrão Exportador de Especialização Produtiva. Entretanto, o autor assevera que o fato de se observar a tendência em direção a um novo padrão de reprodução, é possível que distintos

padrões possam coexistir, mas em algumas realidades se observa a predominância de um ou de outro.

O padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva está mais diretamente ligado a base produtiva/exportadora de *commodities* agrícolas e minerais e a de produtos industriais de baixo valor agregado. O novo padrão exportador está apoiado sobre matérias-primas e alimentos, mas com algum grau de processamento, assim como na produção de bens industriais nos quais predomina a atividade de maquila (OSORIO, 2012b).

Segundo Osorio (2012b), o novo padrão de Exportação de Especialização Produtiva se diferencia do padrão Agromineiro exportador porque os bens que são exportados exigem maior grau de beneficiamento ou são articulados a alguma cadeia global de valor.

[O padrão Exportador de Especialização Produtiva] caracterizado pela especialização produtiva, que apresenta diferenças substanciais em relação ao padrão agromineiro exportador que prevaleceu na região [...], particularmente devido ao maior grau de elaboração de muitos dos bens exportados. Esse novo padrão exportador, por outro lado, apresenta semelhanças com o anterior, com o peso dos bens agromineiros no total das exportações, aos quais se somam agora alguns bens secundários. Osorio (2012b, p. 103)

Ainda segundo Osorio (2012a, p. 11).

Fala-se em especialização produtiva como traço distintivo do novo padrão exportador para destacar que este tende a se apoiar em alguns eixos, sejam agrícolas, sejam mineiros, industriais (com produção e também atividades de montagem ou maquila) ou serviços, sobre os quais as diversas economias regionais contam com vantagens naturais ou comparativas na produção e no comércio internacional. Em torno desses eixos, como a produção de petróleo e derivados, soja, montagem de automóveis com graus diversos de complexidade, extração e processamento de cobre e outros minerais, maquila eletrônica, *call center* etc., propiciando um tipo de especialização em atividades como as mencionadas, que tendem a concentrar os avanços tecnológicos que atingem a região.

Em um ambiente cuja concorrência se dá em uma plataforma mundial, os países latino-americanos tenderam a centrar sua dinâmica de reprodução em segmentos no qual apresentavam maiores vantagens, tais como aqueles vinculados aos setor primário-exportador, cuja região já apresentava vocação histórica. Mas diferentemente do padrão de reprodução do capital Agromineiro Exportador, admite-se alguma agregação de valor aos produtos. Por outro lado, setores mais intensivos em tecnologia e conhecimento, ao

serem expostos a concorrência internacional, que apresentam maior produtividade, perderam participação na base produtiva das economias dependentes.

Osorio (2012b, p. 104), porém, destaca que as novas formas de reprodução do capital na América Latina não alteram a condição de dependência da região, “apenas reeditam, sob novas condições”, atreladas ao contexto econômico mundial. A crítica do autor é que o novo padrão caminha de “costas para as necessidades da maioria da população”, uma vez que é fortemente centrado na produção para exportação, na transferência de valor e na superexploração da força de trabalho.

Jaime Osorio também ressalta que há possibilidade de convivência entre distintos padrões de reprodução. É possível observar, em um contexto histórico, traços de um determinando padrão enquanto um novo se consolida. Trata-se do período de transição de um antigo para um novo padrão de reprodução do capital, no qual o novo tende a se converter como dinamizador do processo de reprodução de uma economia e se constituir como padrão dominante (OSORIO, 2012a).

Conforme observado, o padrão de reprodução do capital é uma categoria mediadora entre categorias mais abstratas do modo de produção capitalista e aquelas com maior grau de concreticidade, uma vez que em cada realidade socioespacial as categorias mais gerais apresentam especificidades. “A busca de tendências e traços gerais não deve supor a perda de capacidade para dar conta das particularidades” (OSORIO, 2012a, p. 80). Ou seja, em cada formação socioespacial o padrão de reprodução possui suas especificidades, fruto da organização social e histórica-política.

Entretanto, Almeida Filho e Araujo (2015) defendem que existem diferentes padrões de acumulação na América Latina em função de características particulares de certos países, seja no que diz respeito a estrutura produtiva quanto no que se refere ao do Estado no processo de reprodução do capital.

an analysis of national economies is required, showing that common factors are insufficient to determine a unique pattern of reproduction of capital. Furthermore, the data suggest that the nature of state action and the complexity of the accumulation process are distinct for each country⁹.

(ALMEIDA FILHO; ARAUJO, 2015, p. 326)

Almeida Filho e Araujo (2015), por outro lado, ressaltam que o fato de existirem diferentes padrões de reprodução do capital na América Latina, não contradiz a existência

⁹ uma análise das economias nacionais é necessária, mostrando que fatores comuns são insuficientes para determinar um padrão único de reprodução do capital. Além disso, os dados sugerem que a natureza da ação estatal e a complexidade do processo de acumulação são distintas para cada país.

de fatores estruturais comuns e significativos entre os países latino-americanos, tal como a da importância das exportações de produtos primários na dinâmica econômica destas economias, dentre outros.

O padrão de reprodução que se delineia na América Latina com a abertura dos mercados e desregulamentação econômica, está associado a um processo de desindustrialização da América Latina, quando vista com um todo, mas, conforme defendem Almeida Filho e Araujo (2015), a análise de forma mais desagregada mostra que tal movimento é mais evidente na Argentina, Brasil e Chile.

No caso do Brasil, especificamente, Almeida Filho e Araujo (2015) sustentam que o padrão de reprodução do capital embora possua traços comuns com o padrão de outras economias latino-americanas apresenta especificidades e se diferencia em relação ao financiamento, investimento e distribuição. De fato, no caso da economia brasileira que apresenta uma base produtiva mais diversificada com maior composição orgânica do capital quando comparada com outros países latino-americanos, torna-se mais complexa tratá-la como apresentando um padrão comum a outras economias da região.

Mas o que se defende com a noção de padrão de reprodução do capital é que há uma tendência de mudança do padrão de reprodução do capital a partir da adesão dos países latino-americanos ao neoliberalismo para um outro padrão, caracterizado pela centralidade da produção de valores de uso ligados às *commodities* agropecuárias, minerais e industriais, portanto, com menor agregação de valor.

Neste sentido, aproxima-se das evidências também observadas por Carcanholo, Saludjian (2013) de que a adoção das políticas neoliberais reforçou a condição exportadora de matérias-primas e/ou alimentos, das economias latino-americanas, bem como de produtos com menor grau de beneficiamento e tecnologia, uma vez que os setores mais dinâmicos e que apresentam maior “competitividade” destas economias estão articulados ao setor externo, inclusive no que se refere à propriedade do capital.

Da mesma forma, ainda se observa a não ruptura das características estruturais das economias dependentes, como a importância do Estado e do capital externo na dotação do capital-dinheiro necessário para iniciar o ciclo do capital, a persistência da super-exploração do trabalho na etapa da produção e a cisão entre a esfera da produção e do consumo. (ALMEIDA FILHO, ARAUJO, 2015; OSORIO 2012b; CARCANHOLO, 2014; CARCANHOLO, SALUDJIAN, 2013)

Para Filgueiras (2013), embora haja um consenso sobre a crise do padrão de desenvolvimento fundado no Modelo de Substituições de Importação no Brasil, não se pode falar do mesmo sobre o padrão de desenvolvimento que vem sendo construído desde

os anos de 1990 no Brasil. Entretanto, o professor propõe uma interpretação do padrão de desenvolvimento que vem se delineando na economia brasileira, desde então, denominado por ele de um padrão de desenvolvimento liberal-periférico.

De acordo com Filgueiras (2013) o atual padrão de desenvolvimento brasileiro teve sua fase inicial no início da década de 1990 com a adoção do ideal neoliberal, mas que se amplia e se consolida com a implementação do Plano Real e intensificação das reformas neoliberais. Trata-se de um período de ampliação e consolidação da hegemonia do capital financeiro no bloco de poder.

Tal padrão de desenvolvimento é caracterizado por: “vulnerabilidade externa estrutural, inserção passiva na economia internacional, instabilidade macroeconômica e dificuldade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas (FILGUEIRAS, 2013, p 32). Filgueiras (2013) ressalta que este padrão se estruturou com mudanças significativas na relação capital-trabalho, evidenciando ainda mais as contradições existentes nesta relação, na medida que se observou a precarização das condições de trabalho e de contratação da força de trabalho, mas, por outro lado, ampliou-se os rendimentos do capital, especialmente os juros do capital financeiro. Na dimensão da relação entre as distintas frações do capital, as políticas de abertura e desregulamentação da economia, que baseou o padrão de desenvolvimento liberal-periférico que se constituía, terminaram fortalecendo econômica e politicamente, os grandes grupos financeiros nacionais e internacionais.

Na fase inicial e de consolidação do padrão de desenvolvimento liberal-periférico, a inserção internacional é marcada por *déficits* na balança comercial e crescimento dos *déficits* na conta de rendas e serviços, cujo resultado foi crescentes *déficits* na conta de transações correntes do balanço de pagamentos. Isto ampliou a vulnerabilidade externa da economia brasileira (FILGUEIRAS, 2013).

A crise cambial brasileira, em 1999, provocou mudanças na política macroeconômica brasileira com o fim da âncora cambial e a adoção do tripé macroeconômico (câmbio flexível, metas de inflação e superávit primário). Este novo momento da economia brasileira se constituiu como a primeira inflexão do padrão de desenvolvimento Liberal-Periférico brasileiro (FILGUEIRAS, 2013).

Em um contexto de necessidade crescente de obtenção de *superávits* cada vez maiores na balança comercial para financiar os *déficits* nas transações correntes do balanço de pagamentos e remunerar o capital financeiro internacional, os setores do agronegócio e da mineração foram escalados para assumir tal papel. No plano internacional, a ascensão da China e a pressão da demanda por commodities por este país,

implicou na elevação das exportações brasileiras e em elevados *superávits* na sua balança comercial. Contribuiu também para tanto, a desvalorização do Real a partir de 1999. Estes elevados *superávits* na balança comercial fortaleceu o capital produtor e exportador de *commodities* agrícolas e minerais no interior do bloco no poder, escalados, justamente, para financiar os *déficits* da conta de serviços (FILGUEIRAS, 2013).

Para Filgueiras (2013), esta inflexão no interior do padrão de desenvolvimento Liberal-periférico representou uma presença maior de segmentos da burguesia interna, como o agronegócio e o grande capital nacional produtor-exportador de *commodities* em geral (agrícolas e industriais) no bloco de poder, além do capital financeiro nacional e internacional.

É neste contexto neoliberal, de estabelecimento de uma nova divisão internacional do trabalho, de vigência de um padrão de reprodução do capital de especialização produtiva na América Latina, conforme defende Osorio (2012b), e de inflexão no âmbito do padrão de desenvolvimento do capital brasileiro, como defende Filgueiras (2013), que é lançado a IIRSA. A iniciativa surge como forma dos países do Cone Sul se (re)posicionarem frente aos novos desafios impostos pela globalização, mas ao mesmo tempo articulado a princípios neoliberais, tais como o Regionalismo Aberto, e coloniais, conforme asseveraram Porto-Gonçalves *et al* (2016), Quental (2013), Porto-Gonçalves e Quental (2012) e Porto-Gonçalves (2011).

5.3 A IIRSA E A PRODUÇÃO DOS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO

É no contexto neoliberal e sob a lógica do Regionalismo Aberto que na primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, realizada no ano de 2000, em Brasília, surgiu a IIRSA, uma nova proposta de integração sul-americana. Trata-se de uma iniciativa, envolvendo doze países do continente sul-americano, para a formulação de um plano de integração destes países alicerçada na integração física da infraestrutura logística, energética e de comunicações (IIRSA, 2000).

A IIRSA se constitui como mais uma tentativa de integração dos países sul-americanos, região com trajetória histórica de integração bastante frágil, compreendida, em parte, por ter se constituído como colônias das metrópoles europeias e possuirem pouca articulação com os países vizinhos, mas também pela forma dependente e subordinada que se inseriu historicamente na economia mundial.

Para Padula (2010, p. 05), a “IIRSA surgiu como um projeto para formar uma área de livre comércio regional, para trabalhar para a integração competitiva da região junto a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e ao mercado global”. Ainda segundo o autor, sua integração proposta se baseava em uma nova “lógica geoeconómica da ocupação territorial”, visto que a iniciativa apregoava que havia uma carência de infraestrutura na América do Sul que dificultava a integração do continente e sua inserção mais competitiva no mercado externo.

De acordo com Zibechi (2006), a IIRSA se diferenciava das outras iniciativas de integração, tais como o MERCOSUL e a CAN, não só em função da ênfase dado aos aspectos da integração física, mas também devido aos interesses envolvidos, em especial, de frações de classes que compõe o bloco no poder na região, ligadas aos setores produtivos mais interessados numa maior inserção externa.

la IIRSA tiene una particularidad: es un tipo de integración nacida en el Sur, gestionada en gran medida por las élites del Sur, pero que beneficia a los sectores mejor insertos en el mercado internacional. El énfasis en las obras de infraestructura aparece vinculado a la necesidad de los mercados mundiales de conseguir un flujo sostenido y en aumento constante de las exportaciones de materias primas y recursos naturales. Y hacerlo de modo “competitivo”, o sea reduciendo los costos (ZIBECHI, 2006, p. 06).

De modo a alcançar seu objetivo de promover a integração da infraestrutura física da América do Sul, identificou-se, no âmbito da IIRSA, uma carteira de projetos e investimentos espacialmente definidos (IIRSA, 2011).

Com protagonismo do Brasil na formulação e condução da proposta, a IIRSA, desde sua concepção, expressava como sua finalidade a promoção do desenvolvimento da infraestrutura de transporte, energia e comunicação dos países signatários, de modo a impulsionar a superação das barreiras geográficas e criar novos espaços de acumulação do capital. De acordo com Couto (2009, p.11), “a IIRSA nasce com uma concepção de alavancar os investimentos privados na infra-estrutura regional”

A IIRSA contou, originalmente, com o apoio técnico-financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do *Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata* (FONPLATA). A iniciativa tinha como princípios orientadores o Regionalismo Aberto, definido pela CEPAL, e os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID), que representam e conectam áreas que concentram os mais importantes fluxos econômicos da região e, portanto, os espaços de maior interesse do capital.

Os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) são:

franjas multinacionales de territorio en donde se concentran espacios naturales, asentamientos humanos, zonas productivas y flujos comerciales. Los EIDs representan una referencia territorial para el desarrollo sostenible de la región que facilitará el acceso a zonas de alto potencial productivo que se encuentran actualmente aisladas o subutilizadas debido a la deficiente provisión de servicios básicos de transporte, energía o comunicaciones. (IIRSA, 2011).

O conceito de EID adquiriu grande importância no âmbito da IIRSA por ser sua dimensão espacial. Tal conceito foi desenvolvido por Silva¹⁰ (1997), legítimo representante dos interesses do capital brasileiro, e fora inicialmente utilizado no programa brasileiro Brasil em Ação, do governo de Fernando Henrique Cardoso (BRASIL, 1996), que propôs o conceito de Eixos de Integração Nacional como estratégia de planejamento territorial para o Brasil. A IIRSA, ao se apropriar do conceito, evidencia, desde logo, seu objetivo de integrar espaços por meio de grande projetos de infraestrutura (fixos).

Para Zibechi (2006), a IIRSA busca organizar o espaço geográfico do continente ao introduzir o conceito de EID, com seus respectivos projetos de infraestrutura física, em especial a de transportes. São nos EID que os investimentos previstos na carteira da iniciativa se dão no espaço geográfico, visto que a ausência de infraestrutura dificulta a articulação dos fluxo econômicos do EID.

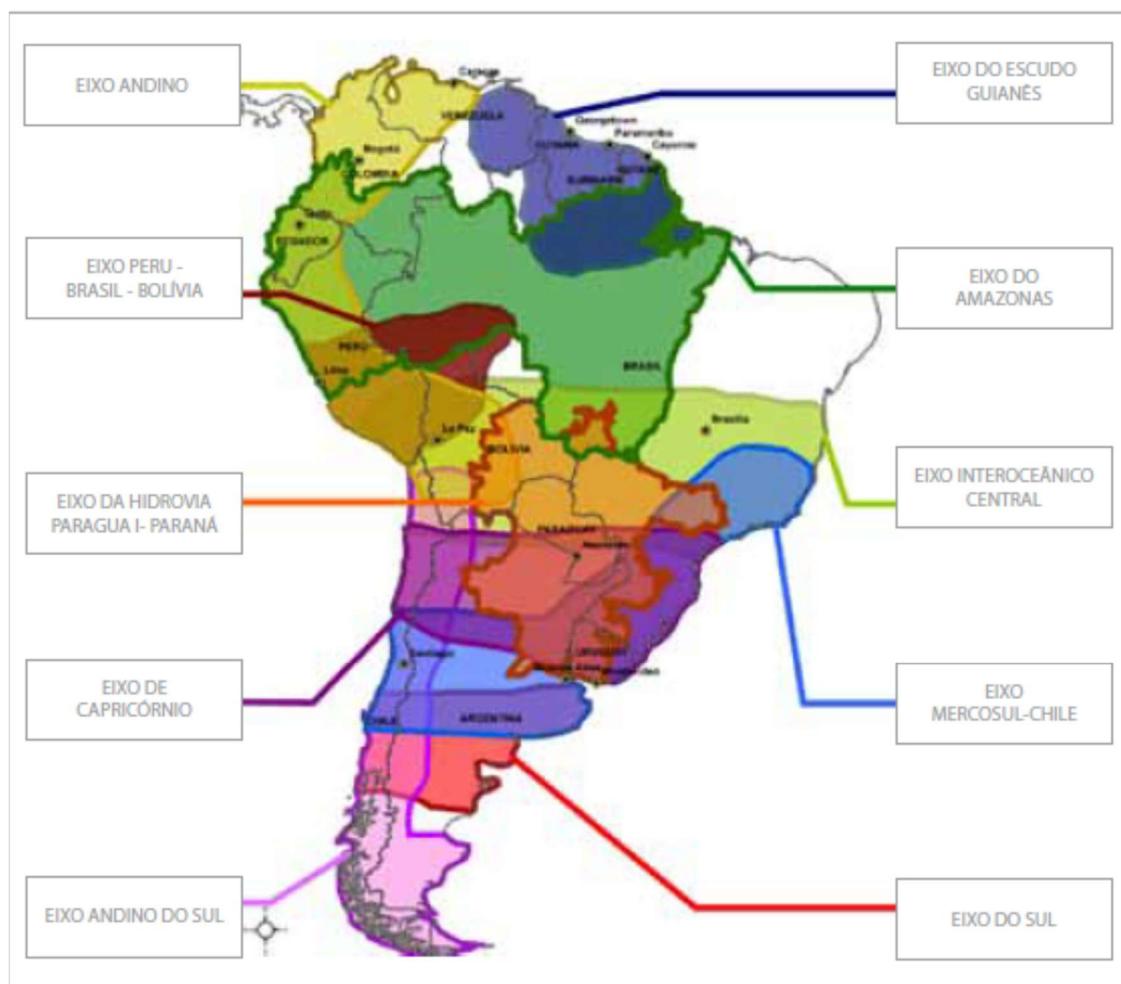
A incorporação de grandes sistemas de engenharia no espaço, dotados de intencionalidade e com funções específicas, visa romper as barreiras físicas que impedem uma maior fluidez do capital, em especial o capital-mercadoria, e promover uma maior articulação entre os espaços de produção, distribuição e consumo. Trata-se de uma iniciativa de integração que visa com seus projetos de infraestrutura dar suporte ao fluxos de mercadorias e capital no continente, fundamental para garantir a completude do ciclo do capital, além de articular novos espaços de acumulação e reprodução do capital.

Os projetos da IIRSA estão inseridos, portanto, em uma estratégia de produção capitalista dos espaços de modo a integrá-los à dinâmica produtiva e de valorização, por meio da dotação de infraestrutura necessária a circulação.

A IIRSA originalmente estava organizada em 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento, cujo principal critério utilizados para sua identificação foi a densidade produtiva e as possibilidades de expansão da produção. Para cada EID foram identificados um conjunto de projetos de infraestrutura tidos como relevantes para a integração sul-

¹⁰ Eliezer Batista da Silva, ex-presidente da companhia Vale do Rio Doce

americana. Entretanto, o Nordeste do Brasil, conforme ressaltado, não fazia parte de nenhum dos eixos prioritários de atenção (Figura 2).



Fonte: IIRSA, 2011

Figura 2 Eixos de Integração e Desenvolvimento da IIRSA

Na definição inicial dos EID, o Nordeste e parte do Centro Oeste do Brasil não se constituíam, à época do lançamento da iniciativa, como espaços prioritários a serem integrados à reprodução e acumulação do capital, ao menos para os formuladores da iniciativa. Por outro lado, os espaços já consolidados como espaço de acumulação e reprodução do capital, espaços de racionalidade, com maior densidade técnica e que concentravam os maiores fluxos econômicos do continente, foram contemplados com os principais projetos previstos na carteira de investimento da IIRSA.

As estratégias em torno da iniciativa avançaram para um consenso de um portfólio de projetos priorizados na chamada Agenda de Implementação Consensual 2005-2010 (AIC). Trata-se de um sub-conjunto de 31 projetos da carteira da IIRSA que foram considerados prioritários para a integração física regional. Destaca-se que nenhum destes 31 projetos estavam situados na região Nordeste do Brasil que, como destacado, não era considerada na iniciativa.

Desde a Primeira Reunião dos Presidentes da América do Sul, ocorrida em Brasília, no ano 2000, quando foi criada a IIRSA, houve mais outras seis reuniões envolvendo os 12 países do Cone Sul no âmbito da iniciativa até a constituição da UNASUL, no ano de 2008. A constituição da UNASUL, resultado de um novo contexto político na América do Sul, no qual predominava entre os chefes de Estados do continente aqueles com inclinação mais progressista e com a ideia de uma integração dos povos da América do Sul, implicou em uma reorganização institucional do processo de integração da IIRSA, uma vez que na Terceira Reunião da UNASUL, realizada na cidade de Quito, em agosto de 2009, decidiu-se pela criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), o qual, por seu turno, passou a incluir a IIRSA como seu fórum técnico de infraestrutura e planejamento (IIRSA, 2011). Assim, a IIRSA passou a fazer parte da UNASUL.

Segundo o Estatuto do COSIPLAN, o conselho é uma instância de discussão política e estratégica, para implementar a integração da infraestrutura regional dos países membros da UNASUL (COSIPLAN, 2013). Um dos objetivos do conselho é “desenvolver uma infraestrutura para a integração regional, reconhecendo e proporcionando continuidade aos êxitos e progressos da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana” (COSIPLAN, 2013, p. 02).

Com a criação do COSIPLAN e a incorporação da IIRSA ao mesmo, a integração do continente ganhou novo vigor. Segundo Cerqueira (2014, p. 160):

A criação do COSIPLAN teve por objetivo substituir um órgão direutivo por outro ministerial, dada à necessidade, segundo seus idealizadores, de remover os entraves na consecução dos investimentos em infraestrutura. A ideia é que os governos, através dessa mudança institucional, disponham de instrumentos políticos, jurídicos e econômicos, bem como de aporte financeiro para impulsionar de forma mais efetiva a consecução das obras.

Costa e Gonzalez (2015, p. 08) afirmam que com a incorporação da IIRSA ao COSIPLAN, a iniciativa passou de “organismo de interlocução internacional com caráter *ad hoc*” para ser “institucionalizada como um “fórum técnico” de planejamento da integração física regional”.

De fato, com a mudança institucional da iniciativa o número de projetos na carteira de investimentos aumentou significativamente. Em 2004, havia um portfólio de 335 projetos de infraestrutura como um investimento estimado de US\$ 37,42 bilhões, já em 2014 havia 583 projetos com um investimento estimado de US\$ 157,7 bilhões e em 2015 já eram 593 projetos e um investimento estimado de US\$ 182,4 bilhões (IIRSA, 2017).

Entretanto, deve-se destacar que a incorporação da IIRSA ao COSIPLAN e o maior dimensionamento da carteira de projetos da iniciativa se deu em um contexto histórico da crise capitalista, a crise de 2007/2008, e de mudanças na geopolítica mundial. Em momentos de crise, como visto, uma das alternativas de superá-la é a apropriação de novos espaços pelo capital. A eliminação de barreiras para favorecer a mobilidade do capital e estruturação de novos espaços, por meio da implantação de projetos de infraestrutura, são condições que possibilitam a retomada da dinâmica de acumulação. É justamente neste contexto de crise e de necessidade de manutenção da dinâmica capitalista que a IIRSA passou por mudanças institucionais e ganhou novo dinamismo.

O Brasil, mais uma vez, teve papel de protagonista nesta retomada do processo de integração da região, em especial a partir do Governo de Lula da Silva. Em 2002, com a eleição de Lula da Silva para o comando da maior economia do continente sul-americano houve uma reorientação da política externa brasileira, voltada para a intensificação da relação Sul-Sul (LUCE, 2007), impactando fortemente na carteira de projetos e no próprio andamento da IIRSA. Foi durante o governo Lula que se criou a UNASUL, que ao incorporar a IIRSA, deu-lhe novo vigor.

A maior participação do governo brasileiro não se restringiu somente às questões de diplomacia, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) passou a assumir papel fundamental no financiamento dos projetos da IIRSA, conforme ressalta Braga (2015) Cerqueira (2014) Couto (2012) Padula (2010), Quental (2013); Porto-Gonçalves (2011) e Zibechi (2013, 2015).

De acordo com Couto (2009), no governo FHC o papel do Estado na IIRSA era mais reduzido e as agências de desenvolvimento regional e o setor privado eram quem exerciam maior protagonismo no processo de integração da infraestrutura regional. Tratava-se de um período em que o Estado, ancorado no receituário neoliberal e com a alegação de dificuldades financeiras, possuía menor protagonismo nos investimentos em infraestrutura. No governo Lula, ampliou-se o papel do Estado na condução da política de integração regional e das fontes de financiamento públicas para os projetos de infraestrutura.

À prioridade para a integração com a América do Sul subjaz o interesse do Governo brasileiro, articulado com frações de classes do bloco no poder, dentre os quais se destacam o capital da construção civil, do agronegócio e industrial, de formar grandes *players* nacionais capazes de atuar numa escala mundial. Para tanto, o BNDES se constituiu como meio de expressão dos interesses do Estado brasileiro e de frações da

classe dominante, ao financiar os projetos da IIRSA e a expansão das firmas de capital nacional.

Cerqueira (2014) evidencia que no governo Lula, o BNDES exerceu sua função de dar suporte ao desenvolvimento capitalista no Brasil fortalecendo grupos empresariais privados e apoando-os na inserção internacional por meio do estímulo à exportação e o Investimento Direto Externo. De acordo com Braga (2015), o BNDES exerceu papel central como agente da política externa do governo Lula da Silva e foi fundamental na retomada do projeto do país à condição de potência regional.

O BNDES não estava inicialmente entre as instituições financeira diretamente envolvidas com a IIRSA. Somente com o governo Lula a instituição passou a ter papel de destaque no financiamento dos projetos de infraestrutura da carteira da IIRSA em que empresas brasileiras estivessem participando da execução. Isto porque os projetos da IIRSA passaram a ser fundamentais para a estratégia de internacionalização das empresas brasileiras. Financiar os projetos da IIRSA era fomentar a internacionalização de grupos nacionais, por meio das exportações de serviços. Zibechi (2013) destaca que a participação do BNDES neste processo só foi possível devido a mudanças no regimento do BNDES que permitiram o empréstimo de recursos para empresas brasileiras fora do país, algo que não era possível desde a fundação do Banco.

Da mesma forma, para Luce (2007), com o governo Lula a política externa brasileira voltada para a integração regional sul-americana se tornou mais assertiva com grandes financiamentos do BNDES, cuja estratégia de favorecer a expansão das empresas de capital brasileiro na América do Sul fora prioridade, de modo a atender aos interesses da burguesia brasileira, seja na execução dos projetos de infraestrutura, como também, pela possibilidade de exploração da possível contiguidade espacial do continente sul-americano por parte dos setores ligados à mineração e ao agronegócio com a implantação dos projetos de infraestrutura. Ainda segundo Luce (2007), o protagonismo do Estado no processo de integração regional reforçou uma das características das economias dependentes, qual seja, o papel do Estado como agente fundamental para dar início ao ciclo do capital.

Com apoio do Estado brasileiro, em especial do BNDES, a IIRSA passou a se configurar como uma importante alternativa para expansão da atuação das empresas brasileiras no território sul-americano e de fomento à política de apoio às exportações dos serviços de infraestrutura, liderados por grandes construtoras nacionais. Tais características assumidas pela política externa brasileira, voltada à integração regional sul-americana, levou Luce (2007, p. 73) a afirmar que a IIRSA “corresponde à revisitação

de forma renovada e historicamente atualizada do subimperialismo brasileiro, na fase neoliberal". Isto porque, embora de forma atualizada, reforça característica das economias dependentes de realização do capital e de apropriação de mais valia no exterior, no caso em países da América do Sul, com menor composição orgânica do capital que a da economia brasileira.

Depois de um período de pouco avanços na execução dos projetos da IIRSA, a iniciativa foi revigorada não só pela ampliação da carteira de investimentos da IIRSA e de um novo desenho institucional, ao ser incorporada ao COSIPLAN, mas por se configurar com parte importante de uma nova política externa brasileira que privilegiava a relação sul-sul com forte presença brasileira na América do Sul.

É neste contexto histórico que, depois de doze anos após a criação da IIRSA, o EID Amazonas da IIRSA foi ampliado. A ampliação do EID Amazonas, com a incorporação da região NE e de parte dos estados de Goiás e Tocantins, o tornou, em termos de dimensões territoriais, o maior EID da iniciativa. A articulação da região NE na IIRSA foi anunciada na Reunião Ordinária do Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) realizada na cidade de Lima, no Peru, no dia 16 de novembro de 2012 (IIRSA, 2012).

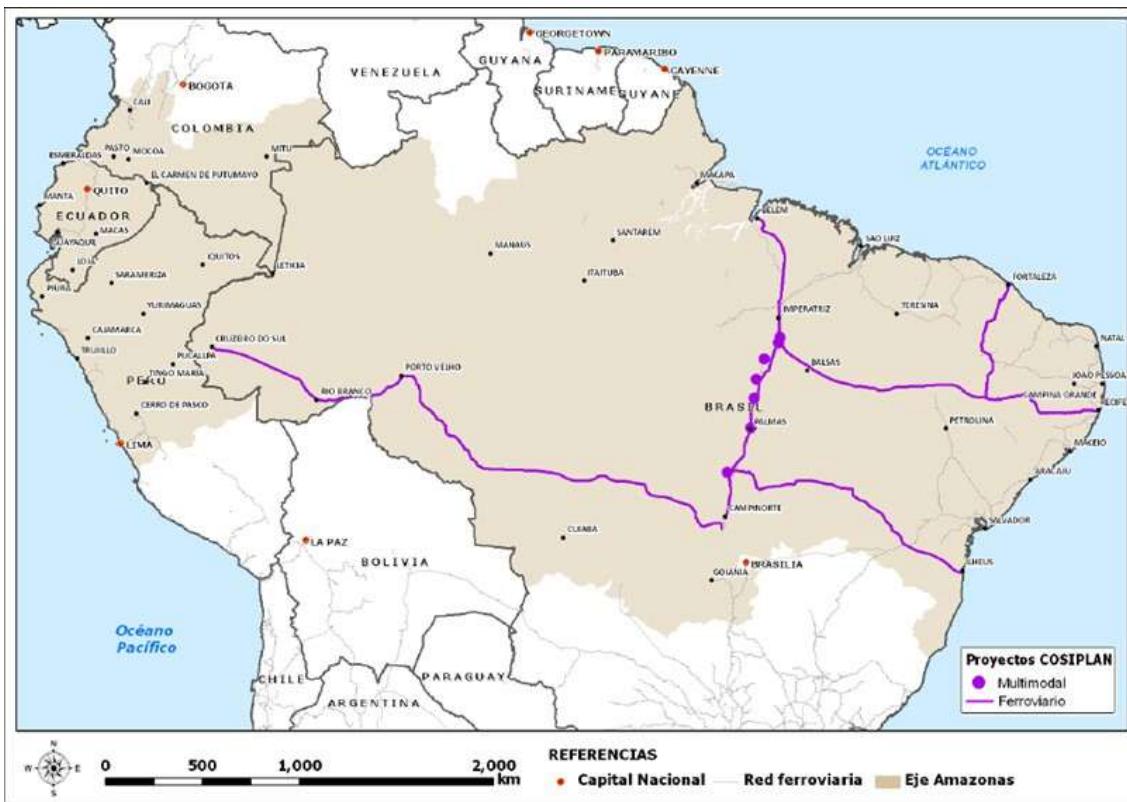
O EID Amazonas ampliado é constituído por uma área de influência muito significativa que interliga transversalmente a América do Sul entre o Nordeste, Centro-Oeste e o Norte do Brasil aos países vizinhos, Bolívia e Peru (Figura 3). A ampliação do EID Amazonas significa, ainda que em caráter de projeto, a possibilidade de interligação do Oceano Atlântico, por intermédio de diversos portos localizados no Nordeste brasileiro, ao Oceano Pacífico, por portos do Peru.



Fonte: IIRSA, 2013

Figura 3: Área de Influência dos Eixos de Integração e Desenvolvimento Amazônas Ampliado

Do ponto de vista da região Nordeste, a sua integração com os países sul-americanos no âmbito da IIRSA se dá, basicamente, por meio de quatro grandes projetos de infraestrutura de transporte ferroviário que passaram a fazer parte da carteira de investimentos da IIRSA, quais sejam: a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), a Nova Ferrovia Transnordestina, a Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO) (Figura 4). Estes projetos se constituem como o tronco central do sistema de objetos técnicos de logística de transporte que se interconecta com outros projetos de infraestrutura de transporte de menor envergadura, como hidrovias e rodovias, conformando uma rede logística (um sistema de objetos) capaz de integrar o NE brasileiro ao Centro-Oeste e Norte do Brasil, bem como aos países sul-americanos.



Fonte: IIRSA, 2016

Figura 4: Grupos de projetos ferroviários do Eixo de Integração e Desenvolvimento Amazônas Ampliado

Vale ressaltar que estes grandes projetos ferroviários já estavam contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e foram incorporados à carteira de projetos da IIRSA, ganhando nova institucionalidade. A incorporação dos projetos na IIRSA não alterou os projetos, mas reforçou o compromisso do Estado nas suas execuções.

Os quatro grandes projetos ferroviários incorporados a IIRSA e que possibilitaram a integração do NE aos EID da iniciativa possuem a mesma finalidade, qual seja: a incorporação de novos espaços para valorização do capital, em especial o capital do agronegócio e da mineração, que produzem os valores de uso que mais dialogam com o modal ferroviário para o escoamento da produção, o capital da construção civil, com capacidade de apropriação de uma renda com a construção dos projetos de infraestrutura, o capital financeiro, que no contexto de financeirização da economia está articulado aos demais setores e cujos seus ganhos estão associados a atuação no mercado financeiro com a participação de fundos de investimentos nos próprios projetos de infraestrutura e nos negócios por eles potencializados, tais como o próprio setor de mineração e do agronegócio.

Analisa-se a seguir o contexto histórico da sua implantação e da ampliação do EID Amazônas, com a consequente inclusão da FIOL na IIRSA.

5.4 NOVA CONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA MUNDIAL E A INCLUSÃO DO NORDESTE NO ÂMBITO DA IIRSA

O contexto histórico de novo vigor da IIRSA, na segunda metade da primeira década do século XXI e início da segunda década, é marcado pelo crescimento da economia mundial e de ascensão da taxa média de lucro e pela reconfiguração da geoconomia mundial, no qual a China passou a assumir papel relevante no processo de acumulação e reprodução do capital em escala mundial (CARCANHOLO, SALUDJIAN, 2013).

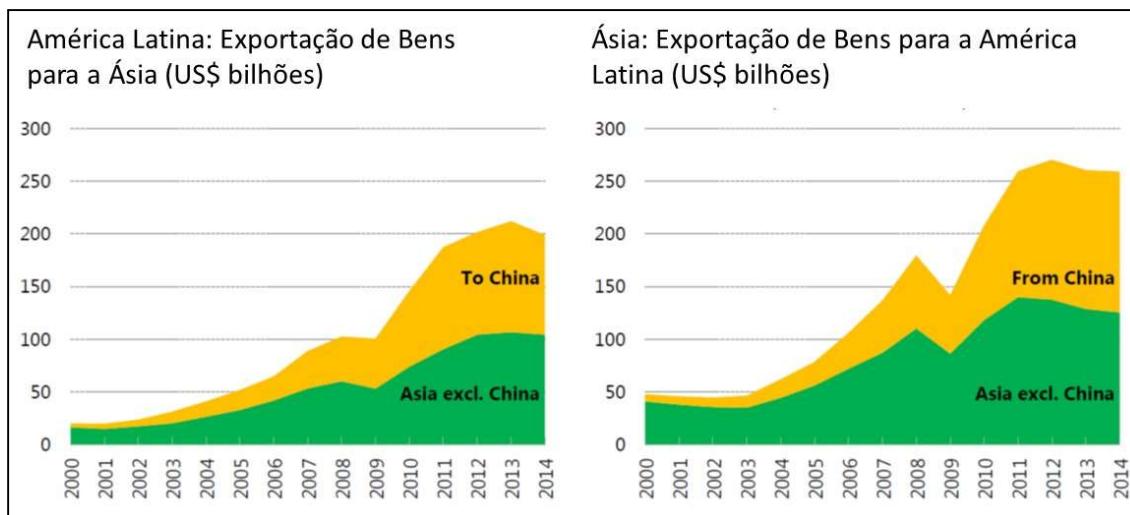
O maior dinamismo econômico chinês teve importantes repercussões na geopolítica mundial. Arrighi (2008) evidencia que a partir dos anos 2000 é possível observar a transferência do epicentro da economia política mundial em direção a Ásia devido a ascensão chinesa. Para o autor, o crescimento econômico e a maior influência chinesa na geopolítica mundial tem permitido uma maior equalização nas relações de poder, em contraponto a condição de hegemonia exercida pelos EUA.

Jorge Almeida (2015), por sua vez, caracteriza esse novo contexto, no qual a China se coloca como protagonista na geopolítica e economia mundial, como uma nova fase do imperialismo, marcada pela perda da hegemonia global dos EUA e de ascensão da China na disputa pela liderança imperialista. Para o autor, está ocorrendo uma transição do imperialismo unipolar, com hegemonia do EUA, para uma bipolaridade imperialista com a ascensão da China. Esta nova configuração do imperialismo tende, segundo Almeida (2015), ao rompimento de fronteiras nacionais e construção de espaços e disputa por áreas de influência entre os dois polos hegemônicos. O autor ressalta a ofensiva do capital chinês na África e na América Latina, que se configuraram como importantes espaços de acumulação e reprodução do capital chinês.

Carmody e Owusu (2011) ressaltam a participação dos chineses na “disputa pela África”, evidenciando a reorientação do fluxo de comércio da África em direção ao Oriente, em especial para a China, e a intensificação dos investimentos chineses no continente, particularmente no setor de petróleo e de minerais. “Se até 2005, a China não investiu mais do que US\$ 500 milhões em todo o continente africano, em 2008 os fluxos de investimentos chineses se situaram acima de US\$ 5 bilhões” (CARMODY; OWUSU, 2011, p. 243).

Da mesma forma, Barbosa (2011). Almeida (2017), Martins (2011), Osorio (2012b) e Carcanholo e Saludjian (2013) abordam o forte crescimento da presença

chinesa na América Latina, em especial no que diz respeito as relações comerciais entre aquele país e a América Latina (Figura 5).



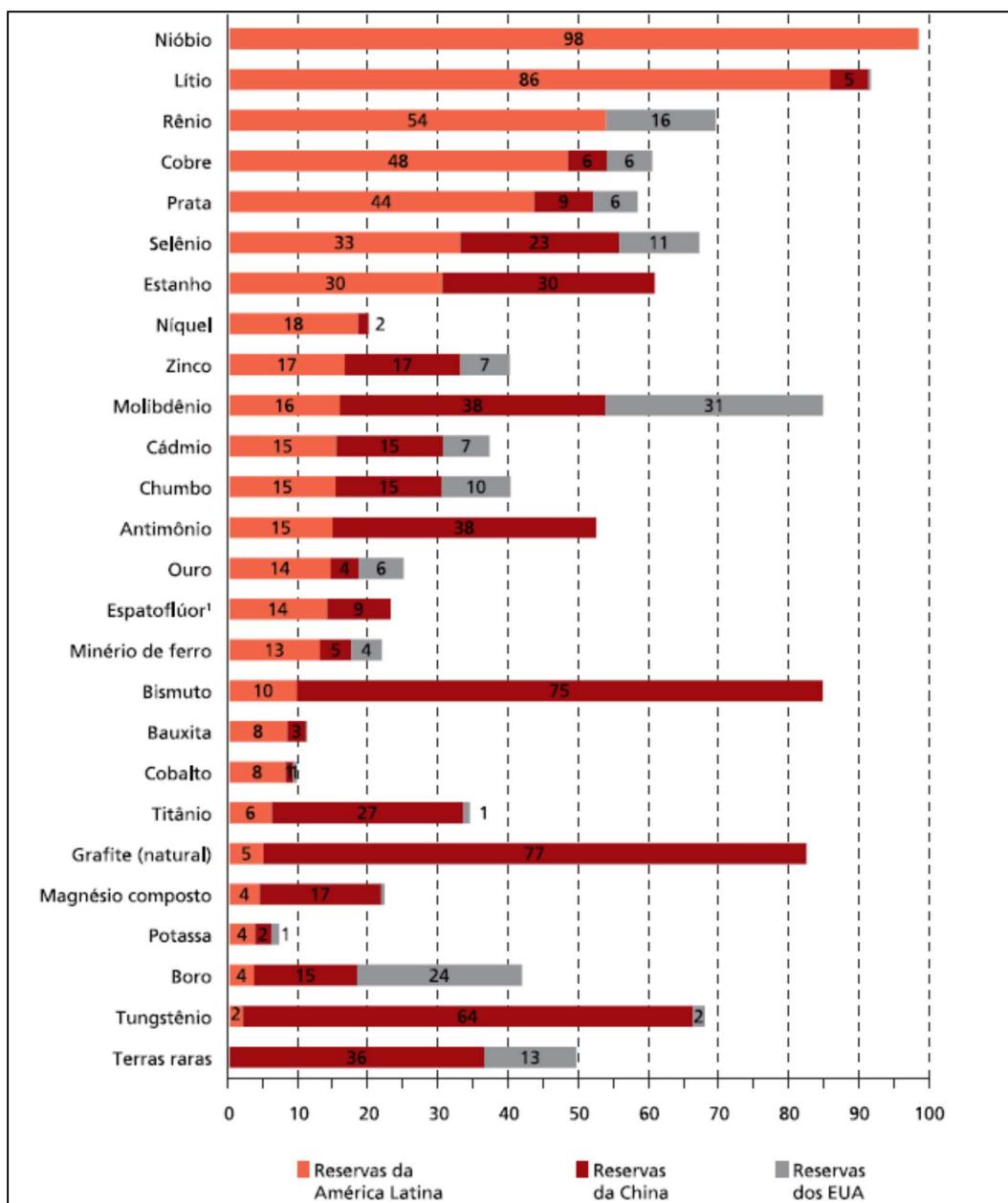
Fonte: IFM, 2016

Figura 5: Comércio exterior entre a Ásia e a América Latina, US\$ bilhões, 2014

Mônica Bruckmann (2011), a partir dos dados sobre as reservas de minerais estratégicos, mostra a grande participação da América Latina e indica que a região é espaço fundamental para o abastecimento mundial de minerais.

Bruckmann (2011) evidencia a disputa global por recursos naturais, em especial entre os EUA e a China e o papel da América Latina nesta disputa, em função de sua riqueza em minerais, biodiversidade e água. A autora ressalta a dependência estadunidense por recursos minerais e a reorganização de seus interesses no continente, inclusive atuando via acordos bilaterais com alguns países da região, enfraquecendo os projetos de integração regional.

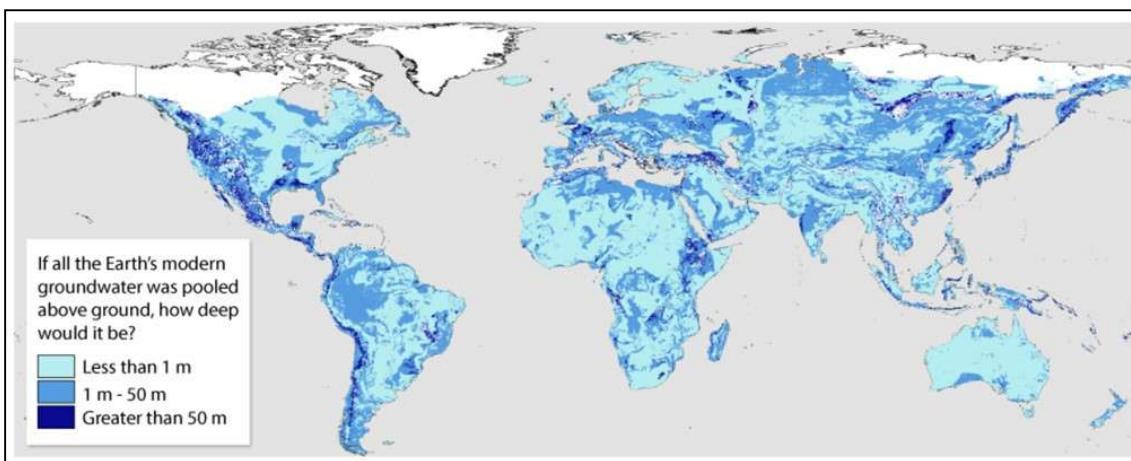
Para Bruckmann (2011) a ascensão da China e sua emergência como grande consumidora mundial de recursos minerais, necessária para garantir seu acelerado crescimento, coloca a América Latina no epicentro da disputa global por minerais estratégicos e alimentos, dado a disponibilidade que tais recursos na região. Diante desta realidade, Bruckmann (2011) ressalta que “a estratégia das potências hegemônicas inclui ação articulada e complexa para derrubar as barreiras políticas e econômicas, a fim de permitir o acesso de longo prazo sobre estes recursos” (Figura 6).



Fonte: Bruckmann, 2011

Figura 6: Reservas de minerais estratégicos da América Latina, da China e dos Estados Unidos em relação às reservas mundiais (2009), em %

Bruckmann (2012) destaca a centralidade da água na disputa global por recursos estratégicos e evidencia o papel da América do Sul como espaço desta disputa devido a alta disponibilidade hídrica da região (Figura 7). Há na região a existência de três grandes aquíferos, tais como o da Bacia Amazonas, o da Bacia Maranhão e o Aquífero Guarani.



Fonte: Gleeson *et al.*, 2015

Figura 7: Mapa global de águas subterrâneas

A ascensão chinesa tem, segundo Pochmann (2011), alterado a divisão internacional do trabalho, onde a China se configura como a fábrica do mundo e outros países, no caso os países da periferia, tem se especializado na produção de *commodities* agrícolas e minerais, para responder a crescente demanda chinesa. De fato, na primeira década do século XXI a China se tornou o maior produtor e exportador mundial de manufaturas e importante demandante de máquinas e equipamentos da Europa e dos seus vizinhos asiáticos mais desenvolvidos e de matérias-primas de países em desenvolvimento da América Latina, África e da Ásia (POCHMANN, 2011).

Barbosa (2011) ressalta que na primeira década do século XXI, justamente no cenário de ascensão chinesa, as economias latino-americanas voltaram a apresentar maior dinamismo econômico. O autor apresenta um quadro de evolução das relações comerciais aa China e a América Latina entre os anos de 2000 e 2008, mostrando a evolução de tais relações. Segundo o autor, a ascensão da China promoveu uma reorganização da divisão internacional do trabalho e impôs aos países latino-americanos a produção de valores de uso ligados às atividades agrícolas e minerais. Para o autor, observa-se uma crescente especialização do perfil das exportações latino-americanas centrado em produtos intensivos em recursos naturais e pelas exportações de manufaturados com baixo valor agregado e de baixa e média intensidade tecnológica, no qual a China se apresenta como grande demandante.

A análise da pauta de exportações da América Latina para a China evidencia a grande participação dos produtos menos industrializados ligados às *commodities* minerais e do agronegócio. Por outro lado, os países da América Latina importam da China produtos com maior agregação de valor.

Produtos	US\$ (bilhões)
Minerais	34,20
Petróleo e derivados	24,73
Soja e derivados, grãos em geral	23,62
Cobre e derivados	12,94
Equipamentos eletro-eletrônicos	7,40
Madeira e celulose	3,76
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	2,52
Couros e artigos de couro	1,42
Frutas	1,21
Carne e derivados	1,18
Sub-total	112,98
Total exportado pela China	126,12

Fonte: Iglesias, 2015

Tabela 1: Dez principais itens exportados da América Latina para a China, 2014

Produtos	US\$ (bilhões)
Equipamento eletro-eletrônicos	26,12
Máquinas	22,04
Veículos e equipamentos de transporte ferroviário	7,27
Produtos químicos orgânicos	4,84
Derivado de ferro e aço	4,45
Ferro e aço	5,01
Plásticos	4,06
Equipamentos ópticos, médicos e de fotografia	5,99
Móveis, luminárias, artigos para a construção	3,84
Artigos de vestuário	8,87
Sub-total	92,49
Total exportado pela China	135,09

Fonte: Iglesias, 2015

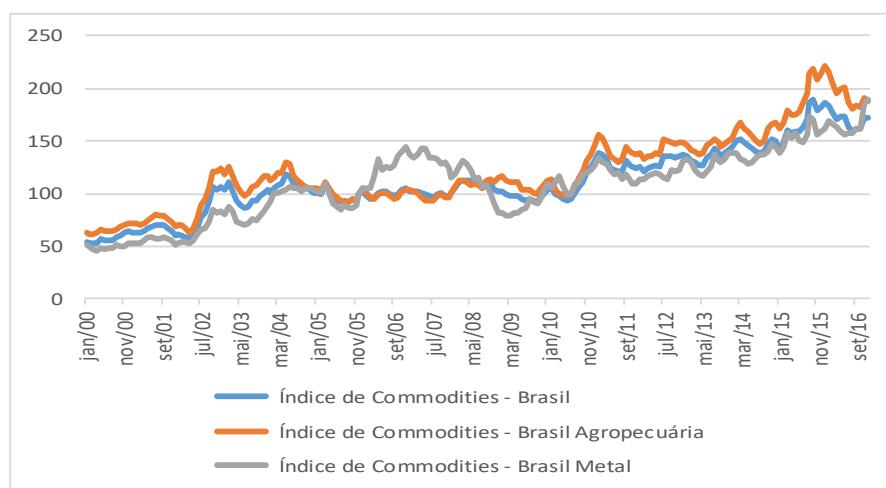
Tabela 2: Dez principais itens exportados da China para a América Latina, 2014

Carcanholo e Saludjian (2013) analisam as relações comerciais entre os países sul-americanos e China, especificamente. Os atores evidenciam o crescimento da relação comercial entre a China e os países da América do Sul. Esta realidade mais intensamente observada a partir dos anos 2000 levou os autores a ressaltar que há uma “sino-dependência” da região. Entretanto, os autores observam que “o comércio com o novo principal parceiro comercial de América do Sul mostrou desde o final dos anos 1980 um padrão de comércio reprimarizado e dependente da China” (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013, p. 26).

Para Jaime Osorio (2012b), a produção de determinados valores de uso puxado pela forte demanda chinesa no continente sul-americano reforça a tendência de consolidação de um novo padrão de reprodução do capital na América Latina, denominado por ele de Padrão Exportador de Especialização Produtiva, cujas

características já vinham sendo observadas desde a intensificação da adoção da estratégia neoliberal de desenvolvimento, que provocou a reestruturação nos padrões de reprodução dos países da América Latina. Foi justamente neste contexto de ascensão chinesa que a IIRSA foi incorporada a UNASUL, observou-se a ampliação do EID Amazonas e o aumento da carteira de investimento da iniciativa.

A demanda mundial crescente por *commodities* agrícolas e minerais, puxada pela China, e a especulação financeira nas bolsas de mercadoria agrícolas e minerais implicou em um aumento significativo dos preços das *commodities* associadas e estes setores no mercado mundial. A lógica do mercado financeiro, em especial a atuação de grandes atores financeiros como fundos de investimento e de pensão nos mercados futuros buscando ganhos na especulação financeira, repercute-se no comportamento dos preços das *commodities*, conferindo-lhes um caráter claramente especulativo. De acordo com Stédile (2013), o movimento do capital financeiro sobre os produtos agrícolas e minerais com intuito de especular no mercado futuro e obter ganhos extraordinários promoveu a elevação dos preços de tais produtos durante a primeira década dos anos 2000, de modo que os mesmos passaram a não guardar relação com seus custos médios de produção (Gráfico 1).



Fonte: Banco Central do Brasil, 2016

Gráfico 1: Índice de preços das *commodities*, Brasil, 2000-2016

A crescente demanda mundial, fortemente explicada pela chinesa, por produtos agrícolas e minerais e o crescimento dos preços destas *commodities* no mercado a partir dos anos 2000, ficou conhecido como o “boom das *commodities*”. Essa nova realidade foi fundamental para que o padrão de inserção externa dos países latino-americanos apresentasse resultados positivos. O crescimento dos preços provocou uma melhoria dos termos de trocas em favor dos países periféricos dependentes, tradicionalmente

produtores de *commodities* (BARBOSA, 2011; MARTINS, 2011). Isso possibilitou certa melhoria no mecanismo das trocas desiguais no plano do comércio internacional entre os países dependentes e as economias centrais.

A alta no ciclo de liquidez internacional e de redução das taxas de juros no mercado de crédito mundial possibilitaram reduções nos juros domésticos nos países da América Latina e a entrada de divisas, seja por meio do crescimento dos investimentos estrangeiros na região, quanto pela corrente de comércio, o que contribuiu para uma maior dinâmica das economias dependentes durante os anos 2000 (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013).

A nova dinâmica econômica mundial a partir dos anos 2000, marcada por uma conjuntura internacional favorável, até a crise de 2007/2008, e pela melhoria dos termos de trocas em favor dos países dependentes, devido ao crescimento dos preços das commodities, contribuiu para a um maior dinamismo dos países dependentes. Já no plano interno, das economias dependentes, o início dos anos 2000 é marcado pelo desgaste do projeto neoliberal na América Latina, que se mostrou incapaz de resolver os problemas econômicos na região e agravou os problemas sociais.

Em especial na América do Sul, nos primeiros anos do século XXI forças progressistas historicamente vinculadas ao movimento social e setores médios da sociedade civil assumiram o poder em diversos países da região e, portanto, o comando das diretrizes das políticas econômicas. De modo geral, o discurso dos líderes que assumiram o comando dos países era de forte contestação ao projeto neoliberal. Posição que se reverte a partir da segunda década do século.

Desde as primeiras crises da globalização neoliberal ocorrida na segunda metade dos anos 1990, os chamados países emergentes já vinham sendo expostos as fragilidades do projeto neoliberal. O surgimento dos movimentos anti-globalização nos anos 2000 em todo o mundo evidenciou os limites impostos a nova ordem burguesa neoliberal conduzida pelo capital financeiro, pelo FMI e o Banco Mundial (ALVES, 2014).

De acordo com Alves (2014, p.129):

É na América Latina, laboratório-mor dos experimentos neoliberais (desde o Chile de Pinochet em 1973), que a contestação e o fracasso dos projetos burgueses neoliberais iriam assumir de forma contundente uma dimensão política, com o surgimento formas alternativas de desenvolvimento do capital nas condições de crise estrutural de superprodução, financeirização da riqueza capitalista e falência do modo de desenvolvimento neoliberal.

A conjuntura internacional favorável dos anos 2000, de alta liquidez e crescimento dos preços das *commodities*, e o crescimento do movimento de contestação ao projeto neoliberal possibilitaram aos países latino-americanos maior capacidade, embora limitada, dada a condição de subordinação destes às economias centrais, para uma inflexão na estratégia de desenvolvimento (do capitalismo) na América Latina. Para Martins (2011), no início dos anos 2000, observou-se o ressurgimento do nacionalismo “de base popular ou ancorados na burocracia estatal” na América Latina, que marca um novo enfoque sobre a questão do desenvolvimento na região. Neste período, segundo Giovanni Alves (2014), um novo modo de desenvolvimento capitalista é observado, em especial no Brasil, conhecido como neodesenvolvimentismo. Para o autor, o neodesenvolvimentismo se constituiu como um novo projeto burguês de desenvolvimento, caracterizado como um novo bloco histórico de hegemonia burguesa sob a direção do grande capital organizado.

Para Giovanni Alves (2014) o projeto neodesenvolvimentista “não tinha veleidades anticapitalistas, mas pelo contrário, mantinha-se alinhado com o bloco histórico neoliberal hegemônico no mercado mundial” (ALVES, 2014, p131). Na mesma direção, para Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2012), o neodesenvolvimentismo observado no Brasil, buscou conciliar aspectos do neoliberalismo, tais como: compromisso com a estabilidade da moeda, austeridade fiscal, busca de competitividade internacional, ausência de discriminação contra o capital internacional, com os aspectos do velho desenvolvimentismo, como o comprometimento com o crescimento econômico, industrialização, papel regulador do Estado e sensibilidade social.

O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia (SAMPAIO Jr., 2012, p. 680).

No discurso neodesenvolvimentista o Estado voltou a assumir um papel de indutor da economia ao assumir “uma função crucial, seja como Estado financiador, seja como Estado investidor (não se tratava, nesse caso, de Estado empresário que caracterizava os projetos nacionais-desenvolvimentistas pretéritos)” (ALVES, 2014, p. 131).

O Estado neodesenvolvimentista era efetivamente o Estado regulador capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional com a capacidade competitiva no mercado mundial (nesse caso,

os fundos públicos – BNDES e fundos de pensões de estatais – cumpriram um papel fundamental na reorganização do capitalismo brasileiro); e era também o Estado investidor que colocou em marcha a construção de grandes obras de infraestrutura destinadas a atender as demandas exigidas pelo grande capital. A vertente do Estado investidor se manifesta, por exemplo, no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), expressão de que o Estado joga um papel fundamental na indução do crescimento da economia do país (o que distingue efetivamente o projeto burguês desenvolvimentista do projeto burguês neoliberal). Ao mesmo tempo, a disciplina fiscal e monetária deveria se colocar a serviço do crescimento rápido e sustentado da economia do país – eis os parâmetros do novo padrão de desenvolvimento capitalista intitulado neodesenvolvimentismo (ALVES, 2014, p. 131).

O Estado financiador e investidor, responsável pela retomada dos investimentos na economia brasileira, está intimamente articulado aos interesses do capital com maior hegemonia no bloco de poder. Neste contexto, ganhou espaço no bloco de poder frações do capital ligadas aos setores exportadores da economia brasileira, com destaque para o agronegócio e da mineração, além do capital financeiro. Para Sampaio Jr. (2012, p. 682) o discurso do neodesenvolvimentismo “ata de maneira inescapável o Estado brasileiro aos interesses do grande capital internacional e nacional e estes à perpetuação da dupla articulação — dependência externa e segregação social”.

O neodesenvolvimentismo nasce em uma nova configuração geoconômica, com forte participação da China na economia mundial e de uma conjuntura internacional com alta liquidez. A crescente demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais e uma nova correlação de força entre as frações de classes no bloco do poder terminou atribuído às exportações papel central no projeto neodesenvolvimentista. Alves (2014) afirma que o neodesenvolvimentismo aproveitou a conjuntura favorável do comércio exterior baseado na valorização das *commodities*. Para Sampaio (2012, p. 682), “o neodesenvolvimentismo reforça a dependência estrutural da exportação de *commodities* e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial”. Ainda segundo o autor “os novos desenvolvimentistas são entusiastas do capital internacional, do agronegócio e dos negócios extrativistas”

Alves (2014) destaca que no projeto neodesenvolvimentista o Estado buscou conciliar os interesses das frações de classes no bloco de poder ao mesmo tempo que promoveu algumas concessões às classes subalternas.

O neodesenvolvimentismo brasileiro como modelo de gestão do desenvolvimento capitalista pós-neoliberal, visa promover um *tertium datur* entre utilização do fundo público no financiamento e investimento exigidos pelo capital, visando o desenvolvimento e crescimento da

economia brasileira, de acordo como os interesses dos oligopólios privados industriais, agroindustriais e financeiros; e a utilização do gasto público para programas de combate a pobreza e transferência de renda às famílias mais pobres, como, por exemplo, a elevação do salário-mínimo e a expansão do Bolsa-Família (ALVES, 2014, p. 137).

Para Nildo Ouriques (2013, p. 131) o neodesenvolvimentismo é “*resultado de una poderosa alianza de clase que permitía elevadas ganancias para los capitalistas y un fuerte programa de “inclusión social” para los de abajo.*” Ainda segundo Ouriques (2013, p. 132):

Las medidas económicas expresaban un pacto de clase que pretendía larga hegemonía burguesa en Brasil. Las fracciones del capital –el productivo (nacional y extranjero), el financiero, el agrario y comercial– garantizaban no sólo el apoyo al gobierno sino que lograron incorporar una parte importante de los trabajadores.

Portanto, no neodesenvolvimentismo, o Estado assumiu um papel de fomentador do capital ao tempo que articulou algumas políticas sociais que permitiram a redução das desigualdades e a redução da taxa de desemprego. Trata-se, portanto, conforme argumentação de Poulantzas (1980), de uma estratégia de manutenção da hegemonia do bloco no poder, composto por frações da burguesia, que a exerce por meio de concessões às classes dominadas, de modo a garantir a reprodução da hegemonia de classe e a dominação. O exercício da hegemonia requer concessões, alianças e uma ampliação da socialização da política para alcançar o consenso (COUTINHO, 1992).

Nesta perspectiva, para Giovanni Alves (2014), o tripé de sustentação do projeto neodesenvolvimentista fundamental para garantir a reprodução do modo capitalista de produção foi baseado em: forte atuação do Estado, por meio de programas de incentivos a oligopolização da economia, via fortalecimento de grandes grupos econômicos privados apoiado pelo BNDES; por programas de investimentos públicos em infraestrutura; e por programas estatais de transferência de renda visando a valorização do mercado interno de consumo. Assim, o Estado, por meio de alianças entre frações da classe dominante e fazendo concessões às classes subalternas, conseguiu estabelecer um certo consenso em torno de um novo projeto de desenvolvimento, mas não outro, que não o do capital.

De fato, conforme destaca Ouriques (2013, p. 136), o auge do processo de crescimento pautado no que se chama de neodesenvolvimentismo “*coincide con la elevación de los precios de productos agrícolas y mineros en el mercado mundial, lo que permitió un aumento significativo del excedente en manos de la burguesía y del Estado*”. Neste contexto, e de posse de maiores recursos financeiros, o Estado, juntamente com

frações de classes sociais detentoras do capital passaram a fazer maiores concessões aos setores sociais, de modo a manter a aliança de classe e a estratégias de desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma repactuação das frações de classe, no qual a burguesia ligada a produção de *commodities* passou a ocupar maior espaço no bloco de poder.

Para Filgueiras (2013), a segunda metade da primeira década dos anos 2000, período que se inicia a discussão sobre o neodesenvolvimentismo, é, na verdade, mais um momento pelo qual passou o padrão de desenvolvimento Liberal-Periférico, que foi “flexibilizado”, mas que já vinha sendo se constituindo no Brasil desde os anos 1990, com a ruptura com o Modelo de Substituição de Importação e da adesão às políticas neoliberais. Para Filgueiras (2013, p. 31), este período é marcado pela “segunda inflexão” pelo qual passou o padrão de desenvolvimento brasileiro Liberal-Periférico “flexibilizado”, onde se observou uma ainda maior flexibilização do tripé macroeconômico, participação ativa do Estado na economia, adoção de políticas sociais e de estímulo ao mercado interno e a ampliação da presença da burguesia interna no interior do bloco no poder, a exemplo dos representantes do agronegócio, mineração e da indústria da construção pesada.

A nova correlação de força em favor da burguesia interna no bloco de poder mudou sua articulação com Estado, que passou a ter maior participação na atividade econômica, em especial via fomentador e financiador do capital nacional via BNDES.

A segunda inflexão ocorreu a partir da virada do primeiro para o segundo Governo Lula (a inflexão de 2006), com a articulação mais próxima das forças políticas que ocupam atualmente o aparelho de Estado com os grandes grupos econômicos nacionais (principalmente exportadores de *commodities*, indústria extractiva e grandes construtoras). Essa articulação tem como centro o BNDES, e pode ser sintetizada pela ideia dos “campeões nacionais”; o que implica o BNDES assumir o papel de capital financeiro no processo de concentração, centralização e internacionalização desses capitais (FILGUEIRAS, 2013, p. 30)

Entretanto, para Filgueiras (2013), em que pese os bons indicadores econômicos e sociais neste novo contexto do desenvolvimento brasileiro, a dinâmica da acumulação e do crescimento da economia continua dependendo do comportamento da demanda internacional, que neste período é caracterizado pelo *boom* das *commodities* e do maior crescimento chinês. Isto tem provocado uma mudança da composição da pauta de exportações brasileira, no qual ganha participação produtos de baixo valor agregado e menor conteúdo tecnológico, o que, segundo Filgueira (2012, p. 38), termina agravando a dependência “pois atrela o desempenho da economia brasileira aos ciclos do comércio internacional”. Ainda segundo o autor:

o atual padrão de desenvolvimento está redefinindo o perfil da estrutura produtiva do país e de sua pauta de exportações, distanciando-o da fronteira tecnológica em permanente movimento. Como expressão e consequência das características estruturais desse novo padrão, o país caminhou para uma especialização produtiva/comercial regressiva e aumentou a sua vulnerabilidade externa estrutural –inclusive com retorno da vulnerabilidade externa conjuntural, que havia sido reduzida nos últimos anos – quando da fase ascendente do ciclo econômico internacional (FILGUEIRAS, 2013, p. 5).

Filgueiras (2013) também advoga que no atual padrão de desenvolvimento brasileiro há fortes evidências de um processo precoce de desindustrialização da economia brasileira, com perda de participação relativa do setor industrial no PIB e do emprego industrial. Da mesma forma, Gonçalves (2012) advoga no período dos anos 2000, sobretudo a partir dos Governos Lula e Dilma não provocou transformações estruturais nos aspectos econômicos e sociais do país. Para o autor:

o que se constata claramente é: desindustrialização, dessubstituição de importações; reprimarização das exportações; maior dependência tecnológica; maior desnacionalização; perda de competitividade internacional, crescente vulnerabilidade externa estrutural em função do aumento do passivo externo financeiro; maior concentração de capital; e crescente dominação financeira, que expressa a subordinação da política de desenvolvimento à política monetária focada no controle da inflação (GONÇALVES, 2012, p. 639).

A crise financeira dos anos 2007/2008, que se fez sentir mais fortemente na economia brasileira no ano de 2009, afetou a dinâmica de crescimento da economia brasileira, quando comparado ao período anterior a crise, embora tenha apresentado forte crescimento em 2010. O Estado brasileiro, articulado com as frações do capital com maior participação no bloco de poder, buscou estimular a demanda agregada adotando ma postura ativa do Estado. Mas, foi a dinâmica chinesa e o ciclo de alta dos preços das *commodities*, iniciados no início dos anos 2000 e que teve seu pico no ano de 2011, que foram responsáveis pela manutenção do crescimento da economia brasileira. O setor exportador se mostrou fundamental para minimizar os impactos dos constrangimentos da crise capitalista na economia brasileira, pelo menos até o ano de 2013.

Para Costa Pinto (2011), o protagonismo da China se tornou mais evidente com a crise capitalista que atingiu o mercado financeiro americano no ano de 2007/2008 e se espalhou mais fortemente pelas economias centrais, mas que não provocou uma reversão do processo de crescimento da China. Isto, foi fundamental para manutenção do

crescimento dos setores associados a agropecuária e ao setor mineral brasileiro na estrutura de comércio exterior.

O mesmo foi observado nos países latino-americano, o que trouxe à tona a discussão sobre uma inclinação da região na promoção do desenvolvimento apoiado na apropriação dos recursos naturais, por meio das atividades extrativistas, mas sobre nova roupagem, denominado por Gudynas (2011) de neoextrativismo.

No contexto do neoextrativismo os setores extrativistas não apenas mantiveram sua importância na matriz produtiva quanto ampliou sua participação na estrutura de comércio exterior latino-americana, constituindo-se como um dos pilares do desenvolvimento do capital no continente. Entretanto, difere-se do extrativismo do passado, o papel ativo do Estado e a maior apropriação da renda da atividade extractiva pelo próprio Estado, o que possibilitou alimentar programas sociais e de combate à pobreza (GUDYNAS, 2011).

O fato é que com a nova geopolítica e economia internacional com maior protagonismo chinês houve uma reorganização da divisão internacional do trabalho e o centro dinâmico de reprodução do capital na América Latina, em maior ou menor grau, dependendo da complexidade da matriz produtiva de cada país, direcionou-se para a centralidade das atividades mais ligadas ao extrativismo, incluído a agropecuária, e para produtos com menor nível de agregação de valor, o que pode ser observado na análise da dinâmica do comércio exterior de algumas economias latino-americanas realizada por Osorio (2012b); Araujo (2013), Almeida (2016); Carcanholo e Saludjian (2013).

Araujo (2013, p. 9), por exemplo, advoga que na atual fase do capitalismo os países da América Latina “deixaram de ser exclusivamente fornecedores de matérias-primas, pois diversificaram sua indústria, mas mantiveram essencialmente um padrão de reprodução pautado nas exportações de bens primários”. Almeida (2016, p. 255) ao analisar a participação dos produtos primários nas exportações de alguns países da América do Sul, de meados nos anos de 1990, período de intensificação das políticas neoliberais na região, até o ano de 2014, destaca que o “as condições internacionais levaram à rápida resposta dos produtos básicos aos estímulos externos (especialmente do agrobusiness). No entanto, houve fraco desempenho da indústria nas exportações”.

A reorganização da divisão internacional do trabalho observada a partir do início dos anos 2000 com a ascensão da China se repercutiu nas economias dependentes. A melhoria dos termos de troca e as vantagens comparativas dos países latino-americano na produção de valores de uso ligados aos setores da agropecuária e da mineração, somadas a atuação do Estado, representado pelos interesses das classes com maior correlação de

força no contexto histórico, em favor destes mesmos setores produtivos, possibilitaram um maior dinamismo nas economias dependentes, cuja maior centralidade da lógica de reprodução do capital passou a se situar justamente na produção de mercadorias ligadas às atividades minerais e agropecuárias, com impactos na maior inserção relativa das mesmas na corrente de comércio destes países.

Portanto, a inclusão do NE e da FIOL na IIRSA está, pois, assentada nesta nova ordem geoeconômica mundial, com o protagonismo da China e de uma reorganização da divisão internacional do trabalho. Trata-se de um momento histórico de crescimento do fluxo de comércio da América Latina com a China e dos preços das *commodities*, onde se observa uma reprimarização da pauta exportadores e um processo de desindustrialização na região, especialmente no Brasil, Argentina e Chile (ALMEIDA FILHO, ARAUJO, 2015).

Ademais, a inclusão de novos espaços na IIRSA e, portanto, da FIOL para integrá-los à lógica de valorização do capital, deve-se a necessidade imperativa de busca de novos espaços para absorver o excedente de capital em momentos de crise.

5.4.1 As trocas internacionais e o padrão de reprodução do capital

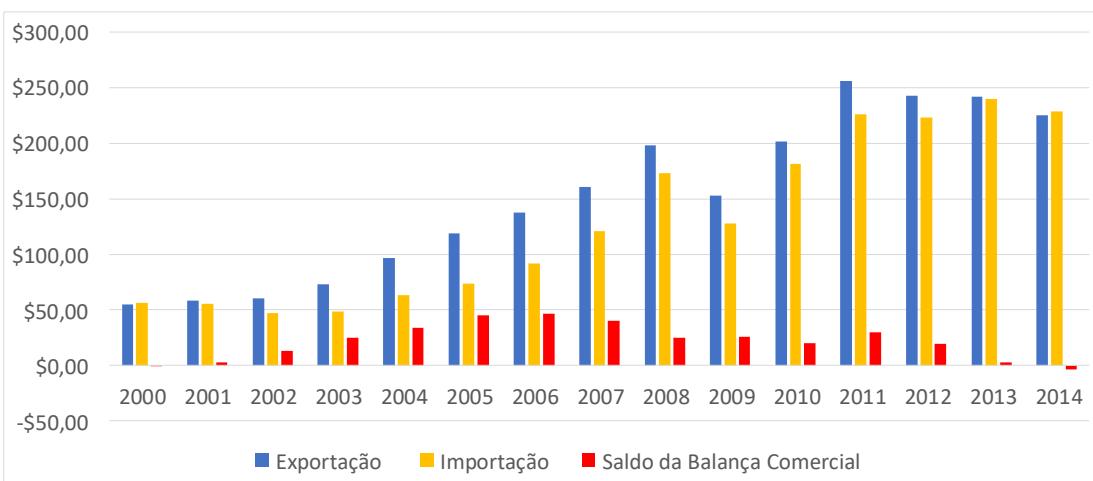
O objetivo deste item é analisar o comportamento da corrente de comércio brasileira e das regiões NE e CO, regiões mais diretamente associadas à ampliação do EID Amazonas e que acomodarão nos seus espaços os grandes projetos ferroviários previstos. Tal análise mostra-se importante para uma melhor compreensão dos interesses envolvidos na incorporação destas regiões e da FIOL na IIRSA. A análise da corrente de comércio também possibilita encontrar elementos que permitam fazer inferências não só sobre a dinâmica recente da corrente de comércio destas regiões, mas sobretudo da sua relação com um padrão de reprodução do capital que parece se delinear na América Latina, no qual a produção de valores de uso tende a se centrar em produtos com menor grau de beneficiamento e em *commodities*, cuja realização se dá no exterior.

5.4.1.1 Comércio exterior brasileiro e das regiões Nordeste e Centro Oeste do Brasil no início dos anos 2000

Na economia brasileira, no início do século XXI se observa um significativo crescimento da sua corrente de comércio (Gráfico 2). Este período é justamente o da ascensão do protagonismo chinês. De fato, o crescimento da corrente de comércio brasileira se deve ao aumento da participação relativa da China nas suas relações comerciais. Em 2009, a China se tornou o principal parceiro comercial do Brasil.

No que se refere às exportações, entre os anos de 2000 e 2008 o valor das exportações do Brasil quase quadruplicou, saindo da ordem de US\$ 55,12 bilhões para cerca de US\$ 198 bilhões. Mesmo com a valorização cambial observada no período, resultado da própria dinâmica favorável do comércio exterior e da entrada de divisas na economia brasileira e da adoção de uma política de câmbio valorizado, as exportações apresentaram um comportamento crescente durante a primeira década dos anos 2000, exceto em 2009, quando as mesmas reduziram em quase 3%, devido à crise financeira mundial, mas logo retomaram a trajetória de crescimento, crescendo 4,67% em 2010, quando comparado ao ano de 2009. Nos anos de 2011 e 2012 a trajetória também foi marcada pelo forte dinamismo das exportações, mas a partir de 2013, o quadro se reverteu e houve uma redução do ritmo de crescimento das exportações brasileiras.

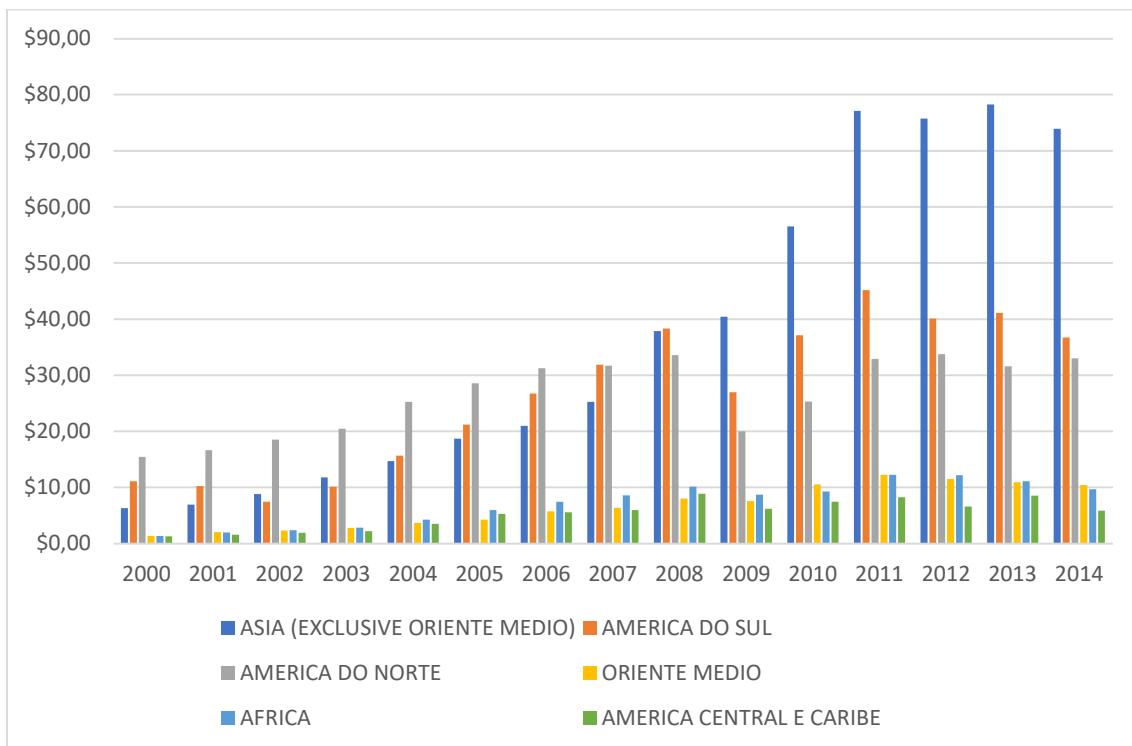
Com relação aos saldos comerciais, o Brasil saiu de uma situação de déficit comercial de US\$ 731,7 milhões no ano de 2000 para uma situação de forte superávit comercial até o ano de 2006. A partir de então, os saldos comerciais, embora positivos, reduziram-se, devido ao maior crescimento relativo das importações brasileiras. Em 2014, o Brasil passou novamente a ter *déficits* comerciais de US\$ 3,93 bilhões. Segundo o MDIC (2014), os fatores que contribuíram para o déficit neste ano foram: à redução dos preços das *commodities*, em especial do minério de ferro; a crise econômica na Argentina, um dos principais compradores do Brasil, que impactou no setor de automóveis e autopeças, veículos de carga, polímeros plásticos, motores para veículos, entre outros; e os gastos do Brasil com importação de combustíveis situados em patamares elevados.



Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 2: Evolução das relações comerciais brasileiras entre 2000-2014 (US\$ bilhões FOB)

Com relação aos destinos das exportações brasileiras, observa-se o mesmo comportamento das exportações da América Latina, a Ásia passou a ganhar importância e se constituiu como principal destino das exportações do Brasil (Gráfico 3). Em 2000, a Ásia era responsável por cerca de 11,4% das exportações brasileira, já em 2014 a região absorvia 32,8% das exportações do Brasil. Por outro lado, a América do Norte que respondia por 28% das exportações brasileira no ano 2000 passou a responder por apenas 14,6% das exportações em 2014. Da mesma forma, observou-se redução da participação da Europa e da América do Sul como destino das exportações do Brasil. A Europa representava, no ano 2000, 31% das exportações do Brasil e passou a representar 23%, em 2014. A América do Sul passou a responder, em 2014, por 16% das exportações, ante uma participação de 20%, no ano 2000.



Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 3: Exportações brasileiras por blocos de países (US\$ bilhões – FOB)

O crescimento da participação da Ásia nos destinos das exportações brasileira, deve-se a forte demanda da China. No ano de 2000, a China não se configurava entre os dez principais destinos das exportações brasileira, ocupava a décima segunda posição, representando cerca de 2,8% das exportações do Brasil. Em 2009, o país passou a ocupar o posto de principal destino das exportações brasileiras e se mantém nesta posição até os dias atuais. De 2000 a 2014, as exportações do Brasil para a China saíram de um patamar de US\$ 1,5 bilhão para US\$ 43,9 bilhões, um aumento de mais de 28 vezes. Em 2014, as exportações para a China que no início do século representavam menos de 3% das exportações brasileira passou a representar 19,5% do total das exportações. Por outro lado, os EUA, tradicional parceiro comercial do Brasil, perdeu participação. Em 2000, os EUA respondiam por quase 24% das exportações brasileira e em 2014 sua participação caiu para cerca de 12%.

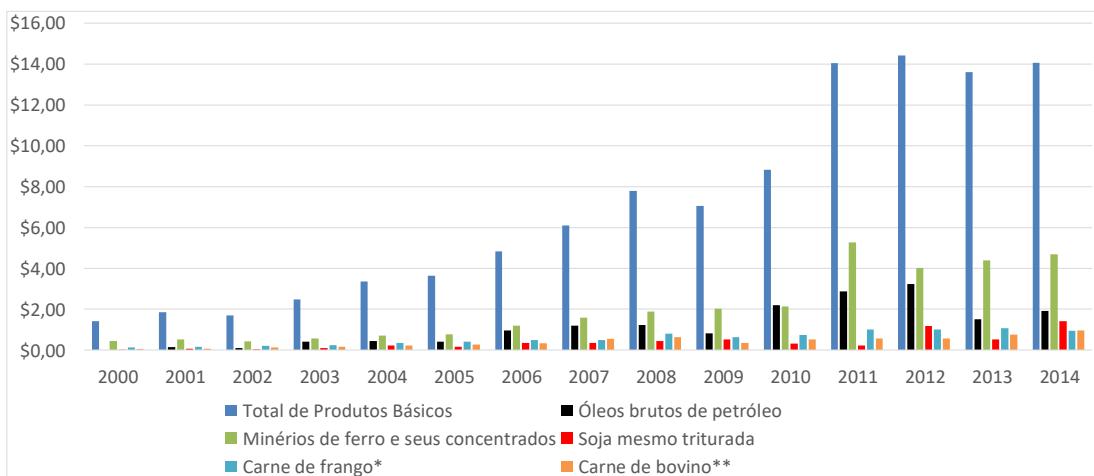
Além da mudança no destino das exportações brasileira, com a crescente participação chinesa, observa-se entre os anos 2000 e 2014 uma maior participação dos produtos básicos na pauta de exportação e uma consequente redução da participação dos produtos industrializados na pauta exportadora (Tabela 3). Tais, informações corroboram com as constatações feitas por Carcanholo e Saludjian (2012), Osorio (2012b) e Costa Pinto (2011) que evidenciam o crescimento relativo das exportações brasileiras de produtos com menor grau de beneficiamento.

Ano	Participação (%) dos Produtos Básicos nas exportações brasileira	Participação (%) dos Produtos Manufaturados (A) nas exportações brasileira	Participação (%) dos Produtos Semimanufaturados (B) nas exportações brasileira	Participação (%) dos Produtos industrializados (A+B) nas exportações brasileira
2000	22,79	59,07	15,42	74,5
2001	26,33	56,54	14,14	70,7
2002	28,06	54,71	14,83	69,5
2003	28,94	54,32	14,95	69,3
2004	29,51	54,96	13,89	68,9
2005	29,3	55,14	13,47	68,6
2006	29,23	54,44	14,17	68,6
2007	32,12	52,25	13,57	65,8
2008	36,89	46,82	13,68	60,5
2009	40,5	44,02	13,4	57,4
2010	44,58	39,4	13,97	53,4
2011	47,83	36,05	14,07	50,1
2012	46,77	37,39	13,62	51,0
2013	46,7	38,4	12,61	51,0
2014	48,67	35,63	12,91	48,5

Fonte: MDIC, 2017

Tabela 3: Participação (%) dos produtos brasileiros exportados segundo fator de agregação, Brasil, 2014

Dentre os produtos básicos exportados pelo Brasil, destaca-se o aumento das exportações de minério de ferro e seus concentrados. A participação de óleos brutos de petróleo, soja mesmo triturada e as exportações de carne e aves também apresentaram forte crescimento (Gráfico 4). No caso das exportações do minério de ferro e seus concentrados, em termos de quantidade exportada, em toneladas, houve um salto de cerca de 23 milhões de toneladas exportadas em 2000 para cerca de 47 milhões de toneladas em 2014.



Fonte: MDIC, 2017

Notas:

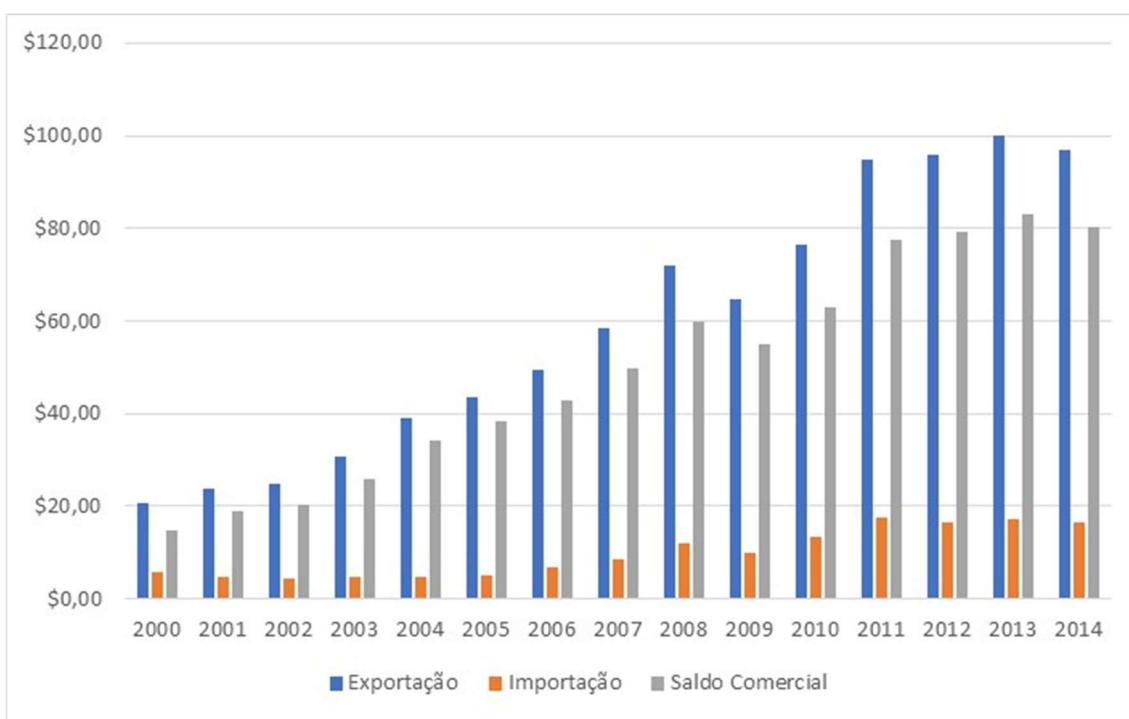
*congelada, fresca ou refrigerada, incluindo miúdos

**congelada, fresca ou refrigerada

Gráfico 4: Exportações brasileiras de produtos básicos, Brasil, US\$ bilhões – FOB

Os dados do comércio exterior dos produtos do agronegócio¹¹ evidenciam também forte crescimento dos saldos comerciais. O aumento exponencial das exportações do agronegócio brasileiro entre os anos de 2000 e 2014 explica tal situação (Gráfico 5). No ano de 2000, as exportações do agronegócio representavam 37,3% das exportações brasileira e, em 2014, o agronegócio respondia por 42,9% do total das exportações do Brasil.

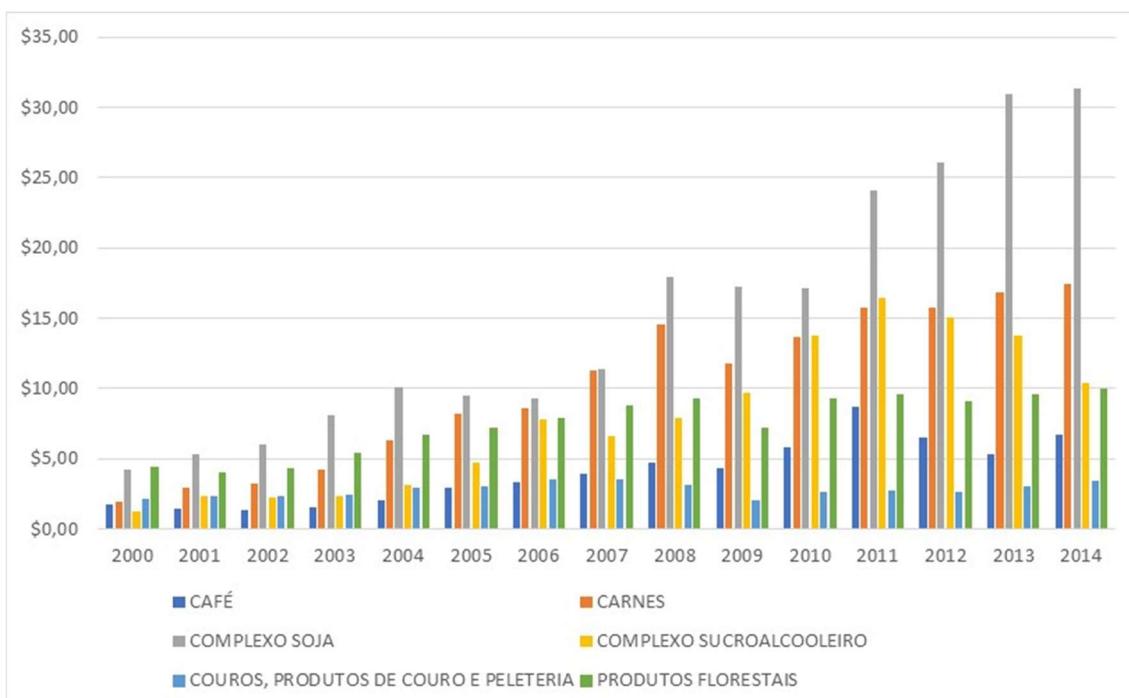
¹¹ De acordo com o MAPA (2016), os produtos do agronegócio são os produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que pertencem à cadeia produtiva de uma matéria-prima agropecuária, independente do grau de agregação. Ainda segundo o MAPA, o agrupamento agronegócio contém 2.871 itens, que incluem os produtos florestais e outros produtos processados de têxteis e couros, por exemplo.



Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 5: Comércio exterior do agronegócio brasileiro, 2000-2104

O complexo de soja, o sucroalcooleiro, o de carnes e o de produtos florestais se destacam nas exportações do agronegócio brasileiro, conforme pode ser observado no Gráfico 6. Estes quatro segmentos do agronegócio responderam em 2014 por 71,47% das exportações do setor.



Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 6: Exportações do Agronegócio brasileiro, produtos selecionados, US\$ bilhões - FOB

Os produtos do complexo de soja e o sucroalcooleiro se destacam como aqueles com maior participação nas exportações do agronegócio, sendo os produtos do complexo de soja aqueles que possuía maior participação no ano de 2014. Entre o ano de 2000 e 2014, o segmento de carnes quase que dobrou sua participação na pauta de exportação do agronegócio. Perdeu participação relativa na pauta de exportação brasileira do agronegócio os produtos florestais (Quadro 1)

Quadro 1: Participação dos principais setores do agronegócio na pauta de exportação entre os anos de 2000 e 2014

2000			2014		
Setor(es)	Valor(US\$)	Participação%	Setor(es)	Valor(US\$)	Participação%
Total	20.604.688.422	100,00%	Total	96.747.880.752	100,00%
PRODUTOS FLORESTAIS	4.419.592.472	21,45%	COMPLEXO SOJA	31.403.497.459	32,46%
COMPLEXO SOJA	4.194.428.525	20,36%	CARNES	17.429.296.884	18,02%
COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	2.155.436.544	10,46%	COMPLEXO SUCRALCOOLEIRO	10.366.872.216	10,72%
CARNES	1.957.452.948	9,50%	PRODUTOS FLORESTAIS	9.950.706.288	10,29%
CAFÉ	1.784.142.125	8,66%	CAFÉ	6.661.873.394	6,89%
COMPLEXO SUCRALCOOLEIRO	1.238.056.983	6,01%	CEREAIS, FARINHAS E PREPARAÇÕES	4.641.434.831	4,80%
SUCOS	1.090.144.687	5,29%	COUROS, PRODUTOS DE COURO E PELETERIA	3.449.008.954	3,56%
FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	842.861.710	4,09%	FUMO E SEUS PRODUTOS	2.501.867.835	2,59%
FUMO E SEUS PRODUTOS	841.476.220	4,08%	SUCOS	2.168.268.586	2,24%
FRUTAS (INCLUI NOZES E CASTANHAS)	387.480.465	1,88%	FIBRAS E PRODUTOS TÊXTEIS	1.841.765.641	1,90%
BEBIDAS	363.845.899	1,77%	DEMAIS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL	1.015.321.691	1,05%

Fonte: AGROSTAT, 2017

O estado de São Paulo é o estado da Federação com maior participação nas exportações do agronegócio, embora tenha perdido participação entre os anos de 2000 e 2014. Destaca-se o crescimento das exportações de estados da região Centro-Oeste, em especial Mato Grosso, que passou a se configurar como importante espaço de acumulação e reprodução do capital do agronegócio no Brasil. A Bahia também teve sua participação nas exportações do agronegócio brasileiro aumentada. Chama atenção o crescimento em termos monetários do valor exportado do agronegócio nos principais estados exportadores do Brasil (Quadro 2).

Quadro 2: Comparação da participação e dos valores exportados do setor do agronegócio em estados brasileiros, selecionados, entre os anos de 2000 e 2014

2000			2014		
UF	Valor(US\$)	Participação%	UF	Valor(US\$)	Participação%
Total	20.604.688.422	100,00%	Total	96.747.880.752	100,00%
SAO PAULO	4.833.277.912	23,46%	SAO PAULO	18.177.268.434	18,79%
RIO GRANDE DO SUL	3.654.910.587	17,74%	MATO GROSSO	14.599.361.415	15,09%
PARANA	2.954.949.161	14,34%	PARANA	12.627.772.295	13,05%
SANTA CATARINA	1.722.551.074	8,36%	RIO GRANDE DO SUL	12.190.369.879	12,60%
MINAS GERAIS	1.690.510.186	8,20%	MINAS GERAIS	8.093.685.123	8,37%
MATO GROSSO	1.023.965.859	4,97%	SANTA CATARINA	5.870.901.033	6,07%
ESPIRITO SANTO	859.903.612	4,17%	GOIAS	5.547.867.273	5,73%
BAHIA	705.881.304	3,43%	MATO GROSSO DO SUL	4.673.506.400	4,83%
PARA	583.710.347	2,83%	BAHIA	4.224.648.522	4,37%
CEARA	409.320.038	1,99%	PARA	2.027.939.146	2,10%

Fonte: AGROSTAT, 2017

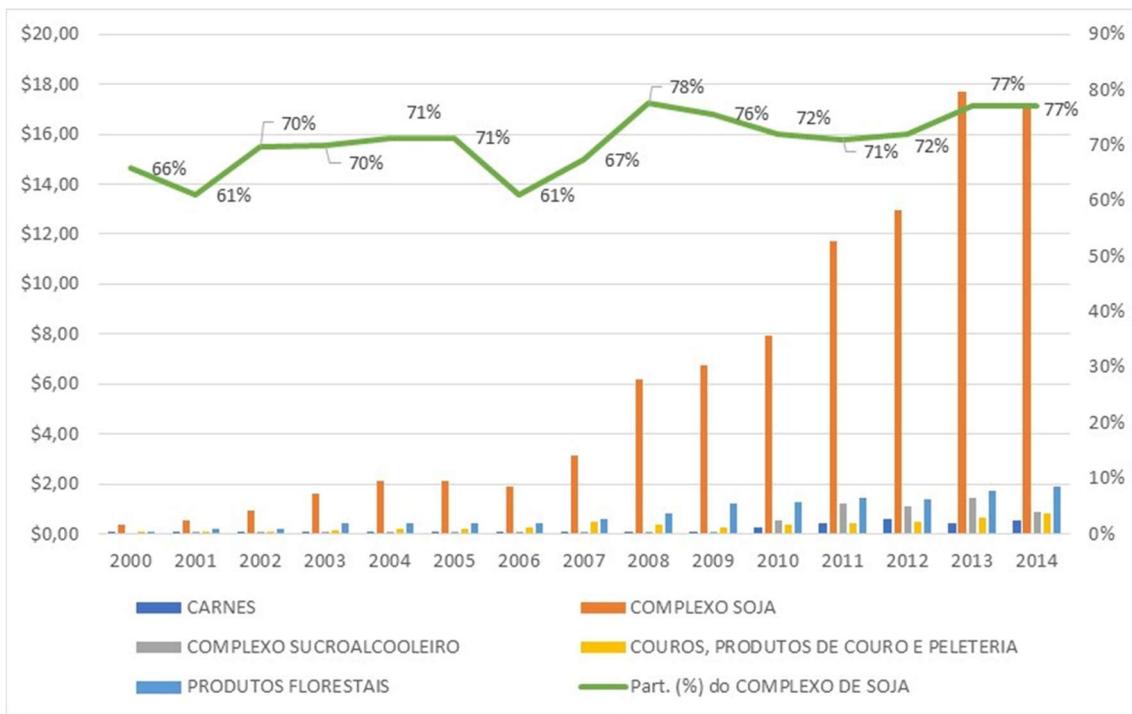
A China é o maior demandante dos produtos do agronegócio brasileiro. Em 2000, a China respondia apenas por 2,73% das exportações do agronegócio brasileiro e em 2014 a sua participação nas exportações do setor aumentou para 22,8%. Em termos monetários, houve um crescimento de quase quarenta vezes no valor das exportações quando comparado os valores de 2000 com os de 2014, em parte explicado pelo aumento dos preços das *commodities*. Saiu de um valor total exportado de US\$ 561,7 milhões, em 2000, para um patamar acima de US\$ 22 bilhões exportado em 2014. Por outro lado, os EUA, que em 2000 tinha uma participação de 18,05% das exportações do agronegócio do Brasil, teve sua participação reduzida para 7,24%, em 2014. Da mesma forma, os países da América do Sul também perderam participação como destinos das exportações do agronegócio brasileiro (Quadro 3).

Quadro 3: Destino das exportações brasileiras do agronegócio, 2000-2014

2000			2014		
Bloco/País	Valor (US\$)	Participação %	Bloco/País	Valor (US\$)	Participação %
Total	20.604.688.422	100,00%	Total	96.747.880.752	100,00%
UNIÃO EUROPEIA 28 - UE 28	8.454.306.739	41,03%	CHINA	22.066.246.752	22,81%
ESTADOS UNIDOS	3.718.936.813	18,05%	UNIÃO EUROPEIA 28 - UE 28	21.465.211.203	22,19%
ARGENTINA	1.081.840.503	5,25%	ESTADOS UNIDOS	6.999.951.209	7,24%
JAPAO	979.860.253	4,76%	RUSSIA,FED.DA	3.652.839.330	3,78%
CHINA	561.787.520	2,73%	VENEZUELA	3.045.359.172	3,15%
RUSSIA,FED.DA	412.818.823	2,00%	HONG KONG	3.020.688.455	3,12%
HONG KONG	357.952.327	1,74%	JAPAO	2.857.104.700	2,95%
CHILE	294.591.417	1,43%	ARABIA SAUDITA	2.089.250.133	2,16%

Fonte: AGROSTAT, 2017

Dentre os produtos do agronegócio exportados para a China, aqueles relacionados ao complexo de soja são os que possuem maior participação (Gráfico 7). Destaca-se também a exportação de carnes que no ano 2000, em termos monetários, situou-se em pouco mais de US\$ 11,77 milhões, mas em 2014 as exportações do complexo de carne atingiram mais de US\$521,2 milhões.

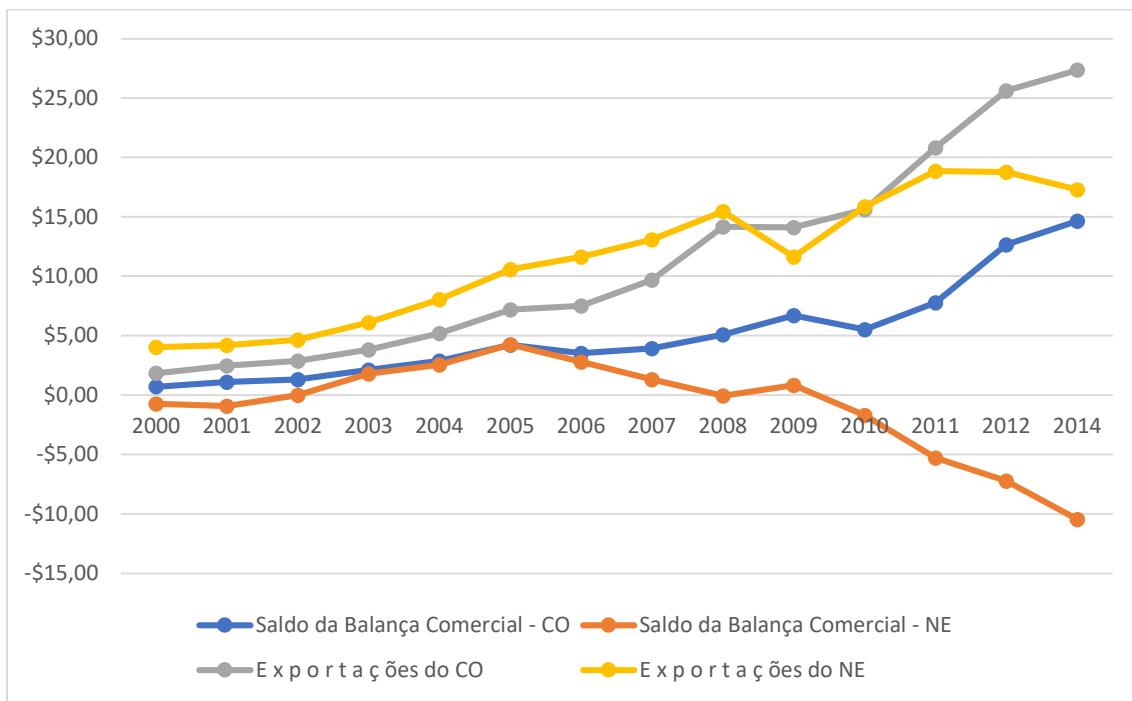


Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 7: Exportações dos principais produtos do agronegócio brasileiro para a China, em US\$ bilhões - FOB

Os dados do comércio exterior para a região Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO) do Brasil também mostram uma maior inserção destas regiões no comércio internacional a partir dos anos 2000. A corrente de comércio do NE aumentou em cinco vezes entre os anos 2000 e 2014. No caso do Centro-Oeste, também ocorreu o aumento das relações comerciais (exportações e importações). No ano de 2000, a corrente de comércio da região foi de US\$ 2,96 bilhões e em 2014 foi de mais de US\$ 40 bilhões.

Entre 2000 e 2014, as exportações do NE aumentaram 295% e os saldos comerciais da região passaram a ser positivos a partir de 2002, perdurando até o ano de 2009. Em 2010, a balança comercial foi negativa, tendência que não só se manteve como se intensificou até o ano de 2014. Tal fato, deve-se ao aumento das importações, sobretudo de combustíveis, gás natural liquefeito e de produtos da petroquímica, como o nafta e outros propanos liquefeitos. Para o CO, as exportações saíram de cerca de US\$ 1,83 bilhão em 2000 para mais de 27,35 bilhões em 2014. Entretanto, diferentemente do NE, o Centro-Oeste apresentou durante o período analisado forte saldos positivos na sua balança comercial (MDIC, 2017)



Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 8: Saldo comercial e exportações das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, 2000 – 2014, em US\$ bilhões – FOB.

A análise das exportações das regiões NE e CO por fator agregado traz algumas considerações importantes sobre o padrão de exportação que parece se consolidar nas regiões, no qual os produtos básicos têm ganhado participação na pauta exportadora. No caso da região CO, quando se analisa especificamente a participação dos produtos industrializados, composto pela soma das exportações dos produtos manufaturados e semimanufaturados, observa-se a crescente participação das exportações dos produtos semimanufaturados no total das exportações dos produtos industrializados, indicando a perca de participação de produtos com maior grau de beneficiamento na pauta exportadora (Quadro 4). As exportações dos produtos semi-manufaturados juntamente com os produtos básicos responderam no ano de 2014 por 98% das exportações da região CO. Para a região NE, embora haja uma queda da participação dos produtos industrializados na pauta exportadora, observa-se que dentre os produtos industrializados, os semi-manufaturados têm perdido participação, fato explicado pela maior exportação relativa de produtos manufaturados, tal como automóveis.

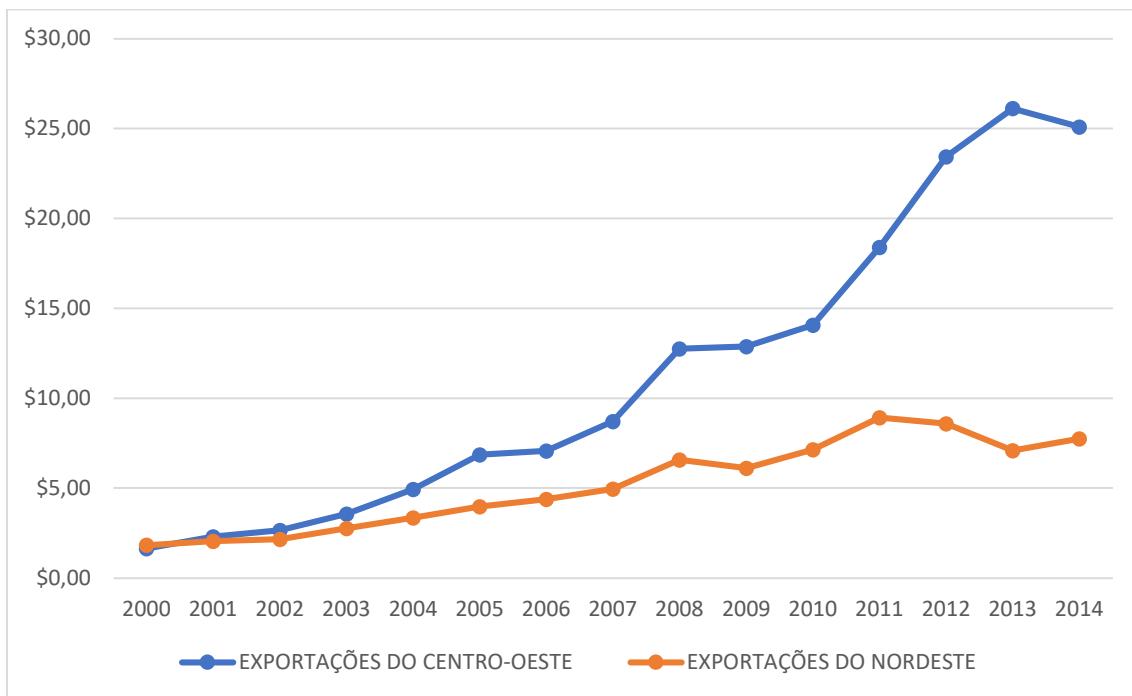
Quadro 4:: Exportações do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, por fator de agregação entre 2000-2016

Ano	Nordeste			Centro-Oeste		
	Participação dos produtos Básicos nas exportações	Participação dos produtos Industrializados nas exportações	Participação dos produtos Semimanufaturados nas exportações dos produtos Industrializados	Participação dos produtos Básicos nas exportações	Participação dos produtos Industrializados nas exportações	Participação dos produtos Semimanufaturados nas exportações dos produtos Industrializados
2000	18,3%	79,9%	45,5%	80,7%	19,2%	64,8%
2001	19,2%	79,0%	41,0%	83,4%	16,6%	65,2%
2002	20,4%	78,4%	38,2%	81,4%	18,6%	70,6%
2003	23,5%	75,6%	33,9%	81,5%	18,5%	71,4%
2004	25,3%	73,7%	33,1%	80,9%	19,1%	69,9%
2005	24,2%	74,5%	31,5%	82,7%	17,3%	69,6%
2006	17,8%	81,1%	37,0%	82,7%	17,3%	66,9%
2007	19,9%	78,7%	39,1%	83,6%	16,3%	63,0%
2008	22,3%	76,1%	45,6%	86,2%	13,6%	69,0%
2009	25,3%	73,3%	44,0%	85,5%	14,4%	78,8%
2010	28,1%	70,3%	41,4%	83,2%	16,6%	77,7%
2011	27,1%	71,2%	42,6%	81,8%	17,9%	77,2%
2012	27,0%	71,2%	36,9%	82,8%	17,0%	83,6%
2013	20,6%	78,0%	35,4%	84,1%	15,7%	85,2%
2014	25,1%	73,3%	38,0%	84,3%	15,5%	87,0%

Fonte: MDIC, 2017

Dentre os produtos com maior participação na pauta de exportação do Nordeste, no ano 2014, destacam-se a soja, mesmo triturada, exceto para semeadura, com participação de 11,4% das exportações nordestinas. Dentre os dez principais produtos exportados do NE em 2014, seis estavam associados ao setor do agronegócio, com destaque para complexo de soja e de produtos florestais. Para o Centro-Oeste, da mesma forma, os produtos do agronegócio se sobressaem, dentre esses aqueles associados ao complexo de soja, carnes e produtos florestais são os principais produtos da pauta de exportação da região.

Os dados do comércio exterior para os produtos do agronegócio das regiões Nordeste e Centro-Oeste mostram uma maior inserção do setor no comércio internacional, com um significativo crescimento das exportações destes produtos (Gráfico 9). No início do século XXI as exportações do agronegócio destas regiões se situavam, de modo geral, no mesmo patamar, situação alterada com o maior crescimento relativo das exportações do setor na região Centro-Oeste, região onde o setor agropecuário se destaca.

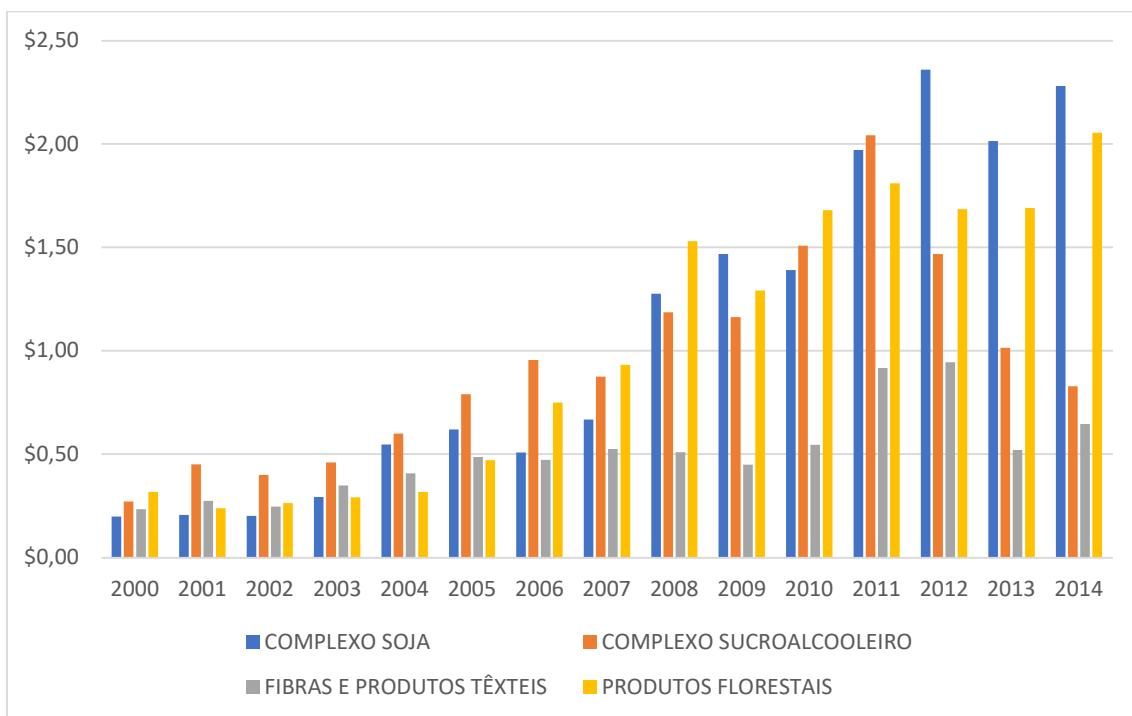


Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 9: Exportações do agronegócio das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil (US\$ bilhão)

Ressalta-se que o crescimento das exportações não foi só em termos monetários, mas também na quantidade exportada. No ano 2000, o Centro-Oeste exportou 7,25 milhões de toneladas de produtos do agronegócio e em 2014 exportou mais de 48,24 milhões de toneladas. O Nordeste, por sua vez, havia exportado 3,78 milhões de toneladas em 2000 e 11,93 milhões de toneladas no ano de 2014.

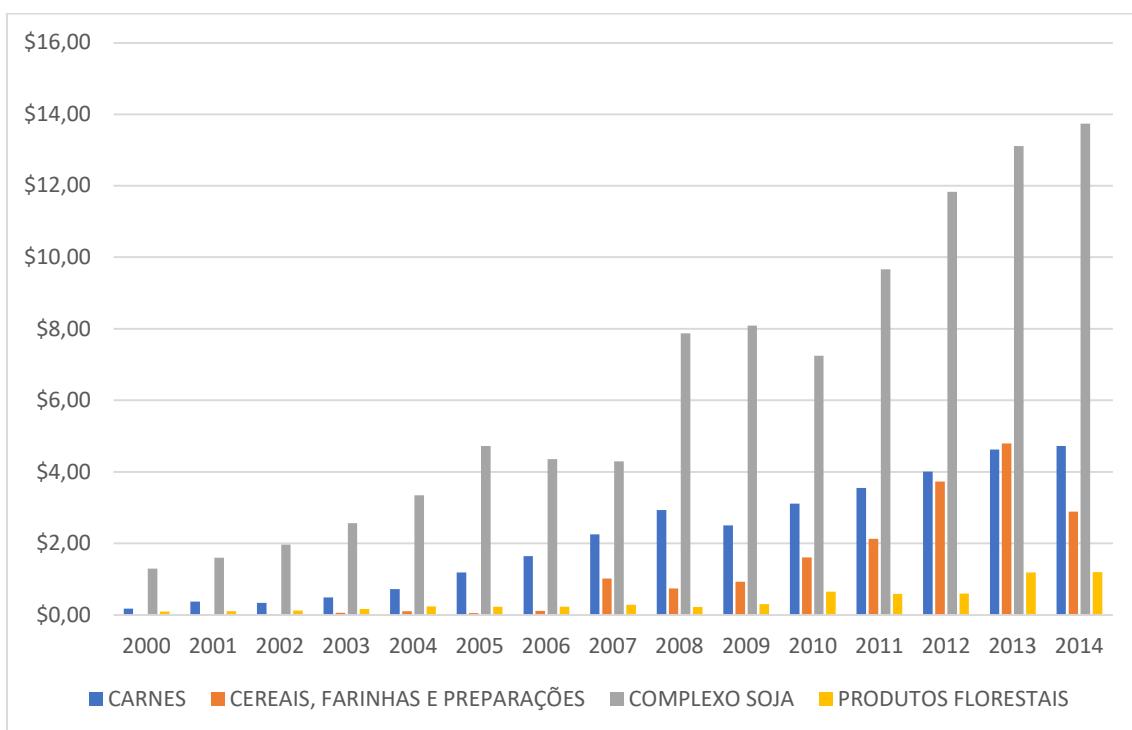
No Nordeste, é possível observar grande crescimento das exportações de produtos do complexo de soja, do sucroalcooleiro e de produtos florestais, conforme pode ser observado no gráfico 10.



Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 10: Exportações do agronegócio do Nordeste brasileiro (US\$ bilhão)

Na região Centro-Oeste, os produtos do agronegócio mais relevantes da pauta exportadora são os produtos associados ao setor de cereais e farinhas e preparações, o setor de carne, produtos florestais, além do complexo da soja, o segmento com maior inserção internacional (Gráfico 11).



Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 11: Exportações do Agronegócio do Centro-Oeste Brasileiro (US\$ bilhão)

Com relação ao destino das exportações totais das regiões NE e CO, a Ásia e, em especial a China, ganharam participação. No ano de 2000, a Ásia respondia por 8,85% da demanda internacional dos produtos do NE e 13,17% do CO. A China, especificamente, era o 16º parceiro comercial do NE, responsável por 1,08% das exportações da região, e o 10º principal parceiro das exportações do CO, com uma participação de 3,27% das exportações totais da região. Já em 2014, a Ásia respondia por 25,82% das exportações do NE e a China, principal parceiro comercial da região, por 15,89%. No caso da região CO, mais uma vez, chama atenção para a Ásia, responsável por 52,67% das exportações da região, onde a China respondeu por 30,78% das exportações totais da região, configurando-se como maior demandante das suas exportações.

Melo e Moreira (2009), ao analisarem a relação de comércio da região NE com a China, evidenciaram o aumento substancial da corrente de comércio durante os anos de 2002 a 2007. A autora destaca que no que tange as trocas comerciais do Nordeste segundo a intensidade tecnológica se observou a ocorrência de *déficits* comerciais crescentes com a China nos setores de média-alta tecnologia e *superávits* nos setores de média-baixa e baixa tecnologia. Melo (2013) também ressalta a forte participação dos produtos básicos na pauta exportadora do Nordeste para a China, destacando que esse país adquire essencialmente minério de ferro, pasta de madeira e soja dos estados do Maranhão e da Bahia.

Para os produtos do agronegócio, especificamente, das regiões NE e CO se observa um forte crescimento das exportações para a Ásia, e a China sendo a principal responsável por isto. No caso do complexo da soja nordestino, as exportações entre o ano de 2000 e 2014 saltaram de um volume de US\$ 51,8 milhões para mais de US\$ 1 bilhão. No continente asiático, a China ganhou importância enquanto parceiro comercial ao aumentar sua participação de 38% das exportações do complexo de soja do NE para o bloco asiático em 2000 para 79,8% no ano de 2014. No caso do Centro-Oeste, tal dinâmica se repete. As exportações do complexo da soja para a Ásia saltaram de US\$ 143 milhões para US\$ 8,98 bilhões no período analisado. Da mesma forma, a China passou a ser o grande responsável no continente asiático pela demanda das suas exportações do complexo de soja, tendo, em 2014, uma participação de 78,7% das exportações para o continente. (AGROSTAT, 2017).

Região	Ásia		China	
	2000	2014	2000	2014
	Valor(US\$)	Valor(US\$)	Valor(US\$)	Valor(US\$)
Centro-Oeste	143.851.795	8.986.320.720	53.315.934	7.074.395.295
Nordeste	51.823.784	1.129.713.021	19.758.322	901.882.911

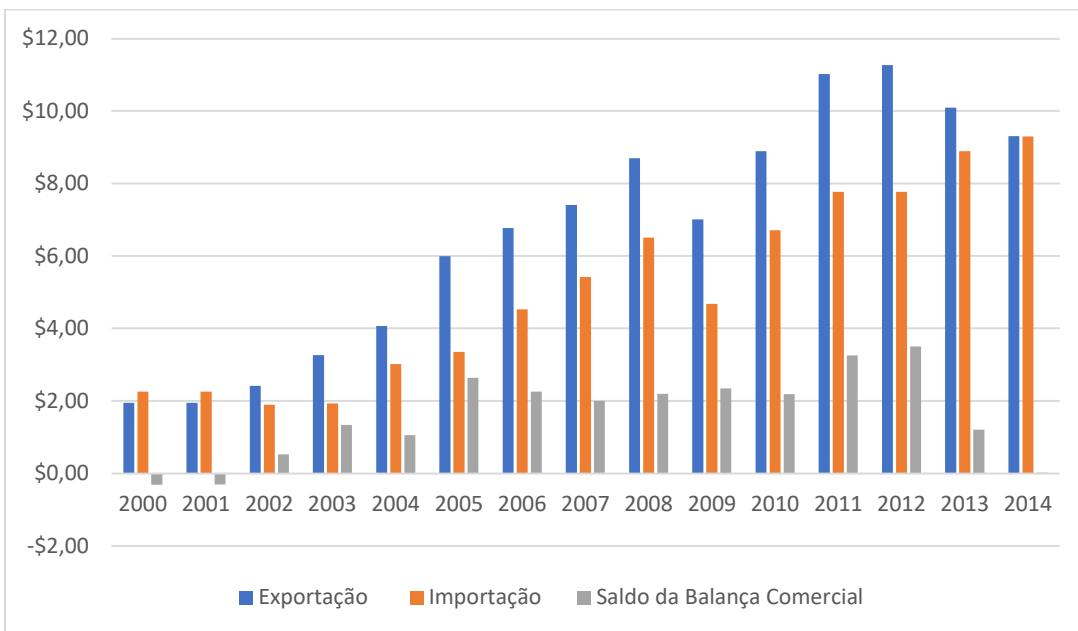
Fonte: AGROSTAT, 2017

Tabela 4: Exportações do complexo de soja Nordeste e Centro-Oeste do Brasil para a Ásia e China

As exportações de produtos com menor grau de beneficiamento ou associado às atividades do agronegócio tendem a ser reforçadas com a implantação dos grandes projetos ferroviários previsto para a região e que constam na carteira da IIRSA, na medida em que possibilitam maior fluidez à circulação do capital-mercadoria e garantir o ciclo completo do movimento do capital em um período de tempo menor.

5.4.1.1.2 Comércio baiano no início dos anos 2000

No caso específico da Bahia, estado da federação que a FIOL tem maior extensão, e recorte espacial da análise proposta no trabalho, também se observa que entre o período de 2000 e 2014 houve um crescimento das relações de comércio exterior. A corrente de comércio baiana aumentou de US\$ 4,2 bilhões no ano de 2000 para cerca de 18,6 bilhões em 2014, um aumento de 379%. Com crescimento das exportações superior ao das importações, a Bahia passou a apresentar a partir de 2002 consistentes *superávits* comerciais. No ano de 2012, o superávit foi de mais de US\$ 3,5 bilhões. Em 2013 e 2014, os *superávits* comerciais diminuíram devido a redução dos preços das *commodities* no mercado mundial, redução nas vendas de automóveis para a Argentina e de petroquímicos e metalúrgicos (Gráfico 12).

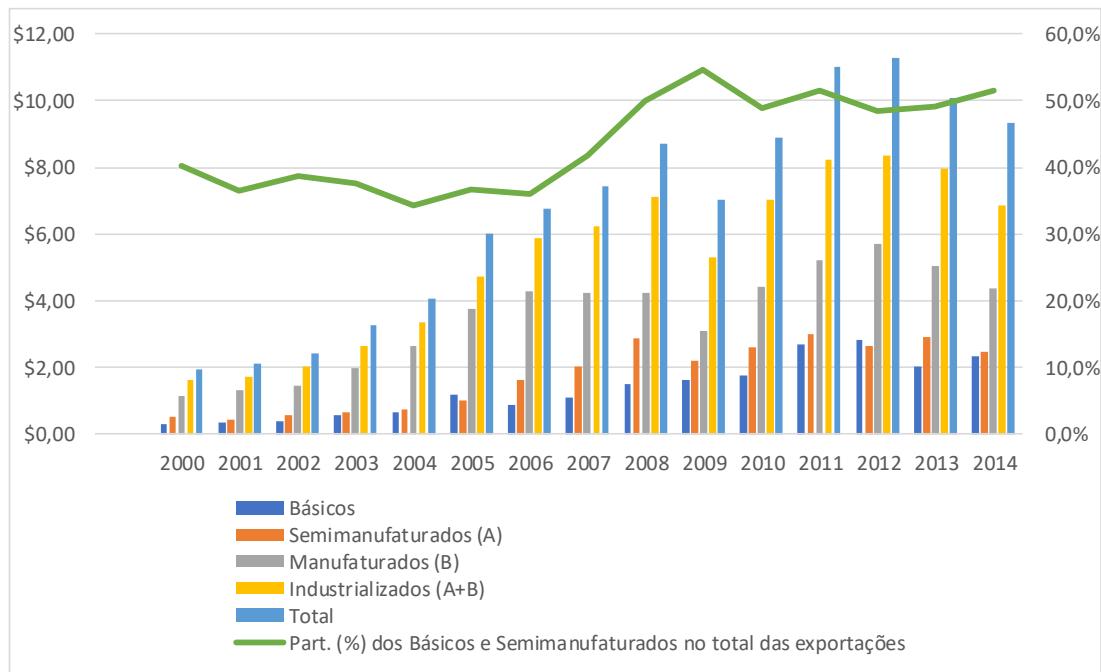


Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 12: Comércio exterior da Bahia (US\$ 1.000 - FOB)

Quando se analisa, a partir dos dados do MDIC (2017), o comportamento do comércio exterior baiano, por fator agregado, observa-se o significativo aumento, em termos de valores monetários, das exportações dos produtos básicos. Entre os anos de 2000 e 2014, o crescimento dos produtos básicos na pauta exportadora baiana foi de mais de 737%. A participação destes na pauta exportadora era de 14,2% em 2000 e passou a representar 25% em 2014. No caso dos produtos industrializados, em que pesce o seu crescimento em termos de valores monetários, e da sua significativa participação na pauta exportadora baiana, em termos relativos, houve uma redução da sua participação nas exportações baianas entre os anos de 2000 e 2014. No ano de 2000, os produtos industrializados eram responsáveis por 83,2% das exportações da Bahia e, em 2014, esta participação foi reduzida para 73,8%. Além da queda de participação dos produtos industrializados na pauta exportadora da Bahia, dentre eles ganhou participação os produtos semimanufaturados, que apresentam menor grau de beneficiamento entre os produtos industrializados.

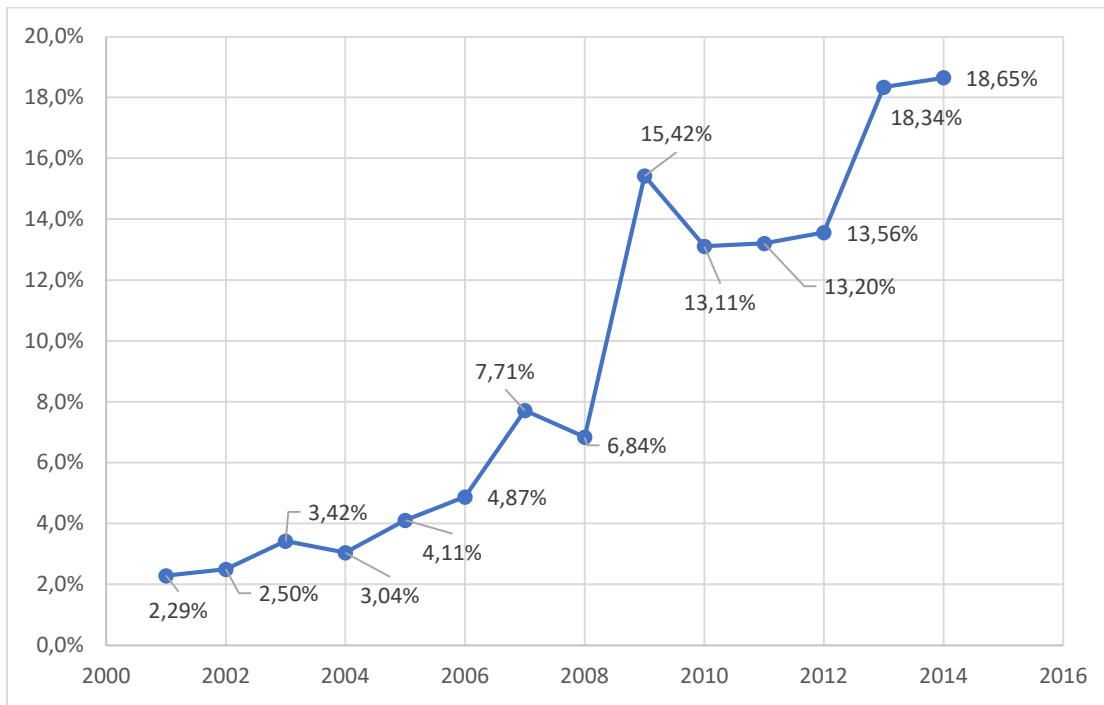
Os produtos semimanufaturados representavam 31,2% das exportações totais dos produtos industrializados em 2000 e no ano de 2014, sua participação aumentou para 36%. Juntos, os produtos básicos e os semimanufaturados tiveram a partir de 2006 um aumento na participação total das exportações baianas, representando em 2014 cerca de 52% das exportações da Bahia. O gráfico 13 evidencia o comportamento das exportações da Bahia, por fator agregado.



Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 13: Exportações da Bahia por fator agregado (US\$ bilhões – FOB)

Com relação ao destino das exportações da Bahia, a Ásia, puxada pela China, é o principal responsável pelas exportações do estado. Em 2014, a Ásia respondia por mais de 30,7% das exportações do estado. Apenas a China tinha uma participação de 18,65% das exportações baianas, em 2014, enquanto no ano de 2000 ela nem aparecia entre os 30 principais destinos das exportações do estado. A partir do ano de 2001 a participação da China, enquanto destinos das exportações baianas, aumentou (Gráfico 14), levando o país a ocupar a posição de maior mercado para os produtos exportados da Bahia, posição que era ocupada no ano de 2000 pela Argentina e a partir de 2001 até o ano de 2010 pelos EUA.



Fonte: MDIC, 2017

Gráfico 14: Participação da China no destino das exportações da Bahia, em %

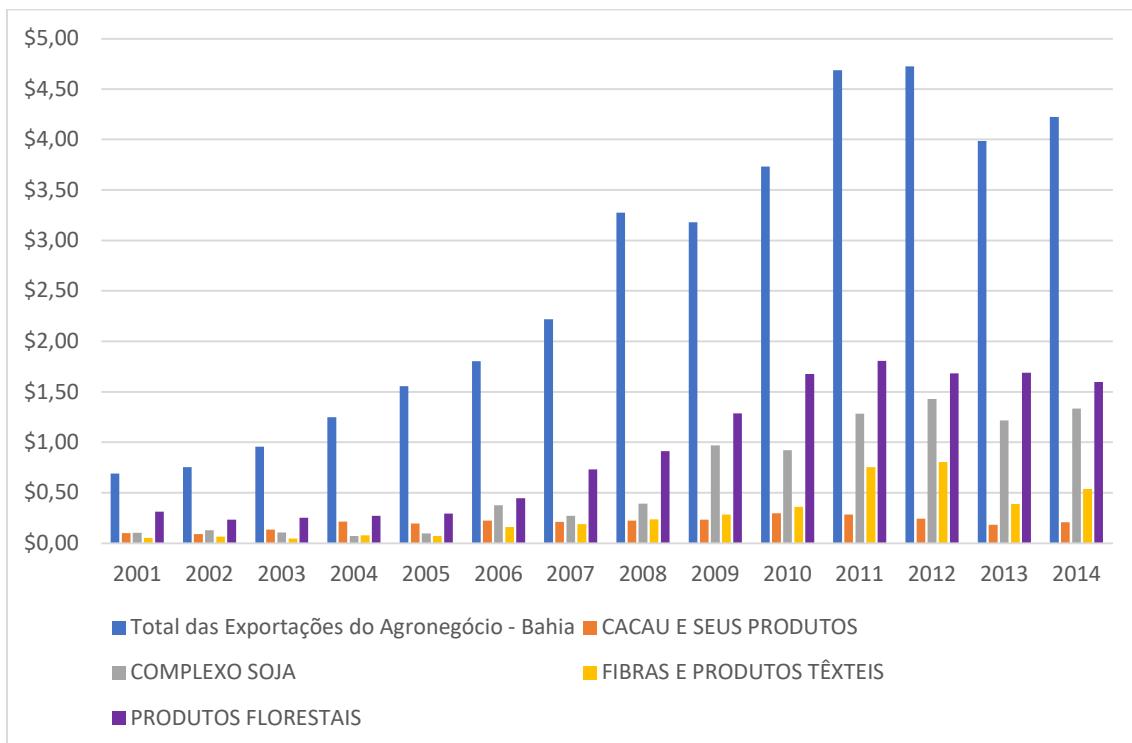
Com relação aos 10 principais produtos da pauta de exportação baiana, destaca-se a participação de óleos combustíveis, petroquímicos e produtos vinculados ao agronegócio. De 2000 a 2014, observa-se uma maior participação dos produtos associados ao complexo de soja e de algodão e dos produtos da indústria automotiva e de pneus, cujo parque fabril foi instalado na Bahia, a partir do ano de 2001, com a inauguração do projeto Amazon da Ford (Quadro 5).

Quadro 5: Principais dos principais produtos da pauta de exportação da Bahia, para os anos de 2000 e 2014

Produtos	2000		Produtos	2014	
	US\$ F.O.B.	Part%		US\$ F.O.B.	Part%
PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,SEMI/BRANQ	173.044.140	8,91	"FUEL-OIL"	1.224.189.800	13,15
FUEL-OIL (OLEO COMBUSTIVEL)	164.674.443	8,48	PASTA QUIM.MADEIRA DE N/CONIF.A SODA/SULFATO,	1.139.356.708	12,24
FIOS DE COBRE REFINADO,MAIOR DIMENSAO DA SEC.TRANSV>6MM	79.148.371	4,07	SOJA, MESMO TRITURADA, EXCETO PARA SEMEADURA	891.282.852	9,57
BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	78.203.010	4,02	BAGACOS E OUTS.RESIDUOS SOLIDOS,DA EXTR.DO OLEO DE SOJA	441.287.427	4,74
MANTEIGA,GORDURA E OLEO,DE CACAU	65.848.607	3,39	ALGODAO SIMPLESMENTE DEBULHADO,NAO CARDADO NE	419.150.222	4,5
PASTA QUIMICA DE MADEIRA,PARA DISSOLUCAO	63.438.705	3,27	AUTOMOVEIS C/MOTOR	396.889.973	4,26
BENZENO	55.236.003	2,84	PASTA QUIMICA DE MADEIRA,PARA DISSOLUCAO	376.455.059	4,04
ETILENOGLICOL (ETANODIOL)	54.813.066	2,82	PROPENO (PROPILENO) NAO SATURADO	311.722.826	3,35
OUTS.PAPEIS/CARTOES,FIBRA	53.386.962	2,75	CATODOS DE COBRE REFINADO/SEUS ELEMENTOS	295.890.820	3,18
ETER METIL-TER-BUTILICO (MTBE)	51.283.836	2,64	PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	179.354.850	1,93

Fonte: MDIC, 2017

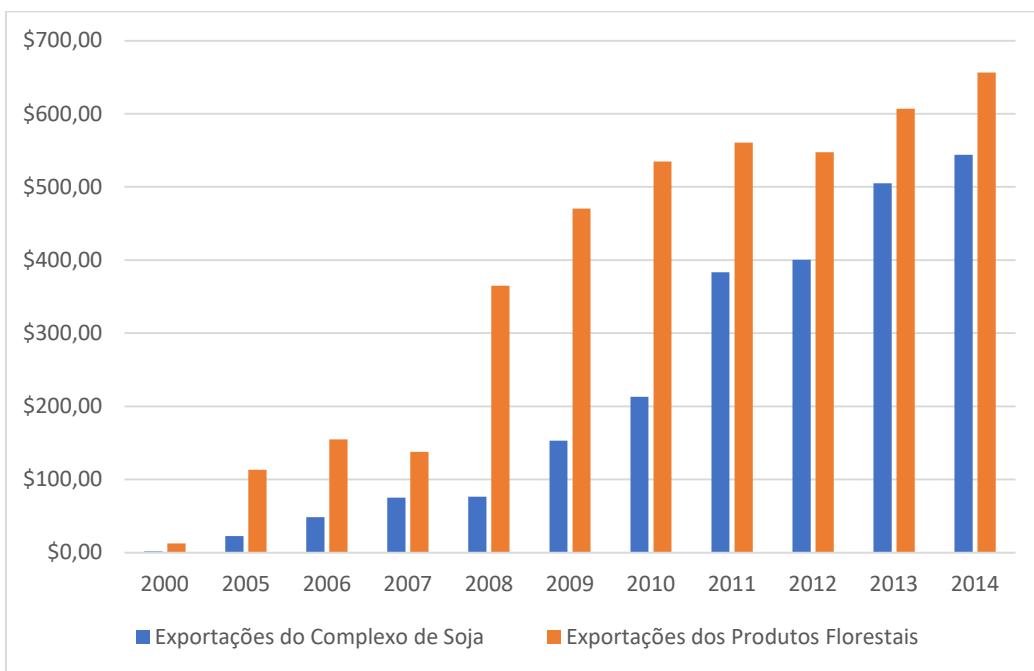
No caso das exportações do agronegócio baiano, seu crescimento foi bastante significativo entre os anos de 2000 e 2014. Em 2012, as exportações atingiram um recorde de mais de US\$ 4,72 bilhões exportados. Os produtos florestais e do complexo de soja são aqueles com participação mais expressivas dentre os produtos exportados do agronegócio baiano. Entre os anos de 2000 e 2014 ganharam maior inserção no comércio exterior do agronegócio da Bahia os produtos do complexo de soja, fibras e produtos têxteis, os produtos de couro e peleteria com crescimento para o período de cerca de 1200%, 916% e 523%, respectivamente.



FONTE: AGROSTAT, 2017

Gráfico 15: Exportações do agronegócio da Bahia (US\$ bilhões - FOB)

A China passou a ser o principal destino das exportações do agronegócio baiano. As exportações dos produtos florestais e do complexo de soja, segmentos do agronegócio baiano com maior inserção no exterior, para a China cresceram quase 52 e 300 vezes, respectivamente, entre os anos de 2000 e 2014 (MDIC, 2017). Os dados do comércio exterior baiano evidenciam claramente a crescente demanda chinesa por produtos do chamado agronegócio nas primeiras décadas do século XXI.



Fonte: AGROSTAT, 2017

Gráfico 16: Exportações dos produtos florestais e do complexo de soja da Bahia para a China (US\$ milhões – FOB)

Os dados do comércio exterior baiano mostram a mesma tendência observada tanto no Brasil, quanto nas regiões NE e CO, de forte crescimento dos produtos menos elaborados na pauta exportadora, com destaque para os produtos vinculados ao agronegócio e a mineração, cujo destino tem sido a China. A demanda crescente da China por produtos básicos e semielaborados e sua crescente participação mundial na produção de manufaturados tem reflexos na dinâmica produtiva brasileira que se reflete na sua corrente de comércio.

5.4.2 A IIRSA e os setores da mineração e do agronegócio

A análise do comércio exterior realizada no novo contexto geoeconômico do século XXI, de forte participação da China e da sua crescente demanda por *commodities* agrícolas e minerais, reforça a condição exportadora de produtos menos elaborados da economia brasileira, do NE e CO do país. No caso da Bahia, em que pese a grande participação dos produtos industrializados na pauta exportadora, a mesma tem caído e é fortemente centrada nas exportações de produtos semimanufaturados.

O crescimento relativo das exportações de produtos menos elaborados corrobora com a tese defendida por alguns autores de que o Brasil estaria passando por um processo de reprimarização da pauta exportadora¹² (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013; FILGUEIRAS, 2013; GONÇALVES, 2012; CUNHA; LELIS; FLIGENSPAN, 2013; DE NEGRI E ALVARENGA, 2011; OSORIO, 2012b; CARNEIRO, 2012).

O comportamento do comércio exterior das economias dependentes, tal qual a brasileira, é um indicativo do padrão de reprodução e de acumulação do capital nestas economias. Isto porque, são economias subordinadas à dinâmica de outras economias. Em uma economia dependente, a pauta exportadora centrada em determinados valores de uso é um indicativo da base produtiva desta economia e, consequentemente, um determinante do padrão de reprodução do capital. No caso do Brasil e das regiões NE, CO e do estado da Bahia, especificamente, a análise do comércio internacional evidenciou uma dinâmica fortemente relacionada com a dinâmica da economia chinesa e com uma maior participação relativa de produtos com menor grau de beneficiamento.

Ademais, à produção de determinados valores de uso voltados ao exterior explicita a separação entre a esfera da produção e do consumo, típica das economias dependentes, em parte explicada pelo relativo atrofiamento do mercado interno das economias dependentes, uma vez que parte do valor gerado nestas economias é transferido para as economias centrais. Assim, uma das características das economias dependentes é a realização do valor produzido no exterior.

Dessa forma, como visto, o padrão de reprodução do capital, entendido como categoria teórica que tenta dar maior concreticidade a forma como o capital se reproduz em espaços geoterritoriais específicos, em um contexto histórico, permite compreender a centralidade da produção em determinados valores de uso no Brasil, a partir do início do século XXI, ligados aos setores da mineração e do agronegócio, que possuem forte relação com as atividades extrativistas e cuja realização da produção se dá no exterior. Tal padrão liberal-periférico, conforme defende Filgueiras (2013, p. 5), tem como consequência a “reprimarização” e “especialização regressiva” da economia brasileira.

No caso da Bahia, embora mais recentemente se tenha avançado na produção de bens finais, com maior agregação de valor, como é o caso da produção de automóveis, a pauta produtiva baiana é historicamente centrada ou na atividade extractiva, incluindo a agricultura, ou na produção industrial de bens intermediários, como petroquímicos, celulose e produtos ligados a agroindústria.

¹² O conceito de reprimarização expressa a elevação relativa das exportações de produtos primários na pauta total de exportações das economias (CARCANHOLO; SALUDJIAN, 2013).

A tendência de desindustrialização e reprimarização e o fato do centro dinâmico de reprodução do capital se direcionar para as atividades mais ligadas ao setor primário-exportador, com menor grau de agregação de valor são consequências da mudança observada no padrão de desenvolvimento brasileiro desde os anos de 1990, quando se estabelece um novo padrão de reprodução do capital liberal-periférico, conforme tese defendida por Filgueiras (2013). Osorio (2012b) também defende que o atual padrão de reprodução do capital do Brasil seja pautado na produção de bens com menor grau de agregação de valor voltados para o mercado mundial, denominado por ele de padrão de reprodução exportador de especialização produtiva. Almeida Filho e Araujo (2015), destacam que embora haja elementos comuns entre as formas como o capital se reproduz na América Latina, evidenciam que o padrão de reprodução do capital na economia brasileira, dado as especificidades da sua formação socioespacial, diversificação e complexidade da matriz produtiva, diferencia-se das demais economias latino-americanas. Entretanto, é comum para ambas as abordagens o reconhecimento da mudança do padrão de reprodução do capital pelo qual a economia brasileira vem passando e sua centralidade na produção de produtos com menor grau de beneficiamento, onde produtos associados à mineração e ao agronegócio tem ganhado importância na dinâmica econômica, além da tendência de um processo de desindustrialização.

A consolidação de um determinado padrão de reprodução do capital é reforçada pela atuação do Estado em associação com os interesses das frações de classes hegemônicas no bloco no poder. Conforme observado, para cada padrão de reprodução do capital são exigidas atuações específicas de políticas públicas. As políticas públicas, por sua vez, estão associadas a interesses de classes que estão representadas no próprio Estado. A disputa pelo aparelho estatal por frações de classe com maior participação no bloco do poder tem como objetivo viabilizar seus interesses.

A IIRSA, como visto, é uma iniciativa apoiada pelo Estado e seus projetos financiados por fundos públicos. Ela está fortemente atrelada a uma estratégia de desenvolvimento que visa dar suporte aos setores da mineração e do agronegócio, ao fomentar corredores de exportação, que interligam espaços da produção com o de consumo.

Delgado (2012) observa a relação do Estado com frações de classes dominantes do capital no direcionamento de políticas em favor de setores produtivos específicos, em especial do agronegócio e da mineração, embora o autor dê maior ênfase ao setor do agronegócio. Delgado (2010. p. 112) ressalta que no fim dos anos 1990, com a crise

cambial de 1999 ocorreu um movimento de “reestruturação de um virtual pacto de economia política depois da crise cambial de 1999, de sorte a articular a acumulação de capital no setor rural como política de Estado”. Para o autor, a necessidade imperativa de obtenção de saldos comerciais terminou elegendo os setores primário-exportadores, os quais apresentavam maiores vantagens comparativas, como estratégicos para responder aos desequilíbrios estruturais da conta corrente do balanço de pagamentos brasileiro. Assim, a crise cambial brasileira “demarca a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado” (DELGADO, 2012, p. 89).

O autor chama de “reestruturação” de um pacto de economia política do agronegócio no sentido de um relançamento de uma articulação que fora observada na década de 1970 entre o Estado e interesses de frações do capital, na ocasião da “modernização” agrícola brasileira, pautada no modelo hegemônico da agricultura capitalista. Na ocasião, um conjunto de políticas creditícias, fiscais e fundiária viabilizou a expansão da moderna agricultura capitalista e do chamado agronegócio (DELGADO, 2012). Tratou-se de “um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial, do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária para estruturar estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura” (DELGADO, 2012, p. 91).

Para Delgado (2012), a modernização agrícola foi uma clara estratégia de acumulação de capital no que se convencionou a chamar de agronegócio, caracterizado pela integração de capitais financeiro e industrial no setor agrícola. Nas palavras de Delgado (2010, p.113) o agronegócio é “uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado”. A descrição do fenômeno “agronegócio”, por sua vez, caracteriza-se pela organização da produção agrícola na forma de monocultivo em escalas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas; prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo (STÉDILE, 2013).

A conjuntura geoeconômica apresentada no cenário externo de crescente demanda chinesa por *commodities* agrícolas e minerais no início do século XXI, associada com a necessidade de obtenção de divisas para equilibrar o balanço de pagamentos depois da crise de 1999, levou o Estado brasileiro a repactuar com algumas frações de classes

dominantes no bloco de poder um novo projeto de acumulação do capital nos setores do agronegócio e da mineração, de modo a possibilitar uma maior inserção das *commodities* agrícolas e minerais no mercado internacional (DELGADO, 2012).

Ideia-força da acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito -, sob patrocínio do Estado, retornará ao centro de debate das políticas públicas no Brasil dos anos 2000, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior, mas também como pacto de economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e particularmente da renda fundiária agrícola e mineral (DELGADO, 2012, p. 92-93).

Delgado (2012) ressalta, que desde o governo de Fernando Henrique Cardoso já se observava um conjunto de políticas de estímulo aos setores agrícola e minerais. O autor destaca que na ocasião se observou “um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com “eixos de desenvolvimento” visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio” (DELGADO, 2012, p. 94). A política de “eixos de desenvolvimento” nacional, presente no programa brasileiro Brasil em Ação (BRASIL, 1996), conforme discutido, foi a base para criação da IIRSA. Isto, evidencia, desde a sua origem, a articulação da IIRSA com os interesses dos setores do agronegócio e da mineração.

Além das políticas de investimentos, as políticas fiscais também favoreceram os setores agropecuário e mineral, a exemplo da Lei Kandir, que desonera as exportações tornando-as mais competitivas. Assim, setores cujos valores de uso produzido são destinados ao mercado externo se tornam mais atrativos ao capital, por possibilitar maior capacidade de apropriação de uma renda diferencial.

Entretanto, foi no início do século XXI que o setor primário-exportador se mostrou ainda mais atrativo ao capital. A crescente demanda chinesa, reorganização da divisão internacional do trabalho e, no plano interno, a estratégia neodesenvolvimentista, que priorizou tal setor, ampliaram as possibilidades de geração e apropriação de uma renda fundiária extra. Para Delgado (2013), neste período, as condições internas de fomento à agricultura, por meio de um conjunto de políticas de crédito público rural, mecanismos de apoio e garantia da comercialização, renegociação/perdão de dívidas e “frouxidão” na política fundiária, relançaram a economia do agronegócio, contribuindo para uma maior acumulação do capital neste setor produtivo.

Ainda segundo o autor, as condições de política agrícola e comercial observadas a partir dos anos 2000 recompuseram as condições de geração de uma renda fundiária extra, que, somadas ao boom do mercado de *commodities*, impactaram fortemente nos preços da terra e dos arrendamentos, os quais aumentaram significativamente (DELGADO, 2012). Um dos resultados foi a incorporação de novas terras ao mercado de terra brasileiro, que passaram a ser disputada pelo capital (DELGADO, 2012; FREDERICO, 2014; FREDERICO, 2009; FREDERICO, BUHLER, 2015; CUNHA, 2016). Nesse mesmo período, cresceu os conflitos no campo, conforme observa a CPT (2015; 2016; 2017).

Frederico e Buhler (2015) e Almeida (2010) evidenciam que além das políticas estatais de apoio ao agronegócio e da alta demanda internacional para as mercadorias do setor, a estratégia de transição para uma matriz energética com maior participação dos biocombustíveis, que demanda terra para plantação de cana-de-açúcar e das oleaginosas, a conjuntura financeira internacional de alta liquidez, que leva o capital a buscar novas formas de valorização, e a expansão do mercado de terra brasileiro contribuíram para a apropriação de novos espaços pelo capital e a ampliação da fronteira agrícola nacional. Isso, por seu turno, significa expropriação.

A crise financeira de 2007 ampliou ainda mais a pressão sobre novas áreas para a produção do agronegócio e acarretou a expansão da fronteira agrícola brasileira, uma vez que o capital encontrou no mercado de terras brasileiro a possibilidade de manutenção de sua valorização. Neste contexto, houve um direcionamento maior de capital, inclusive externo, para as áreas de fronteira agrícola, bem como para o mercado de terras brasileiro, objetivando a obtenção de maiores ganhos. Assim, corporações financeiras que atuam na especulação fundiária, direcionaram seus investimentos para o mercado de terra brasileiro, ampliando ainda mais a fronteira agrícola brasileira (CUNHA, 2017, FREDERICO; BUHLER, 2015).

a conjuntura econômica global, a crise financeira fortaleceu o mercado de terras propícias à produção capitalizada no campo brasileiro. A subordinação econômica do Brasil à ocorrências externas, junto à posição política governamental, provocou a fuga de capitais em massa para o Brasil na última década. Um Estado que vinha se alicerçando economicamente no mercado global, assiste um *boom* de investidores internacionais se direcionar para partes do seu território. Quadro vinculado diretamente ao aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional a partir de 2003, ligado à ascensão da demanda e a opção brasileira em priorizar as exportações com produtos primários, incentivados pela abertura do mercado e por financiamentos estatais diretos (CUNHA, 2017, p, 151).

Em momento de crise, a apropriação de novos espaços é uma das alternativas para absorção do excedente, pois com a crise, “muitos capitalistas passam a converter o seu capital financeiro em patrimônio materializado em terras cabíveis de retorno lucrativo com diferentes fins” (CUNHA, 2016, p. 151).

A mercadorização, típica do capitalismo, converteu a terra em mercadoria e a financeirização da economia deu novos contornos à apropriação de terras pelo capital. Fundos soberanos e de investimentos passaram a adquirir como ativos terras, mas também passaram a atuar no setor agrícola, via participação em empresas agrícolas. Isto expandiu a apropriação do espaço pelo capital (FREDERICO; BUHLER, 2015). Mas, leva a expropriação e acirra os conflitos.

A ampliação da fronteira agrícola pela moderna agricultura capitalista, caracterizada pela alta tecnologia, intensiva em informação e conhecimento e dotada de objetos técnicos modernos, constituindo-se como um verdadeiro meio técnico-científico-informacional, um espaço de racionalidade de atores hegemônicos ligados a diferentes frações do capital (financeiro, industrial e comercial) e integrados no setor agropecuário, consolidou uma “hegemonia do agronegócio” (LAMOSA, 2014) no país.

Tal hegemonia é conquistada por meio das estratégias do agronegócio que se baseiam na utilização de aparelhos privados de hegemonia para formar consensos em torno dos seus interesses. A ideia de progresso e modernidade ventilada sobre o setor ajuda no processo de consentimento e da narrativa da importância e da necessidade de do setor para a economia brasileira.

Almeida (2010) descreve como as estratégias do agronegócio, por ele denominada de “agroestratégias”, compreendidas como “um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras” (ALMEIDA, 2010, p. 102) utilizam de um conjunto de instrumentos de modo a construir uma imagem da modernidade do agronegócio, de suas vantagens e de sua natureza triunfante. Para Almeida (2010, p. 103), as agroestratégias:

compõem uma complexa coalizão de interesses, agrupando figuras da mídia, como jornalistas, editorialistas e comentadores regionais, que escrevem para um público amplo e difuso nas colunas de “opinião”, escandindo os efeitos da estrutura fundiária, exaltando as possibilidades do mercado de *commodities* e relativizando os efeitos das mudanças climáticas

Almeida (2010) ressalta como estudos e projeções feitas por importante grupos de pesquisa e organismos multilaterais, juntamente com o discurso das associações do setor do agronegócio, ao evidenciarem as potencialidades e virtudes do setor contribuem para

a imagem de modernidade, sendo assim verdadeiros aparelhos de hegemonia do setor. O apoio da grande mídia, como por exemplo, as propagandas da Rede Globo de Comunicações, que vinculam na sua emissora de televisão a chamada: “Agro é Tech, Agro é pop”, reforça a hegemonia que o setor passou a ocupar na sociedade brasileira a partir dos anos 2000. Cria-se assim, uma psicoesfera (SANTOS, 2013) em torno do agronegócio, sobretudo nos espaços de sua maior atuação, no sentido da crença deste setor para o desenvolvimento do país.

A hegemonia do setor, então, é construída não apenas com as políticas de apoio do Estado, estrito, seja em função do modelo macroeconômico priorizado, como também em função das políticas de cunho microeconômico de estímulo setorial, atreladas, por sua vez, às políticas macroeconômicas (DELGADO, 2012). Ela também é construída a partir de aparelhos como a mídia que passa a ideia de um progresso que é extendido a todos.

Almeida (2010) evidencia a forma de atuação do setor junto ao Estado com intuito de viabilizar seus interesses. O autor destaca como as agroestratégias “reforçam a finalidade precípua de influir na formulação de políticas governamentais, com seus respectivos planos, programas e projetos para o setor agrícola” (ALMEIDA, 2010, p. 103). No seio do Estado, estrito, frações do capital ligadas ao agronegócio se apropriam do aparelho estatal, em especial do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA). O perfil e currículo dos Ministros que assumiram a pasta durante os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, no período de 2003-2014, são todos fortemente vinculados a bancada ruralista e/ou a Confederação Nacional da Agricultura. Roberto Rodrigues, Antônio Eustáquio Andrade Ferreira, Neri Geller e Kátia Abreu são notórios representantes dos interesses do agronegócio. Antônio Eustáquio Andrade Ferreira e Neri Geller são produtores rurais. O primeiro do setor de leite, em Minas Gerais, o segundo, produtor de grãos em Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso. Kátia Abreu, por exemplo, foi presidente da CNA (MAPA, 2017).

O crescimento dos preços das *commodities*, a crise financeira mundial e o aquecimento do mercado de terras no Brasil, conforme ressaltado, levaram as grandes corporações representativas setoriais do agronegócio a atuarem mais ativamente, seja na ocupação dos aparelhos estatais, quanto na condução das políticas públicas, na remoção de barreiras que impedem uma maior acumulação do capital no setor. Neste cenário, a reestruturação do mercado de terras para expansão das atividades agropecuária passou a se constituir como um dos objetivos do setor. Almeida (2010, p. 118) destaca que as medidas com objetivo de “remover obstáculos jurídicos-formais e político-

administrativos, que reservam áreas para fins de preservação ambiental ou para atender a reivindicações de povos e comunidades tradicionais” foram intensificadas.

A agroestratégias, além de contar com o apoio de determinados aparatos oficiais, influenciando medidas provisórias, portarias e ordens de serviços, operam simultaneamente na esfera do Legislativo, através de anteprojetos de lei (APLs) e propostas de emenda constitucional (PEC), e na do Judiciário, principalmente através de ações direta de inconstitucionalidade (ADIns) (ALMEIDA, 2010, p. 118)

Entretanto, a forma de intermediação dos interesses do agronegócio junto ao Estado tem mudado com a modernização agrícola e a conformação de grandes complexos agroindustriais. Há uma tendência de “setorialização das reivindicações, integrando agricultores de dado produto aos demais segmentos agroindustriais do complexo” (ORTEGA, 2005, p. 40).

Para Ortega (2005) as grandes corporações de representações setoriais envolvem não apenas os agricultores, mas também industriais e outros segmentos envolvidos nos complexos agroindustriais, como o setor financeiro e comercial. Tais representações envolvem também agentes públicos e parlamentares, que atuam como interlocutores privilegiados para fazer valer seus interesses na execução da política agrária e nas tomadas de decisões. Frações do agronegócio, atuando por meio de associações de representação junto ao Estado, inclusive ocupando o aparelho estatal, buscam influenciar as políticas públicas de modo a permitir a ampliação das possibilidades de reprodução do capital, em detrimento dos interesses das classes subalternas, como os camponeses, posseiros, povos e comunidades tradicionais, os pequenos agricultores familiares e trabalhadores rurais¹³.

A intermediação dos interesses do agronegócio junto ao Estado, de forma setorializada, com apoio da bancada ruralista no Congresso, que representa justamente o setor, aprovou o novo Código Florestal, que foi sancionado em 2012 pela presidência da república. A aprovação e implantação do novo Código Florestal (BRASIL, 2012) foi uma vitória dos interesses do capital do agronegócio, em detrimento da perda da biodiversidade. Outras medidas que flexibilizam a apropriação de terra e sua mercadorização, tais como a que propõe a redefinição da Amazônia Legal, a redução da

¹³ Há no campo da geografia agrária e da antropologia um grande debate sobre a existência ou não da categoria camponês no Brasil (SABOURIN, 2009). Silveira (1990) e Hespanhol (2000) discutem as diferenças entre os conceitos de agricultura familiar e o de camponês. Wanderley (2014) também trata sobre a categoria “campesinato” e “agricultura familiar”. Para fins deste trabalho, adota-se a perspectiva de Sabourin (2009) e Wanderley (2014), que reconhecem a existência do campesinato no Brasil.

reserva legal de imóveis rurais, alteração de portaria para permitir liberação de crédito para quem pratica crime ambiental, a redução da faixa de fronteira internacional, dentre outras, estão em pauta.

O relançamento do Sistema Nacional do Crédito Rural, cujos recursos foram amplamente direcionados para os grandes produtores (DELGADO, 2012) são também exemplos de políticas que dialogam com as frações dominantes do capital no bloco do poder ligada ao agronegócio e ampliam o mercado de terra nacional.

No setor da mineração, o crescimento da demanda chinesa e o aumento dos preços das *commodities* minerais também possibilitou o aumento de obtenção de uma renda extra, que passou a ser disputada pelo capital nacional e estrangeiro. Da mesma forma, no setor da mineração, observou-se uma maior integração de capitais, em especial uma maior participação do capital financeiro na atividade, seja via fundo de investimentos em mineração ou pela própria atuação dos agentes financeiros em mercados de contratos futuros mineral. O setor também passou a ser beneficiado por um conjunto de políticas públicas como o Programa de Desenvolvimento Produtivo e o Brasil Maior, por exemplo, uma vez que o setor também passou a ser escalado como fundamental para obtenção dos *superávits* comerciais para garantir o equilíbrio no balanço de pagamentos.

No contexto de integração de capitais no setor agrícola e mineral, penetração de capitais estrangeiro neste setores, forte crescimento dos preços das mercadorias agrícolas e minerais e da flexibilização do padrão de desenvolvimento liberal-periférico, com maior participação do capital do agronegócio e da mineração no bloco de poder, no segundo governo Lula, observou-se um crescimento ainda maior no setor da mineração e do agronegócio. Isto contribuiu para uma maior centralidade do padrão de reprodução da economia brasileira em direção às atividades de mineração e do agronegócio.

Não obstante, no que se refere ao agronegócio, houve uma “rearticulação dos complexos agroindustriais” (DELGADO 2012; p. 107), cujo resultado se expressaram na sua maior inserção no comércio exterior sob a liderança de algumas cadeias produtivas como a sucroalcooleira, o complexo de soja, milho e carnes (DELGADO, 2012).

Delgado (2012) afirma que o projeto de desenvolvimento pautado na inserção externa do setor primário-exportador possui limites econômicos e significativas consequências sociais e ambientais. Os limites econômicos estão associados à própria dependência estrutural da economia brasileira expressa nos *déficits* históricos em transações corrente, sobretudo na conta de serviços. Assim, para Delgado (2012), a condição de dependência, entendida com base na abordagem teórica da Teoria Marxista da Dependência, implica que o equilíbrio no balanço de pagamentos conquistado via

ajuste primário-exportador, trata-se, na verdade, de um “equilíbrio instável”, haja vista que a subordinação das relações de produção das economias dependentes “são modificadas e recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 1973, p. 04). Em períodos de conjuntura favorável, de alta liquidez e crescimento dos preços das *commodities* é possível equilibrar o balanço de pagamentos, mas em períodos de crise, os problemas estruturais reaparecem, de modo que os *déficits* em conta corrente “é tão somente expressão fenomênica de relações econômicas dependentes, urdidas no próprio processo de ajuste primário-exportador” (DELGADO, 2012, p. 113).

A expansão das exportações de “*commodities*” agro-minerais, que é impelida pela pressão para remuneração do capital estrangeiro (o déficit dos “serviços”) e pela perda de competitividade da maioria dos setores industriais, ressalta a presença de estruturas de acumulação de capital e captura do excedente econômico, fortemente ancoradas na teoria das vantagens comparativas naturais e da produtividade dos recursos da terra e das jazidas (DELGADO, 2012, p. 114).

Assim, em um modelo de inserção externa pautado nas vantagens comparativas, voltado a solucionar o problema estrutural do balanço de pagamentos “cresce a importância da renda fundiária como componente essencial do excedente econômico que esse estilo de acumulação de capital perseguirá” (DELGADO, 2012, p. 114). A renda fundiária extra é disputada pelo capital, inclusive pelo capital externo, e o resultado observado é a expansão da fronteira agrícola e mineral. De fato, a centralidade da reprodução do capital nos setores do agronegócio e da mineração devido a possibilidade de apropriação de uma maior renda promoveu uma atração de capital externo e financeiro para estes setores dinâmicos de acumulação (DELGADO, 2012, FREDERICO, 2009; FREDERICO, 2014; FREDERICO; BUHLER, 2015, CUNHA, 2017).

Entretanto, a renda fundiária, por sua vez, se configura como “rendas de monopólio” (DELGADO, 2012, p. 115) pela posse da terra e jazidas e estão fortemente atreladas à produtividade dos recursos naturais. Tais rendas:

refletem, primeiramente a propriedade da terra e a forma ultra concentrada de sua distribuição; em segundo lugar, sua localização e a qualidade intrínseca dos recursos naturais explorados; em terceiro lugar, o acesso a fundos públicos subvencionados, propiciados pelas vantagens conferidas à emissão da dívida agrícola, sob respaldo de hipotecas; e finalmente, as patentes tecnológicas envolvidas na difusão do pacote técnico (DELGADO, 2012, p. 115).

Mas no caso brasileiro, o pacote tecnológico, que poderia ser uma possível fonte de apropriação da renda extra, está nas mãos de algumas grandes corporações internacionais, tais como a Monsanto e a Bayer. São essas grandes companhias que se apropriam de parte da renda fundiária do setor do agronegócio. Da mesma forma, grande parte do maquinário e equipamentos utilizados na produção (os meios de produção) também é de tecnologia de grandes corporações internacionais, tais como Deere & Co, AGCO, CNH (FIAT) e a Horsch, por exemplo, e são adquiridos no exterior.

Ademais, a regulação da produção de importantes cadeias agroindustriais pelas grandes *tradings* multinacionais que atuam no país, fornecendo crédito e insumos aos produtores, exercendo controle sobre o sistema de armazenagem e transporte e a comercialização da produção, permite que parte da renda gerada no setor seja por elas apropriada (FREDERICO; 2009, 2014; FREDERICO; BUHLER, 2015; CUNHA, 2017).

O acesso aos fundos públicos, outra fonte de possibilidade de apropriação de uma renda extra, é fortemente vinculado ao grande capital agrícola, detentores de grande concentração de terras no Brasil. Ademais, o acesso aos fundos públicos e a possibilidade de apropriação daí decorrente está sujeita à política agrícola e instabilidade da mesma (DELGADO, 2012, FREDERICO, 2009; 2014). Portanto, a apropriação de uma maior renda fundiária no Brasil está fortemente associada à propriedade da terra e ao aumento de produtividade dos recursos naturais (DELGADO, 2012).

Há uma dupla pressão por obtenção de ganhos de produtividade com recursos naturais. De um lado a incorporação de novas áreas ao espaço econômico explorado, atual e potencialmente. Nestes novos territórios, a expansão agrícola se inicia adotando pacote tecnológico pré-existente, e exercendo um consumo crescente de recursos naturais como solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas. De outro lado, nas zonas de agricultura já consolidada, haverá certamente pressão crescente por aumento de produtividade do trabalho mediante intensificação do pacote tecnológico agro-químico, com consequências ambientais também predatórias sobre o meio ambiente (DELGADO, 2010, P. 121).

Assim, um padrão de reprodução centrado em atividades ligados aos setores primário-exportado agrícola e mineral, que requer crescentes saldos comerciais para equilibrar o balanço de pagamentos, estão associados ao aumento da pressão “por super exploração dos recursos naturais” (DELGADO, 2012, p. 115). Este padrão possui limites ambientais em função da capacidade de renovação da própria natureza.

Esta super-exploração dos recursos naturais tanto no setor do agronegócio, quanto no mineral é engendrada pelo grande capital, impelido pela apropriação do excedente

econômico. A abertura econômica intensificou a incursão do capital externo nestes segmentos. Na área da mineração, por exemplo, desde a flexibilização da participação de empresas estrangeiras na exploração dos recursos minerais, por meio da implantação da Emenda Constitucional n. 6, de 15 de agosto de 1995 (BRASIL, 1995), uma vez que a Constituição de 1988 restringia a participação estrangeira no setor, grandes corporações estrangeiras passaram a atuar no Brasil, por meio de suas subsidiárias. A Anglo American, Mirabela Nickel, Yamana Gold, Kinross Gold, ArcelorMittal, Alcoa World Alumina and Chemical são exemplos de empresas estrangeiras que via subsidiárias passaram a atuar no Brasil.

Reportagem da Folha de São Paulo de 2012, por exemplo, evidenciou o interesse do capital estrangeiro no setor mineral brasileiro. Segundo a reportagem:

Empresas estrangeiras controlam a pesquisa de pelo menos 10 milhões de hectares em riquezas minerais no país, o equivalente ao território de Pernambuco. No grupo das 50 maiores empresas, os estrangeiros abocanham mais de um terço do total (FOLHA, 2012)

Da mesma forma, Frederico (2009, 2014); Frederico e Buhler (2015); Delgado (2012, 2013) e Stédile (2013) ressaltam o aumento da participação de empresas estrangeiras no setor do agronegócio brasileiro, guiadas pela possibilidade da apropriação do excedente. Mesmo com as restrições impostas pela norma brasileira de venda de terras à estrangeiros, a participação do capital estrangeiro na compra de terras tem aumentado, via aquisição acionária de empresas agrícolas nacionais e por meio de outros subterfúgios, conforme reportagem do Valor de 19/12/2017:

As fortes restrições para compra de terras rurais por estrangeiros no Brasil não têm impedido que investidores de variadas nacionalidades adquiram ou explorem economicamente imóveis no campo, da mesma forma que não têm inibido operações de fusões e aquisições de empresas que contam com propriedades rurais entre seus ativos. Ao mesmo tempo em que aguardam o afrouxamento das regras, grupos internacionais como a chinesa State Grid e a canadense Brookfield encontraram saídas para contornar a dificuldade, que variam não apenas na forma, mas também em termos dos riscos jurídicos assumidos. Compra de debêntures conversíveis em ações, contratos de parceria rural e até alterações nos limites das áreas urbanas das cidades são algumas alternativas no cardápio (VALOR, 2017)

A forte presença do capital externo nestes setores que têm se constituído como centro dinâmico da reprodução capitalista exacerbava a situação de dependência da economia brasileira, visto que parte da mais-valia gerada é transferida para o exterior, via remessas de lucro e *royalties*. Agrava-se o quadro, o fato da vigência da Lei Kandir, que

ao desonerar a tributação sobre às exportações, amplia a capacidade de apropriação pelo capital estrangeiro do excedente gerado, que é remetido ao exterior. Isto impacta negativamente na conta de serviços do balanço de pagamentos e a alternativa pela via primário-exportadora se mostra mais uma vez como solução.

O capital internacional, articulado com frações de classes do capital nacional do setor agrário e com detentores de terras, tem atuado, inclusive junto ao Estado, de modo a permitir a compra de terras por estrangeiros (DAHER, 2015; DULCI, 2016; IHU-UNISINOS, 2017; CARTA CAPITAL, 2017). A pressão sobre a apropriação da renda extra fundiária no Brasil por estrangeiros é grande e tem aumentado.

Há na Câmara Federal dois projetos que tratam da venda de terras a estrangeiros, atualmente limitada pela legislação brasileira. Os projetos PL 4059/12 e o PL 2289/07 foram aprovados pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara e podem entrar em pauta para ser votado em plenário. O ex-ministro da Fazenda, Henrique Meireles, defende tal projeto, sob o argumento de que isso representaria o aumento dos investimentos no Brasil (O GLOBO, 2017). No setor mineral, o quadro, não por acaso, repete-se. Há forte pressão para aprovação do Projeto de Lei 5.807/2013, chamado de Novo Marco Regulatório da Mineração e do Projeto de Lei nº 398/2014, que trata da remoção das restrições existentes para a atividade de mineração nas áreas de faixa de fronteira.

Tais projetos de lei representam a possibilidade de ampliação da apropriação do espaço nacional para valorização do capital internacional. Saskia Sassen (2016) em seu livro “Expulsões” mostra as diversas formas em que as populações mais vulneráveis estão sendo expulsas de seus espaços. A autora aponta o Brasil como um dos países onde esse processo se dá com muita intensidade. Segundo a autora:

A aquisição de terra estrangeira não é um acontecimento solitário. Ela requer, e por sua vez estimula, a criação de um vasto mercado global de terras. Implica o desenvolvimento de uma infraestrutura de serviços igualmente vasta para permitir vendas e aquisições, obter a posse ou os direitos de arrendamento, desenvolver instrumentos legais apropriados e até pressionar para a criação de novas leis que acomodem essas compras em um país soberano. (2016, p. 100).

A transferência de parte do excedente do capital valorizado internamente para exterior reduz a capacidade de reprodução interna da economia brasileira. Como alternativa, além da super-exploração dos recursos naturais e sua degradação, pelo aumento das queimadas, uso intensivo de agrotóxicos e expansão da área de produção em

detrimento da biodiversidade, observa-se também como alternativa o mecanismo de superexploração do trabalho (DELGADO, 2012).

Delgado (2012); Delgado (2010) e Cunha (2017) tecem algumas evidências de superexploração do trabalho no agronegócio. Para Delgado (2010, p. 121):

as relações de trabalho que se estabelecem na produção agropecuária parecem configurar um estilo de “super-exploração”, seja pela imposição de jornadas excessivas (corte de cana, por exemplo), seja pelo manejo de materiais agrotóxicos altamente nocivos à saúde humana, seja pelas relações de precária contratação de trabalhadores migrantes nos picos da demanda sazonal das safras agropecuárias.

Delgado (2012) assevera que embora tenha havido o aumento da produtividade da agropecuária, não houve evidência de correspondência com aumentos de salário, vinculados ao crescimento da produção. Para o autor, “a taxa de salário, o emprego e a massa salarial geradas no processo de produção e exportação de bens primários não crescem ou até decrescem, enquanto a produção e a exportação das principais cadeias agroindustriais se expandem a elevadas taxas” (DELGADO, 2012, p. 116). Delgado (2012) também destaca o aumento do auxílio doença e acidente e de aposentadorias por invalidez, a partir dos benefícios do INSS, em especial no setor sucroalcooleiro.

Pignati *et al.* (2017), por sua vez, ressalta que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico do mundo. Segundo os autores, em 2015 foram utilizados cerca de 899 milhões de litros de agrotóxicos nas 21 principais lavouras brasileiras. Para os autores, a alta produtividade da agricultura brasileira está relacionada ao uso intensivo de “sementes transgênicas e insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos” (PIGNATI *et al.*, 2017, p. 3282); Em função dos elevados uso de produtos químicos no campo, os autores afirmam que “o uso de agrotóxicos na agricultura brasileira é um problema de saúde pública, dadas as contaminações no ambiente, em alimentos e as intoxicações na saúde humana” (PIGNATI *et al.*, 2017, p. 3281).

Portanto, o processo de apropriação do espaço é caracterizado por antagonismos, conflitos de classes e por processo de espoliação. A expropriação de terras para ampliação da produção, expulsão forçada das populações de seus territórios, negação aos direitos das classes subalternas e apropriação dos recursos naturais são instrumentos observados para manutenção da valorização do capital.

Com efeito, com os argumentos até aqui realizados, pode-se concluir que o contexto histórico do início dos anos 2000 foi marcado por uma forte inserção das atividades de mineração e do agronegócio no comércio exterior, explicado por uma nova conjuntura econômica e política internacional, com reflexos sobre a dependente economia brasileira, subordinada à lógica das economias mais dinâmicas do capitalismo. Entretanto, tal dependência foi reforçada por uma estratégia interna

neodesenvolvimentista, patrocinada pelo Estado brasileiro, promovendo um novo pacto de frações de classes do capital vinculados ao setor produtivo do agronegócio e da mineração, sintetizado por Ouriques (2013, p. 130) como uma estratégia de desenvolvimento do capital que “*no pasa de ser un viejo camino para perpetuar el desarrollo del subdesarrollo*”. (OURIQUES, 2013, p. 130).

A conjunção destes fatores externos e interno e o avanço dos projetos da IIRSA, patrocinada pelo Estado, avigora um direcionamento para um padrão de reprodução do capital centrado em setores primário-exportador e de menor grau de beneficiamento, associado às atividades da mineração e do agronegócio, ambos intensivos em recursos naturais, água, terra, jazidas, luminosidade, etc., que são apropriados pelo capital para garantir sua valorização. Ademais, mesmo nestes setores cresce a participação de capitais externos.

5.5 AS CONTRADIÇÕES DA ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL PAUTADA NA INFRAESTRUTURA FÍSICA

A realidade do final da primeira década e início da segunda década do século XXI foi marcada por uma crise nas economias capitalistas centrais, cujos reflexos se fizeram sentir na economia mundial. Nesse cenário, era necessárias novas condições para a valorização do capital e dentre as alternativas para sair da crise é apropriação de novos espaços para integrá-los à lógica de valorização. Foi neste contexto histórico de instabilidade do sistema capitalista que a IIRSA se revigora enquanto estratégia de integração sul-americana. Tanto, que só então o Nordeste brasileiro e parte do Centro-Oeste foram incorporados à IIRSA, por meio de grandes projetos de infraestrutura, a exemplo do FIOL.

Crise capitalista, necessidade de absorção do excedente do capital e demanda chinesa crescente por mercadorias agrícolas e minerais conformam uma condição que explicam a inclusão de novos espaços na IIRSA, integrados por meio de objetos técnicos de infraestrutura de transporte, cuja concepção dos projetos responde aos interesses da acumulação e reprodução do capital.

Os projetos ferroviários têm o papel não só de viabilizar a circulação e tornar mais competitiva a produção dos valores de uso ligados as atividades agrícola e minerais, que mais dialogam com o modal ferroviário, mas também de garantir um maior lucro a

burguesia produtora destas mercadorias ou a ela associada, cujos interesses estão atrelados à crescente demanda externa e a reprodução do capital em escala global.

A forma como os projetos são definidos pelo Estado e os capitais interessados ignora a dinâmica dos lugares. Essa postura é recorrente nos países da periferia que desde o período colonial se subordinaram as diretrizes da metrópole. A independência política não rompeu com as bases coloniais do poder e do saber.

A IIRSA, desde seu nascedouro, alinha-se com os interesses do capital em uma escala global. Para Ceceña, Aguilar e Motto (2007, p. 17) a IIRSA foi pensada a partir do centro, por isso “*tiene un diseño centrífugo, extractivo, de expulsión de riquezas hacia los centros de demanda.*”. Para Paim (2003), o verdadeiro o objetivo da IIRSA é aumentar as exportações de bens de baixo valor agregado e a expansão dos negócios das grandes corporações mundiais. Nesse sentido, Padula (2010, p. 58) questiona a possibilidade da IIRSA promover uma integração regional e afirma que a mesma está pautada “na formação de uma área de livre comércio regional e na igual importância de sua ligação com o mercado global, ganhando proeminência o estabelecimento dos chamados corredores de exportação e a ligação “para fora”. Ainda segundo o autor, “o papel da infraestrutura é interconectar de forma eficiente a produção da região aos mercados globais, reforçando suas vantagens comparativas estáticas na divisão internacional do trabalho” (PADULA, 2010, p. 60). Da mesma forma, Zibechi (2006, p. 01) afirma que a IIRSA permitirá “*conectar las zonas donde se encuentran los recursos naturales (gas, agua, petróleo, biodiversidad) con las grandes ciudades y, a ambos, con los principales mercados del mundo*”.

Os projetos de infraestrutura previstos para a região Nordeste e Centro-Oeste do Brasil na IIRSA, notadamente em infraestrutura de transporte ferroviário, seguem a mesma lógica: reduzir as barreiras à circulação, permitir a interconexão de espaços de produção com o de consumo e promover um novo ciclo de “compressão do espaço-tempo”. A rede de infraestrutura de transporte se constitui como uma resposta imperativa à necessidade de acelerar a velocidade de circulação, eliminando o chamado “tempo morto” e, consequentemente, o tempo de realização do ciclo do capital, fundamental para a apropriação da mais-valia (HARVEY, 1989; 2005; 2006).

Mesmo com a ascensão de governos progressistas, nos anos iniciais dos anos 2000, a IIRSA foi estimulada como alternativa de integração econômica, negligenciando uma oportunidade de atender interesses das comunidades e respaldar a necessária integração dos povos. Mas, conforme ressalta Luce (2007), o projeto de integração da IIRSA, no qual desde o início o Brasil é protagonista, favorece aos interesses brasileiro e

de sua classe dominante, em articulação com o capital internacional, em detrimento dos interesses dos outros países sul-americanos. Luce (2007) e Carcanholo e Saludjian (2013) também evidenciam que a IIRSA reforça o caráter do subimperialismo brasileiro, na medida que estimula política regional expansionista junto aos seus vizinhos, embora relativamente autônoma, pois não rompe com a estrutura de dependência frente aos países centrais. Para os autores, a IIRSA, ao fomentar a infraestrutura e sua integração, permite que o Brasil, país com maior composição orgânica do capital na América do Sul, replique em escala regional o mecanismo de trocas desiguais com seus vizinhos sul-americanos.

Zibechi (2015), ressalta que a estratégia brasileira de considerar a América do Sul como novo espaço de afirmação geopolítica e, portanto, região prioritária, e o impulso dado a IIRSA na sua política de integração se contrapõem com o conceito de América Latina que, por seu turno, é um contraponto ao imperialismo estadunidense na região. O autor destaca também que passados 15 anos da criação da iniciativa, observa-se “*Interconexión sin integración*”, onde a “*América del Sur es el espacio en el que se expanden las grandes empresas brasileñas financiadas por el BNDES y apoyadas por Brasilia, para la realización de Brasil como potencia regional y global*” (ZIBECHI, 2015, p. 03).

Neste sentido, o novo impulso e vigor que a IIRSA ganhou, apoiada pelo Estado brasileiro, e a recente incorporação do Nordeste e, consequentemente da Bahia, na iniciativa, está dentro da mesma lógica sem nenhuma preocupação com a região si, pode ser compreendido como mais um mecanismo do capitalismo com intuito de manter a taxa de lucro, por meio de um novo “ajuste espaço-temporal” que viabilize a valorização do capital. A própria lógica do capitalismo de busca e seleção por pontos no espaço que oferecem maior capacidade de apropriação privada de rendimento e onde a valorização do capital seja mais fácil (BRANDÃO, 2007), é que de fato permitiu a inclusão do Nordeste e Centro-Oeste brasileiro no âmbito da IIRSA, uma vez que tais regiões, outrora pouco atraentes ao capital, passaram a ser importantes espaço para absorção do excedente, fundamental para superar as crises de superacumulação típicas do capitalismo.

A ampliação do EID Amazonas, e a própria IIRSA, portanto, devem ser compreendidos como um processo mais amplo. Trata-se de um processo de integração articulado ao processo de acumulação e reprodução do capital em escala global, em que o capital para manter sua valorização amplia seus espaços de atuação, com rebatimentos em outras escalas territoriais.

No plano do sub-continente sul americano, o modelo de integração da iniciativa está associado ao padrão de reprodução que se desenha atualmente na América Latina,

no qual os produtos básicos e com menos intensidade tecnológica se destacam na pauta produtiva e exportadora. Demarca também uma reorientação da estratégia dos países sul americano de reforçar a relação sul-sul, mas com forte protagonismo brasileiro e com o avanço de sua política subimperialista.

Na escala nacional brasileira, a IIRSA, ao estimular os investimentos em infraestrutura para facilitar os canais de escoamento da produção, possibilita uma maior competitividade para setores produtores de valores de uso no qual o país possui vantagens comparativas. Assim, ajuda a alcançar o equilíbrio, mesmo que instável, do balanço de pagamentos e garantir a manutenção dos fundamentos macroeconômicos da economia brasileira. Entretanto, conforme ressaltado, os interesses subjacentes a IIRSA para o Brasil estão associados aos interesses hegemônicos do capitalismo, articulados com a burguesia local, que influenciam e ditam a organização do espaço, via investimentos em infraestrutura para apropriação do mais valor. De acordo com Zibechi (2013, p. 223) “*la IIRSA tiene una particularidad: es un tipo de integración nacida en el Sur, gestionada en gran medida por las élites del Sur, beneficiando a los sectores mejor insertos en el mercado internacional*”.

As cartografias projetadas pelos EID da IIRSA, respaldam-se nos pontos luminosos, como diria Milton Santos (2013), pontos de reprodução da lógica do mercado e da valorização do capital. Para Porto Gonçalves (2011, p. 147), na adoção dos EID como forma de ordenar o território “importam os fluxos e os eixos, o que configura uma nova geografia política” (PORTO-GONÇALVES, 2011. p. 147).

É importante notar que a criação dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs), no interior da IIRSA, em vez de priorizar o coletivo foi organizada na intenção de atender as demandas da burguesia interna brasileira em suas articulações com os demais grupos regionais e/ou extrarregionais (BRAGA, 2015, p. 215).

Mas, conforme destaca Santos (2013), o espaço é banal, é o espaço de todos, para além das redes, pois essas somente são acessadas pelos atores hegemônicos. Assim, as cartografias “oficiais” dos EID da IIRSA e seus projetos de infraestrutura definem os traçados logísticos (redes) e concebem os espaços como contíguos, priorizando a escala de ação do grande capital, ignorando grupos não hegemônicos nas escalas local-regional (QUENTAL; PORTO-GONÇALVES, 2012). Quaisquer outras formas de reprodução social que não a do capital ou as atividades sem expressão econômica, o circuito opaco da economia, são ignoradas pela IIRSA. Para Quental e Porto-Gonçalves (2012) a IIRSA reforça a ideia de “vazio demográfico”, ao desconsiderar as populações locais.

Nesse sentido, Quental (2013, p. 06) evidencia que a escala de ação privilegiadas nos projetos da IIRSA são “apenas as escalas de ação regional da América do Sul em detrimento das escalas locais onde se configuram inúmeras territorialidades que acabam sendo invisibilizadas”. Da mesma forma, Braga (2015) assevera que a IIRSA se caracteriza pela imposição das territorializações dos grandes negócios sobre os interesses das sociedades locais.

Tanto para Porto-Golnçalves (2011), quanto para Quental (2013), o território é visto a partir de uma perspectiva material na IIRSA. Perspectiva esta que, segundo Haesbaert (2007), concebe o território enquanto uma dimensão espacial concreta das relações sociais, base material da produção. Portanto, para Quental (2013, p. 06), o entendimento do território na iniciativa é “reduzido a um substrato material, obstáculo geográfico a ser superado” para integrá-lo à dinâmica de valorização do capital.

Para Zibechi (2013), os grandes projetos da IIRSA estão apenas preocupados em ocupar espaços físicos chaves que possuem grande reserva de matérias-primas e biodiversidade. Da mesma forma, Cerqueira (2014) assevera que os projetos da IIRSA, aprofunda o modelo de acumulação por meio de “devastação do meio ambiente e expropriações de populações inteiras, privando-lhes de seus meios de vida para conceder o controle do território e de seus recursos às transnacionais” (CERQUEIRA, 2014, p. 209). Braga (2015) também destaca que a carteira de projetos da IIRSA, com intuito de promover uma maior inserção regional aos circuitos globais, ameaça redefinir o uso e apropriação do território com fortes impactos sociais e ambientais.

Segundo Quental (2013, p. 01), nos projetos da IIRSA:

tem sido dominante uma visão onde a natureza, com seus complexos biomas e domínios morfoclimáticos, é compreendida como simples obstáculo a ser superado pela engenharia e, ainda, onde povos e comunidades as mais diversas tem seus territórios e suas vidas concebidas como sendo prescindíveis. Não por acaso, a expropriação de muitas populações de suas terras, bem como a ocorrência de inúmeros conflitos territoriais, tem sido recorrente na execução dos empreendimentos de integração de infraestrutura regional ora em curso.

A IIRSA, como empreendimento dos interesses hegemônicos, trabalha o conceito de desenvolvimento na perspectiva da acumulação de capital. Assim, ignora totalmente a história dos lugares, os sujeitos que vivem nesses territórios de saberes e experiências ancestrais. A negação desta história é o reflexo do que Aníbal Quijano cunhou com muita propriedade de colonialidade do poder, essa subordinação ao pensamento eurocêntrico

(PORTO-GONÇALVES, 2011; QUENTAL, 2013; PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012). Mas, o território é expressões de fatos humanos, histórias de lutas e enfrentamentos que se cristalizaram ao longo dos anos, mas que ainda abrigam espaços de resistência de populações originárias e suas formas de vida e organização.

Portanto, a integração que está por trás da IIRSA, pode ser considerada como uma expressão do pensamento abissal definido por Santos (2009). Tal pensamento consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, onde estas são estabelecidas através de linhas que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo “deste lado da linha” e o universo “do outro lado da linha” (SANTOS, 2009). Para o autor, a divisão da realidade social é tal que “o outro lado da linha” desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, é silenciado, é excluído de forma radical porque permanece exterior ao universo.

No caso da IIRSA, há sujeitos visíveis e com forte interesse na integração proposta. São os atores ativos do processo de integração, as frações de classes dominantes no bloco de poder. “Deste lado da linha” estão os interesses de valorização do capital da classe burguesa ligada ao agronegócio, a mineração, ao mercado financeiro e as grandes construtoras. Entretanto, a natureza, os sujeitos dos lugares e seus modos de vida, que estão no espaço do entorno dos projetos, estão do “outro lado da linha”.

Em que pese, pelo menos no discurso, no momento da incorporação da IIRSA ao COSIPLAN, no âmbito da UNASUL, um dos novos princípios norteadores da integração regional fosse a participação cidadã e o reconhecimento das populações locais, necessário para a coesão territorial, a inclusão do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil a IIRSA não passou por nenhum espaço de discussão ampla com setores sociais. Repetiu-se uma lógica de tomada de decisões “de cima para baixo” e sem participação social, que permeia os projetos da IIRSA (PORTO-GONÇALVES, 2011; QUENTAL, 2013; PORTO-GONÇALVES; QUENTAL, 2012; BRAGA, 2015), no qual o diálogo com as escalas territoriais locais, com os movimentos sociais e com os sujeitos dos territórios por onde os grandes projetos da iniciativa, ditos estruturantes, passam, foi inexistente

As promessas de uma integração regional pautada na justiça social e no respeito ao meio ambiente não se concretizaram. É notório o avanço das assimetrias socioespaciais a partir da construção de gasodutos, oleodutos, hidrelétricas e estradas, que seguem os interesses das grandes empresas e não das comunidades locais (BRAGA, 2015, p. 184- 185).

Ao desconsiderar os interesses das escalas locais e invisibilizar seus sujeitos locais, a IIRSA desconsidera a dimensão da cidadania. Para Oliveira (2002, p. 12), a

noção de cidadania “refere-se ao indivíduo autônomo, crítico e reflexivo”. A cidadania muitas vezes não se mostra possível devido à atuação de grandes grupos econômicos e políticos. As correlações de forças estabelecidas distanciam os cidadãos comuns de uma maior participação (OLIVEIRA, 2002). Para Dagnino (2004), a noção de cidadania, está associado a um projeto de construção democrática e de transformação social. Segundo a autora, a concepção de cidadania está relacionada a ideia do direito a ter direitos, sobretudo das classes sociais marginalizadas. Para a autora, a noção de cidadania repousa não só na reivindicação ao acesso dos bens e serviços públicos e aos direitos, na inclusão e na participação do sistema posto, mas sobretudo, na própria discussão do sistema. Portanto, uma cidadania ativa na elaboração do sistema (direitos, planos, política pública) e na sua implementação.

A cidadania requer a constituição de sujeitos sociais ativos (agentes políticos), definindo o que consideram ser seus direitos e lutando para seu reconhecimento enquanto tais. Nesse sentido, é uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania “desde baixo”. (Dagnino, 2004, p. 104).

A cidadania requer participação social ativa, com objetivo da partilha efetiva do poder entre Estado e sociedade civil, conforme defende Dagnino (2004). Trata-se da ideia de inclusão de segmentos sociais marginalizados nas decisões sociais e políticas.

Para Sampaio (2005, p. 47) “participar politicamente significa, fundamentalmente, tomar parte nas decisões sobre políticas públicas. Consiste em formar opinião sobre uma decisão do Estado; em expressar, pública e livremente, essa opinião; e em vê-la levada em consideração”. Corroborando com tal perspectiva, Chauí (2005, p.24) advoga que “a prática da participação, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes”.

As categorias cidadania e participação, por sua vez, estão no centro da concepção de democracia, conforme defendida por Coutinho (2005), o qual discute que a democracia não é o mero cumprimento de alguns procedimentos formais, como as eleições periódicas, nas quais o povo escolhe seus representantes. Para Coutinho (2005) a democracia está associada ao sentido da igualdade, da participação coletiva de todos na apropriação dos bens coletivamente criados e tem uma dimensão social e econômica. Para o autor, “não há efetiva igualdade política se não há igualdade substantiva, a qual passa necessariamente pela esfera econômica” (COUTINHO, 2005; p. 13).

No caso da IIRSA, sua discussão se deu em um ambiente de vigência e intensificação do projeto neoliberal, de supremacia do mercado. A IIRSA está centrada

na lógica da produção capitalista do espaço, caracterizada por um processo de expropriação de todas as naturezas, portanto, com grande tendência de choque com o conceito de democracia, que abarca as categorias participação e cidadania.

De fato, tanto a definição da IIRSA, quanto a incorporação do NE, não passaram por espaços de discussão social ampla. A IIRSA não foi construída e implementada pelos sujeitos locais, foi uma estratégia de integração elaborada nos gabinetes dos ministérios, atendendo a demanda dos secretários de planejamento do Nordeste, no âmbito do Conselho Nacional dos Secretários de Planejamento (COSEPLAN)¹⁴ do Brasil. articulada com os interesses de frações do capital no bloco de poder, no qual a concepção de desenvolvimento está atrelada ao fomento da infraestrutura de transporte para viabilizar novos espaços de acumulação. A ausência da participação social é marcante no âmbito da IIRSA. São muitos os conflitos socioambientais no entorno dos seus projetos de infraestrutura. (PORTO-GONÇALVES, 2011; QUENTAL, 2013; PORTO-GONÇALVES e QUENTAL, 2012).

A ausência de uma ampla discussão e a desigualdade material entre os atores hegemônicos e sujeitos locais envolvidos nos projetos da IIRSA evidenciam seu caráter contraditório, capaz de gerar, por um lado, a valorização do capital e do outro a exclusão. Trata-se, de uma proposta de integração pautada por uma visão de desenvolvimento fundamentada na racionalidade moderna dominante de viabilizar a valorização do capital, alicerçada na rede de infraestrutura física para articular os fluxos econômicos (mercadorias e informações). A visão de desenvolvimento fundamentada na racionalidade moderna dominante expressa, conforme define Rist (2011), à visão de desenvolvimento como um fenômeno global e que interessa fundamentalmente aos países desenvolvidos e é constituído a partir de um conjunto de práticas, quase sempre contraditórias na aparência, que visam assegurar a reprodução social, obrigam à transformação e destruição de forma generalizada, do ambiente natural e das relações sociais em busca de uma produção crescente de mercadorias (bens e serviços).

De um modo geral, as redes são definidas como instrumentos que viabilizam estratégias de circulação e comunicação e, portanto, encontram-se ligadas à ideia de mobilidade, de fluidez, fundamental para a competitividade reinante no discurso burguês.

¹⁴ O Conselho Nacional dos Secretários de Planejamento do Brasil (CONSEPLAN) propôs a criação de um novo eixo de integração e desenvolvimento no âmbito da IIRSA, que incluisse o Nordeste e parte do Centro-Oeste do Brasil. Com apoio do Ministério do Planejamento e do Itamaraty uma nova proposta foi apresentada na reunião do IIRSA em Bogotá, no dia 14 de junho de 2011. Na Reunião Ordinária do COSIPLAN realizada na cidade de Lima no dia 16 de novembro de 2012 foi anunciado a incorporação do Nordeste do Brasil e dos estados de Goiás e Tocantins ao EID Amazonas, que se ampliou.

Uma das propriedades das redes é a conectividade, uma vez que a interligação de pontos é sua função principal para integração dos fluxos econômicos. Os fluxos, então, pressupõem a existência de redes para sua fluidez, cujo seu desenvolvimento acompanha a própria história das inovações técnicas e está relacionado aos avanços tecnológicos dos meios de transporte e comunicação, desde a construção de ferrovias e rodovias até as atuais infovias. As redes estão, portanto, associadas à ideia de integração, velocidade, redução das distâncias e organização, transformação e reestruturação de territórios (QUENTAL, 2013)

Embora os objetos técnicos necessários para promover a fluidez dos fluxos, estejam carregados de um discurso de modernidade, guiados pela ação de atores hegemônicos, as redes, por eles estruturadas, provocam desordem, segregação e fragmentação no território (SANTOS, 2013; SANTOS, 2014a; SANTOS, 2014b). “As redes são vetores de modernidade e também de entropia” (SANTOS, 2014a, p. 153).

Dias (1995), ao analisar o papel das redes de infraestrutura e sua capacidade de criar condições para o desenvolvimento (do capital), observou que a rede de infraestrutura se constitui como instrumento por excelência de poder capaz tanto de incluir quanto de excluir e marginalizar. Isto porque, segundo a autora, os mecanismos de gestão das redes não são neutros. A gestão e o acesso às redes de infraestrutura são guiados por interesses específicos ditados pelas classes dominantes.

Entretanto, conforme destaca Dias (1995, p. 154):

a intensificação da circulação [viabilizada pela rede de infraestrutura] imprime simultaneamente ordem e desordem numa perspectiva essencialmente geográfica. À escala planetária ou nacional, as redes são portadoras de ordem – através delas as grandes corporações se articulam, reduzindo o tempo de circulação em todas as escalas nas quais elas operam [...]. Na escala local, estas mesmas redes são muitas vezes portadoras de desordem – numa velocidade sem precedentes engendram processos de exclusão social, marginalizam centros urbanos que tiravam suas forças dos laços de proximidade geográfica e alteram mercados de trabalho.

Em artigo intitulado: “Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da integração regional sul-americana”, Porto-Gonçalves (2011) faz uma análise crítica, a partir da ecologia política, do processo de integração sul-americana que vem se delineando com a IIRSA. Para Porto-Gonçalves (2011), os EID da IIRSA são verdadeiros eixos de conflitos, posto que o que importa são os projetos de infraestrutura (fixos) e os fluxos de mercadoria, ignorando os aspectos da natureza e os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Trata-se de uma integração com vistas à inserção no mercado global.

Segundo o autor:

A noção de eixos de integração e desenvolvimento substitui a de “região” enquanto conceito que comanda a ação política governamental (...); Assim, ignorar a “região” e privilegiar os “fluxos” que circulam pelos “eixos” implica reconfigurar, desconfigurar e configurar blocos de poder que, como visto, estavam antes conformados pelas unidades territoriais dos diferentes Estados, que, no caso do Brasil, implicava os municípios e os estados, por meio de superintendências ou outros entes articuladores (PORTO-GONÇALVES, 2011, p. 147).

Porto Gonçalves (2011) assevera que os grupos sociais que se localizam no em torno dos eixos de integração são ignorados, invisibilizados, pois não são levados em consideração as pautas e agendas dos distintos grupos sociais, classes e etnias que diretamente são afetados pelos projetos da IIRSA. O autor observa que na IIRSA “a natureza e os povos são considerados enquanto parte do sistema-mundo moderno-colonial” (PORTO-GONÇALVES, 2011; p. 133). O resultado, é o acirramento dos conflitos devido ao aumento do processo de expropriação.

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidade específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que raramente nos dizem respeito (SANTOS, 2013, p. 19)

6. A FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE LESTE (FIOL): CARTOGRAFIA E INTERESSES

6.1 A FERROVIA

A FIOL surgiu em um contexto histórico neoliberal e de reorganização da divisão internacional do trabalho e forte impacto no padrão de reprodução e acumulação de capital na América Latina, que por sua vez, está atrelada ao processo de acumulação de capital na escala global, onde a China adquiriu maior protagonismo.

No plano nacional brasileiro, a FIOL se insere no PAC, um programa que fundamenta a estratégia de desenvolvimento neodesenvolvimentista e que reforçou uma tendência de inserção externa primário-exportador da economia brasileira, alicerçada sobretudo no setor da mineração e do agronegócio, fortemente atrelada ao padrão exportador de especialização produtiva. Destaca-se também que a FIOL ganhou nova institucionalidade ao ser inserida na carteira de projetos da IIRSA, uma iniciativa de integração da infraestrutura física sul-americana, cujo objetivo é a articulação de espaços de produção no território sul-americano com espaços de consumo no exterior para facilitar a circulação dos fluxos econômicos. A iniciativa planeja e produz novos espaços, de modo a integrá-los à dinâmica de valorização do capital em uma escala global.

É neste contexto que em 2010 começaram as obras da FIOL (EF – 334). A ferrovia tem como objetivo promover a integração do Tocantins e do oeste baiano (região de cerrado) ao litoral da Bahia, na região do Litoral Sul, no município de Ilhéus. A FIOL não está circunscrita aos limites políticos administrativos do Estado da Bahia, ela se interconecta com outra ferrovia, também presente na carteira de investimentos da IIRSA e do PAC, que é a Ferrovia Norte Sul, (FNS), no município de Figueirópolis, no Tocantins. Esta, por sua vez, interconecta-se com outra ferrovia no município de Campinorte, já no estado de Goiás, a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). A FICO, que possui projetos futuros, com objetivo de chegar ao estado do Rio de Janeiro, constituindo-se, assim, uma outra ferrovia chamada Ferrovia Transcontinental (EF – 354), que interligará o Porto de Açu, no litoral do Rio de Janeiro, às regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (Figura 8).



Fonte: VALEC, 2017b

Figura 8: Expansão da malha ferroviária brasileira

De acordo com a VALEC¹⁵ (VALEC, 2017a), a Ferrovia Transcontinental terá aproximadamente 4.400 km de extensão, como parte da ligação entre os oceanos Atlântico, no Brasil, e Pacífico, no Peru. Ainda de acordo com a VALEC a Ferrovia Transcontinental tem como objetivos:

estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração para os sistemas portuários do Norte e Nordeste; e incentivar investimentos, que irão incrementar a produção e induzir processos produtivos modernos (VALEC 2017a).

Segundo a VALEC (BRASIL, 2017a) os benefícios da ferrovia serão:

¹⁵ Empresa pública, vinculada ao Ministério dos Transportes, responsável pela construção das ferrovias supramencionadas.

proporcionar alternativa no direcionamento de cargas para os portos do Norte e Nordeste, principalmente aquelas produzidas em Goiás, Mato Grosso e Rondônia, e assim, reduzir o percurso e o custo do transporte marítimo de **grãos e minérios** exportados para os portos do Oceano Atlântico, Europa, Oriente Médio e Ásia; **aumentar a produção agroindustrial da região**, motivada por melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional; e possibilizar/estimular **a exploração de reservas minerais ainda pouco exploradas** (VALEC, 2017a, grifo nosso).

Fica bastante, por tanto, claro que o projeto da Transcontinetal se trata de uma estratégia de apropriação do espaço para a produção capitalista e de integrá-los ao circuito global de valorização do capital, onde a mineração e o agronegócio são as prioridades.

Os estudos para implantação da Ferrovia Transatlântica (também conhecida como Ferrovia Bioceânica) já se iniciaram. Os estudos são frutos de um Memorando de entendimento entre o Ministério dos Transportes do Brasil, a Comissão Nacional de Desenvolvimento¹⁶ e Reforma da China e o Ministério de Transporte e Comunicação do Peru sobre a condução conjunta dos estudos básicos de viabilidade para a conexão desta ferrovia Bioceânica, assinado em maio de 2015, ocasião da visita oficial do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil (BRASIL, 2015).

A FIOL, por sua vez, está inserida em uma estratégia mais ampla de integração de regiões brasileiras. Trata-se de uma estratégia de expansão da malha ferroviária brasileira que visa dar maior “competitividade” ao país e de reduzir o tão disseminado “Custo Brasil”. A interconexão dela com a FNS e dessa com a FICO, também insere a FIOL na perspectiva de interligação do oceano Atlântico ao Pacífico, tal como evidenciado na proposta da IIRSA de ampliação do Eixo Amazonas.

O projeto da FIOL é capitaneado pelo Estado brasileiro, responsável pelos fundos públicos necessários ao financiamento e pela coordenação do projeto via a empresa pública Valec. A FIOL terá 1527 km entre os estados da Bahia e do Tocantins e está atualmente orçada em R\$ 6,4 bilhões (VALEC, 2017c).

¹⁶ Nomenclatura que está associada aos custos de competitividade da economia brasileira, normalmente vinculado aos chamados gargalos da infraestrutura logística do país.



Fonte: MONDOLFO, 2017

Figura 9: Traçado da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)

O projeto é dividido em três trechos, que por sua vez estão subdivididos em 10 lotes. O primeiro trecho da FIOL, entre os municípios de Ilhéus e Caetité na Bahia, já foi licitado e as obras iniciadas, corresponde aos lotes 01F, 02F, 02FA (túnel em Jequié), 03F e 04F, com extensão de 537km. O segundo trecho, também já licitado e com as obras iniciadas, estende-se do município de Caetité ao município de Barreiras, também na Bahia. Este trecho está dividido em quatro lotes, os lotes 05F, 05FA (Ponte Rio São Francisco), 06F e 07F, com extensão de 485km. Por fim, o terceiro trecho, entre os municípios de Barreiras, na Bahia, e Figueirópolis, no Tocantins, ainda não foi licitado, mas, segundo a Valec (VALEC, 2017c, MONDOLFO, 2017), a Licença de Instalação foi solicitada ao IBAMA em 20/03/2015. A presença de cavernas na região do entorno do trecho dificultou a liberação da licença de instalação e, a consequente, licitação dele.

Os objetivos da FIOL, de acordo com a VALEC (VALEC, 2017c) são, *ipsis litteris*, iguais ao da Ferrovia Transcontinental, mudando apenas a área de abrangência, quais sejam:

Estabelecer alternativas mais econômicas para os fluxos de carga de longa distância; favorecer a multimodalidade; interligar a malha ferroviária brasileira; propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA; e incentivar investimentos, para incrementar a produção e induzir a processos produtivos modernos (VALEC, 2017c).

Ainda, segundo a VALEC (VALEC, 2017c), a implantação da FIOL trará uma série de benefícios, tais como:

reduzir os custos de transporte **de grãos, álcool e minérios** destinados aos mercados internos e externos; aumentar a **produção agroindustrial** da região, motivada por melhores condições de acesso aos mercados nacional e internacional; interligar os estados de Tocantins, Maranhão, Goiás e Bahia aos portos de Ilhéus/BA e Itaqui/MA, o que proporcionará melhor desempenho econômico de toda a malha ferroviária; incentivar os investimentos, a modernização e a produção; melhorar a renda e a distribuição da riqueza nacional; reduzir a emissão de poluentes; reduzir o número de acidentes em rodovias (VALEC, 2017c).

Os objetivos e benefícios atribuído a FIOL pela própria empresa pública executora do projeto estão associados à lógica do desenvolvimento do capital cujo centro dinâmico é a produção da mineração e do agronegócio.

As obras da FIOL, até então, fora executada pelo capital nacional, financiada pelo Estado brasileiro e se dá por meio de licitações para construção por lotes e não por trechos, no qual empresas ou consórcios de empresas foram contratados, depois do processo

licitatório, para execução das obras e serviços de engenharia para implantação de cada um dos lotes da FIOL. Em que pese as obras da FIOL terem começado em alguns lotes no ano de 2010 e cujos contratos originais previam o prazo de execução de 24 meses, as mesmas ainda não foram finalizadas. Atualmente, o grau de execução física global para os lotes licitados é de 49%. O primeiro trecho da FIOL, que compreende os lotes 01F, 02F, 02FA (Túnel em Jequié), 03F e 04F, possui grau de execução de 72%. Por outro lado, o segundo trecho da FIOL, lotes 05F, 05FA (Ponte Rio São Francisco), 06F e 07F está com apenas 18% de execução física. Apenas o lote 02FA (Túnel em Jequié) foi concluído em setembro de 2016 (MONDOLFO, 2017).

Segundo o TCU (2016) alguns fatores contribuíram para a ocorrência de atrasos nas obras da FIOL, tais com:

estabelecimento de prazo contratual diferente do previsto em projeto e a inadequação das providências adotadas pela Valec para sanar interferências como impedimentos ambientais, problemas com desapropriação e graves deficiências de projeto (TCU 2016, p. 2).

Percebe-se, assim, que além de falhas no projeto há descaso com as questões ambientais e com os conflitos de terras. Ademais, devido a diversos termos aditivos aos contratos de construção da FIOL houve significativa majoração dos valores dos contratos (Quadro 6). Segundo a VALEC (2017c), a conclusão das obras do primeiro trecho de 537 km, entre Ilhéus/BA e Caetité/BA, está prevista para o segundo semestre de 2018, a segunda etapa, 485 km, de Caetité/BA a Barreiras/BA, está prevista para o segundo semestre de 2019. O último trecho ainda não tem data para a conclusão.

Embora, do ponto de vista contratual, alguns contratos estejam vigorando, as obras da FIOL, ao longo do trecho percorrido na pesquisa de campo, estão paradas, o que pode comprometer ainda mais os prazos estimados de conclusão da obra.



Fonte: MONDOLFO, 2017

Figura 10: Lotes da FIOL e empresas/consórcios responsáveis pelas obras da FIOL na Bahia

As deficiências de projetos na implantação da FIOL levaram o TCU expedir um conjunto de determinações para adoção de medidas corretivas. Para os Lotes 5F a 7F e 5AF houve, por exemplo, a decisão de medida cautelar pela suspensão da execução das obras. Já o contrato 055/10, referente a construção do Lote 04F, foi rescindido em março de 2016, por problemas na construção e descumprimento contratuais. Uma nova licitação deve ser realizada para o término da obra. Destaca-se também que os prazos estimados de conclusão de alguns trechos da FIOL, segundo o PPA 2016-2019, já apresentam problemas e não foram concluídos, como é o caso dos lotes 03F e 05FA (Quadro 6).

Quadro 6: Execução das obras da FIOL

LOTE		EMPRESA/CONSÓRCIO	CONTRATO	EXTENSÃO (km)	VALOR INICIAL (R\$ mi)	VALOR ATUAL ¹ (R\$ mi)	Δ % VALOR INICIAL E VALOR ATUAL	PRAZO CONTRATUAL INICIAL	EXECUÇÃO ² (%)	PRAZO ESTIMADO DE CONCLUSÃO ³
Caetité/BA-Ilhéus/BA	LOTE 01F	TRAIL /PAVOTEC	007/14	125	607.978.186,93	820.091.743,16	25,9%	dez/15	36	dez/2019 ⁴
	LOTE 02F	GALVÃO	054/10	118	650.414.035,89	962.406.955,37	32,4%	nov/12	81	dez/18
	LOTE 02FA (TÚNEL)	GALVÃO	026/13	0,8	49.902.361,85	62.628.470,16	20,3%	set/14	100	Concluído em Set/16
	LOTE 03F	TORC / IVAI / CAVANI	062/10	115	403.269.812,83	586.550.630,75	31,2%	nov/12	91	dez/17
	LOTE 04F ⁵	ANDRADE GUTIERREZ/BARBOSA MELO/SERVENG	055/10	178	739.879.305,98	817.518.054,53	9,5%	nov/12	77	dez/19
Barreiras/BA-Caetité/BA	LOTE 05F	PAVOTEC / TRAIL	006/14	162	849.764.651,51	1.069.750.087,73	20,6%	fev/16	21	dez/19
	LOTE 05FA (PONTE)	LOCTEC/SANCHES TRIPOLONI/SOBRENCO	085/10	2,9	134.959.507,15	176.551.179,81	23,6%	set/14	67	abr/18
	LOTE 06F	CONSTRAN	059/10	159	575.110.771,42	741.013.106,81	22,4%	nov/14	5	dez/19
	LOTE 07F	TIISA / COWAN / PELICANO	060/10	161	535.729.183,11	727.671.409,09	26,4%	ago/14	15	dez/19

Fonte: MONDOLFO; 2017, VALEC, 2017c

Notas:

¹ Referente a junho de 2017;² Referente a junho de 2017³ Prazo estimado de conclusão conforme está na PPA 2016-2019⁴ Lote 1F está com contrato suspenso até Set/17⁵ Lote 4F com 77% das obras executadas pelo Consórcio Andrade Gutierrez/Barbosa Melo/Serveng, cujo contrato foi rescindido em Mar/16. Obras remanescentes à licitar

Conforme relato do TCU (2016) e observações em pesquisa de campo, diversos pontos da ferrovia estão sofrendo depredação. De acordo com o TCU (2016), há pontos da obra sofrendo processo de mineração na área de terras removidas; outros sofreram modificações para permitir passagem de pessoas e animais; e há, ainda, trechos da obra em que ocorreram furto de materiais. Durante a pesquisa de campo, observou-se *in loco* a continuidade dos problemas relatados pelo TCU, bem como relatos de roubos de materiais, principalmente de ferro e aço utilizado na construção e das cercas que demarcam as áreas da FIOL. No trecho percorrido durante a pesquisa de campo, a sensação era de uma situação de abandono total da obra (Figura 11 e Figura 12).

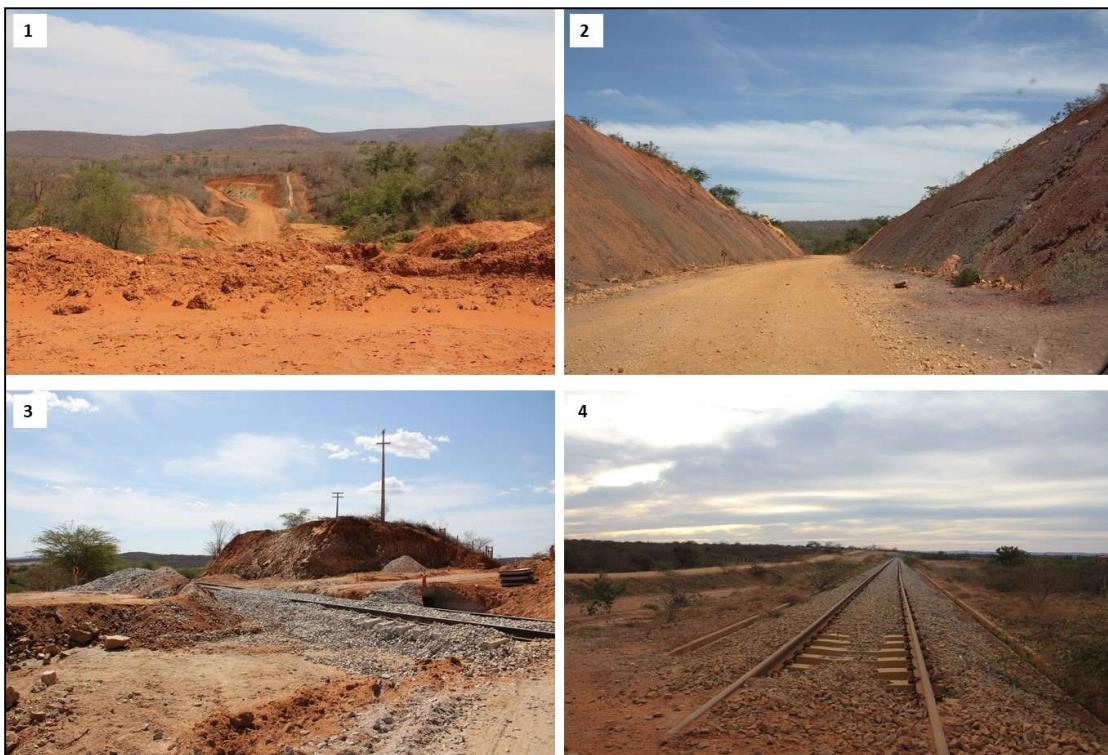


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Pilares inacabados de viaduto da FIOL próximo ao assentamento Cruzeiro do Sul no município de Ubaitaba;
- 2- FIOL próximo a região de Tapirama no município de Gongogi;
- 3- Trilhos da FIOL empilhados próximo na região de Tapirama no município de Gongogi;
- 4- FIOL na região entre a comunidade de Manuel Vicente, em Caetité;

Figura 11: Situação de abandono das obras inacabadas da FIOL, trecho 1, 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

1. FIOL na região entre o distrito de Brejinho das Ametistas e a comunidade de Manuel Vicente no município de Caetité
2. FIOL na região entre o distrito de Brejinho das Ametistas e a comunidade de Manuel Vicente no município de Caetité
3. FIOL próximo a localidade de São Francisco em Tanhaçu;
4. FIOL na região da comunidade Represo, no município de Brumado

Figura 12: Obras inacabadas da FIOL, trecho 1, 2017

Tal situação de abandono, tornou-se mais evidente com a presença de animais pastando não somente na área desapropriada e cercada pela VALEC, 40m de cada lado dos trilhos, mas também no próprio traçado da ferrovia, onde serão assentados os trilhos, conforme pode ser observado nas fotos registradas durante a pesquisa de campo (Figura 13). Muitos entrevistados afirmaram que é comum a presença de animais no entorno da ferrovia. Nas áreas desapropriadas para implantação da FIOL os pequenos produtores rurais do entorno aproveitam o estado de abandono das obras para a soltura dos animais. Da mesma forma, também se observou que carros utilizam a própria ferrovia, nos trechos onde foi feita a terraplanagem para assentamento dos dormentes, mas que ainda não foram assentados, como estrada vicinal, em especial no lote 01F, entre os municípios de Aurelino Leal, Ubaitaba, Gongogi e Itagibá, e no lote 02F, entre os municípios de Itagibá e Jequié.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- FIOL na região de Lage do Banco no município de Aurelino Leal;
- 2- Animais pastando em área de terraplanagem da FIOL na região da Canoa Virada no município de Itagibá;
- 3- Animais pastando na área de terraplanagem da FIOL e trilhos empilhados na região entre os municípios de Barra do Rocha e Gongogi;
- 4- Animais pastando na área de terraplanagem da FIOL e dormentes empilhados FIOL na região entre os municípios de Barra do Rocha e Gongogi.

Figura 13: Animais pastando no traçado da FIOL, trecho 1, 2017

Já nos canteiros de obras, escritórios e fábricas de dormentes e manilhas, que foram visitados durante a pesquisa de campo, tais como o escritório do consórcio TRAIL /PAVOTEC, responsável pelo Lote 01F, no município de Barra do Rocha, o escritório da Galvão, responsável pelos Lotes 02F e 02FA, no município de Jequié, a fábrica de dormentes próxima a comunidade de Represo no município de Brumado e a fábrica de dormentes e manilhas no município de Itagibá, próximo a região de Tapirama na fronteira com o município de Gongogi, a situação de abandono só não é total porque há presença de seguranças, mas as atividades, segundo relato de entrevistados, estão paradas.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Escritório administrativo do consórcio Trail /Pavotec no município de Barra do Rocha;
- 2- Escritório administrativo do consórcio Galvão no município de Jequié;
- 3- Fábrica de dormente próximo a comunidade Represo no município de Brumado;
- 4- Dormentes empilhados no pátio da fábrica de dormente próximo a comunidade Represo no município de Brumado.

Figura 14: Escritórios e canteiros de obras da FIOL, trecho 1, 2017

Os problemas de execução das obras, sobrepreço e a crise fiscal do Estado brasileiro têm levado o governo a buscar novas alternativas de financiamento para execução do projeto. Diante disso, o capital chinês em sua ofensiva na busca de novas possibilidades de valorização, inclusive no que se refere a financiamento de grandes projetos de infraestrutura, tem se colocado como a alternativa mais viável para finalização do projeto (BAHIA, 2016). A China, além de ser o maior mercado dos produtos, também entra com empréstimos de recursos para financiamento das obras.

Conforme evidenciado, a FIOL busca “propor nova alternativa logística para o escoamento da produção agrícola e de mineração por meio do terminal portuário de Ilhéus/BA (VALEC, 2017c). A implantação de capital fixo, como a FIOL, que tem como objetivos eliminar as barreiras físicas que impedem uma maior circulação dos fluxos produtivos entre os espaços de produção e de consumo de valores de uso ligados a mineração e ao agronegócio, confere aos espaços de produção maior competitividade espacial e viabiliza novos espaços para apropriação do capital ligado a tais setores. No caso do primeiro trecho da FIOL, entre os municípios de Ilhéus e Caetité, na Bahia, fica

evidente sua finalidade de transporte de minérios, em especial o minério de ferro a partir de Caetité, onde está sendo implantado um grande projeto de minério de ferro. Já o segundo trecho, entre os municípios de Caetité e Barreiras, também na Bahia, tem como objetivo facilitar o escoamento da produção do agronegócio da região oeste da Bahia; o terceiro trecho, entre os municípios de Barreiras na Bahia e Figueirópolis no Tocantins, permitirá a conexão da FIOL com a Ferrovia Norte Sul e, de acordo com a VALEC (VALEC, 2017c), “formará importante corredor logístico de transporte, ampliando as possibilidades de escoamento da produção econômica do país”.

No estado da Bahia há uma expressiva incidência de minério na região sudoeste do estado. Entretanto, a ausência de infraestrutura para escoamento da produção é um dos fatores que não viabiliza uma maior extração mineral na região. A viabilidade da produção mineral na região está diretamente atrelada ao projeto da FIOL. Nesse sentido, o Estado vem atuando, seja no próprio projeto da FIOL, quanto no projeto de um novo porto na região norte do município de Ilhéus, o Porto Sul, de modo a viabilizar novos projetos na área da mineração.

A implantação da FIOL, por exemplo, viabilizou economicamente um dos mais importantes investimentos previsto na área de mineração na Bahia, que é o projeto Pedra de Ferro da Bahia Mineração (BAMIN), localizado no município de Caetité. O projeto da BAMIN tem uma previsão de investimento da ordem de US\$ 2,3 bilhões e começou a operar no ano de 2014. A estimativa de produção anual inicial apresentada pela BAMIN é de 18 milhões de toneladas de ferro. Com este projeto, a Bahia pode se tornar o terceiro maior produtor mineral do Brasil. Atualmente é o quinto maior produtor. A BAMIN, inicialmente, controlada por um grupo indiano, o Zamin Ferrous, passou, no ano de 2008, a ser controlada pela Eurasian Resources Group (ERG), empresa com sede em Luxemburgo, mas com origem no Cazaquistão. O governo cazaque tem participação de 40% no grupo, que, por sua vez, tem desenvolvido parceria com o Governo chinês em projetos na iniciativa denominada de “*New Silk Road*¹⁷” (ERG, 2018).

Fica evidente que a FIOL serve fortemente aos interesses do capital estrangeiro e é viabilizada pelo Estado brasileiro, com apoio do governo da Bahia, que tem na sua estrutura institucional uma secretaria, a Casa Civil, que coordena e acompanha as obras da FIOL na Bahia. Destaca-se também, os incentivos dados a BAMIN no âmbito do

¹⁷ Nova Rota da Seda. Projeto liderado pelo governo da China que tem como objetivo revitalizar e ampliar a conexão, por meio da conformação de redes de ferrovias, portos, dutos, redes elétricas e rodovias, da Ásia com a Europa e a África, fortalecendo a integração econômica da China com outras regiões (BLOOMBERG, 2018)

Desenvolve, um programa do governo da Bahia de incentivos fiscais para atração de investimentos na Bahia.

A operação da BAMIN, além de provocar sérios problemas ambientais e sociais, reforça a característica de dependência da economia brasileira. Isto porque, o valor de uso produzido será realizado no exterior e parte do lucro do negócio será remetido aos seus investidores de origem estrangeira para remunerar o capital empregado no projeto. Há um deslocamento de onde se dá a produção e o consumo do valor de uso produzido.

Destaca-se que a FIOL se articula a outro projeto de grande envergadura, o Porto Sul. Segundo o governador da Bahia, Ruy Costa, o Porto Sul é “um projeto extraordinário, o maior e mais importante da Bahia nos últimos 50 anos. O porto vai permitir a implantação de novos empreendimentos no interior do estado e até mesmo no centro-oeste do país” (BAHIA, 2015). Trata-se de um projeto cujo “investimento total na obra é de R\$ 2,7 bilhões, incluindo todas as instalações necessárias para operação com minérios e granéis agrícolas” (BAHIA, 2015). Assim, mais uma vez, fica evidente no discurso oficial estatal o comprometimento do próprio Estado com o grande capital, mas não apenas com capital nacional, conforme fala do próprio governador na ocasião dos “festejos” do recebimento da licença para iniciar obras do Porto Sul, na qual afirmou que havia se reunido com empresários chineses e eles voltaram a confirmar interesse no projeto. Segundo o governador, “na última semana de fevereiro, devo viajar à China e assinar o contrato para eles entrarem na obra do Porto Sul” (BAHIA, 2015).

A parceria com os chineses não é somente vinculada ao Porto Sul, mas também a própria FIOL. Na missão do governo da Bahia a China, em março de 2016, o Governador Rui Costa assinou acordo com a China Railway Engineering Group (Crec) e o Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai-Fund) para construir e operar a FIOL e o Porto Sul em associação ao Governo do Estado e a Bahia Mineração (BAMIN). A Crec é uma das maiores empresas mundiais do ramo de ferrovias, construiu, por exemplo, a Transiberiana, que corta o território da Rússia.

O Fundo Chinês para Investimento na América Latina (Clai-Fund) e a China Railway Engineering Group n.10 (Crec), uma das maiores construtoras chinesas, vão investir, construir e operar o Porto Sul e a Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol), em associação ao Governo do Estado e a Bahia Mineração (Bamin). Os acordos, que marcam o início de um período de negociação que vai determinar os detalhes da operação, foram assinados em Pequim, pelo governador Rui Costa, o secretário da Casa Civil, Bruno Dauster, e os representantes das empresas asiáticas (BAHIA, 2016).

Ainda de acordo com a Bahia (2016):

O Clai-Fund é uma organização que se concentra em investimentos industriais de empresas em cooperação entre a China e a América Latina. Ele atuará como principal investidor e captador de novos parceiros para o projeto, principalmente grandes siderúrgicas chinesas. A participação no complexo logístico baiano será a maior operação do Fundo na América Latina. Já a Crec n.10 é uma das maiores construtoras de ferrovias do mundo, responsável, por exemplo, pela construção da Transiberiana.

Destaca-se que para viabilizar a participação dos investimentos da China, já foram iniciados estudos “para que seja feita a venda antecipada da capacidade operacional da ferrovia, com os recursos obtidos sendo usados na conclusão da obra e a empresa garantindo o direito a transportar suas cargas por determinado período de tempo” (BAHIA, 2016). Para os chineses os investimentos em infraestrutura além de se constituirem como alternativa para a valorização do capital, garantem a articulação dos fluxos na relação entre o Brasil, exportador de *commodities*, e a China, exportador de bens manufaturados.

6.2 A FIOL E SUA ESPACIALIZAÇÃO: ENTENDENDO OS INTERESSES

A FIOL possui 1527 km de extensão entre os estados da Bahia e do Tocantins. Seu projeto promoverá a interligação da região Centro-Oeste, ao litoral baiano Clitoral baiano, conectar o município de Figueirópolis, no Tocantins, ao município de Ilhéus, na Bahia.

Ao longo de seu trajeto, a FIOL “cortará” os biomas do cerrado (no Tocantins e no oeste da Bahia), da caatinga (no semiárido baiano) e o bioma da mata atlântica (no litoral da Bahia). No trecho da Bahia, a ferrovia passará diretamente por 32 municípios baianos, de acordo com a VALEC (VALEC, 2017c). Tais municípios estão localizados em oito Territórios de Identidade¹⁸ do Estado da Bahia (Tabela 5).

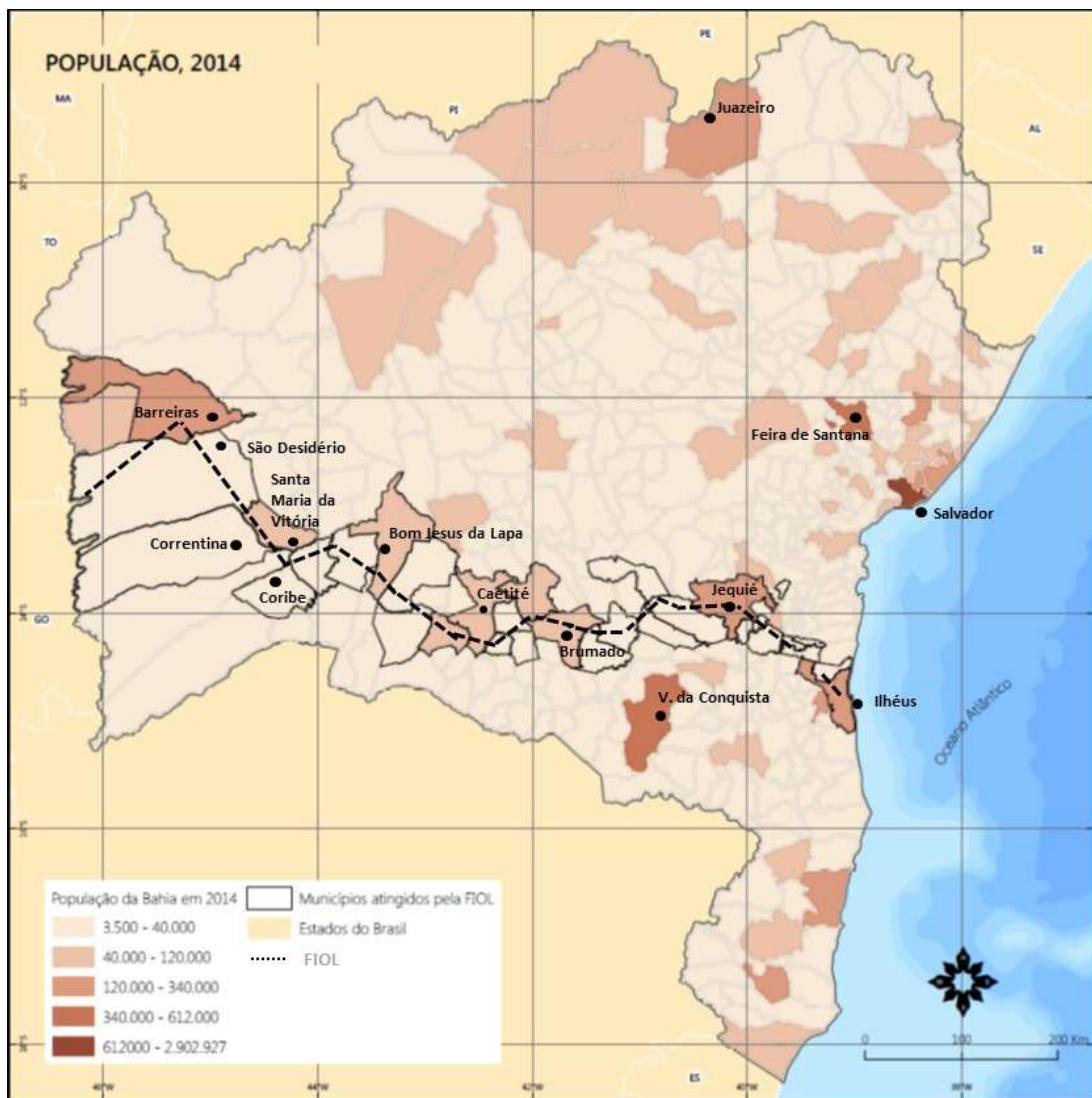
¹⁸ No último Plano Plurianual do Estado da Bahia (2016-2019) o Estado está dividido em 26 Territórios de Identidade, que são regiões oficiais definidas para fins de planejamento na Bahia (BAHIA, 2016). Tal regionalização foi adotada desde o PPA 2008 – 2011. Para maiores informações sobre a regionalização proposta pela Bahia, consultar Blatt e Gondim (2013) e Flores (2014).

Município	Território de Identidade	População Municipal 2014	Taxa de Urbanização 2010 (%)
Bom Jesus da Lapa	Velho Chico	68.922	67,9
Riacho de Santana	Velho Chico	35.819	42,7
Serra do Ramalho	Velho Chico	33.022	19,8
Barra da Estiva	Chapada Diamantina	22.566	49,1
Aurelino Leal	Litoral Sul	13.301	84,0
Ilhéus	Litoral Sul	182.350	84,3
Ubaitaba	Litoral Sul	20.993	85,1
Uruçuca	Litoral Sul	21.924	79,5
Barreiras	Bacia do Rio Grande	152.208	90,0
São Desidério	Bacia do Rio Grande	32.078	31,2
Brumado	Sertão Produtivo	69.022	69,9
Caetité	Sertão Produtivo	52.353	59,9
Guanambi	Sertão Produtivo	85.237	79,4
Ibiassucê	Sertão Produtivo	10.679	46,8
Lagoa Real	Sertão Produtivo	15.676	20,2
Livramento de Nossa Senhora	Sertão Produtivo	45.647	48,1
Palmas de Monte Alto	Sertão Produtivo	22.340	47,3
Rio do Antônio	Sertão Produtivo	15.530	40,5
Tanhaçu	Sertão Produtivo	21.264	41,4
Aracatu	Sudoeste Baiano	14.158	28,7
Mirante	Sudoeste Baiano	10.081	17,2
Aiquara	Médio Rio de Contas	4.790	58,2
Gongogi	Médio Rio de Contas	8.212	64,1
Itagi	Médio Rio de Contas	13.448	78,2
Itagibá	Médio Rio de Contas	15.871	63,0
Jequié	Médio Rio de Contas	161.150	91,8
Manoel Vitorino	Médio Rio de Contas	14.618	51,2
Coribe	Bacia do Rio Corrente	15.000	42,9
Correntina	Bacia do Rio Corrente	33.084	40,3
Santa Maria da Vitória	Bacia do Rio Corrente	41.809	59,1
São Félix do Coribe	Bacia do Rio Corrente	15.548	81,1
Jaborandi	Bacia do Rio Corrente	9.318	33,9

Fonte: SEI, 2017

Tabela 5: Municípios da área de influência direta da FIOL, população e grau de urbanização, Bahia, 2017

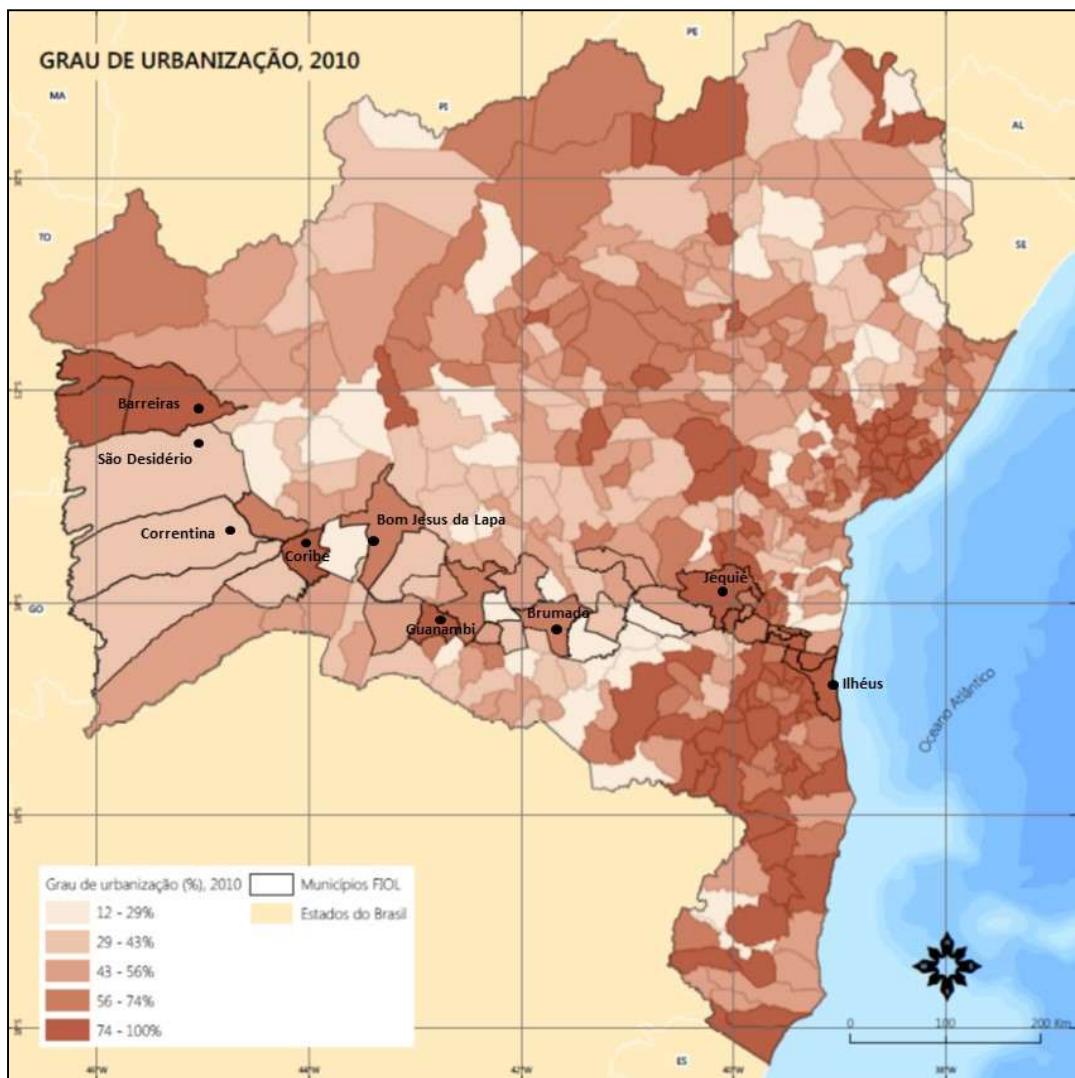
A população destes 32 municípios por onde a FIOL passa é superior a 1,27 milhão de habitantes, segundo dados das estimativas populacionais do IBGE para o ano de 2014. Os municípios de Ilhéus, Jequié e Barreiras são os que apresentam maior população. Dos 32 municípios cortados pela FIOL, 13 apresentam população com menos de 20 mil habitantes (Figura 15).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

Figura 15: População dos municípios do entorno da FIOL, Bahia, 2017

Quanto ao grau de urbanização, com base nos dados do Censo de 2010, último dado disponível, os municípios diretamente afetados pela FIOL possuíam uma taxa de urbanização de 56,8%, inferior à média da Bahia, que era de 72,1%. Em cinco municípios a taxa de urbanização era inferior a 40%, são eles: Mirante, com taxa de urbanização de 17,2%; Lagoa Real, com taxa de urbanização de 20,2%; Aracatu, com taxa de urbanização de 28,7%; São Desidério, com taxa de urbanização de 31,2% e Jaborandi, com taxa de urbanização de 33,9% (SEI, 2017). A FIOL passa, portanto, por municípios pequenos em termos populacionais e com forte característica rural. Nos trechos já licitados e em construção na Bahia, a ferrovia só passa na sede municipal de Jequié, Guanambi e Ibiassucê, evidenciando que seu trajeto segue principalmente pela área rural, sem nenhuma articulação com os pequenos proprietários (Figura 16).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

Figura 16: Grau de urbanização dos municípios do baiano, Bahia, 2017

Os municípios sob influência direta da FIOL, em geral, apresentam sérios problemas sociais. No que se refere aos dados do Programa Bolsa Família, dos 32 municípios que a FIOL passa, em média, cerca de 53% da população era beneficiada pelo programa no ano de 2014, sendo que sete municípios apresentavam mais de 60% da população dependente do programa, considerando uma média de 3,6 indivíduos por família beneficiada no Estado da Bahia, segundo a SEI (Tabela 6).

Município	Nº de Famílias Beneficiadas pelo PBF	Estimativa de Pessoas Beneficiadas pelo PBF*	População 2014	Percentual de População Beneficiada pelo PBF
Bom Jesus da Lapa	9596	34545,6	68.922	50%
Riacho de Santana	5422	19519,2	35.819	54%
Serra do Ramalho	4942	17791,2	33.022	54%
Barra da Estiva	3825	13770	22.566	61%
Aurelino Leal	2581	9291,6	13.301	70%
Ilhéus	20078	72280,8	182.350	40%
Ubaitaba	3319	11948,4	20.993	57%
Uruçuca	3076	11073,6	21.924	51%
Barreiras	14075	50670	152.208	33%
São Desidério	3199	11516,4	32.078	36%
Brumado	7630	27468	69.022	40%
Caetité	6667	24001,2	52.353	46%
Guanambi	9302	33487,2	85.237	39%
Ibiassucê	1387	4993,2	10.679	47%
Lagoa Real	1810	6516	15.676	42%
Livramento de Nossa Senhora	5377	19357,2	45.647	42%
Palmas de Monte Alto	3531	12711,6	22.340	57%
Rio do Antônio	2565	9234	15.530	59%
Tanhaçu	3541	12747,6	21.264	60%
Aracatu	2051	7383,6	14.158	52%
Mirante	1583	5698,8	10.081	57%
Aiquara	798	2872,8	4.790	60%
Gongogi	1455	5238	8.212	64%
Itagi	2469	8888,4	13.448	66%
Itagibá	2434	8762,4	15.871	55%
Jequié	15851	57063,6	161.150	35%
Manoel Vitorino	2826	10173,6	14.618	70%
Coribe	2929	10544,4	15.000	70%
Correntina	5065	18234	33.084	55%
Jaborandi	1865	6714,0	9.318	72%
Santa Maria da Vitória	5805	20898	41.809	50%
São Félix do Coribe	1990	7164	15.548	46%

Fonte: SEI, 2017

Nota: Segundo a coordenação de estatística da SEI, o número médio de membro das famílias beneficiadas pelo PBF é de 3,6 indivíduos (Entrevista realizada pelo pesquisador, Salvador, BA, no dia 08 de março de 2018).

Tabela 6: Programa Bolsa Família e os municípios da FIOL, Bahia, 2017

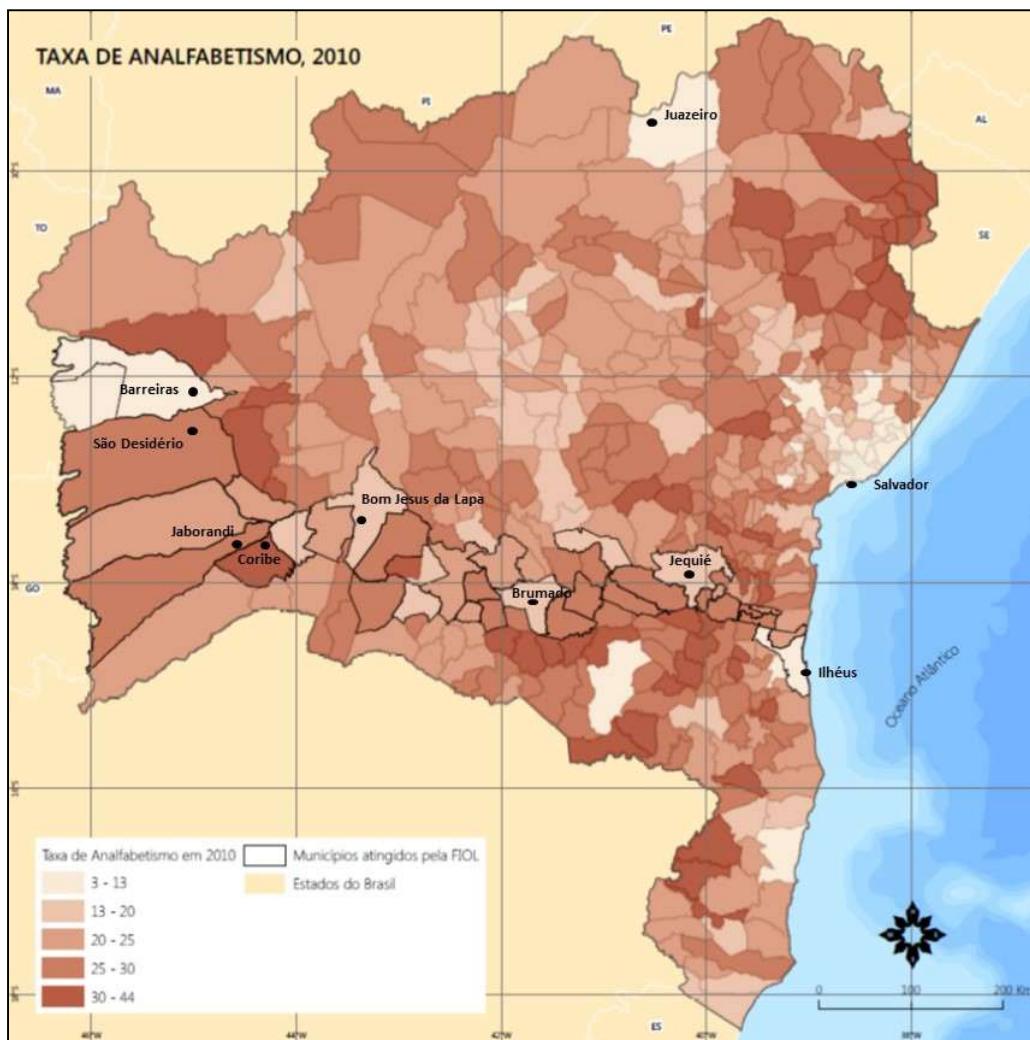
O IDH médio dos municípios pelos quais a FIOL passa foi de 0,605 - abaixo do IDH da Bahia que foi de 0,66 no ano 2010, última informação disponibilizada, uma vez que se trata de um indicador censitário. Nestes municípios, em média, 17,6% da população se encontrava em situação de extrema pobreza. Os municípios de Mirante, Serra do Ramalho, São Desidério e Riacho de Santana possuíam mais de 25% da população nesta situação, segundo o Censo Demográfico de 2010. A taxa média de desocupados era de 9,2%, inferior à média da Bahia, em parte explicado pelo peso da administração pública na ocupação da população economicamente ativa. Quanto ao índice de GINI, observava-se que a desigualdade de renda nos municípios por onde a FIOL passa (média de 0,523) é menor do que a da Bahia (SEI, 2017) (Tabela 7).

Município	IDH 2010	% da população extremamente pobre	Gini do rendimento domiciliar per capita,	% de desocupação (desocupados/PEA), 2010
		2010	2010	
Bom Jesus da Lapa	0,633	18,91	0,564	11,7
Riacho de Santana	0,615	25,44	0,564	8,8
Serra do Ramalho	0,595	30,56	0,546	12,0
Barra da Estiva	0,575	20,43	0,601	5,1
Aurelino Leal	0,568	14,07	0,533	10,7
Ilhéus	0,69	7,46	0,589	12,7
Ubaitaba	0,611	14,58	0,564	8,2
Uruçuca	0,616	10,37	0,494	14,8
Barreiras	0,721	6,46	0,519	9,4
São Desidério	0,579	27,06	0,580	5,4
Brumado	0,656	9,95	0,570	9,5
Caetité	0,625	18,10	0,503	7,0
Guanambi	0,673	7,98	0,562	7,6
Ibiassucê	0,611	10,37	0,468	5,7
Lagoa Real	0,545	23,30	0,485	4,6
Livramento de Nossa Senhora	0,611	20,22	0,540	7,1
Palmas de Monte Alto	0,586	20,62	0,495	7,1
Rio do Antônio	0,576	24,34	0,495	4,7
Tanhaçu	0,577	19,87	0,508	8,4
Aracatu	0,581	12,63	0,448	4,4
Mirante	0,527	32,06	0,522	6,5
Aiquara	0,583	11,34	0,495	10,7
Gongogi	0,576	19,63	0,479	15,0
Itagi	0,543	18,13	0,481	10,0
Itagibá	0,589	17,15	0,495	19,3
Jequié	0,665	8,94	0,567	10,3
Manoel Vitorino	0,566	27,65	0,514	7,5
Coribe	0,6	33,72	0,456	9,8
Correntina	0,603	31,06	0,491	6,8
Santa Maria da Vitória	0,614	19,72	0,466	7,1
São Félix do Coribe	0,639	12,34	0,511	9,0
Jaborandi	0,613	34,00	0,638	18,4
Bahia	0,66	15,00	0,631	11,0

Fonte:SEI, 2017

Tabela 7: Indicadores sociais dos municípios da FIOL, Bahia, 2017

Com relação a taxa média de analfabetismo, 22,55% da população dos 32 municípios por onde a FIOL passa era analfabeta, enquanto a média baiana era de 16,25%. São 11 municípios, dos 32 municípios ao longo do trecho baiano da FIOL com mais de 25% da população analfabeta (Figura 17).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

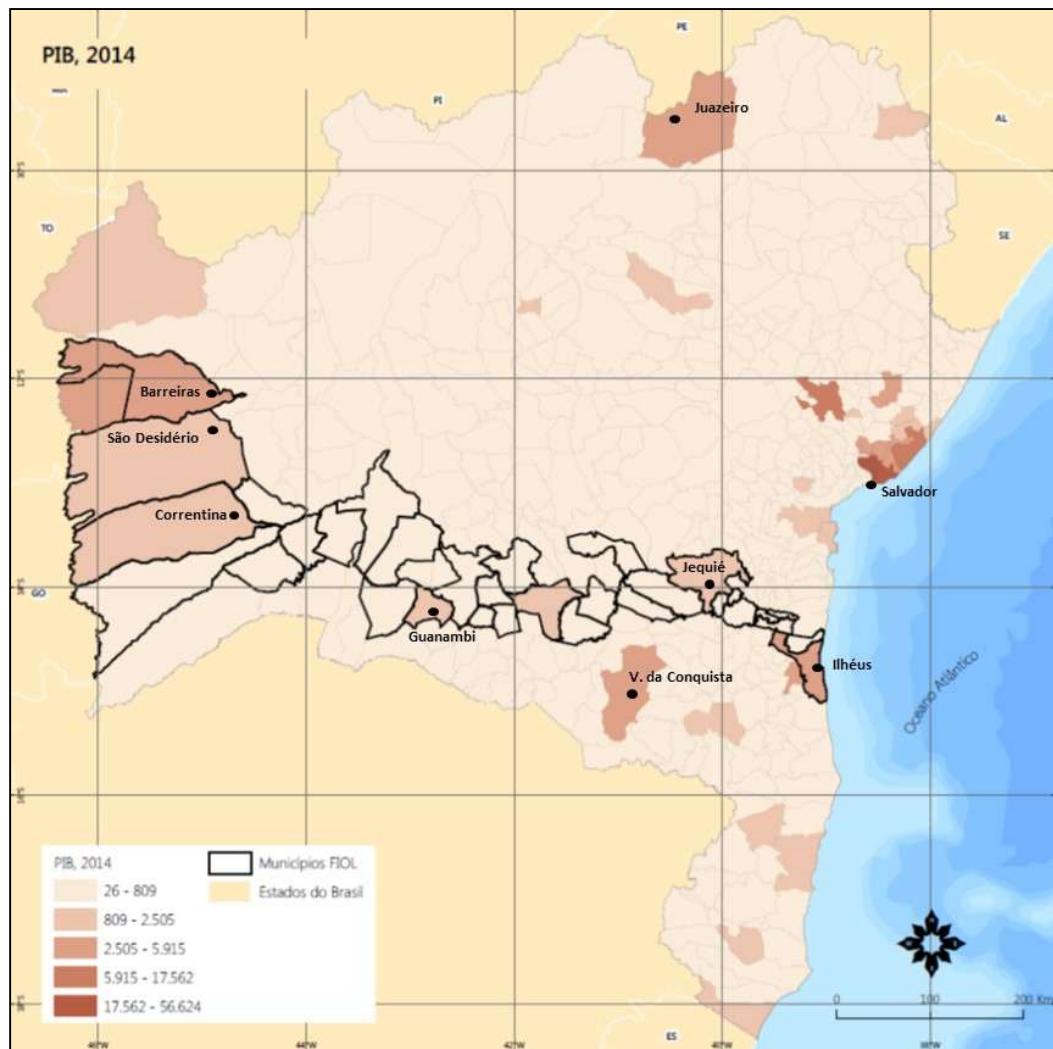
Figura 17: Taxa de analfabetismo e os municípios da FIOL, Bahia, 2017

No trajeto da ferrovia, alguns municípios apresentam maior dinâmica econômica. São municípios, que exercem uma centralidade regional, dos quais se destacam Ilhéus, oitavo município baiano em termos de população e nono maior PIB da Bahia. Juntamente com o município de Itabuna, exerce, uma centralidade urbana na região do Litoral Sul e se destaca pelas atividades de serviços, turismo, agropecuária, em especial a produção de cacau e gado, além da atividade industrial, com destaque para as áreas de informática, eletrônica, elétrica e telecomunicações e das indústrias de chocolate. Ilhéus já apresenta uma infraestrutura portuária, o porto de Malhado, e é no município que está sendo previsto a construção do Porto Sul.

Outro município com alto dinamismo é Jequié. Nono município baiano em termos populacionais e décimo nono PIB dentre os 417 municípios da Bahia. Jequié possui um parque industrial voltados à produção de alimentos, calçados e confecções, mas se destaca pelas atividades de serviços, em especial os de saúde e educação de caráter regional, além

da geração de energia por meio do provimento hidrelétrico da usina da Pedra. Em termos da agropecuária, destaca-se a produção de cana-de-açúcar e de gado, o município se apresenta como sexagésimo terceiro rebanho do Estado (Figura 18).

O município de Brumado se destaca pela atividade de mineração, sobretudo de magnesita. O município de Guanambi exerce uma centralidade regional na área de serviços e os municípios do oeste da Bahia têm seu dinamismo associado às atividades do agronegócio, sendo Barreiras o maior polo de serviços da região.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

Figura 18:Municípios da FIOL e o PIB, Bahia, 2017

A maior parte dos municípios por onde a FIOL passa tem sua dinâmica econômica pautada na pequena escala da produção agropecuária, na atividade de comércio e serviços de caráter local, e na administração pública, que possui peso considerável no valor adicionado bruto do PIB.

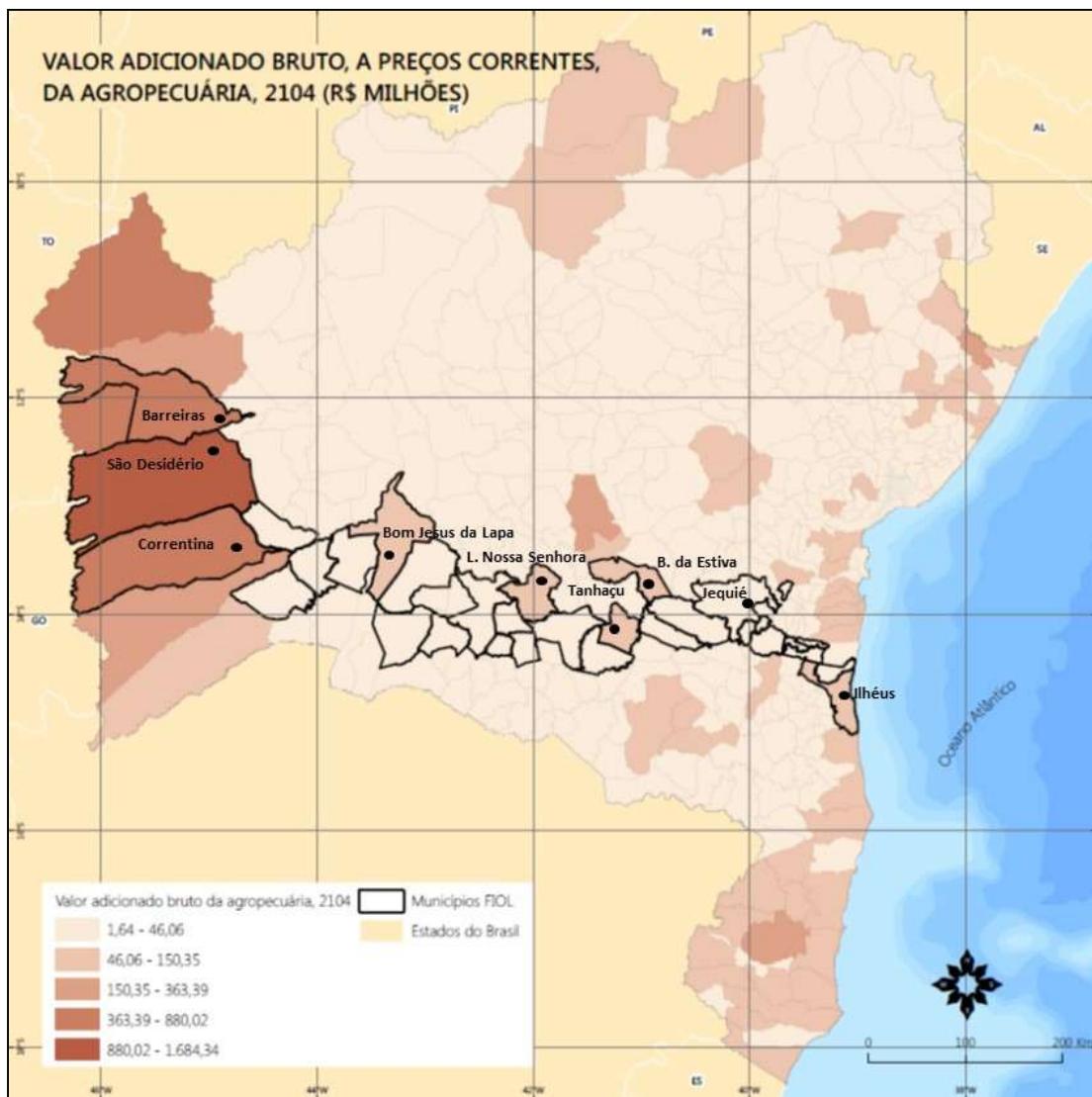
A administração pública contribui, em média, com 32% do valor adicionado do PIB destes municípios cortados pela FIOL. Dos 32 municípios, diretamente afetados pela FIOL, 12 deles apresentavam uma participação da administração pública no PIB superior a 40%. São municípios cuja dinâmica depende das prefeituras, a produção agropecuária é feita em pequena escala, por pequenos agricultores ou pela agricultura familiar. Além disso, dos 32 municípios cortados pela FIOL, 21 estão situados na região semiárida, portanto, com fortes problemas de disponibilidade hídrica.

NOME DO MUNICÍPIO	PIB	Valor Adicionado Bruto da Agropecuária (VABA)		Valor Adicionado Bruto da Indústria (VABI)		VABI/PIB (%)	Valor Adicionado Bruto, dos Serviços (VABS)	VABS/PIB (%)	Valor Adicionado Bruto da Administração Pública (VABADMP)	
			VABA/PIB (%)		VABI/PIB (%)				VABADMP/PIB (%)	
Bom Jesus da Lapa	629,32	88,49	14%	40,32	6%	450,03	72%	174,25	28%	
Riacho de Santana	215,91	33,78	16%	9,77	5%	163,82	76%	93,28	43%	
Serra do Ramalho	215,81	45,28	21%	10,42	5%	151,30	70%	88,31	41%	
Barra da Estiva	207,29	51,86	25%	16,27	8%	131,84	64%	58,73	28%	
Aurelino Leal	96,31	27,13	28%	5,94	6%	60,13	62%	40,22	42%	
Ilhéus	3513,50	122,88	3%	863,50	25%	1986,55	57%	504,76	14%	
Ubaitaba	193,23	17,90	9%	12,00	6%	148,48	77%	62,01	32%	
Uruçuca	179,75	38,55	21%	15,86	9%	117,67	65%	63,88	36%	
Barreiras	3340,43	627,75	19%	378,55	11%	2054,34	61%	425,32	13%	
São Desidério	2505,74	1684,34	67%	162,36	6%	586,21	23%	114,07	5%	
Brumado	1105,93	28,45	3%	414,79	38%	590,72	53%	177,33	16%	
Caetité	640,34	19,46	3%	208,51	33%	363,95	57%	147,18	23%	
Guanambi	1043,02	23,42	2%	189,87	18%	735,61	71%	212,61	20%	
Ibiassucê	69,29	7,01	10%	5,29	8%	52,81	76%	28,68	41%	
Lagoa Real	72,66	7,44	10%	3,53	5%	58,19	80%	40,21	55%	
Livrramento de Nossa Senhora	385,12	87,39	23%	30,37	8%	250,33	65%	108,10	28%	
Palmas de Monte Alto	127,45	20,44	16%	8,00	6%	94,19	74%	60,61	48%	
Rio do Antônio	83,51	6,68	8%	4,50	5%	68,50	82%	40,32	48%	
Tanhaçu	206,93	56,15	27%	29,02	14%	112,15	54%	57,14	28%	
Aracatu	81,60	10,84	13%	7,54	9%	59,84	73%	37,19	46%	
Mirante	50,08	6,93	14%	2,45	5%	39,25	78%	27,37	55%	
Aiquara	47,00	15,67	33%	2,22	5%	26,10	56%	17,70	38%	
Gongogi	56,78	17,75	31%	2,49	4%	34,68	61%	23,26	41%	
Itagi	104,64	21,75	21%	6,68	6%	70,33	67%	39,77	38%	
Itagibá	342,16	44,39	13%	148,94	44%	132,44	39%	53,85	16%	
Jequié	2059,59	35,09	2%	382,90	19%	1419,46	69%	437,42	21%	
Manoel Vitorino	94,39	16,71	18%	4,00	4%	68,17	72%	43,69	46%	
Ubatã	154,52	17,78	12%	8,66	6%	121,03	78%	65,37	42%	
Coribe	103,82	31,75	31%	5,04	5%	63,76	61%	38,95	38%	
Correntina	1234,25	575,11	47%	78,27	6%	496,12	40%	107,51	9%	
Jaborandi	409,65	278,88	68%	27,62	7%	93,97	23%	30,00	7%	
Santa Maria da Vitória	406,03	36,30	9%	39,77	10%	299,18	74%	120,85	30%	
São Félix do Coribe	133,46	31,91	24%	9,73	7%	84,75	64%	40,93	31%	

Fonte: SEI, 2017

Tabela 8: PIB e valor adicionado bruto, por setores, dos municípios da FIOL, 2017

Nos municípios do Oeste baiano, sob influência direta da FIOL, a agropecuária possui expressiva participação do valor adicionado bruto. (Tabela 8). Os municípios de Jaborandi, São Desidério e Correntina possuem, respectivamente, uma participação de 68%, 67% e 47% do valor adicionado da agropecuária no PIB municipal. São municípios com forte dinamismo das atividades do agronegócio, em especial a produção de soja, milho e algodão. Na pecuária de gado para corte e leiteiro, destacam-se os municípios de Correntina, sexto maior rebanho do estado da Bahia, Santa Maria da Vitória, Coribe e Jaborandi. Nos municípios do oeste da Bahia, dentre eles três que estão entre os 32 municípios por onde a FIOL passa (São Desidério, Barreiras e Correntina), estão entre os municípios baianos com maior valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes (Figura 19).



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

Figura 19: Valor adicionado bruto da agropecuária, a preços correntes no ano de 2014 nos municípios da FIOL

Além dos municípios do oeste da Bahia, cuja produção agropecuária é extremamente expressiva, destacam-se também, porém em patamar bastante inferior ao valor bruto da produção agropecuária dos municípios do oeste baiano, o município de Livramento de Nossa Senhora, com produção de maracujá e manga irrigada; o município de Bom Jesus da Lapa, com produção de banana, também em perímetro irrigado; Barra da Estiva, com produção de café e maracujá, Tanhaçu, com a produção de limão e melancia e Ilhéus, com a produção de mandioca e cacau. A tabela abaixo evidencia as principais culturas, em termos de toneladas produzidas, dos municípios diretamente afetados pela FIOL (Tabela 9).

Município	Cultura	Ton.	Município	Cultura	Ton.
Bom Jesus da Lapa	Banana (cacho)	171.000	Palmas de Monte Alto	Mandioca	4.275
	Mandioca	8.580		Sorgo (em grão)	1.800
	Mamão	7.992		Feijão (em grão)	480
Riacho de Santana	Mandioca	2.045	Rio do Antônio	Mandioca	600
	Sorgo (em grão)	1.260		Banana (cacho)	120
	Milho (em grão)	810		Feijão (em grão)	102
Serra do Ramalho	Milho (em grão)	25.466	Tanhaçu	Melancia	15.000
	Soja (em grão)	9.800		Limão	15.000
	Sorgo (em grão)	5.760		Manga	6.000
Barra da Estiva	Café (em grão)	11.181	Aracatu	Mandioca	1.290
	Maracujá	6.000		Feijão (em grão)	360
	Tomate	3.600		Algodão herbáceo (em caroço)	240
Aurelino Leal	Banana (cacho)	11.200	Mirante	Maracujá	2.040
	Mandioca	5.980		Mandioca	1.774
	Cacau (em amêndoas)	1.851		Cana-de-açúcar	1.300
Ilhéus	Mandioca	13.500	Aiquara	Mandioca	1.862
	Cacau (em amêndoas)	13.160		Banana (cacho)	1.560
	Coco-da-baía	10.000		Cacau (em amêndoas)	1.447
Ubaitaba	Banana (cacho)	8.400	Gongogi	Banana (cacho)	3.600
	Mandioca	2.600		Mandioca	1.875
	Cacau (em amêndoas)	1.800		Cacau (em amêndoas)	870
Uruçuca	Mandioca	3.200	Itagi	Mandioca	3.780
	Cacau (em amêndoas)	2.740		Cana-de-açúcar	2.160
	Banana (cacho)	2.400		Banana (cacho)	2.100
Barreiras	Soja (em grão)	501.000	Itagibá	Banana (cacho)	9.490
	Milho (em grão)	190.200		Cacau (em amêndoas)	4.015
	Algodão herbáceo (em caroço)	118.900		Mandioca	1.035
São Desidério	Soja (em grão)	1.134.000	Jequié	Cana-de-açúcar	9.600
	Milho (em grão)	599.400		Tomate	3.955
	Algodão herbáceo (em caroço)	477.268		Melancia	3.780
Brumado	Melancia	12.000	Manoel Vitorino	Mandioca	3.080
	Mandioca	1.200		Cana-de-açúcar	1.600
	Algodão herbáceo (em caroço)	960		Melancia	1.275
Caetité	Cana-de-açúcar	17.500	Coribe	Cana-de-açúcar	30.000
	Mandioca	9.600		Mamão	14.980
	Feijão (em grão)	360		Banana (cacho)	4.380
Guanambi	Mandioca	6.930	Correntina	Soja (em grão)	592.800
	Tomate	1.800		Milho (em grão)	176.040
	Sorgo (em grão)	600		Algodão herbáceo (em caroço)	85.690
Ibiassucê	Mandioca	4.800	Jaborandi	Soja (em grão)	210.000
	Milho (em grão)	162		Milho (em grão)	72.996
	Banana (cacho)	100		Algodão herbáceo (em caroço)	38.250
Lagoa Real	Mandioca	3.000	Santa Maria da Vitória	Cana-de-açúcar	72.000
	Banana (cacho)	100		Mandioca	2.520
	Algodão herbáceo (em caroço)	60		Coco-da-baía	180
Livramento de Nossa Senhora	Maracujá	63.000	São Félix do Coribe	Mamão	21.700
	Manga	52.000		Manga	4.500
	Cana-de-açúcar	12.500		Banana (cacho)	1.680

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2015

Tabela 9: Quantidade produzida (em tonelada ou mil frutos) da lavoura, por municípios, Bahia, 2015

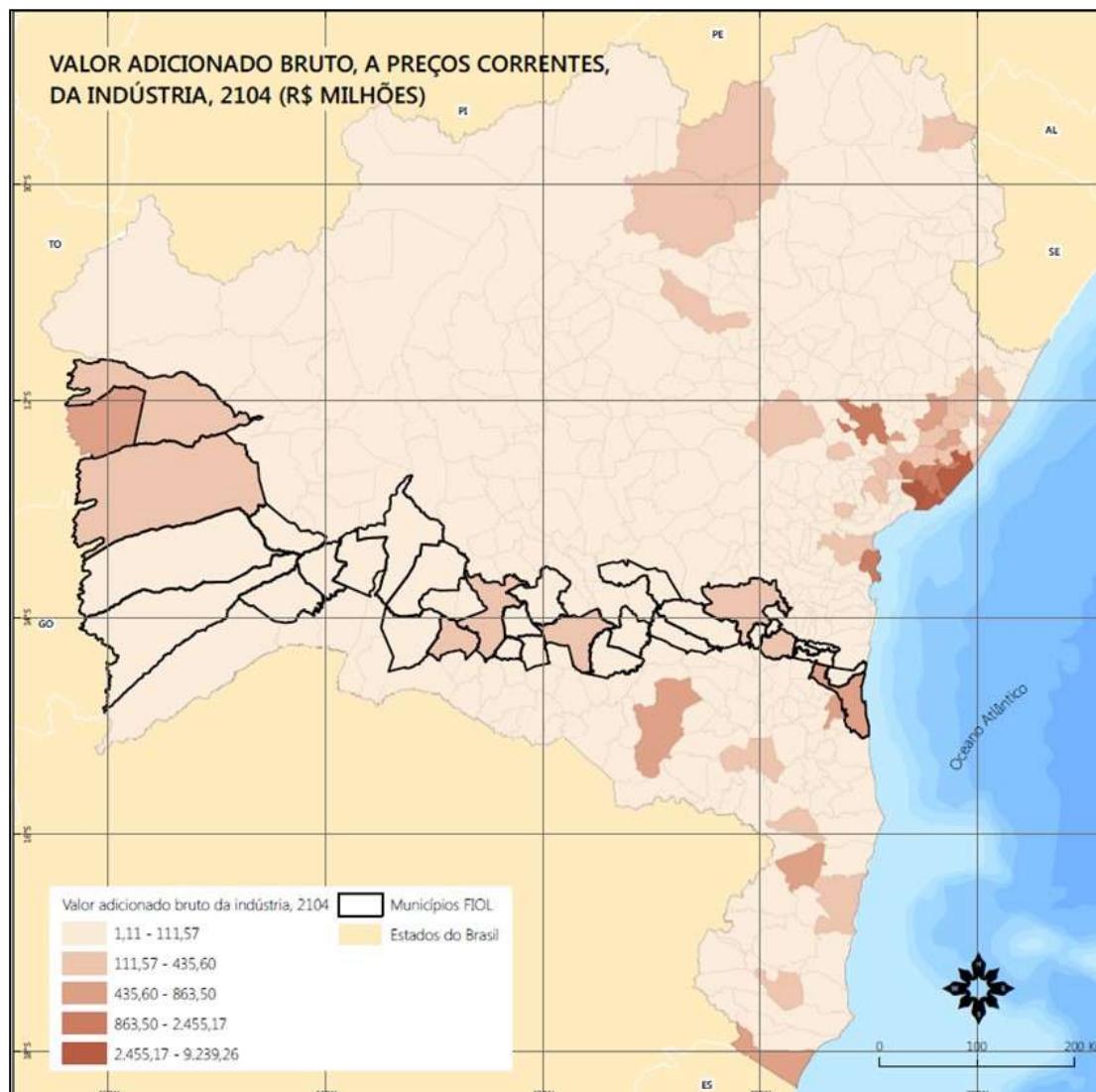
Pelos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE, para o ano de 2015, percebe-se que com exceção dos municípios situados na região oeste, na qual a produção de grãos e algodão se destacam, inclusive em termos de quantidade produzida, gerando volume de carga para ser escoada por modal ferroviário, nos demais municípios, em geral, destacam-se a produção de banana e mandioca. Dos 32 municípios que a FIOL passa, 21 deles têm a cultura da mandioca, fortemente atrelada aos pequenos produtores e voltada ao consumo local/regional, como uma das três principais atividades agrícolas do município, sendo que em 12 municípios a mandioca é o principal produto produzido, em termos de toneladas. No caso da banana, em 13 municípios, a cultura é uma das três principais atividades agrícolas, em termos de quantidade produzida (Tabela 10).

Cultura	Quantidade produzida, em ton.
Soja (em grão)	2.447.600
Milho (em grão)	1.068.104
Algodão herbáceo (em caroço)	722.457
Banana (cacho)	244.597
Cana-de-açúcar	201.840
Mandioca	141.278
Feijão (em grão)	126.077
Maracujá	78.886
Sorgo (em grão)	78.790
Manga	73.910
Mamão	52.910
Melancia	37.670
Cacau (em amêndoas)	30.690
Limão	26.145
Coco-da-baía	24.440
Café (em grão) Total	22.468
Tomate	11.393
Total	5.389.255

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2015

Tabela 10: Principais produtos da agropecuária produzidos, em toneladas, nos municípios da FIOL, 2015

No que se refere ao setor industrial, a espacialização do valor adicionado do setor mostra que são poucos os municípios ao longo da FIOL que a atividade industrial se destaca a nível estadual (Figura 20). A atividade industrial baiana é muito concentrada espacialmente na Região Metropolitana de Salvador e em alguns municípios, tais como Feira de Santana, Vitória da Conquista, Juazeiro, Paulo Afonso, Texeira de Freitas e Mucuri. Na área de influência direta da FIOL (municípios pelos quais a FIOL passa), no setor industrial, os municípios de Ilhéus, Jequié, Barreiras, Brumado e Caetité se destacam, os dois últimos com a atividade de mineração.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da SEI, 2017

Figura 20: Valor adicionado bruto da indústria, a preços correntes no ano de 2014 nos municípios da FIOL

A FIOL dialoga fortemente com as atividades de mineração, na medida em que sua implantação não só tende a potencializar os empreendimentos já existentes, mas também pode tornar viável economicamente novos projetos, uma vez que a dotação de infraestrutura, dado os preços dos minérios, tende a reduzir os custos de produção, em especial os logísticos, facilitar o escoamento do capital-mercadoria e acelerar o processo de rotação do capital. Assim, possibilita uma maior obtenção de lucro por parte dos investidores.

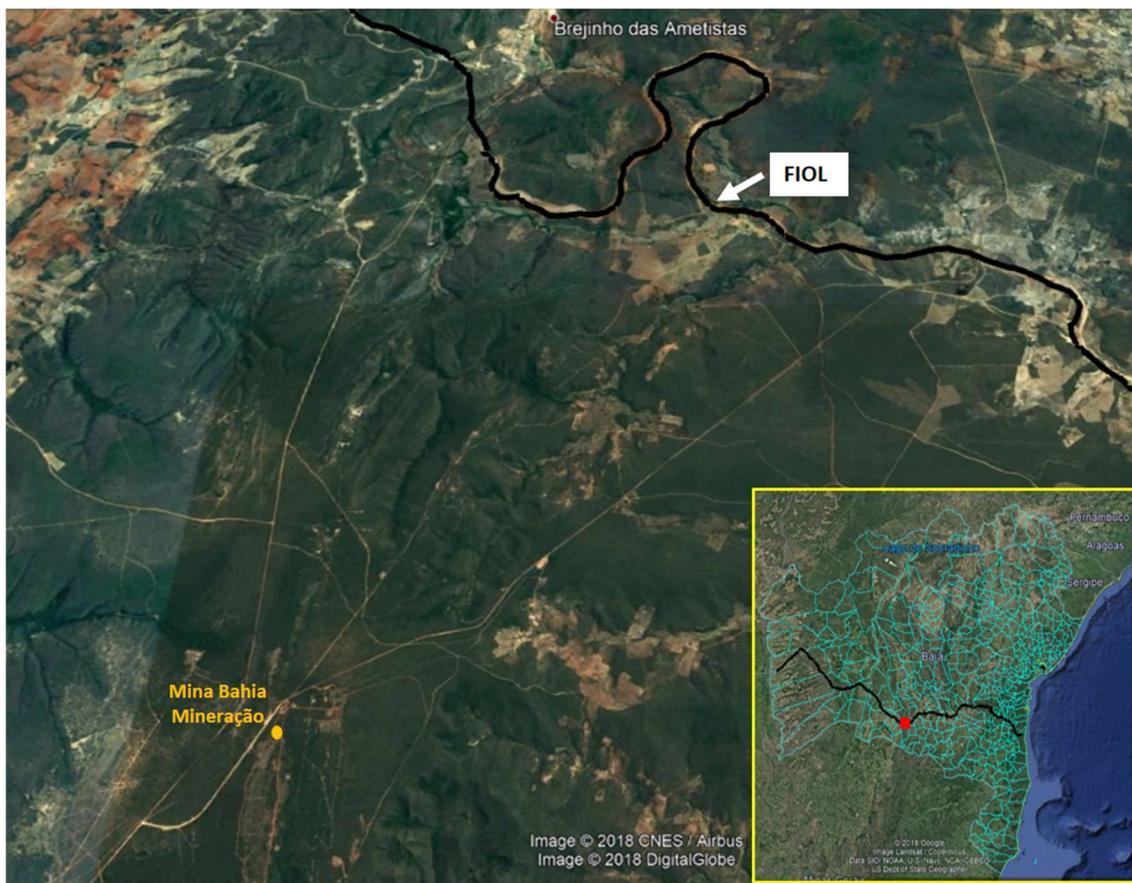
Em que pese atualmente apenas o município de Brumado, Caetité, Lagoa Real e Itagibá possuírem uma atividade de mineração mais capital intensiva e de escala industrial, as potencialidades de expansão da atividade mineral na região que a FIOL passa são grandes, dado as ocorrências minerais.

Quadro 7:Ocorrência mineral nos municípios diretamente afetados pela FIOL

Município	Ocorrência Mineral	Município	Ocorrência Mineral
Bom Jesus da Lapa	Argila e Pedra para construção	Palmas de Monte Alto	Rocha ornamental
Riacho de Santana	Argila, Rocha ornamental, Pedra para construção e Pedra de revestimento	Rio do Antônio	Manganês e Pedra para construção
Serra do Ramalho	Fluorita, Terras Raras e Pedra para construção	Tanhaçu	Calcário e Pedra de revestimento
Barra da Estiva	Barita	Aracatu	Rocha ornamental
Aurelino Leal	-	Mirante	Rocha ornamental
Ilhéus	Água mineral, Argila	Aiquara	
Ubaitaba	Rocha ornamental	Gongogi	
Uruçuca	Rocha ornamental	Itagi	Rocha ornamental
Barreiras	Manganês, Calcário, Quartzzo, Areia, Argila e Água mineral	Itagibá	Níquel
São Desidério	Calcário, Manganês, Cascalho e Pedra para construção	Jequié	Areia, Argila, Pedra para construção e Rocha ornamental
Brumado	Calcário Argila, Magnesita, Dolomito, Talco e Vermiculita	Manoel Vitorino	Pedra para construção
Caetité	Minério de Ferro, Ametista, Argila, Manganês, Ouro, Pedra de revestimento e Urânio	Coribe	Argila, Manganês, Calcário e Pedra de revestimento
Guanambi	Argila	Correntina	Calcário
Ibiassucê	Argila	Jaborandi	Manganês, Calcário e Cobre
Lagoa Real	Pedra de revestimento, Rocha ornamental e Urânio	Santa Maria da Vitória	Calcário, Areia e Pedra para construção
Livramento de Nossa Senhora	Argila, Minério de Ferro, Pedra de revestimento e Rocha ornamental	São Félix do Coribe	Chumbo, Areia, Argila, Pedra para construção e Pedra para Revestimento

Fonte: SEI, 2017

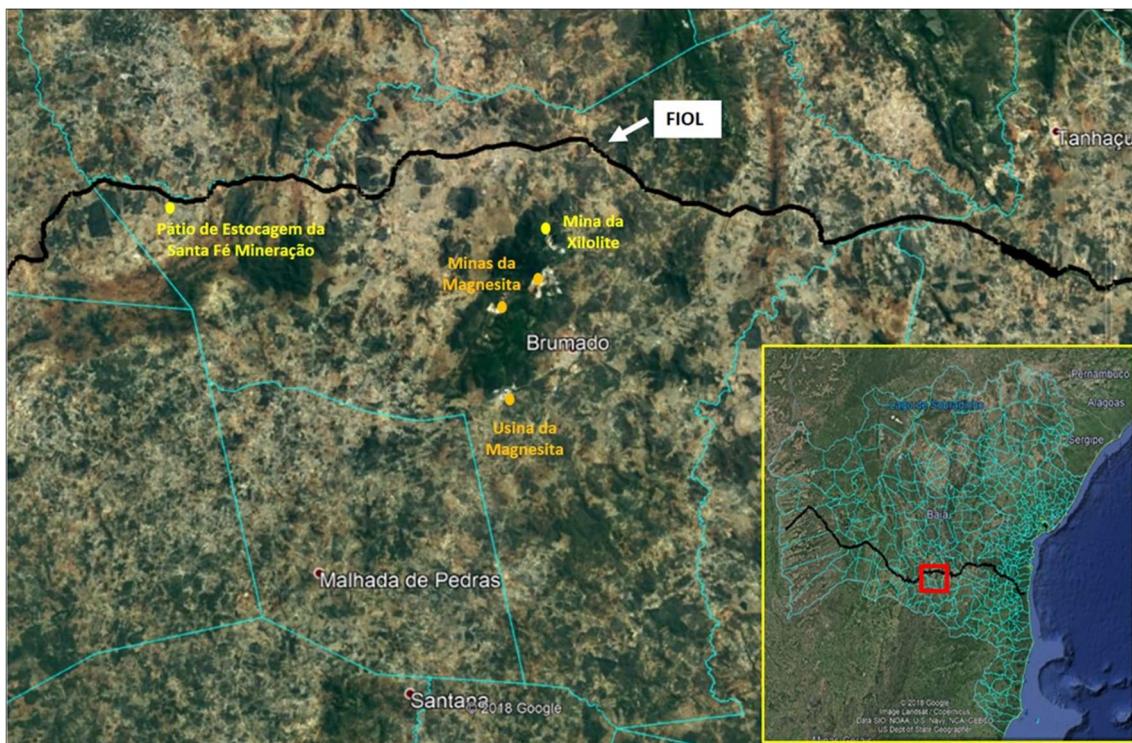
Na região de Caetité, embora a ocorrência de minério de ferro já ser conhecida há tempo, o fato de ser menos concentrada e não contar com uma boa infraestrutura logística, sua exploração não se mostrava viável. Entretanto, com o aumento dos preços do minério de ferro no mercado mundial verificado na primeira década dos anos 2000, a exploração do minério de ferro na região se tornou viável, desde que articulada a uma infraestrutura capaz de escoar a produção. A implantação da FIOL viabilizou o investimento no projeto Pedra de Ferro da BAMIN, situado a cerca de 8km da FIOL (Figura 24).



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 21:A FIOL e a BAMIN no município de Caetité

No município de Brumado, as atividades da Magnesita e da Xilolite também tendem a ser potencializadas com a implantação da FIOL. A FIOL está situada a cerca de 7,5 km do empreendimento da Xilolite e a aproximadamente 15 km das minas da Magnesita e a cerca de 30km da sua usina. A Magnesita além de atuar na atividade de mineração, possuindo minas de magnesita na região, possui uma planta industrial para fabricação de refratários. De acordo com a empresa, a mesma possui “a maior mina de magnesita fora da China e de melhor qualidade no mundo, localizada em Brumado na Bahia, com reservas mensuradas em mais de 200 anos” (MAGNESITA, 2017). Em 2007, a empresa passou a ser controlada pela GP Investments, empresa de *private equity*. Com a expansão dos negócios por meio da aquisição da LWB Refractories, a Magnesita tornou-se a terceira maior empresa de refratários no mundo. Com isso, a Rhone Group, empresa estrangeira de *private equity*, passou a fazer parte do grupo de controle da Magnesita.



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 22: A FIOL e a atividade de mineração no município de Brumado

A implantação da FIOL tem viabilizado novos negócios no segmento da mineração na região sudoeste da Bahia, a exemplo da implantação de um projeto da Santa Fé Mineração S/A no município de Lagoa Real, um dos quais a FIOL passa. A Brazil Energy S/A, responsável pelo projeto, adotou “um programa de prospecção agressivo no sudoeste do Estado da Bahia” (SANTA FÉ MINERAÇÃO, 2017), que resultou no projeto da Santa Fé Extração de Minérios S/A. O projeto pertence a um fundo de investimentos (FIP Mineração) administrado pelo Mellon Bank.

Segundo a própria Santa Fé Mineração (2017):

As ocorrências de formações ferríferas na região do sudoeste da Bahia são conhecidas desde a década de 1950, mas sua exploração não era economicamente viável devido a falta de logística para sua distribuição. A decisão do Governo Federal e Estadual para incluir esses ativos minerais na Economia do Estado, deu início a construção de uma estrada de ferro local (FIOL), que permitirá o transporte de minério em condições competitivas. A partir da construção da ferrovia Oeste-Leste (FIOL) até o porto de Ilhéus, a região tem atraído uma grande quantidade de investimento em pesquisa mineral. Depósitos de minério de ferro consideráveis foram identificados, revelando esta região como um novo distrito ferrífero Brasileiro.

A perspectiva de tornar a produção viável levou a Santa Fé Mineração a comprar uma área próxima a comunidade rural de Represo, no município de Brumado, às margens

da FIOL, para estocagem do minério, conforme pôde ser observado nos registros da pesquisa de campo. A área para estocagem fica logo depois das cercas que limita a faixa de domínio da ferrovia (Figura 23).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Figura 23: Registro de instalações da Santa Fé Mineração na zona rural de Brumado

Além do projeto de minério de ferro, a Santa Fé Mineração faz prospecção de quartzo no município de Tanhaçu, também cortado pela FIOL. A empresa possui direitos minerários sobre uma área de aproximadamente 16 mil hectares na região sudoeste da Bahia (SANTA FÉ MINERAÇÃO, 2017).

Ainda na região de Brumado, a empresa Cabral Mineração, uma subsidiária da empresa australiana Cabral Resources, assinou com o governo da Bahia um protocolo de intenções de investimento para a exploração de minério de ferro. O projeto com investimentos estimados no valor de US\$ 2,2 bilhões, inclui a construção de uma unidade no município de Livramento de Nossa Senhora para fabricar concentrado de ferro, com capacidade de produção de 15 milhões de t/ano, cuja a produção será destinada sobretudo o mercado chinês (BAHIA, 2012). A assinatura do protocolo foi bastante comemorada no Governo da Bahia, à época, valendo a primeira página do Diário Oficial do Estado da Bahia (Figura 24).



Fonte: BAHIA, 2012

Figura 24: Anúncio dos investimentos da Cabral Mineração na região do sudoeste baiano

No município de Itagibá, há ocorrência de níquel. A descoberta do níquel na região foi realizada pela Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral (CBPM), uma empresa pública do Estado da Bahia. Em 2003, a Mirabela Mineração do Brasil, uma mineradora de capital australiano (subsidiária da australiana Mirabela Nickel), assinou com a CBPM um contrato de pesquisa complementar, que mais tarde se traduziu no arrendamento da área para investimentos da empresa. Em 2009, foi inaugurado o projeto da mina Santa Rita. De acordo com a empresa, a mina de Santa Rita foi a maior descoberta de níquel sulfetado do mundo, depois da Voisey's Bay, descoberta no Canadá em 1993 pela Inco – Vale. A reserva provada de minério na região de Itagibá é de 159 milhões de toneladas. O projeto com um investimento de R\$ 80 milhões, compreende, além da mina a céu aberto, uma usina de concentração para o processamento do minério (MIRABELA, 2017) (Figura 25).



Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 25: A FIOL e a Mirabela Mineração em Itagibá.

A produção da Mirabela era totalmente destinada ao mercado externo. A exportação tinha como destino a Finlândia, tendo como principal parceiro comercial a empresa finlandesa Norilsk Nickel (MIRABELA, 2017). Ou seja, o concentrado de níquel, produto final do empreendimento, resultado da atividade da mineração e da usina de concentração, pouco se articulava com outras cadeias produtivas do estado da Bahia, uma vez que a totalidade do produto produzido pela Mirabela era exportado. No ano de 2016, a Mirabela encerrou suas atividades. Os motivos do encerramento da produção estão associados as incertezas no mercado externo, que afetou a demanda e os preços das *commodities* minerais, inclusive do níquel.

A implantação da Ferrovia de Integração Oeste Leste pode ser um fator relevante nas decisões de retomada da operação do projeto, uma vez que possibilita a redução dos custos operacionais logísticos de empresa, que era realizado pelo modal rodoviário até o porto de Malhado, em Ilhéus. A FIOL passa a menos 500 metros do empreendimento.

Percebe-se que os investimentos da mineração que se articulam com a FIOL são, na sua maioria, de capital estrangeiro. Por se tratar de capital externo empregado na atividade produtiva aqui no Brasil, parte da renda gerada nos empreendimentos não fica no país, sai como renda do capital enviada ao exterior e é apropriada fora do país. Trata-se de uma característica das economias dependentes, que ao transferir parte da mais-valia

gerada internamente para o exterior, termina atrofiando o mercado interno e dificultando sua dinâmica interna de acumulação. Para garantir a dinâmica de reprodução e acumulação do capital internamente se intensifica os mecanismos de superexploração do trabalho e dos recursos naturais.

Em síntese, a FIOL dialoga fortemente com as atividades da mineração, cuja região sudoeste da Bahia possui grande potencial, e do agronegócio, desenvolvidas nos municípios situados no oeste baiano. São estas atividades as grandes geradoras de cargas para a FIOL. Mas, em geral, nos municípios por onde a FIOL passa as atividades produtivas que pouco se articulam com o projeto da FIOL. São municípios cuja dinâmica econômica está fortemente atrelada ao setor de serviços, portanto, não geradora de cargas, com forte participação da administração pública no valor bruto da produção e cujas atividades da agropecuária são desenvolvidas em pequena escala, associadas à agricultura familiar ou a pequenos produtores rurais. A excessão são os municípios de Ilhéus, Jequié e Barreiras, esses possuem uma dinâmica econômica maior, são polos regionais nas suas regiões.

6. 3 A FIOL E OS INTERESSES EM ESCALAS ESPACIAIS MAIS AMPLAS

Segundo o Plano Diretor de Logística de Transporte da Bahia - PDLT (2013), a FIOL faz parte de uma estratégia de consolidação de um sistema intermodal de transporte, no qual a mesma se interconectaria com outros modais de transporte (como a hidrovia do São Francisco, rodovias e a Ferrovia Centro Atlântica - FCA). Ela está associada a uma estratégia de aumentar a competitividade da produção na Bahia e de atração de cargas para serem exportadas via os portos baianos. Trata-se de uma estratégia para estimular a inserção internacional da Bahia e elevar o desenvolvimento (do capital) no Estado.

Pelo próprio porte do projeto da FIOL e sua intencionalidade, a implantação deste capital fixo, que conforma uma rede logística de transporte, ao reduzir as barreiras físicas e facilitar a circulação do capital-mercadoria, repercute-se no espaço para além dos locais ou municípios por onde a FIOL corta. A repercussão de um grande objeto técnico, como a FIOL, articulado a outros de menor envergadura, como rodovias, centros de armazenagens e portos, conformando um sistema de objetos (um sistema multimodal de transporte), capaz de permitir uma maior fluidez dos fluxos econômicos, impulsiona a apropriação capitalista de novos espaços, para além da sua escala local.

Assim, a FIOL, ao estruturar uma rede logística mais ampla, tende a viabilizar novos negócios em recortes espaciais que não somente aqueles que recebem diretamente as obras da FIOL. Os recortes espaciais definidos protocolarmente nos Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) da ferrovia, tais como Área Diretamente Afetada, Área de Influência Direta, Área de Influência Indireta da FIOL (OIKOS, 2009), só se preocupam com os impactos diretamente associados ao projeto FIOL e de sua construção, estritamente, em escalas espaciais mais específicas e ignora os impactos que a implantação de um grande objeto técnico como a FIOL pode ocasionar, pelo seu porte, escalas regionais mais amplas.

De acordo com o EIA/RIMA da FIOL (OIKOS, 2009), a Área Diretamente Afetada (ADA) é aquela que sofre o impacto direto da execução das obras ou pela movimentação dos equipamentos de construção, incluindo toda a faixa de domínio da FIOL, com largura média de 80m, e, as áreas destinadas à construção de acampamentos e instalações industriais. A Área de Influência Direta (AID) seria aquela área impactada por um possível acidente com cargas perigosas da ferrovia, envolve os locais que, potencialmente, podem sofrer algum tipo de influência da circulação de veículos da construção e/ou da poluição que as obras ou acidentes do trem podem causar. A AID foi definida como uma faixa de 10 km de largura, sendo 5 km para cada lado da via férrea. Já Área de Influência Indireta (AII) da FIOL, é aquela que pode sofrer impactos pelas atividades sócio-econômicas (meio antrópico), principalmente em função das possíveis alterações na dinâmica de uso e ocupação do solo, com a implantação da FIOL. A AII foi definida nos estudos de EIA/RIMA da FIOL como a área total dos 71 municípios que possuem alguma parte do seu território atingida ou distante até 50km do eixo da ferrovia (OIKOS, 2009).

Mas, pelo próprio porte e característica da FIOL suas repercussões espaciais são mais amplas. A FIOL tem um caráter subnacional. Ademais, ela faz parte de um sistema logístico integrado a outras ferrovias e a outros modais de transporte. Por isso, é preciso fazer um esforço no sentido de compreender como o projeto da FIOL se repercute em escalas espaciais mais amplas, a nível macrorregional, visto sua capacidade de promoção da compressão “espaço-temporal” e, portanto, de viabilizar a apropriação de novos espaços pelo capital.

Mesmo considerando a Área de Influência Indireta, o município de Formosa do Rio Preto, por exemplo, quarto município brasileiro no valor adicionado bruto da agropecuária brasileira, situado na região do agronegócio do oeste baiano, não está

inserido na Área de Influência Indireta da FIOL, quiçá na Área de Influência Direta, embora a FIOL seja uma das rotas possíveis de escoamento da produção do município.

O que se busca argumentar é que, para além das formalidades dos EIA/RIMA, que buscam identificar os impactos socioambientais diretamente envolvidos com a implantação de um dado equipamento, quando se trata de uma grande ferrovia, articulada a uma rede multimodal, portanto, interconectada em forma de rede a outros equipamentos logísticos (rodovias, hidrovias, portos e equipamentos de armazenagem), e que possibilita integrar novos espaços à dinâmica de valorização do capital, ao articular os fluxos produtivos e dar maior fluidez ao território em que se dá a produção, seus impactos se dão em uma escala mais ampla que a local.

Em uma escala regional, para além do local e municipal, são oito os Territórios de Identidade que tem algum município afetado diretamente pela FIOL, são eles: Litoral Sul, Médio Rio de Contas, Sudoeste Baiano, Chapada Diamantina, Sertão Produtivo, Velho Chico, Bacia do Rio Corrente e Bacia do Rio Grande. Assim, ao considerar a análise de tais territórios como possíveis áreas de espacialização regional da FIOL e não apenas os 32 municípios pelos quais a FIOL corta, os impactos econômicos e sociais do empreendimento tendem a se exponenciar, uma vez que o projeto, por suas características, intensifica a pressão do capital sobre o território e suas populações e sobre os recursos naturais, ao viabilizar novos espaços de produção de determinados valores de uso que dialogam mais fortemente com o projeto ou mesmo intensificar os já existentes.

Os Territórios de Identidade (TI) por onde a FIOL passa possuem cerca de 3,8 milhões de habitantes, segundo dados do IBGE (2016). Isso representa cerca de 25,5% da população baiana. Dentre os oito TI sob influência direta da FIOL, destaca-se o crescimento geométrico da população do TI Bacia do Rio Grande, onde está o polo do agronegócio do oeste baiano, que apresentou um crescimento de 2,4% da população entre 2000 e 2010, depois de já ter apresentado crescimento de 1,89% entre 1991 e 2000. Nestes TIs estão 33,3% da população rural da Bahia, que tem sua lógica de reprodução social fortemente vinculada ao meio rural.

Segundo os últimos dados disponíveis do Censo 2010 (IBGE, 2016), nos oito Territórios de Identidade havia cerca de 637,7 mil pessoas em situação de extrema pobreza, uma média de 19,2% da população dos TIs vivia em tal situação. Destacam-se os Territórios de Identidade da Chapada Diamantina, o Velho Chico e Bacia do Rio Corrente, com 24,2%, 28,4% e 25,8% da população em situação de extrema pobreza, respectivamente. O grau de vulnerabilidade social na região dos TIs também pode ser observado pelos dados do Programa Bolsa Família. Para os dados de 2014 (BRASIL,

2016), havia mais de 525 mil famílias beneficiadas pelo programa, 29% das famílias beneficiadas pelo programa na Bahia. O grau de analfabetismo também é muito alto, quando se analisa um recorte mais amplo da espacialização da FIOL, tal como o dos TIs. Cerca de 20,7% da população dos oito TIs que a FIOL passa são analfabetas, acima da média baiana (16,25%).

Dentre os TIs que a FIOL corta, o PIB está concentrado em três, o TI Litoral Sul, especificamente nos municípios de Itabuna e Ilhéus, o TI Sudoeste Baiano, que abarca o município de Vitória da Conquista, terceiro maior município da Bahia, em termos populacionais, e o Território Bacia do Rio Grande, onde se concentra o agronegócio no oeste baiano. Nas outras localidades, observa-se regiões com baixo dinamismo econômico e com grandes problemas sociais.

Entretanto, mais uma vez, ressalta-se, que não se pode discutir um projeto como a FIOL a partir de recortes “pragmáticos”, tais como os de Área Diretamente Afetada e de Influência Direta e Indireta do projeto, conforme explicitado nos estudos e relatórios de impactos ambientais da FIOL (OIKOS, 2009). Isto porque a FIOL está articulada a uma estratégia nacional de expansão da malha ferroviária brasileira, voltada ao fortalecimento de setores produtivos fundamentais para obtenção de saldos comerciais externos positivos da economia brasileira, mas que também se insere em uma estratégia ainda mais ampla de integração da infraestrutura do continente sul-americano, como a IIRSA. Da mesma forma, está associada a reprodução do capital a escala mundial. Assim, é preciso compreender a FIOL enquanto um grande objeto geográfico, dotado de intencionalidade, com capacidade de ampliar o processo de apropriação do espaço pelo capital, que, por sua vez, não respeita nenhuma regionalização criada ou previamente estabelecida, visto que a mesma se constitui como parte de um processo de homogeneização do capital para todos os espaços do globo.

Não se nega a importância da infraestrutura para favorecer os fluxos econômicos, mas a questão que se coloca aqui, para o caso específico da FIOL, é o fato de um grande projeto sem uma perspectiva regional de construção de possibilidades que favoreçam as populações do entorno. A estratégia é apenas pensada para os fluxos de *commodities* de interesses do capital.

Ainda em pleno século XXI é grande o descaso pelas populações e o meio ambiente. É esse pensamento colonial que precisa ser enfrentado. E, a FIOL, por suas características, segue a lógica do pensamento colonial. Ela tem como objetivo o escoamento da grande produção. A projeção de demanda da Ferrovia, evidencia

claramente os setores produtivos que a FIOL dialoga, quais sejam: o setor mineral e do agronegócio (Tabela 11).

Produtos	2020	2025	2030	2035
Minério de Ferro	30.000	40.000	50.000	50.000
Fertilizantes	-	1.366	1.583	1.791
Soja, Farelo de Soja e Milho	-	3.906	4.752	5.644
Outros Minérios e Similares	202	6.296	8.220	8.220
Etanol	-	-	2.518	2.780
Total Geral	30.202	51.568	67.073	68.435

Fonte:PDLT, 2013

Tabela 11: Projeção de demanda de carga da FIOL, em 1.000 toneladas/ano

As projeções de demanda de carga da FIOL, ao mostrar quais são as características das cargas (bens de baixo valor agregado, do setor mineral e do agronegócio) que podem ser escoadas por ela, reforça o modelo de desenvolvimento pautado na produção de bens de baixa agregação de valor do Brasil, fortemente aderente a nova reorganização da divisão internacional do trabalho no contexto de crescimento da demanda da Ásia, e de um consolidação de um novo padrão de reprodução do capital que tem se estabelecido na América Latina.

Com relação ao setor mineral, há grande potencialidade no semiárido baiano, em especial na região sudoeste da Bahia, onde está sendo implantado o projeto Pedra de Ferro da Bamin. As projeções de demanda de carregamento da FIOL para o minério de ferro são bastante significativas para os próximos anos (Tabela 11). De acordo com as projeções, a demanda de carga para o minério de ferro não se limita ao empreendimento da Bamin, haja vista que a capacidade de produção da Bamin é de 20 milhões de toneladas por ano (BAMIN, 2016) e as projeções de demanda de carga são de 50 milhões de toneladas para 2035. Assim, as projeções parecem considerar possíveis novos investimentos no setor, bem como a possibilidade de captação de cargas de outras regiões produtoras. De fato, como não há registros de investimentos na Bahia no setor de minério de ferro no entorno da FIOL que seja capaz de produzir cerca de 30 milhões de toneladas, os estudos consideraram a possibilidade de captar cargas de outras regiões. Isto corrobora com o argumento de que a FIOL além de potencializar novos negócios se articula para além do local em que ela está sendo implantada. A FIOL é pensada de modo a captar fluxos de outras regiões que não aquelas diretamente cortada pelo seu trajeto.

O capital é um fluxo, global, que atravessa os espaços, transformando-os para a sua acumulação. Com isso, homogeniza-se o espaço. E, a FIOL, enquanto um capital fixo, amplia para escalas mais amplas o espaço do capital.

Além da mineração, as cargas do agronegócio também são consideradas nos estudos de demanda da FIOL. O agronegócio do oeste baiano demanda uma infraestrutura como a FIOL para escoamento da sua produção, pois isso significa maior fluidez e competitividade. Vencovsky (2011), por exemplo, mostra como a dinâmica do complexo da soja brasileiro está diretamente associado ao transporte ferroviário de cargas.

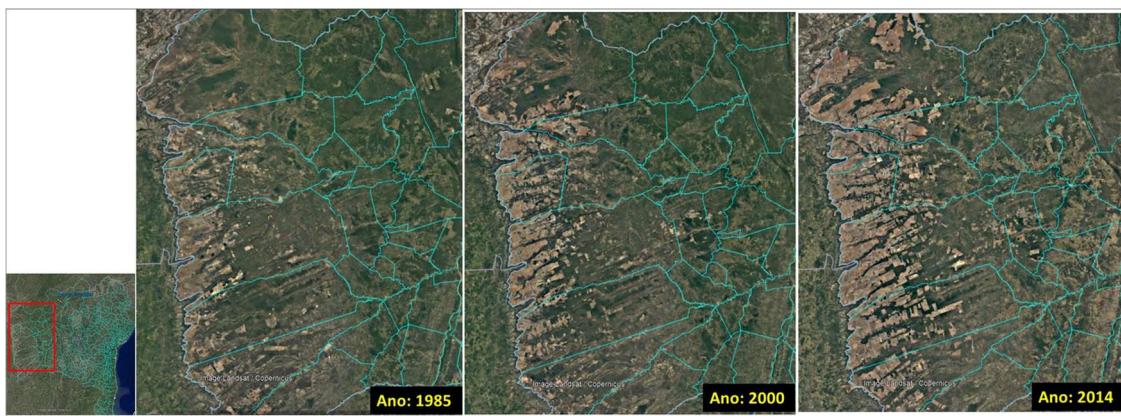
Assim, no caso da Bahia, a ocupação dos cerrados do oeste para a produção da agricultura moderna, que se intensificou muito nas últimas décadas, tende a avançar ainda mais para novos espaços da região com o estabelecimento de uma nova infraestrutura de logística de transporte como a FIOL, na medida que tende a facilitar a circulação, fundamental para a realização do capital-mercadoria, e reduzir os custos logísticos. Deve-se ressaltar, no entanto, que não se pode condicionar a expansão da ocupação para novos espaços para produção à implantação de um objeto técnico que viabilize o escoamento da produção da região, pois a expansão da produção também depende de outros artefatos técnicos, tais como armazéns, rodovias, mecanismos de irrigação, infraestrutura energética e de comunicações, por exemplo, das condições do mercado e das condições edafoclimáticas, visto que a moderna agricultura é intensa em água e terra.

O fato de o agronegócio do cerrado baiano ser de uso intensivo em água e terra levou Cunha (2017) a denominar este modelo de produção de “agrohidronegócio”. De acordo com o autor:

Para a reprodução agrícola no âmbito do agrohidronegócio no Oeste da Bahia, todos (independentemente do patamar econômico) estão em busca de acesso à água e à terra. Mesmo em climas com pluviometria regulares (sem necessidade da irrigação em uma determinada temporalidade), a busca por terra está ligada à água diretamente, pois a produção, uma das essências do usufruto da terra pelo ser humano, só é possível com a utilização de recursos hídricos regulares, sejam eles superficiais, subterrâneos ou pluviométricos. Em regiões de clima com pluviometria irregular, os territórios do *agrohidronegócio* se constroem principalmente em locais aperfeiçoados para práticas de irrigação por meio de grandes obras hídricas, como represas, canais fluviais artificiais e a perfuração de poços tubulares (CUNHA, 2017, p. 43).

O fato é que a dinâmica do agronegócio na porção oeste do Estado da Bahia é bastante intensa. As imagens de satélite evidenciam a forte ocupação do cerrado baiano para a produção do agronegócio (Figura 26). Tal região se constitui como uma das novas

fronteiras do agronegócio brasileiro (FREDERICO, 2014; FREDERICO; BUHLER, 2015).



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 26: Evolução da ocupação do solo para a produção do agronegócio no oeste baiano, entre os anos de 1985 a 2014

A ocupação do cerrado baiano pela moderna agricultura capitalista se deu a partir da sua porção mais ocidental, nos chamados chapadões do oeste, com pluviosidade acima de 1.500 mm, propícia para a produção de sequeiro. As regiões próximas às veredas, bem como a porção mais oriental do oeste baiano dependem de irrigação, por isso sua ocupação é mais recente. Portanto, uma maior expansão da produção do agronegócio no oeste baiano está condicionada a disponibilidade hídrica para implantação de modernos aparatos técnicos de irrigação.

O agronegócio materializado no espaço do oeste da Bahia e seu avanço sobre o ecossistema, com profundas mudanças na sua paisagem, teve início nos fins dos anos 1970. Até então, a região era considerada pelo Estado, como um espaço “vazio”, conforme destaca Santiago (2011); Santos (2007) e Bahia (1980). Tratava-se de um espaço onde predominava a pecuária extensiva, além da pequena produção agrícola e as atividades extrativistas realizadas por pequenos camponeses (SANTIAGO, 2011, SANTOS, 2007, FREDERICO; BUHLER, 2015 e CUNHA, 2016; 2017).

A estratégia patrocinada pelo Estado de modernização agrícola em bases empresariais, conhecida na literatura como modernização conservadora (DELGADO 2012), caracterizada pela transformação da base técnica da agricultura, maior penetração do capital no setor, industrialização do campo e pelo aumento da produtividade, mas que não alterou a estrutura fundiária do campo brasileiro, engendrou o processo de ocupação da agricultura moderna na região. A modernização da atividade agrícola brasileira, sob a lógica do capital, resultou no processo de expansão da fronteira agrícola nacional em

direção aos cerrados brasileiro, inclusive o cerrado baiano. (FREDERICO, 2009). Destaca-se que a ocupação do cerrado brasileiro pela agricultura “moderna”, intensiva em capital e informação, apoiada nas bases técnicas da Revolução Verde, em que o campo se tornou cada vez mais um meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2013), teve forte estímulo do Estado, por meio de um conjunto de políticas, creditícias, de ciência e tecnologia para desenvolvimento de cultivares propício à região e de infraestrutura, em especial de energia e transporte (SANTIAGO, 2011, SANTOS, 2007, FREDERICO, 2014; FREDERICO; BUHLER 2015).

O Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER), teve papel importante neste processo de apropriação dos espaços do cerrado pelo capital. O programa, firmado pelos governos brasileiro e japonês, envolvia a colaboração técnica e financiamentos, com recursos de bancos japoneses, voltados a ocupação dos cerrados do Brasil, por meio de projetos de colonização. De acordo com Santiago (2011, p. 67), o programa privilegiava “plantios com tecnologia avançada e produção intensiva em escala adequada para abastecer fatias importantes do mercado externo de grãos, principalmente a soja”. A ideia de colonização, de impor o que é de fora a um território, no caso o cerrado, está presente desde a origem dos programas de estímulo a agricultura intensiva na região do oeste da Bahia.

A participação japonesa no PRODECER evidencia os interesses externos no processo de produção capitalista dos cerrados e sua articulação com o governo brasileiro, avalizando tal participação. Isso demonstra a submissão nacional aos interesses externos.

Na Bahia, o PRODECER, viabilizou o desenvolvimento de dois projetos no município de Formosa do Rio Preto, um colonizado por agricultores de origem japonesa e o outro por agricultores sulistas. Os dois projetos assentaram na região 86 produtores, totalizando um investimento de US\$ 67 milhões e ocupava uma área superior a 31 mil hectares (SANCHES, 2008). No âmbito estadual, o governo da Bahia lançou o Programa de Ocupação Econômica do Oeste (BAHIA, 1980), também com intuito de ocupação da região com a agricultura moderna.

Destaca-se também que a ocupação dos cerrados iniciada no fim dos anos 1970 está associada ao período de crise capitalista mundial. Mas, conforme assevera Harvey (2005; 2006), em momentos de crise de superacumulação, o capital necessita se valorizar e uma das alternativas é, justamente, a incorporação de novos espaços para receber o excedente de capital. Portanto, a ocupação do cerrado brasileiro está inserida na lógica capitalista global, no qual o cerrado passou, então, a se configurar como espaço de acumulação, recebendo o capital excedente do Japão, por exemplo.

As condições edafoclimáticas, grandes extensões de terras, baixa densidade populacional, em especial nos chapadões da porção mais ocidental do estado da Bahia, o baixo custo da terra, o estímulo estatal e a parca fiscalização fundiária contribuíram para atração de novos atores para a região, como os produtores individuais pioneiros vindos do sul do Brasil, cooperativas agrícolas e empresas agrícolas (FREDERICO; BUHLER, 2015; CUNHA, 2017; SANTIAGO, 2011; SANTOS, 2007). O resultado foi a intensificação da ocupação das terras da região voltadas a agricultura empresarial capitalista e uma maior densidade técnica no campo.

A intervenção, com apoio estatal, no espaço do cerrado, de modo a viabilizar o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista, deu-se por eventos externos à região, por meio de políticas do Estado e por atores sociais também externos, que disponibilizou sua mão-de-obra e base técnica para o cultivo na região. Não se tratou de um processo endógeno, mas sim de um processo “de cima para baixo”, no qual capitais nacionais e internacionais e grupos sociais externos ao território (como os sulistas) lideraram um conjunto de ações com intenção de apropriação do espaço (CUNHA, 2017; SANTIAGO, 2011; SANTOS, 2007).

Conforme destaca Santos (2007, p. 125), “o processo de ocupação de terras que ocorreu a partir do fim da década de 1970 não foi pacífico. A legislação sobre o uso e a posse da terra e a escrituração precária nos cartórios regionais facilitou grilagem, tendo por consequência o acirramento de conflitos pela terra”. A apropriação dos recursos naturais, como a água, e o processo de supressão da vegetação natural para o avanço das lavouras de monocultura são características deste processo, um processo de acumulação por espoliação, que foi alterando a paisagem seja com as grandes plantações de monocultivos, quanto pelo estabelecimento de novos fixos na região, como rodovias, silos de armazenagem de grãos e equipamentos de irrigação e a expulsão das populações locais.

O apoio estatal, sobretudo com o crédito rural, financiando não somente a produção, mas também a compra de máquinas e equipamentos foi fundamental para atração do capital para a região. O mesmo, sedento por se apropriar da renda da agricultura, majorada com as políticas de estímulo agrícola, penetrou de forma mais intensa no setor agrícola da região. Empresas como a Bunge e Cargill se instalaram no oeste baiano, buscando se apropriar da elevada renda do setor. Além destas duas gigantes mundiais, outras empresas associadas a cadeia produtiva da agricultura se instalaram na região, como a Galvani na área de fertilizantes, empresas de representação e venda de maquinários necessários à produção da moderna agricultura capitalista, unidades comerciais e de serviços especializados voltadas a atender a demanda dos produtores e

algumas plantas industriais de beneficiamento dos grãos, a exemplo das próprias plantas de beneficiamento da Bunge e da Cargill.

O adensamento do setor agrícola na região, marcado pela estreita relação entre o capital agrícola, industrial, comercial e financeiro, consolidou o agronegócio no oeste baiano. A maior participação do capital financeiro contribuiu para uma maior dinâmica homogeneizadora da moderna agricultura, formando na região alguns complexos agroindustriais importantes como o da soja, algodão e milho.

No fim dos anos 1990, já sob a tutela das políticas neoliberais, observou-se um novo e mais vigoroso impulso no processo de ocupação do cerrado baiano. Conforme observado, a necessidade imperativa da política macroeconômica brasileira de obtenção de saldos comerciais cada vez maiores para honrar o pagamento da dívida levou o governo brasileiro a adotar um conjunto de medidas de estímulo às exportações. Nesse contexto, o setor agrícola foi colocado como fundamental para garantir o equilíbrio externo e passou a contar ainda mais com as benesses do Estado, sobretudo a partir da crise cambial de 1999 (DELGADO, 2012).

Entretanto, foi no início do século XXI com a confluência de fatores internos, como as políticas de estímulo às exportações patrocinadas pelo Estado intensificadas com a crise cambial brasileira de 1999 e a adoção da estratégia neodesenvolvimentista, com fatores externos, como o aumento dos preços da *commodities* agrícolas, que a ocupação de novos espaços para a valorização do capital nas áreas de fronteira agrícolas se revigorou, com repercussões significativa na dinâmica socioespacial e produtiva da região oeste da Bahia. (FREDERICO, 2014; FREDERICO; BUHLER, 2015; CUNHA, 2016).

A crise financeira de 2007 foi outro evento externo que se repercutiu fortemente nos cerrados baianos (FREDERICO; BUHLER, 2015; CUNHA, 2017). A possibilidade de produção de novos espaços pelo capital como alternativa para sua valorização ampliou a penetração do capital no oeste baiano. A concorrência pela apropriação da renda fundiária extra elevou a demanda por compra de terras, inclusive pelo capital financeiro, mesmo que de forma indireta, por meio de aquisição acionária de empresas agrícolas ou formação de *joint-ventures*, dado as restrições de compra de terras por estrangeiros, provocando uma elevação nos preços da terra na região e a dilatação da fronteira agrícola (FREDERICO, 2014; FREDERICO, BUHLER, 2015; CUNHA, 2017). Mais uma vez, o cerrado brasileiro foi alçado como alternativa para a manutenção da valorização do capital ao se constituir como palco dos seus interesses.

Tais interesse se evidenciam com forte presença de capitais nacionais e estrangeiros, pertencente a grandes grupos ou fundos de investimentos, atuando na atividade produtiva da região do oeste baiano. Cunha (2017) identificou alguns grandes grupos nacionais e estrangeiros atuando na região (Quadro 8).

Quadro 8: Grandes Grupos Nacionais e/ou Internacionais que Atuam no Oeste da Bahia

NOME DO EMPREENDIMENTO	PRINCIPAL (IS) PROPRIETÁRIO (OS)	ÁREA (HA)	MUNICÍPIOS DE ATUAÇÃO NO OESTE DA BAHIA	PAÍSES DE ATUAÇÃO	PAÍS DE ORIGEM DO CAPITAL PRINCIPAL
Fazenda Estrando e Santa Rita	Delfim S/A Crédito Imobiliária (Ronald Levinson)	444.306	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil
Fazenda Canabrava	Canabrava Agropecuária	139.143	Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Fazenda Mocambo e Alegre	Júlio Carvalho Fernandes Filho	110.000	Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia	Brasil	Brasil
ADECOAGRO	George Soros	20.419	Barreiras e LEM	Brasil, Argentina e Uruguai	Inglaterra
BRASIL-AGRO	Cresud S.A.C.I.F Y A	86.587	Jaborandi, Correntina e Baianópolis	Brasil, Bolívia, Argentina e Paraguai	Argentina
Sem informação	Brian Willot	18.000	LEM e Formosa do Rio Preto	EUA e Brasil	EUA
AMERICAN COLONY	Associação American Colony	20.000	Sem informação	EUA e Brasil	EUA
SOLLUS CAPITAL	Vinci Partners, Los Grobo, Touradji Capital Management	4.095	Jaborandi	Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina	Brasil, Argentina e EUA
TIBA-AGRO	Vision Brazil Investments	15.759	Sem informação	Brasil e EUA	Brasil, EUA e Europa
Calyx Agro Brasil	Louis Dreyfus e AIG Brazil Special Situations Fund II	19.800	Jaborandi e Correntina	Brasil, México e Colômbia	França, Brasil, México e Colômbia
SLC Agrícola	Grupo SLC	125.719	Jaborandi, Correntina, Barreiras e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Joint Venture - MITSUI & CO. & SLC Agrícola	MITSUI & CO. LTDA & SLC Agrícola	21.898	São Desidério	Brasil	Japão e Brasil
Agrifirma	Lord Rothschild e Jim Slater, e o Vinci Partners	77.275	LEM e Correntina	Brasil	Inglaterra
V - Agro	Brasil Ecodiesel, Maeda Agroindustrial e Vanguarda Participações	18.640	São Desidério e Correntina	Brasil	Brasil
XinguAgri	Multigrain, trading controlada pela empresa Mitsui	82.000	São Desidério	Brasil	Japão
LDCommodities	Louis Dreyfus	20.000	Sem informação	Diversos Países	França
Kobra Agrícola Group LTDA	Kobra Agrícola Group	20.000	São Desidério	Brasil	Holanda
Agronol	Humberto Santa Cruz	30.000	LEM	Brasil	Brasil
Grupo Horita	RICARDO LHOSSUKE HORITA, WALTER YUKIO HORITA e WILSON HIDEKI HORITA	150.000	São Desidério, Correntina, LEM e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Barra Velha Agropecuária	Grupo Mizote	38.000	Correntina	Brasil	Brasil
Fazenda Iowa LTDA.	Brasil Iowa Farms	9.064	LEM	Brasil	EUA
Carroll Farms Brasil Ltda.	Carroll Farms Brasil	10.521	São Desidério	Brasil	EUA
Fazenda Busato	Júlio Busato	40.000	Serra do Ramalho, Jaborandi e São Desidério	Brasil	Brasil
Fazendas Irmãos Franciosi	Romeu Franciosi, João Antônio Franciosi e Ubiratan Franciosi	57.000	LEM e Cocos	Brasil	Brasil
Fazendas Mizote	Paulo Mizote	26.500	São Desidério e Formosa do Rio Preto	Brasil	Brasil
Ademar Antônio Marçal	Ademar Antônio Marçal	45.000	São Desidério	Brasil	Brasil
Fazenda Ana Terra et. al.	Amauri Stracci	10.000	São Desidério e LEM	Brasil	Brasil
Grupo Arakatu	Agropecuaria Arakatu LTDA	6.000	Barreiras e LEM	Brasil	Brasil
AgriBrasil	AgriBrasil Holding	24.400	Jaborandi	Brasil	Brasil, EUA e Holanda
Fazenda Letíssimo	Simon Wallace	5.500	Jaborandi	Brasil	Nova Zelândia
João Carlos Jacobsen Rodrigues	João Carlos Jacobsen Rodrigues	17.400	Barreiras	Brasil	Brasil

Fonte: CUNHA, 2017

Frederico e Buhler (2015) destacam que embora haja a presença de grupos familiares na produção agrícola do oeste da Bahia, observa-se o aumento da participação de outros atores na dinâmica do agronegócio da região, tais como grandes empresas agrícolas patrimoniais e de investimentos. Em que pese essa diversidade de atores atuando no agronegócio do oeste baiano, o grande capital hegemônico nacional e global é quem regula a lógica produtiva, com destaque para o papel desempenhado pelas chamadas *tradings* que atuam na região (FREDERICO; BUHLER, 2015).

Para Frederico (2009), as *tradings* têm papel fundamental nas áreas de fronteira agrícola, regulando a produção por controlarem o sistema de armazenamento de grãos. No caso do oeste baiano, a Bunge e a Cragill possuem importante papel na dinâmica produtiva. Segundo Frederico (2015), elas controlam a produção, embora não produzam a soja, o milho e o algodão, não somente por meio da regulação dos meios de transportes e armazenamento, mas, também, pelo controle de informações, fornecimento de créditos e insumos químicos aos produtores.

As *tradings* coordenam os fluxos de produtos no mercado nacional e internacional, transacionando as mercadorias com produtores/cooperativas, tanto a montante, na aquisição de insumos, sementes e crédito, como a jusante da cadeia, na venda para o mercado externo do valor de uso produzido (SANCHES; 2008; FREDERICO, 2014; FREDERICO; BUHLER, 2015; CUNHA, 2016; 2017; SANTIAGO, 2011 e SANTOS, 2007). Além das mencionadas gigantes do setor, observa-se na região a presença de outras grandes *tradings* como a ADM, Amaggi e a Louis Drayfus.

As *tradings* regulam mais fortemente as empresas agrícolas familiares, que não possuem “poder sobre a divisão dos lucros ao longo da cadeia de valor” (FREDERICO; BUHLER, 2015, p. 213). O poder de regulação das *tradings* sobre as empresas patrimoniais e empresas de investimento é menor, visto que as maiores empresas possuem departamentos internos de *tradings* (FREDERICO, 2014).

Com relação às empresas agrícolas de investimento, Frederico (2014) chama atenção para a sua estreita ligação com o capital financeiro.

Fato comum entre as empresas de investimento é a sua articulação com o capital financeiro mundializado, seja pela negociação de suas ações em bolsa de valores nacionais ou estrangeiras, com parte delas controladas por fundos privados e soberanos, seja pela atuação nos mercados futuros

via hedge e também, em alguns casos, pela ação especulativa (FREDERICO, 2014, p. 12)

Frederico e Buhler (2015) observam que diferentemente das *tradings*, que atuam mais no controle do armazenamento, transporte, crédito e fornecimento de insumos, as empresas agrícolas de investimento atuam na produção e adquirem terras, por meio de alianças com produtores locais, cujo foco estratégico é especular com a valorização fundiária. A especulação fundiária possibilita apropriação da renda fundiária extra pelo capital financeiro mundializado.

O processo histórico de consolidação do agronegócio no oeste baiano, portanto, é marcado por “uma crescente centralização de capital no agronegócio, decorrente da articulação entre o grande capital nacional entre si e com empresas e investidores estrangeiros” (FREDERICO, 2014, p. 01). Para Cunha (2016; 2017), os investimentos financeiros no agronegócio da região intensificaram o processo de controle da produção do oeste baiano por estrangeiros e a sua vinculação/subordinação ao capital.

De fato, a intensificação e integração de capitais no setor agrícola do oeste baiano estruturaram a formação de oligopólios empresariais, com maior participação do capital externo. O grande poder dos oligopólios que atuam no agronegócio é fruto de um arcabouço historicamente montado, o qual se caracteriza pela aliança de frações de classes do capital que controlam a produção, com forte apoio do Estado. A partir da década de 2000, com a intensificação de capitais integrados e verticalizados, há uma reestruturação deste arcabouço, com a crescente participação do capital externo. Estes grandes oligopólios se tornam os principais responsáveis pelo controle do setor, bem como pela organização do espaço (CUNHA, 2017)

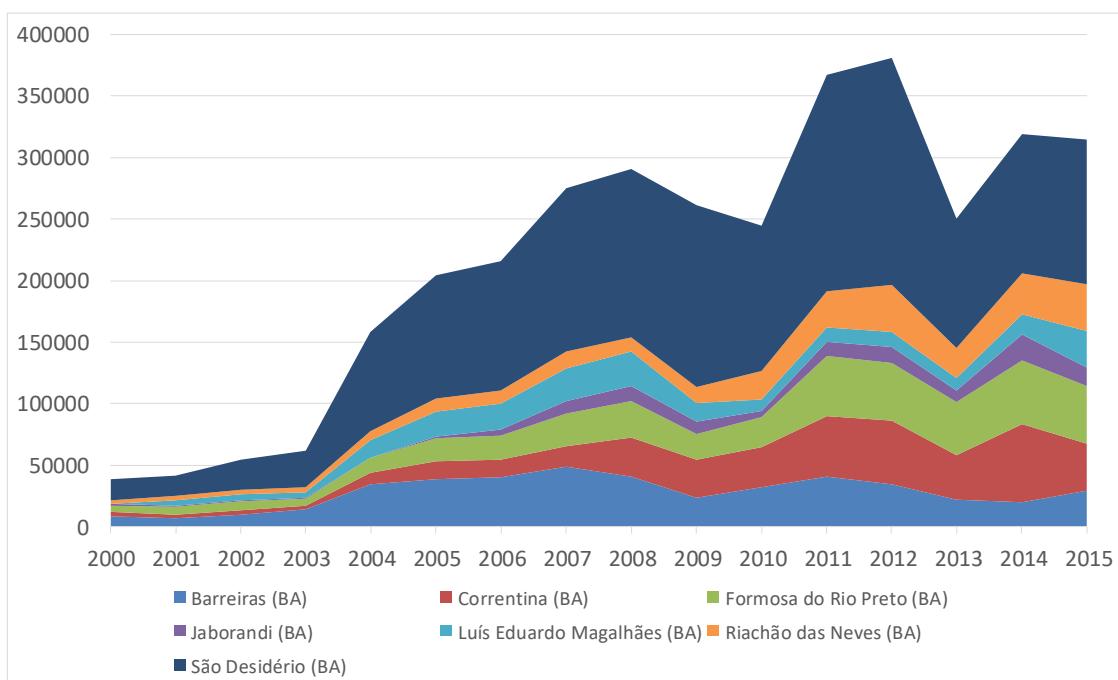
A estrangeirização do agronegócio do oeste baiano se evidencia em diversos elos do complexo agroindustrial. No setor de fertilizantes, por exemplo, um dos atores centrais para a dinâmica produtiva no período de consolidação da agricultura moderna na região, o grupo Galvani, implantado no município de Luís Eduardo Magalhães, em 1992, foi incorporado a uma gigante multinacional do setor de fertilizantes, a norueguesa Yara.

A moderna agricultura do oeste baiano está mais consolidada em setes municípios do oeste baiano, são eles: Barreiras, São Desidério, Correntina, Jaborandi, Luis Eduardo Magalhães, Riachão da Neves e Formosa do Rio Preto. Estes dois últimos não são considerados na Área de Influência Indireta.

A produção de grãos e algodão se destaca nestes setes municípios. Em 2014, a área destinada a produção de milho, soja e algodão, principais culturas da região, era de

1.825.508 hectares, muito superior a área ocupada em 2000, que era de aproximadamente 798 mil hectares.

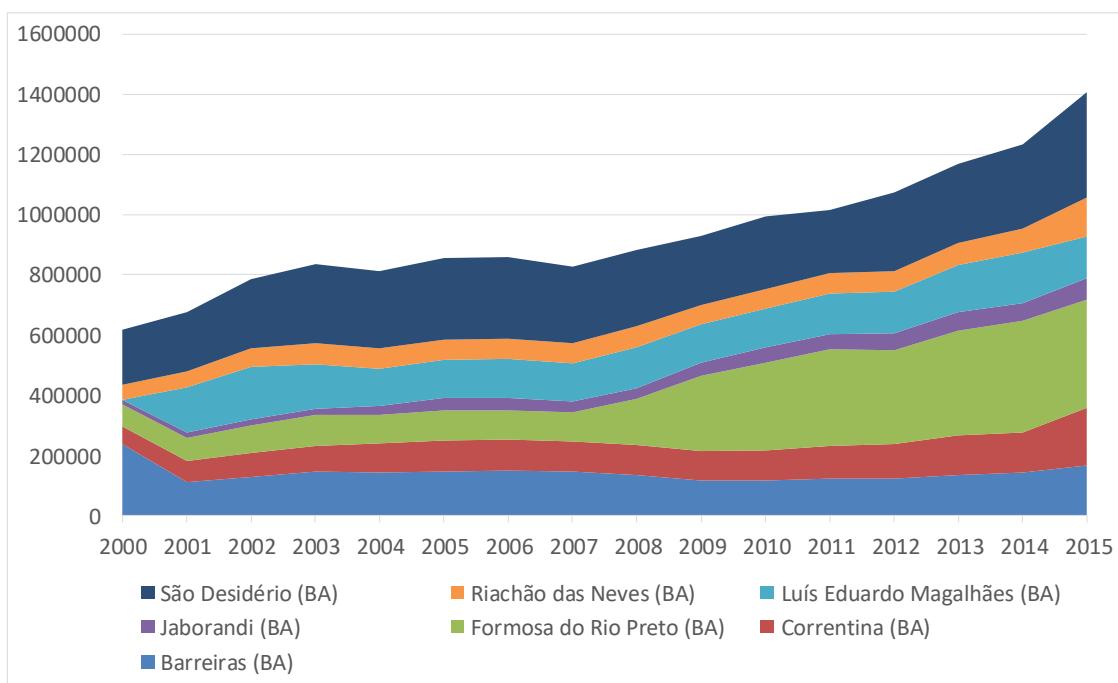
No caso do algodão, estes municípios representavam em 2014, 93,4% da área plantada de algodão da Bahia, com uma produção de 1,087 milhão de tonelada. A pressão sobre novas área para a produção de algodão nestes municípios pode ser verificada com os dados da evolução da área plantada (Gráfico 17). Segundo dados da PAM, do IBGE (2017), no ano de 2000, a área destinada a produção de algodão era de 38.491 hectares, já no ano de 2014 era de 341.690 hectares. Os municípios de São Desidério, Correntina e Formosa do Rio Preto se destacam no que se refere a extensão de área plantada, em hectares, para a produção de algodão.



Fonte: PAM, 2015

Gráfico 17: Evolução da área plantada de algodão, em hectares, em municípios selecionados do oeste baiano

Com relação a soja, cultura com maior produção na região, a área ocupada duplicou nos sete municípios supramencionados, em conjunto. Entre o início do século XXI e o ano de 2014, a área plantada de soja saiu de um patamar de 616 mil hectares para 1.233 hectares (Gráfico 18). A área destinada a plantação de soja nestes municípios representava, em 2014, quase 97% da área total destinada a produção de soja da Bahia. Os municípios de Formosa do Rio Preto e São Desidério são aqueles com maior área destinada a produção de soja na Bahia.

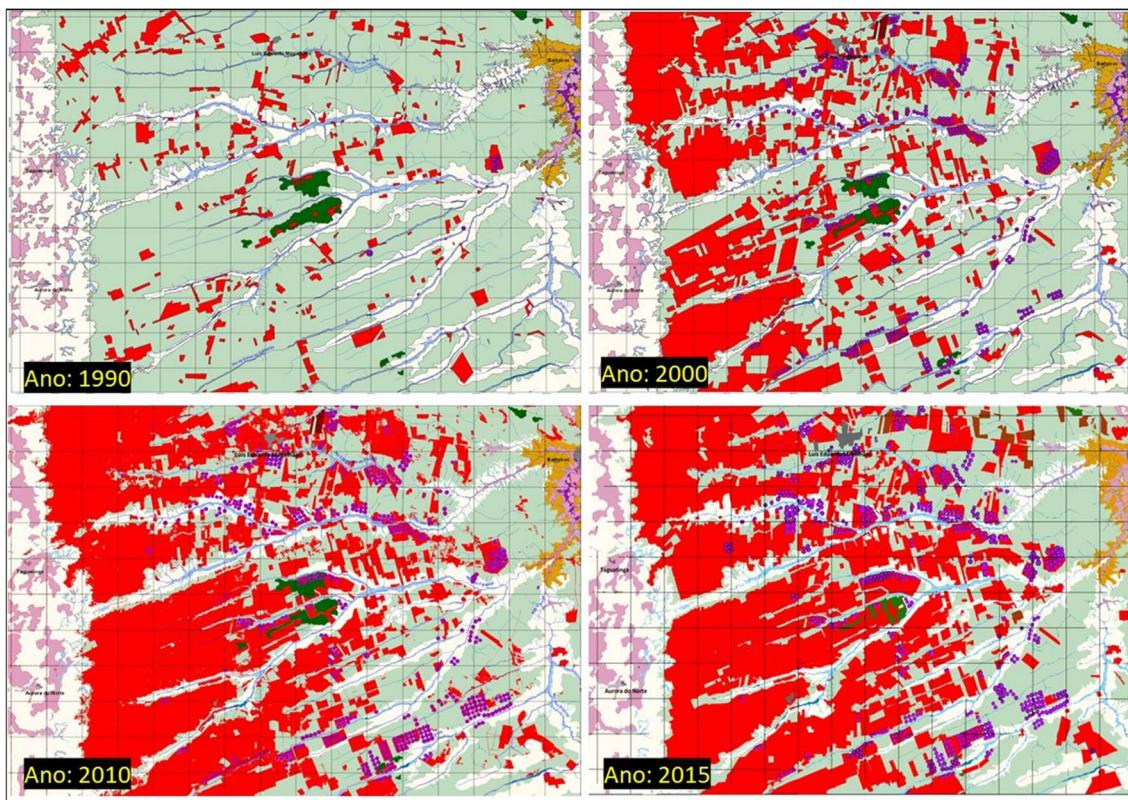


Fonte: PAM, 2015

Gráfico 18: Evolução da área plantada de soja, em hectares, em municípios selecionados do oeste baiano

A área destinada à produção de milho nos setes municípios saiu de um patamar de 142 mil hectares em 2000 para cerca de 273 mil hectares em 2014. Entretanto, diferentemente da cultura da soja e do algodão, em que os setes municípios possuíam participação quase que total na área plantada destas culturas no estado da Bahia, no caso do milho, estes municípios eram responsáveis por 33% da área da Bahia destinada a produção de milho, uma vez que a cultura é mais disseminada no estado. Entretanto, no oeste da Bahia a cultura é produzida em grande escala. São Desidério é o município que possuía maior área destinada à produção de milho, 82,8 mil hectares, em 2014.

Conforme salientado, a ampliação da área de ocupação do agronegócio no oeste baiano depende, dentre outras coisas, da disponibilidade hídrica. A área para possível expansão do agronegócio na região requer a utilização de irrigação, pois as áreas com maior índice pluviométrico, as chapadas do oeste baiano, já se encontram praticamente ocupadas. Isso exige maiores custos com artefatos técnicos de irrigação, mas, por outro lado, a redução dos custos logísticos com a implantação da FIOL, por exemplo, pode compensar os custos da irrigação.



Fonte: MIRANDA, 2015

Figura 27: Expansão da ocupação agrícola e da implantação de pivô central na região de do entorno de Barreiras, 1990-2015

O agrohidronegócio do oeste baiano depende atualmente de água para sua dinâmica e crescimento. O Atlas da Irrigação (2017) mostra o grande crescimento da irrigação na Bahia, em especial em áreas de Cerrado do oeste baiano, com forte adoção de pivôs centrais. A figura 27, mostra a grande concentração de área irrigada no estado da Bahia no cerrado do oeste baiano.

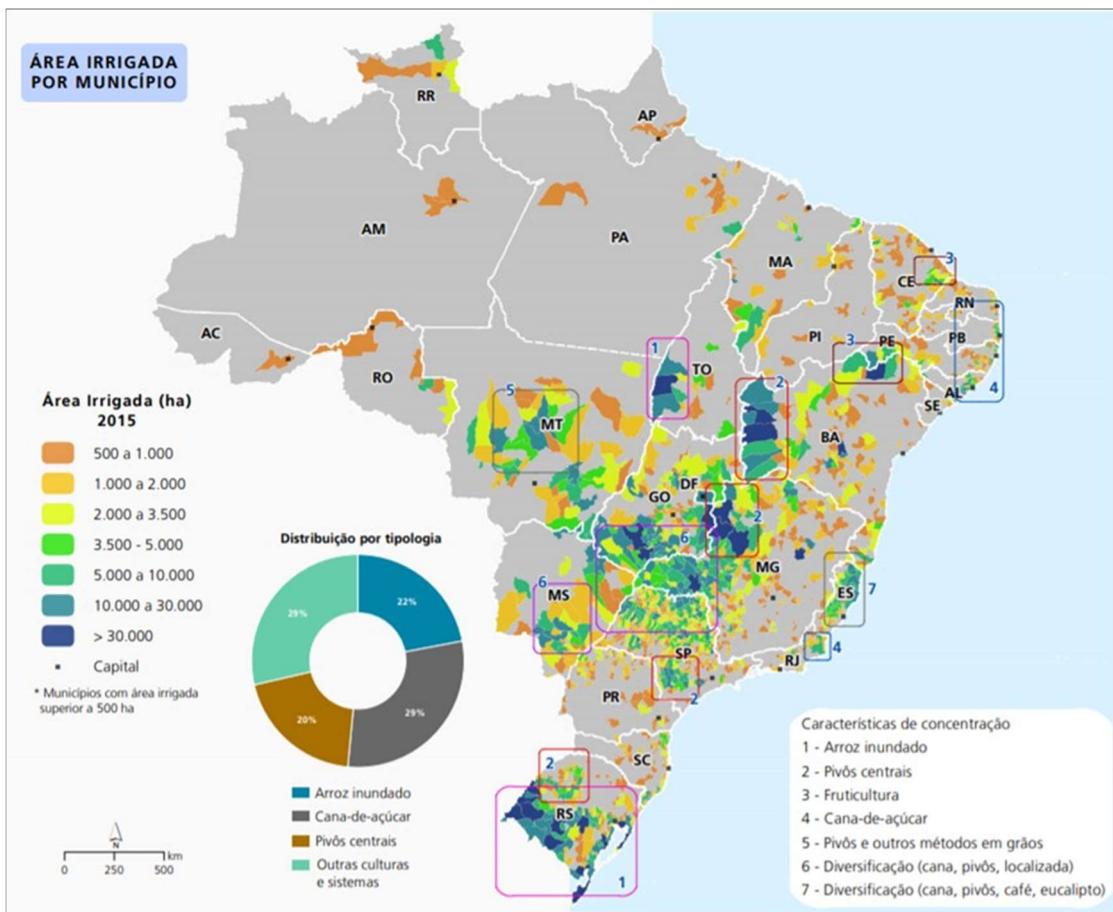
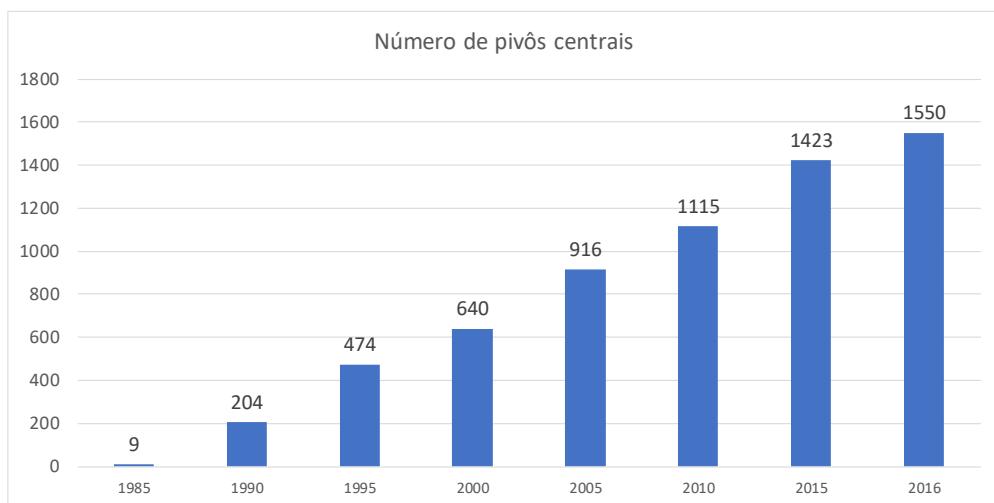


Figura 28: Área atual equipada para irrigação por município, Brasil, 2015.

Atualmente, no oeste baiano, são 1.550 pivôs centrais, abrangendo uma área irrigada de mais de 160 mil hectares (ANA, 2017). O número de pivôs centrais na região apresentou grande crescimento a partir dos anos 2000 (Gráfico 19)



Fonte: ANA, 2017

Gráfico 19: Evolução do número de pivôs centrais no oeste baiano, 1985-2016

Segundo a ANA (2017), as fontes de água para irrigação na região do oeste da Bahia são sistemas superficiais, dos rios Grande e Corrente e de seus afluentes, e subterrâneas do Aquífero Urucuia. Segundo o antropólogo Altair Sales Barbosa (2015), “o aquífero Urucuia, responsável por quase 80% das águas que alimentam o São Francisco”. Ainda de acordo com o professor, o aquífero Urucuia juntamente com o Bambuí “são responsáveis pela formação e alimentação dos rios que integram a bacia do São Francisco e as sub-bacias hidrográficas do Tocantins, Araguaia, além de outras situadas na abrangência do Cerrado”

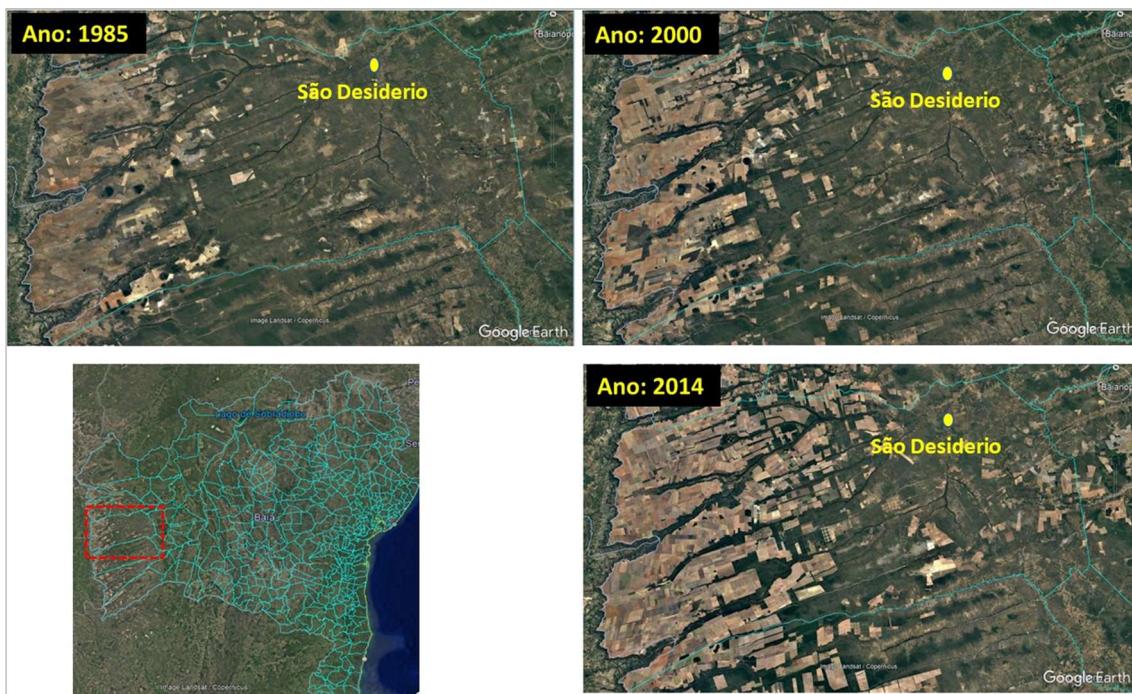


Fonte: ANA, 2017

Figura 29: Pivôs centrais no Oeste Baiano, 2016

O dinamismo do agronegócio é tão intenso no oeste baiano que o município de São Desidério disputa com o município de Sorriso, no Mato Grosso, como aquele com maior participação no valor adicionado bruto da agropecuária no PIB brasileiro. Em 2014, o município de São Desidério liderou o *ranking* de maior valor adicionado do setor. As imagens de satélite mostram a evolução da pressão do agronegócio sobre o espaço para a

produção agropecuária e a dinâmica recente da ocupação no município de São Desidério (Figura 29).

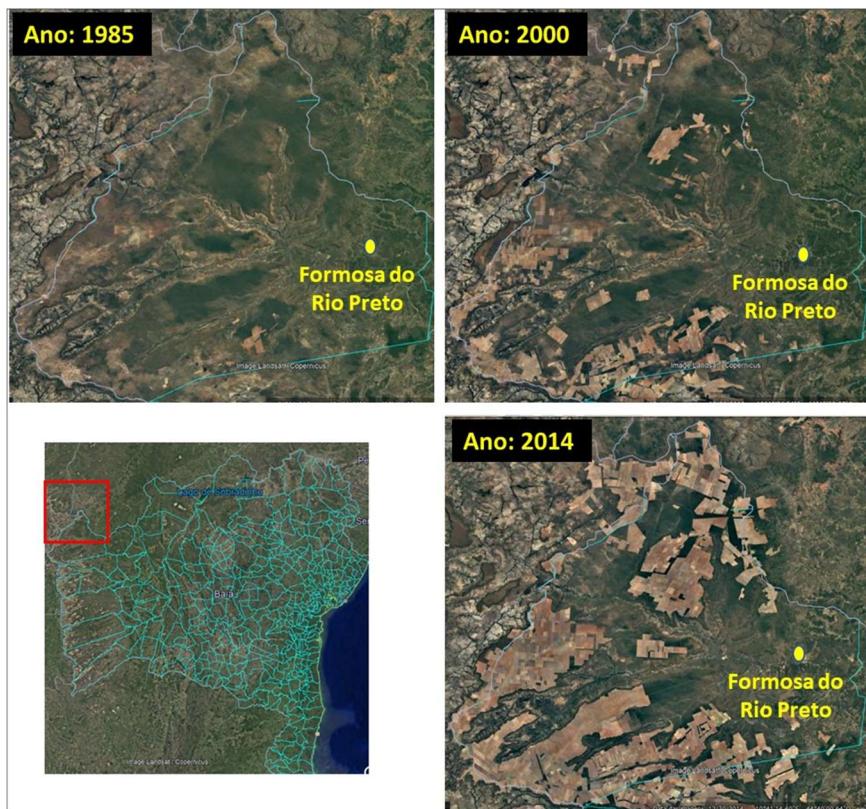


Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth

Figura 30: Expansão da ocupação do solo para atividade agrícola no município de São Desidério

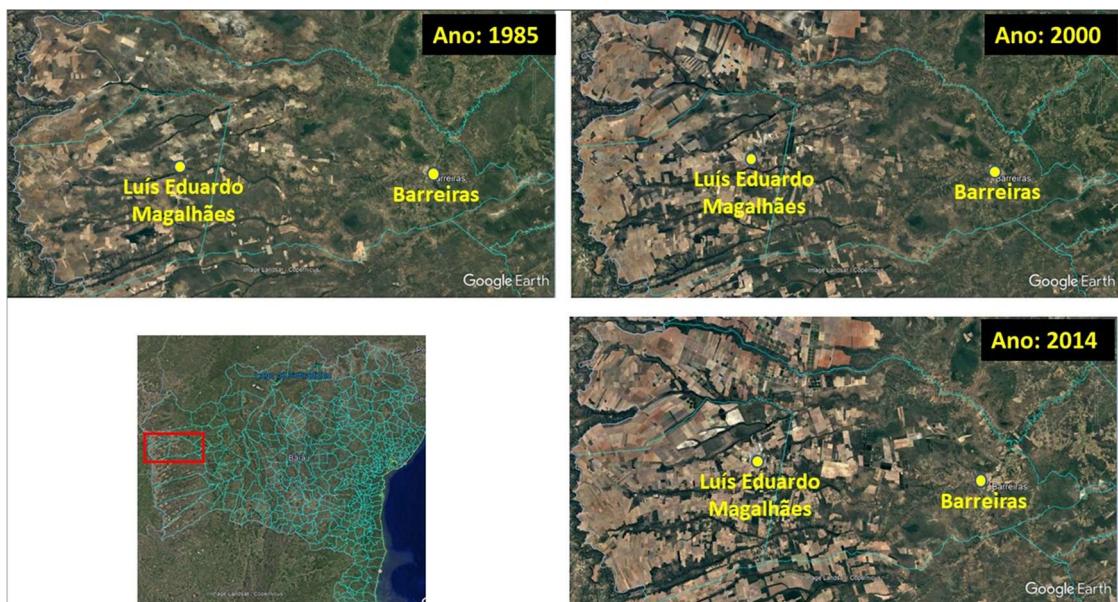
Além de São Desidério, com participação de 0,67% no valor adicionado bruto da agropecuária brasileira, o município de Formosa do Rio Preto apareceu na quarta posição do ranking de maior valor adicionado do setor, com participação de 0,35%. Destacam-se também os municípios de Barreiras, com participação de 0,25% no valor adicionado bruto da agropecuária brasileira, ocupando a 17^a posição; o município de Correntina, na 20^a posição no ranking de maior valor adicionado do setor, com participação de 0,23% no valor adicionado bruto e o município de Luis Eduardo Magalhães na 22^a posição, com participação de 0,22% do valor adicionado bruto da agropecuária. (IBGE, 2017).

As imagens de satélite demonstram a expansão das atividades do agronegócio e a pressão da atividade na ocupação de novos espaços para produção nos municípios do oeste baiano.



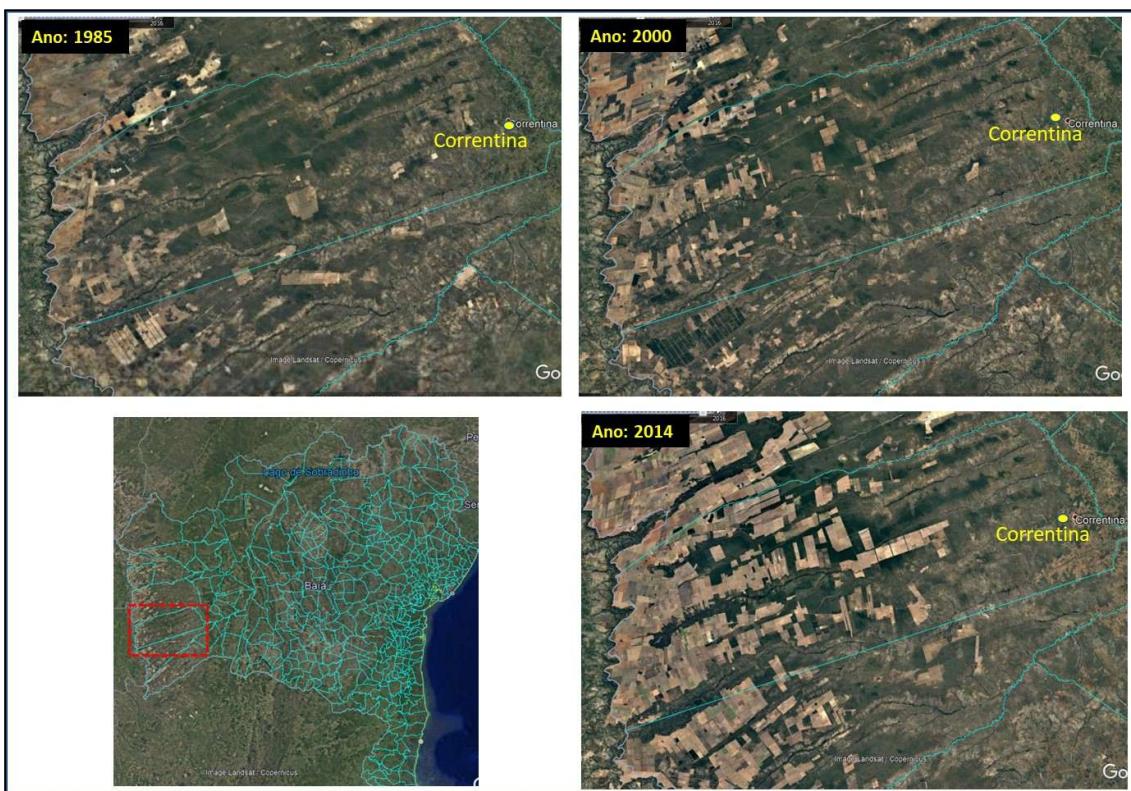
Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth

Figura 31: Expansão da agricultura no município de Formosa do Rio Preto, 1985-2014



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 32: Expansão da agricultura nos municípios de Barreiras e Luis Eduardo Magalhães, 1985-2014



Fonte: Elaboração própria a partir do Google Earth, 2017

Figura 33: Expansão da agricultura no município de Correntina, 1985-2014

Os municípios de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras exercem forte centralidade na região, pois são neles que estão situados os atores que regulam a produção da região e os serviços de apoio a mesma, tais como os principais centros de armazenagem, os serviços técnicos e de fornecimento de insumo à produção, além das plantas industriais de beneficiamento dos grãos. No município de Luis Eduardo Magalhães, ocorre uma das principais feiras do setor no Brasil, a Bahia Farm Show, reunindo no município representantes das elites dominantes ligadas ao agronegócio brasileiro.

A expansão da atividade do agronegócio tem provocado mudanças na paisagem dos municípios do agronegócio do oeste baiano, seja pela incorporação de novos fixos no espaço e adensamento de objetos técnicos agrícolas, quanto pela intensidade dos fluxos de pessoas, informações, recursos financeiros e mercadorias.



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 34: Vista aérea de satélite da cidade de Luís Eduardo Magalhães, 2017

A pujança da produção capitalista no grande espaço de acumulação do capital do agronegócio na Bahia evidencia as contradições deste processo de acumulação. Os municípios do oeste da Bahia são aqueles que ocupam as primeiras posições na classificação dos municípios do estado com maior concentração de terra. Dos dez primeiros municípios baianos que possuem o maior número de estabelecimentos agropecuários com 2500 ha e mais, os cinco primeiros são justamente os municípios do oeste da Bahia (Tabela 12), com maior produção das culturas associadas ao agronegócio (soja, algodão e milho). O município de São Desidério é emblemático. Embora seja o primeiro município brasileiro em relação a posição na participação do valor adicionado da agropecuária brasileira, possui, conforme visto, sérios problemas sociais, tal como o baixo IDH, elevado percentual de população em situação de extrema pobreza, além de ser aquele com maior número de grandes latifúndios.

Classificação dos municípios quanto ao número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) com 2500 ha e mais	Município	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) com 2500 ha e mais	Área Total (ha)	Percentual do território do município ocupado pelos estabelecimentos agropecuários com 2500 há e mais
1 ^a	São Desidério	94	752.626	50%
2 ^a	Formosa do Rio Preto	92	510.998	32%
3 ^a	Barreiras	66	277.698	35%
4 ^a	Correntina	52	749.506	65%
5 ^a	Luís Eduardo Magalhães	46	193.123	49%
6 ^a	Boa Vista do Tupim	40	83.497	28%
7 ^a	Itamaraju	38	96.092	41%
8 ^a	Jequié	37	82.894	28%
9 ^a	Riachão das Neves	34	210.008	82%
10 ^a	Palmas de Monte Alto	30	72.514	12%

Fonte: IBGE -Censo Agropecuário, 2006

Nota: Elaboração própria

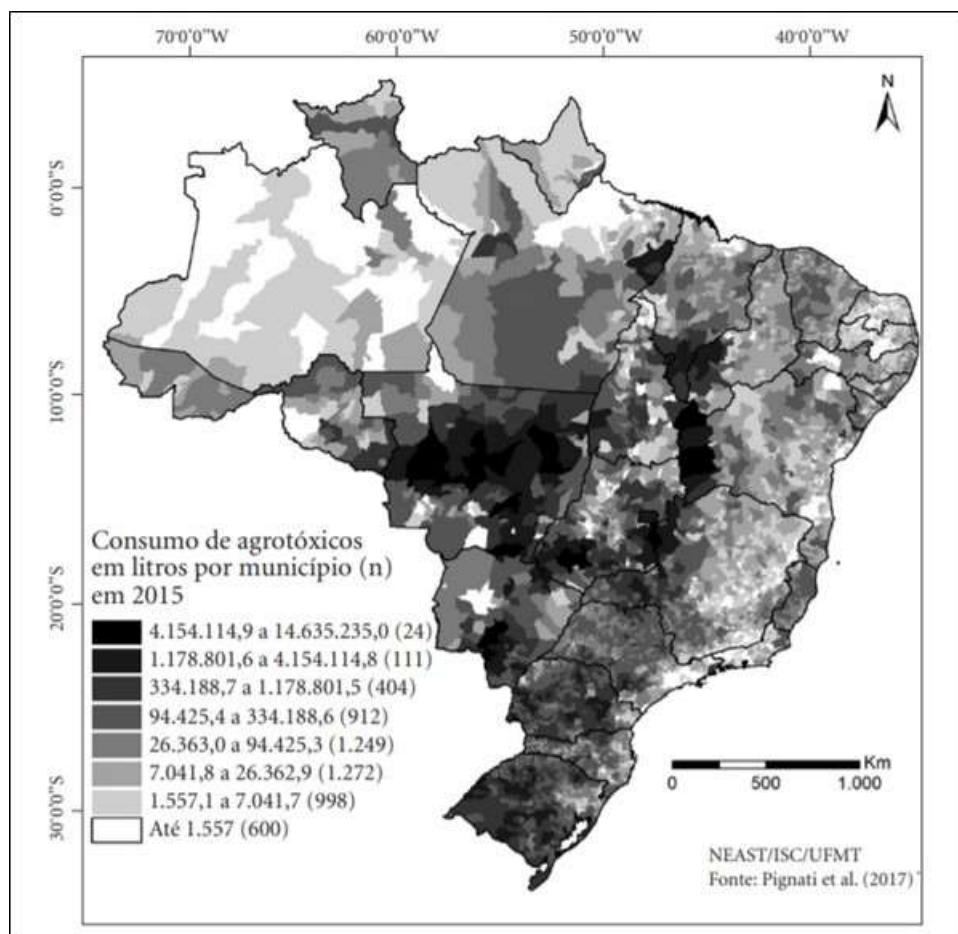
Tabela 12: Classificação dos municípios baianos quanto ao número de estabelecimentos agropecuários (Unidades) com 2500 ha e mais, Bahia, 2006

Segundo Frederico (2014), com base nos dados do censo agropecuário, o número de propriedades com mais de mil hectares no oeste baiano aumentou de 133 unidades em 1975 para mais de 2,8 mil unidades em 2006. De fato, os dados do censo revelam que com a consolidação do agronegócio na região houve uma maior concentração de terras. Desde o início, os programas de ocupação do cerrado pela agricultura moderna capitalista fomentavam as grandes propriedades, o que terminou culminou com a intensificação da concentração de terra na região (SANTOS, 2007, FREDERICO, 2014).

Observa-se também a concentração do crédito rural nos setes municípios que concentram o agronegócio no oeste baiano. Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério, respondiam, conjuntamente, por 59% do total do valor de crédito rural disponibilizado na Bahia, cerca de R\$ 2,62 milhões, em 2012 (BACEN, 2012).

A ocupação dos cerrados do oeste baiano é marcada, portanto, pela concentração do capital, da terra e do crédito, além do uso intensivo de agrotóxicos, fertilizantes e suprimentos químicos, típico do modelo da agricultura moderna capitalista. Estimativas do consumo de agrotóxicos utilizados nas culturas agrícolas estudadas¹⁹, por municípios do Brasil, no ano de 2015, realizadas por PIGNATI *et al.* (2017), evidenciam os elevados níveis de consumo de agrotóxicos no oeste baiano (Figura 34). De acordo com o referido estudo, os municípios de São Desidério e Formosa do Rio Pretos estão entre os dez municípios brasileiros que mais consumiram agrotóxico no ano de 2015.

¹⁹ No estudo de Pignati *et al.* (2017) foram selecionados na lavoura temporária, os cultivos de abacaxi, algodão, arroz, cana-de-açúcar, feijão, fumo, girassol, melancia, melão, milho, soja, tomate e trigo. Para lavoura permanente foram os cultivos de banana, café, mamão, manga, uva e cítricos (somatório de laranja, limão e tangerina)



Fonte: Pignati *et al* (2017)

Figura 35: Estimativa do consumo de agrotóxicos utilizados nas culturas agrícolas, por municípios do Brasil, 2015

A centralidade do Estado no processo de produção capitalista dos espaços dos cerrados baianos tende a ser reforçada com a implantação da FIOL. O Estado é o responsável por aportar fundos públicos para o projeto, infraestrutura que reduz barreiras físicas ao capital e encurta o tempo de rotação do mesmo. A implantação da FIOL, representa a possibilidade de uma maior integração dos espaços do oeste baiano à lógica de acumulação do capital a nível global. Aqui cabe salientar que grande parte da produção dos grãos do oeste baiano é escoado via modal rodoviário, menos competitivo, pela BR-242, até o porto de Salvador. Assim, a implantação da FIOL, fomentada e financiada pelo Estado, trata-se de uma nova etapa do processo histórico de produção capitalista dos espaços dos cerrados baianos, que, conforme evidenciado por Santiago (2011), foram planejados e produzidos pelo Estado, articulado com os interesses do grande capital, de modo a integrá-los a uma nova dinâmica de valorização de capitais nacionais e internacionais.

O controle do capital externo na estruturação da dinâmica produtiva do agronegócio, uma realidade no oeste baiano, evidencia o caráter dependente da economia

brasileira, pois grande parte da mais valia produzida na região é apropriada pelos grandes capitais externos e enviada ao exterior. A isenção das exportações, amparada na Lei Kandir possibilita que estes grupos internacionais se apropriem de uma renda ainda maior e a enviem para o exterior. Como consequência, para manutenção do processo de reprodução do capital, observa-se no oeste baiano uma superexploração do trabalho, conforme evidenciado por Cunha (2017). O autor advoga que há uma precariedade nas relações de trabalho no oeste baiano. Para Cunha (2017, p. 343):

vínculos trabalhistas que se estabelecem na cadeia produtiva do agronegócio, configuram em diversos casos a superexploração do trabalho, com imposições de jornadas excessivas, manejo de materiais tóxicos como os agrotóxicos, precárias contratações rotativas e temporárias, contratos terceirizados, mão de obra escrava etc.

Ainda segundo Cunha (2017, p. 404):

A parcela do Oeste da Bahia que possui a cadeia produtiva mais consolidada nos municípios de São Desidério, LEM e Barreiras, Correntina e Riachão das Neves, reposta a precarização das relações de trabalho como “mola-mestra” do circuito produtivo, expressadas pela prática do trabalho escravo, a superexploração do trabalhador, acidentes graves de trabalho, mortes de trabalhadores etc., nas áreas em que se apresentam a maioria do capital fixo implementado, com as agroindústrias, as fazendas produtoras, estradas, armazéns, PCH’s etc.

Oliveira, Germani e Santos (2010) observaram que entre os anos de 2003 e 2009 os municípios baianos com maior número de trabalhadores resgatados em condições análogas ao trabalho escravo estavam na região oeste da Bahia, principalmente no município de São Desidério, município líder na participação do valor adicionado bruto do setor agropecuário do Brasil. Da mesma forma, Girardi *et al.* (2014) ao analisarem os territórios da escravidão no Brasil, evidenciam que o oeste da Bahia se configura como uma das regiões brasileira com maior número de libertações de trabalhadores em situação análoga à escravidão, bem como em número de denúncias de trabalhadores em tal situação. Esses dados evidenciam a violência do processo de expansão do agronegócio sobre a tutela do Estado.

A expansão da atividade do agronegócio na região está associada a maior exploração dos recursos naturais, em especial a água e a terra. O aumento da área destinada a produção do agronegócio está ligado a supressão vegetal e a perca da biodiversidade. Ademais, a pressão do uso e ocupação da terra pela moderna agricultura

pressiona os recursos hídricos, uma vez que uso intensivo de água é uma característica do modelo de agricultura do agronegócio do oeste baiano.

o desmatamento e o uso desenfreado dos recursos hídricos aparecem como as principais causas para um indicativo da diminuição na vazão dos rios no Oeste Baiano. [...], pois além de ocasionar tais problemas, poderá estar diminuindo a vazão do rio São Francisco (rio de importância nacional, principalmente para a geração de energia elétrica, irrigação e abastecimento público de água para a região semiárida nordestina), sobretudo no período de estiagem, já que o Aquífero Urucuia presente no Oeste da Bahia é o principal responsável por abastecer o rio (CUNHA, 2017, p. 44).

A busca pelo apropriação e controle da água perpassa por um conjunto de estratégias por parte do agronegócio como a elaboração de estudos técnicos que legitimem seus interesses. Neste sentido, o Governo da Bahia está desenvolvendo um projeto cujo objetivo é estudar o potencial hídrico do Oeste da Bahia. Para tanto, busca quantificar e monitorar a disponibilidade dos recursos do Aquífero Urucuia e superficiais nas bacias dos rios Corrente e Grande. Tal estudo está sendo desenvolvido pela Universidade de Nebraska (Water for Food Global Institute) dos EUA e a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Destaca-se que a proposta do estudo foi encaminhado ao governo da Bahia pelo Programa para Desenvolvimento da Agropecuária (Prodeagro) (BAHIA, 2017a; 2017b). O Prodeagro representa os interesses do agronegócio, é um programa que tem como objetivo a concessão de crédito fiscal nas aquisições de produtos agrícolas junto a produtores rurais, desde que destinados ao processamento industrial no estado da Bahia, regulado pelo Decreto nº 14.500 de 28 de maio de 2013, do Governo do Estado.

Tal forma de atuação do capital agronegócio evidencia seu o fortalecimento no interior do bloco no poder e a forma da relação entre a representação de interesses setoriais de tal fração do capital, com grande hegemonia no bloco de poder, e o Estado, intermediando seus interesses.

5.3 A FIOL EM ESCALAS ESPACIAIS MAIS AMPLAS

A FIOL possui articulação com escalas espaciais ainda mais ampla que a local ou regional. Em uma escala macrorregional, para além dos limites do estado da Bahia ou do Tocantins, uma vez que a FIOL está inserida dentro de um projeto mais amplo de

expansão da malha ferroviária brasileira, interconectada a outras ferrovias, mas também se interconecta a outros modais de transporte, conformando uma rede logística multimodal.

O modal ferroviário, em geral, requer uma articulação com outros modais, como o rodoviário, que possui maior capilaridade, seja para atração de cargas até os terminais (pátios) ferroviários ou para distribuição das cargas dos terminais para o seu destino final. Como o transporte ferroviário é mais competitivo para grandes volumes de carga e grandes distâncias, ele estrutura um sistema integrado com outros modais e, dessa forma, possui capacidade de atração de cargas de outras regiões, que não apenas a da região onde está sendo implantada.

No caso da FIOL, seu estudo de demanda por carga, considera a possibilidade de atração de carga para ser escoada oriunda de outros espaços de produção, que não apenas dos municípios ou dos estados que ela tem uma relação direta. Neste sentido, é preciso analisar a FIOL em um contexto espacial ainda mais amplo e não restringir a análise a sua área de influência indireta, tal como observada nos EIA/RIMA da ferrovia. Torna-se necessário compreender a FIOL e sua articulação em múltiplas escalas territoriais, e, portanto, sua articulação macrorregional, nacional e global.

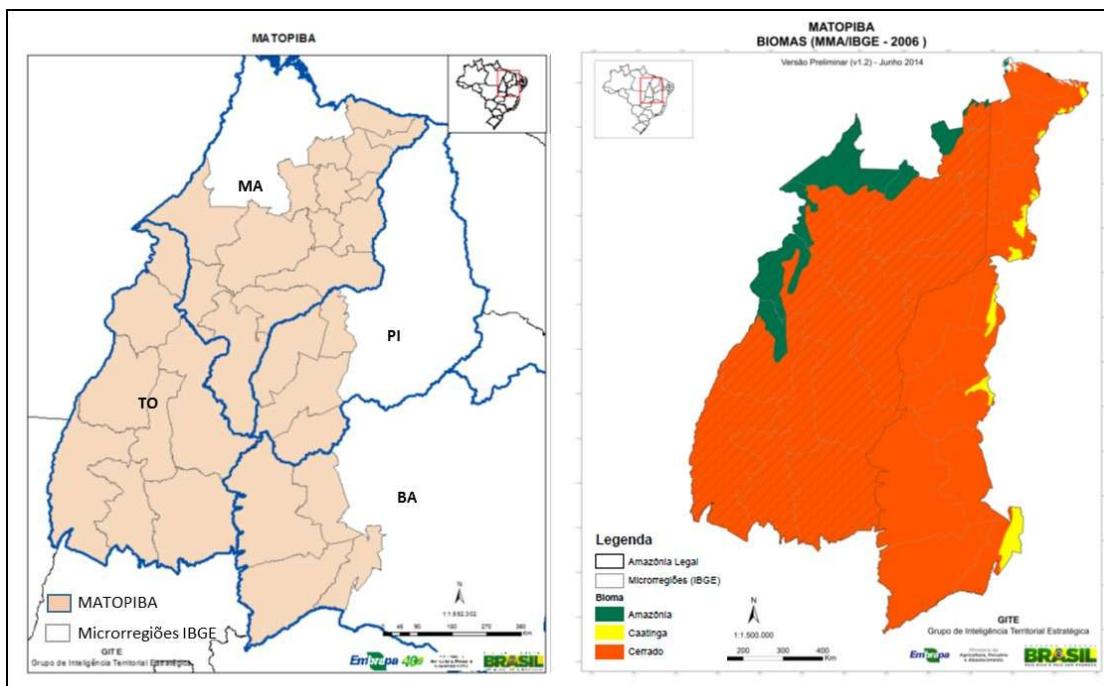
A FIOL está inserida em um projeto no qual ela se conecta com outras ferrovias permitindo articular, juntamente com a FNS e a Nova Transnordestina, uma nova fronteira de produção de mercadoria agropecuária no Brasil, conhecida como MATOPIBA, por abranger áreas dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região oeste da Bahia está inserida na macrorregião do MATOPIBA (EMBRAPA, 2015). Frederico e Buhler (2015) ressalta que a elevação da demanda chinesa por *commodities* agrícolas, o aumento do preço destas *commodities*, o aumento do custo da terra no oeste baiano e as condições propícias para a produção no sul do Piauí e Maranhão impulsionaram a dilatação da fronteira agrícola para tais estados, promovendo um novo uso do território e a difusão no mesmo de novos artefatos técnicos voltados a produção da moderna agricultura capitalista.

A região do MATOPIBA tem uma área de aproximadamente 73 milhões de hectares, cerca de 91% está situada no bioma do Cerrado, 7,3% no bioma Amazônico e 1,6% no bioma da Caatinga. Destaca-se que 61% do MATOPIBA se encontra na chamada Amazônia Legal²⁰. A delimitação espacial proposta do MATOPIBA, área de grande potencial para consolidação de uma nova fronteira agrícola e, portanto, de apropriação do

²⁰ Região compreendida pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.

espaço pelo capital, dar-se sobre um bioma seriamente ameaçado, o Cerrado brasileiro, e que possui grande importância na formação e recarga de importantes bacias hidrográficas, como a do São Francisco, do Parnaíba e do Tocantins-Araguaia.

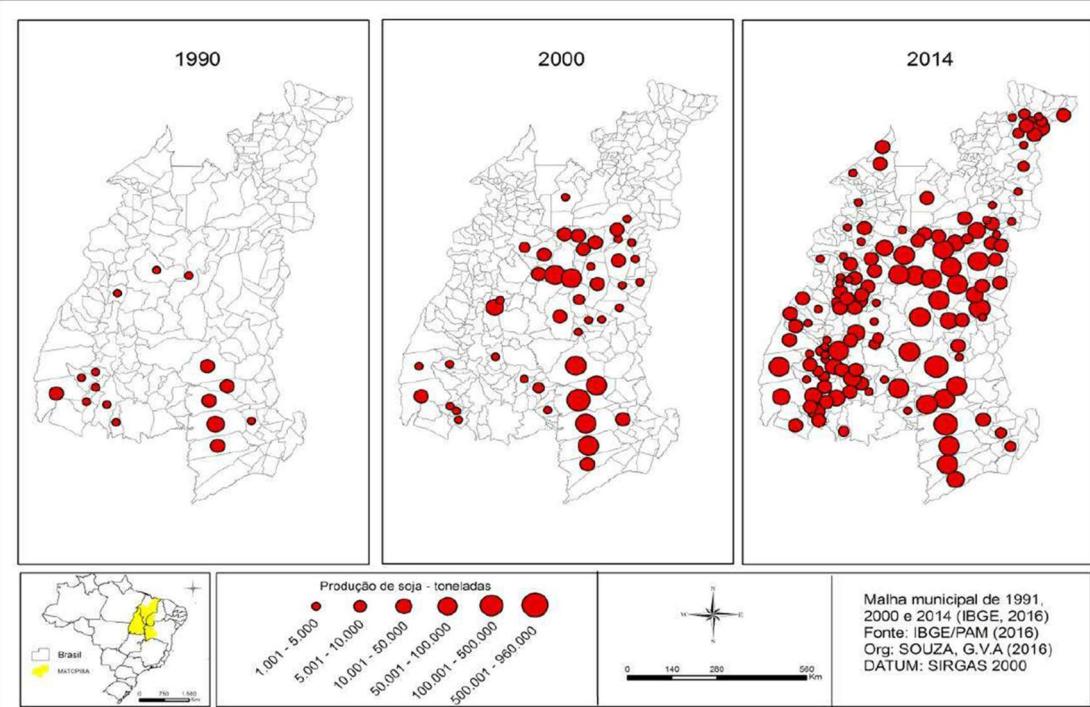
Mas como destaca Acselrad e Coli (2008, p. 13) o desenvolvimento de mapas por meio de técnicas cartográficas exprime “uma abstração do mundo, elaborada sempre a partir de algum ponto de vista”. A própria regionalização da região do MATOPIBA é uma tradução desses interesses. No caso do MATOPIBA, trata-se dos interesses ligados ao agronegócio que se estabelece na região e que reforça um padrão de reprodução do capital pautado na exportação de *commodities*.



Fonte: MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014b

Figura 36: Delimitação do MATOPIBA e seus biomas, 2014

No MATOPIBA há uma forte expansão das atividades agrícolas de produção de grãos, em especial a soja e o algodão. No caso da soja, principal cultura agrícola e que mais contribui com o valor bruto da produção da agropecuária da região, a Figura 37 permite observar a evolução da expansão da produção na região do MATOPIBA.



Fonte: SOUZA, 2017

Figura 37: Expansão da produção regional de soja no MATOPIBA (anos 1990, 2000 e 2014)

Em que pese a expansão da atividade da moderna agricultura na região, uma maior expansão da ocupação dos espaços de Cerrados dessa nova fronteira agrícola pelo capital, requer estabelecimento de novos fixos necessários para garantir a circulação das mercadorias. Logo, o Estado, associado ao interesse do capital do agronegócio e dando continuidade a estratégia brasileira neodesenvolvimentista extrativista tem viabilizado a dotação de infraestrutura, inclusive a ferroviária, necessária para ampliação dos espaços de produção capitalista dos cerrados do centro-norte (MATOPIBA) do Brasil. Além dos projetos ferroviários, as intervenções na BR-135, que liga a região oeste da Bahia, a partir de Barreiras, ao sul do Piauí, prevista no PAC, destaca-se como importante projeto para facilitar a circulação da produção e na região.

Tal região tem ganhado apoio estatal não apenas por meio das ações de políticas públicas para viabilizar a infraestrutura logística. A região do MATOPIBA foi institucionalizada, por meio de decreto presidencial que estabeleceu um Plano de Desenvolvimento Agropecuário para o MATOPIBA²¹ e a criação de seu Comitê Gestor. Além disso, o Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016, do Governo Federal, criou na estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do MATOPIBA, posteriormente extinto por

21 Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015: Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA e a criação de seu Comitê Gestor.

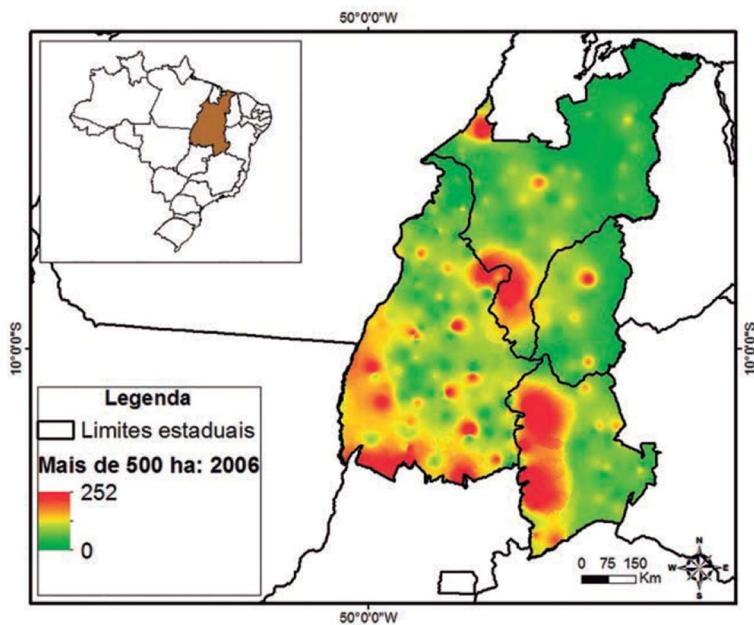
questões políticas, já durante o governo Temer, pelo Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

A institucionalização do MATOPIBA segue em pauta no Congresso Nacional. Por mais que o governo Temer tenha revogado a criação do Departamento de Desenvolvimento Agropecuário da Região do MATOPIBA, em função de briga política com a antiga ministra do MAPA e expoente dos interesses do agronegócio na região, a senadora Kátia Abreu, a bancada ruralista no congresso tem pressionado para a criação da Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA. Atuando de forma articulada nas comissões da Câmara dos Deputados, os ruralistas aprovaram tanto na Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, quanto na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, o Projeto de Lei Complementar 279/16, que autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do MATOPIBA (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017a; 2017b)

A atuação coordenada da bancada ruralista evidencia sua força e organização de modo a influir nas políticas públicas, bem como ocupar espaços no aparelho estatal necessário para alcançar seus interesses. O Estado, que expressa uma relação de classe, cuja classe dominante atua seja ocupando os aparelhos estatais, direcionando as ações de políticas públicas ou mesmo buscando legislar a seu favor, termina se configurando como ator principal no planejamento e financiamento do processo de ocupação dos cerrados da região do MATOPIBA, dirigido pelo capital do agronegócio.

A expansão da agricultura moderna, intensiva, altamente especializada e vinculada ao mercado global na região do MATOPIBA segue o modelo do oeste baiano. De acordo Souza (2017, p. 07) o processo de expansão da fronteira agrícola moderna para o MATOPIBA está sendo viabilizado por meio do “adensamento técnico e normativo, da constituição de uma tecnosfera e uma psicosfera produzidas pelos atores hegemônicos do setor como forma de tornar o MATOPIBA um espaço viável e competitivo para a agricultura científica globalizada”.

A concentração da estrutura agrária é uma das características da região. De acordo com Buainain, Garcia e Vieira Filho (2017), com base no Censo Agropecuário de 2006, 36% dos estabelecimentos da região tinham área menor que 10 ha e ocupavam apenas 0,7% da área (246 mil hectares). Por outro lado, 4% dos estabelecimentos agropecuários tinham mais de 500 ha, mas ocupavam 63% da área, tendo área média por estabelecimento de 1.880 ha. Espacialmente, aos grandes estabelecimentos agropecuários (acima de 500 ha) estão situados no oeste baiano, sul do Maranhão e sul/ sudoeste do Tocantins (Figura 37).



Fonte: Buainain, Garcia e Vieira Filho (2007)

Figura 38: Distribuição espacial do número de estabelecimentos agropecuários com mais de 500 há, MATOPIBA, 2006

A nova fronteira agrícola do MATOPIBA é marcada não só pela concentração de terra e da produção pelos grandes atores que atuam na região, mas pela alta especialização na produção de soja, milho e algodão, uso intensivo de capital, conhecimento e informação, terra e água. Trata-se de uma área que tem atraído o capital com objetivo de apropriação da renda do setor agrícola e cuja relação está fortemente inserida numa perspectiva de reprodução do capital em uma escala mundial. Para Alves (2015, p. 11) na região do MATOPIBA “ocorre uma intensa articulação do espaço local com o mundial na medida em que ali se realiza uma produção agropecuária destinada prioritariamente ao mercado externo”.

A grande verdade é que os “cerrados do centro-norte brasileiro”, do oeste baiano, leste de Tocantins e sul do Maranhão e Piauí representam hoje um dos grandes, senão o maior laboratório das novas geografias que se desenham em nosso país. E não apenas no Brasil, na medida em que se destino está em grande parte subordinado aos fluxos do grande capital globalizado e no sentido de que eles se encontram estrategicamente inseridos em uma das maiores fronteiras contemporâneas de expansão da produção alimentar, cujo papel geopolítico será crescente diante da relevância da questão da “segurança alimentar” no futuro (a China, um dos países mais interessados em nossas commodities, que o diga) (HAESBAERT, 2015, p. 09).

Os modais ferroviários, incluindo a FIOL, juntamente com o modal rodoviário, integram os espaços de produção do MATOPIBA a portos exportadores do NE brasileiro,

viabilizando a exportação da produção. Mais uma vez, fica evidente como a FIOL dialoga com escalas macroerregionais e não apenas com as escalas locais.

Em uma escala ainda mais ampla, a nível nacional, reconhece-se que a FIOL, enquanto um objeto técnico, pensado e implantado em um momento histórico de flexibilização do padrão de desenvolvimento brasileiro liberal-periférico possui intencionalidade de facilitar o escoamento da produção voltada à exportação e assim possibilitar ampliar os *superávits* na balança comercial como forma de tentar equilibrar o balanço de pagamentos. No contexto de avanço das políticas neoliberais, da intensificação do processo de globalização e de uma nova divisão internacional do trabalho decorrente, coube às *commodities* agrícolas e minerais papel fundamental para alcançar *superávits* comerciais no Brasil e garantir a estabilidade econômica.

As políticas de estímulo às exportações do governo brasileiro e a demanda crescente dos países asiáticos por *commodities* agrícolas e minerais têm possibilitado uma maior apropriação da renda nos setores mineral e agrícola. Isso explica a expansão da fronteira agrícola com a incorporação de terras marginais para o processo produtivo e a viabilização de novos projetos na área de mineração. Novos espaços se mostram mais atrativos a valorização do capital do agronegócio e da mineração e são apropriados pelo capital. Novos usos são dados aos territórios pelo capital, que requer infraestrutura necessária para escoamento da produção.

Os dados da participação dos municípios brasileiros no valor adicionado bruto da agropecuária mostram a concentração desta atividade produtiva na parte central do Brasil (Figura 38), justamente onde estão sendo implantados os projetos ferroviários, em especial suas interconexões.

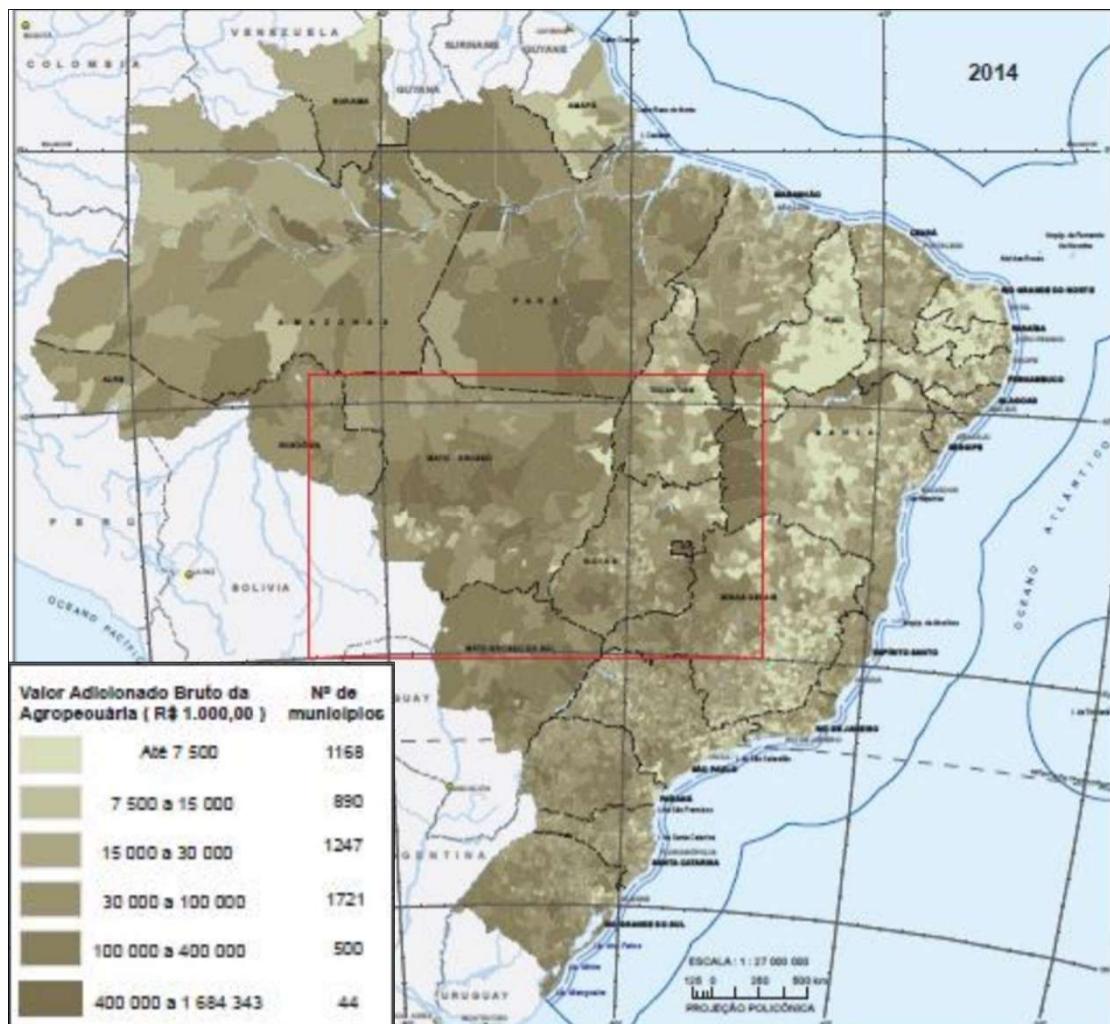


Figura 39: Valor adicionado bruto da Agropecuária, Brasil, 2014

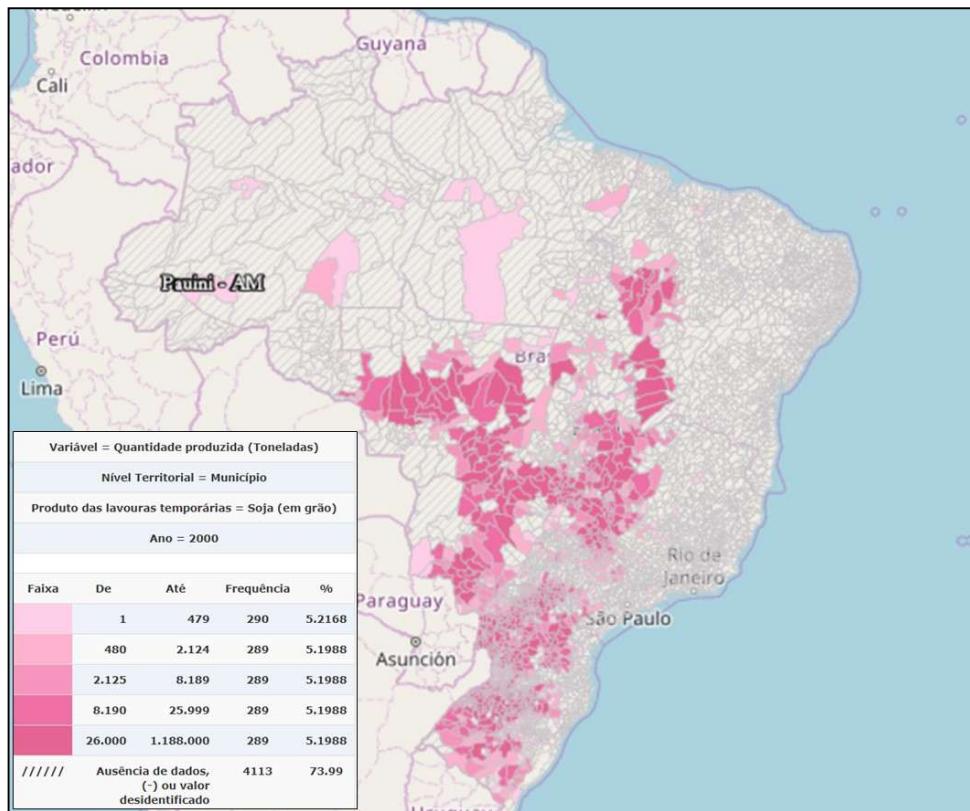
Segundo o IBGE (2014), para o ano de 2014 os municípios de Mato Grosso e os do oeste baiano concentravam os maiores valores adicionados da agropecuária brasileira. Dos 100 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da agropecuária, 26 estão ou no Mato Grosso ou na Bahia. Entre os 25 municípios que mais contribuem para o valor adicionado bruto da agropecuária, 11 estão nestes dois estados.

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Valor adicionado bruto da Agropecuária (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Desidério/BA	1º	1 684 343	0,67	0,67
Rio Verde/GO	2º	1 016 541	0,41	1,08
Sorriso/MT	3º	938 114	0,38	1,46
Formosa do Rio Preto/BA	4º	880 023	0,35	1,81
Sapezal/MT	5º	845 951	0,34	2,15
Campo Novo do Parecis/MT	6º	811 328	0,32	2,47
Diamantino/MT	7º	800 903	0,32	2,79
Jataí/GO	8º	786 913	0,31	3,11
Brasília/DF	9º	770 068	0,31	3,41
Ulianópolis/PA	10º	761 999	0,30	3,72
Campo Verde/MT	11º	746 202	0,30	4,02
Balsas/MA	12º	726 493	0,29	4,31
Cristalina/GO	13º	673 754	0,27	4,58
Manacapuru/AM	14º	646 237	0,26	4,84
Três Lagoas/MS	15º	643 345	0,26	5,09
Itatiba/SP	16º	635 397	0,25	5,35
Barreiras/BA	17º	627 753	0,25	5,60
Nova Mutum/MT	18º	617 850	0,25	5,85
Uberaba/MG	19º	575 240	0,23	6,08
Correntina/BA	20º	575 114	0,23	6,31
Primavera do Leste/MT	21º	565 664	0,23	6,53
Brasilândia/MS	22º	553 112	0,22	6,75
Luís Eduardo Magalhães/BA	23º	539 317	0,22	6,97
Maracaju/MS	24º	536 279	0,21	7,18
Rio Brilhante/MS	25º	533 869	0,21	7,40

Fonte: IBGE, 2014

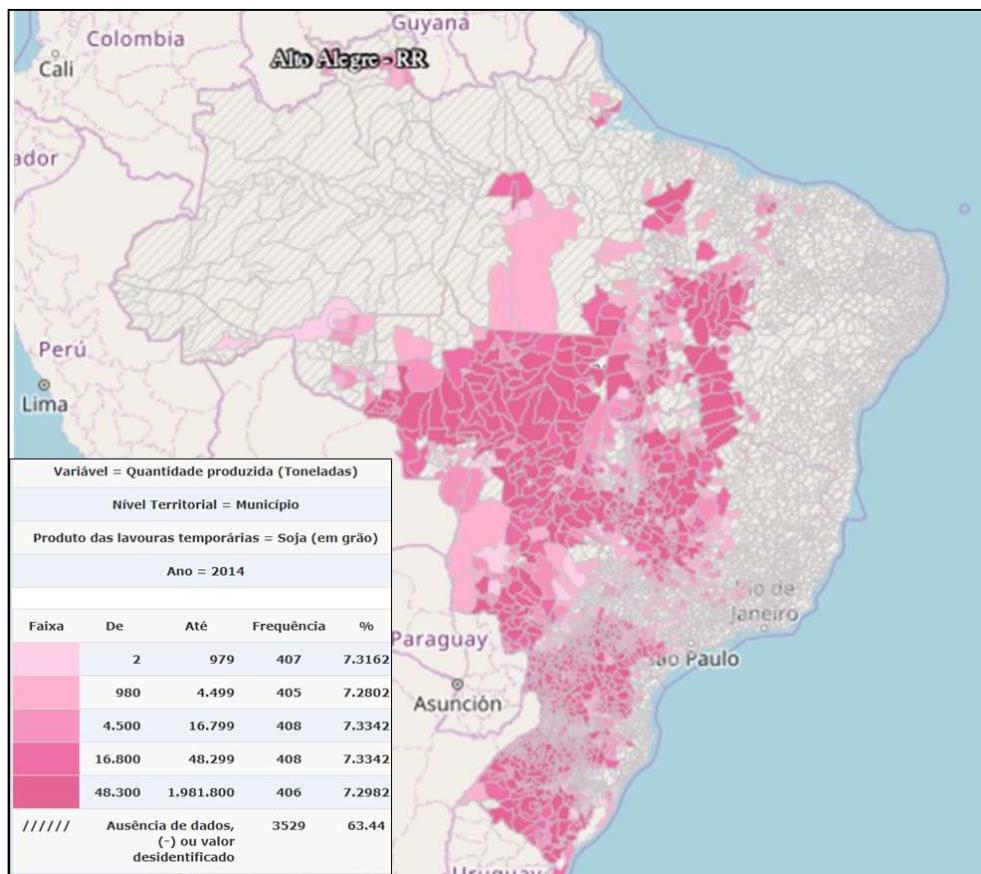
Tabela 13: Posição ocupada pelos 25 maiores municípios, em relação ao valor adicionado bruto da Agropecuária

A análise espacial do comportamento da produção de soja no Brasil, o segmento do agronegócio com maior inserção internacional, evidencia não apenas a intensificação da produção durante o período de 2000 a 2015, mas também a expansão na direção do Centro-Oeste e Nordeste do Brasil (Figura 40 e 41).



Fonte:PAM/ IBGE, 2015

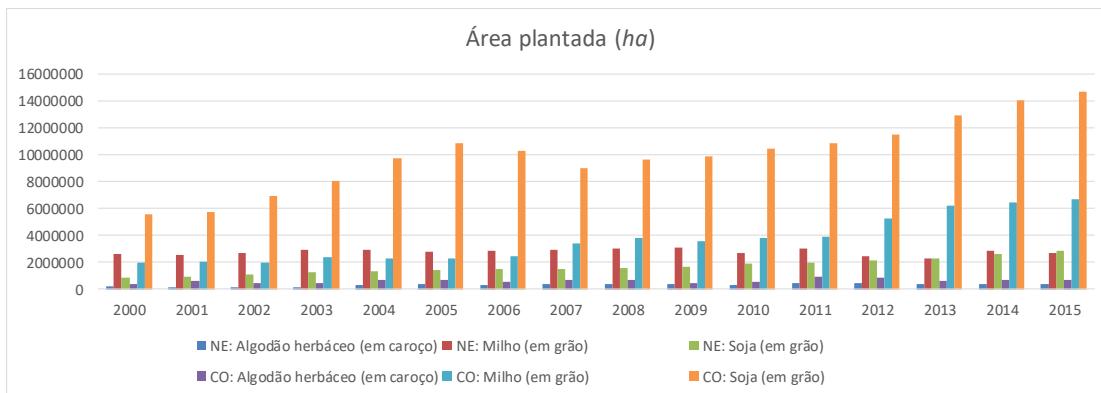
Figura 40: Municípios brasileiros com maior produção de soja, ano de 2000



Fonte:PAM/ IBGE, 2015

Figura 41:Municípios brasileiros com maior produção de soja, ano de 2014.

No Nordeste, entre os anos de 2000 a 2015 houve um aumento de 239% da área plantada de soja. São 2,8 milhões de hectares de área plantada. Na região Centro Oeste são 14,6 milhões de hectares de soja plantados, crescimento de 245% da área plantada entre o ano de 2000 a 2015 (PAB/IBGE, 2015). Além da soja, destacam-se também a expansão do cultivo de algodão e milho. O Gráfico 20 mostra a evolução da área plantada das principais lavouras na região.

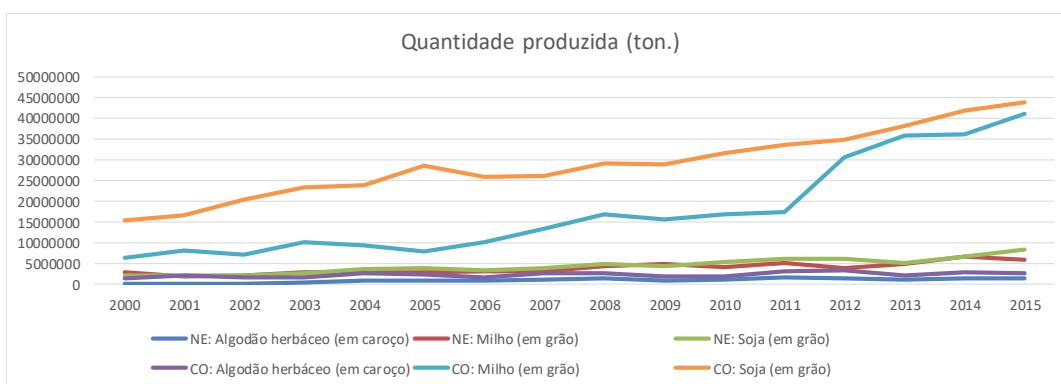


Fonte: PAM/IBGE, 2015

Gráfico 20: Área plantada das principais culturas do agronegócio no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, em hectares

No que se refere a produção, também se observa um crescimento significativo das culturas associadas ao agronegócio, em especial milho, soja e algodão. Entre os anos de 2000 e 2015 a produção no Centro Oeste destas culturas em toneladas variou 553%, 184% e 90%, respectivamente. Já no Nordeste, a variação da produção das mesmas culturas foi de 99%, 306% e 448%, respectivamente. No Nordeste, o oeste baiano, o sul do Piauí e do Maranhão se destacam como principal região produtora.

O gráfico abaixo (Gráfico 21) evidencia o crescimento da produção das culturas supramencionadas nas regiões, com destaque para o exponencial crescimento absoluto da cultura da soja e do milho no Centro-Oeste.



Fonte: PAM/IBGE, 2015

Gráfico 21: Quantidade produzida das principais culturas do agronegócio no Nordeste e Centro-Oeste brasileiro, em toneladas.

Além dos grãos, a atividade de mineração também tem possibilitado uma grande apropriação da renda e a FIOL dialoga diretamente com o setor mineral. Isoladamente, a FIOL possibilitará o escoamento da produção mineral extraída na Bahia, em especial do minério de ferro, níquel e da magnesita. Entretanto, ao analisar a FIOL, interconectada a outros projetos ferroviário previstos, a mesma pode, juntamente com a FNS, viabilizar também o escoamento dos minérios extraídos do estado de Goiás, terceiro maior produtor mineral brasileiro, com reservas significativas de níquel, nos municípios de Barro Alto, Montes Claros de Goiás e Niquelândia; ouro, nos municípios de Alto Horizonte e Crixás; nióbio, em Catalão e Ouvidor; e ferro, em Vicentinópolis (DNPM, 2015).

Destaca-se também a possibilidade de produção de minério de ferro no município de Mirasol d’Oeste em Mato Grosso, cujos depósitos minerais descobertos são estimados em 11 bilhões de toneladas de ferro (ESTADÃO, 2010). Entretanto, devido ao baixo teor de ferro (41%), quando comparado com a ocorrência de outras regiões do país, e a queda recente dos preços das *commodities*, o projeto ainda está em fase de pesquisa, liderado pelo Grupo Brasil Exploração Mineral S.A (BEMISA, 2017).

No Piauí, a atividade de mineração de minério de ferro também se destaca, sobretudo na região do município de Paulistana, com projetos do Grupo Bemisa (BEMISA, 2017); na região de São Raimundo Nonato, onde a SRN Mineração possui 06 projetos de minério de ferro (IBRAM, 2017; SRN, 2018) e em Anísio de Abreu, onde o grupo australiano Riverbank Resources Mineração Ltda tem intensão de investimento de R\$ 4,5 bilhões na região (GOVERNO DO PIAUÍ, 2018).

Portanto, na área por onde os projetos ferroviários, dentre eles a FIOL, passam, há importantes espaços de produção do agronegócio e da mineração que requerem infraestrutura de transporte para que o ciclo do capital se complete com a segunda fase da circulação do capital e, portanto, possibilite a realização (venda) da mercadoria produzida (acrescida de mais-valor) para extração da própria mais-valia.

De modo a viabilizar o ciclo do capital, o Estado brasileiro, articulado com os interesses de frações de classes do capital no bloco de poder, tem promovido à remoção de barreiras físicas necessárias à mobilidade do capital, promovendo, um verdadeiro processo de “ajuste espaço-tempo” (HARVEY, 2005a), voltados a produção capitalista do espaço, especializados na produção de *commodities* agrícolas e/ou minerais, que estão fortemente vinculados ao capital externo.

Em síntese, na escala nacional a FIOL, contribui para que os setores do agronegócio e da mineração, que passaram a assumir posição privilegiada no bloco de poder a partir da crise cambial de 1999 e se fortaleceram ainda mais com a flexibilização

do padrão de reprodução do capital liberal-periférico, tornem-se mais competitivos no mercado internacional. Não obstante, uma maior inserção das mercadorias destes setores no comércio internacional potencializa os saldos comerciais necessários para garantir o “equilíbrio instável” (DELGADO, 2012) do balanço de pagamentos da economia dependente brasileira. À escala nacional, a FIOL reforça um modelo macroeconômico que visa corrigir um problema estrutural do balanço de pagamentos brasileiro, que apresenta uma tendência histórica de *déficits* na conta de serviços, por meio do aumento das exportações e *superávits* nas transações correntes. Em um contexto de reorganização da divisão internacional do trabalho, com a crescente demanda da China por *commodities* agrícolas e minerais, e o fato do Brasil apresentar vantagens comparativas nestes setores, são eles os escalados para corrigir os desequilíbrios do balanço de pagamentos do Brasil. A FIOL, assim, reforça uma tendência de centralidade da dinâmica de reprodução do capital no setor primário-exportador, bem como em algumas cadeias industriais associados aos mesmos. Dessa forma, tende a reforçar uma tendência de reprimarização/desindustrialização e de um padrão de reprodução do capital exportador de especialização produtiva.

Na escala sul-americana, a FIOL se insere na IIRSA e, assim como a maior parte dos projetos de infraestrutura de transporte da iniciativa, tem como objetivo viabilizar o escoamento da produção das áreas produtoras do continente de produtos primários e semielaborados, em especial o da mineração e do agronegócio, aos mercados consumidores, constituindo-se como um grande corredor de exportações. Trata-se de um fixo que retroalimenta o papel histórico das economias latino-americanas na divisão internacional do trabalho de fornecimento de mercadorias de baixo valor agregado, mas que se intensifica com a ascensão chinesa.

A FIOL é um dos principais projetos do EID Amazonas ampliado. Em tal EID, conforme observado, predominam as atividades ligadas à mineração, ao agronegócio e àquelas associadas à biodiversidade, uma vez o eixo engloba a região amazônica e o cerrado central brasileiro. Também é uma área com grande riqueza hídrica no continente sul-americano.

Em escala global, a FIOL está inserida em um contexto de reprodução ampliada do capital em escala mundial. O processo de globalização e de homogeneização das leis capitalistas de produção ampliou os espaços de apropriação do capital. São construídos verdadeiros espaços de acumulação vinculados à lógica global de acumulação, os chamados “espaços de globalização” de atores hegemônicos do capitalismo. Este é o caso da apropriação de novos espaços na região Nordeste e Centro Oeste do Brasil, onde se

observa o estabelecimento de novos usos do território com a intensificação da atividade mineral e da moderna agricultura capitalista, que vem estimulando a violência no campo a partir dos conflitos socioambientais.

No caso do agronegócio, são as grandes *tradings* internacionais que regulam e têm o controle da produção, apropriando-se de parte significativa da renda gerada no setor. No mercado de terras, corporações financeiras internacionais passaram a atuar na especulação fundiária, apropriando-se também de parte da renda. No setor de mineração, da mesma forma, parte da renda é apropriada por atores estrangeiros. Empresas como a Anglo American, de capital inglês, Yamanda, de capital canadense, CMOC, subsidiária da CMOC internacional pertencente ao grupo China Molybdenum, e a australiana Cleveland Mining operam ou possuem projetos nos municípios de Goiás. Na Bahia, grupos internacionais também estão na frente dos grandes projetos de mineração que dialogam com a FIOL, como a BAMIN, de capital do Cazaquistão; a austriaca RHI AG, controlando a mineradora Magnesita e a australiana Mirabela Mineração. São estas empresas que se apropriam da mais valia produzida aqui no Brasil e remetem, via remessas de lucro, ao exterior.

Começa assim e ali o desmonte daquela mole imensíssima de povos, civilizações e culturas, enquanto formas próprias autônomas de ser, para sobre seus escombros se construírem eles próprios, como o oposto de si mesmos, sob a regência do dominador e estrangeiro e hostil. (RIBEIRO, 2010, p. 95)

7. FIOL E OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: CONHECENDO OS SUJEITOS ENVOLVIDOS

É a partir do lugar, da menor escala territorial, onde se dá de forma hegemônica a produção capitalista, que é possível entender a intencionalidade dos sistemas de objetos, ferrovias, centros de armazenagem, pivô-central, portos, etc., materializados no território e que expressam um sistema de ações, políticas públicas, normas jurídicas e estratégias empresariais - hegemônicas voltadas à valorização do capital.

O sistema de objeto associados aos sistema de ações que conformam o espaço, mas cuja intencionalidade, tanto dos objetos, quanto das ações, nem sempre são comandados na escala local, permite compreender a conexão entre a escala local (da produção) com outras escalas espaciais, onde se situam os interesses de atores hegemônicos que comandam o processo de reprodução e acumulação do capital.

Em se tratando da FIOL, ela está baseada em um processo de planejamento e produção capitalista do espaço, apoiado pelo Estado, baseado em uma racionalidade imposta verticalmente por ações dos agentes hegemônicos da economia e da política, que muitas vezes não guarda relação com os espaços diretamente afetados pelos trilhos da FIOL ou do seu entorno.

Em escala local, a FIOL se constitui como elemento essencial para a produção capitalista do espaço. Entretanto, a produção de novos espaços pelo capital é marcada por contradições. Trata-se de um processo de acumulação por espoliação (HARVEY, 2006), no qual a produção de mais valor está concomitantemente associada a mercantilização e privatização da terra, a expulsão das populações de seus territórios, a apropriação dos recursos naturais. Assim, a FIOL ao garantir a reprodução e acumulação do capital com a incorporação de novos espaços pelo capital, bem como a apropriação do mais-valor pelas classes dominantes que controlam a produção dos setores produtivos mais diretamente associados a ela, também pode ir de encontro aos interesses de sujeitos locais, invisibilizado pela racionalidade moderna dominante, que têm seus territórios como espaço de reprodução social.

Entretanto, com o argumento de utilidade pública, o processo de implantação de um grande projeto de infraestrutura, como o da FIOL, desapropria terras e desconsidera outras formas de reprodução social, que não aquela do desenvolvimento fundamentado na racionalidade moderna dominante. Da mesma forma, a expansão das atividades do agronegócio e da mineração potencializadas com a implantação de infraestrutura logística, muitas vezes se dá em territórios, espaço de uso, de comunidades locais, cujo

território é visto para além da perspectiva material, base concreta da produção. Leva-se em consideração os aspectos simbólicos e culturais, o espaço de reprodução social e da vida.

A pressão destas atividades sobre os distintos territórios e sobre seus recursos naturais é geradora de conflitos, haja vista que, conforme assevera Harvey (2006), o processo de expansão do capital no espaço segregado, expropria, desterritorializa e pressiona a natureza. Da mesma forma, a implantação de um grande fixo como a FIOL ao estruturar uma rede logística também provoca desordem no nível local. Dias (1995) observa que a rede de infraestrutura ao mesmo tempo em que inclui, exclui e marginaliza, uma vez que o acesso às redes de infraestrutura é guiado por interesses específicos ligados ao grande capital. Para Santos (2013), apenas os atores hegemônicos têm acesso às redes.

De fato, a implantação de uma ferrovia, tal como a FIOL, e de sua faixa de domínio, que se estende em 40m de cada um dos lados dos trilhos, gera sérios conflitos socioambientais em escala local. A implantação de uma ferrovia cria uma barreira física que divide o território, compreendido como espaço de uso, das diversas comunidades por onde ela passa. Como resultado, observa-se diversos problemas como: a limitação da mobilidade das comunidades e de acesso a água, a desterritorialização, com as desapropriações de terras das famílias camponesas e ou de povos e comunidades tradicionais para execução das obras e problemas com atropelamentos e mortes. Também tende a provocar problemas ambientais, tais como o efeito barreira que limita o movimento dos animais silvestres; erosão e aterrramento de braço de rio, impactos na paisagem e supressão da vegetação (CAMARGO, 2015; BRITO, 2011; 2013, SANT'ANA JÚNIOR, 2016; SANT'ANA JÚNIOR; ALVES, 2017)

A incorporação de um novo objeto técnico ao espaço provoca alteração não somente na sua configuração espacial. A alteração da forma espacial está associada à novas funções que esta forma irá exercer. Portanto, a implantação de um grande objeto geográfico, guiado por uma intencionalidade de valorização do capital, altera o espaço, mas sendo este uma instância da sociedade (SANTOS, 2014b), afeta a própria sociedade, a reprodução social dos sujeitos locais, cujo território (espaço de uso) é diretamente afetado pelo empreendimento.

De fato, nos seus 1022 km em território baiano (VALEC, 2017c), a FIOL passa por uma pluralidade de territórios, compreendidos como espaços de uso socialmente construídos, onde os distintos interesses convivem e se conflitam. Diferentemente da racionalidade moderna dominante, a área física de influência da FIOL é constituída por

uma dimensão social não homogeneizada, e não somente de potenciais atividades econômicas que interessa à valorização do capital.

Conforme evidenciado, na região de influência da FIOL, observa-se a presença de três importantes biomas brasileiros²² com grande riqueza da biodiversidade, distintos sujeitos com suas distintas formas de reprodução social, tais como os agricultores familiares, camponeses e os povos e comunidades tradicionais, além dos espaços luminosos, cada vez mais denso em objetos técnicos, e voltados aos interesses hegemônicos do capital.

De acordo com Relatório de Impacto Ambiental da FIOL (OIKOS, 2009), nos municípios por onde a FIOL passa na Bahia há 52 comunidades quilombolas, das quais apenas duas apresentam titulação de seu território: a comunidade de Rio das Rãs e a de Parateca e Pau D'Arco. Observa-se grupos indígenas em Serra do Ramalho (os Pankarú), com área demarcada homologada, e em Ilhéus (os Tupinambás) que não têm áreas demarcadas. Há registro de populações ribeirinhas ao longo do Rio São Francisco, no município de Serra do Ramalho, onde está situada a Reserva Extrativista São Francisco (OIKOS, 2009). Entretanto, no RIMA da FIOL não estão explícitas as áreas de interceptação da FIOL em reservas legais, em projetos de assentamentos e em comunidades quilombolas. Da mesma forma, não estão previstas as possíveis áreas que seriam desapropriadas, o que torna o estudo de impacto ambiental bastante genérico, haja vista que apenas recorre ao banco de dados do INCRA sobre a existência de áreas de reforma agrária e de comunidades quilombolas nos municípios por onde a FIOL passa. De acordo com o EIA/RIMA (OIKOS, 2009), a identificação destas áreas seria feita somente na fase de implantação da ferrovia, visto que depende dos cadastros topográficos feitos após a emissão das licenças de realização de picadas.

Segundo o Relatório de Impacto Ambiental da FIOL (OIKOS, 2009, p. 53), a implantação da ferrovia é viável do ponto de vista ambiental, principalmente porque “os principais processos de degradação do ambiente natural já estão instalados e que a obra, em si, pouco contribuirá diretamente para a introdução de novos processos de degradação, seja na fase de construção, seja na fase de funcionamento”. Segundo o RIMA (OIKOS, 2009, p. 53) o quadro regional da área de influência da FIOL é caracterizado como de amplo uso humano e que a “diferença principal entre as situações sem a ferrovia e com a ferrovia será o ritmo com que as modificações ambientais serão realizadas, não se prevendo mudanças qualitativas expressivas entre as duas situações”.

²² Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado.

Ainda de acordo com o RIMA (OIKOS, 2009, p. 53):

o nível de interferência sofrido pelas populações frágeis na região dependerá menos dos potenciais impactos econômicos da ferrovia do que da aplicação de políticas públicas para o atendimento às necessidades específicas desses grupos. Isto significa que estas populações continuarão seu desenvolvimento, segundo suas decisões e tradições, sem influência da ferrovia.

As conclusões do EIA/RIMA da FIOL desconsideram os efeitos que a ferrovia tende a engendrar nos distintos territórios do seu entorno, em especial quando a análise se dá em escalas territoriais mais amplas que as chamadas Áreas Diretamente Afetadas (ADA), Áreas de Influência Direta (AID) e Áreas de Influência Indireta (AII). Isto porque a FIOL fomenta novos espaços de acumulação, que vão além destas áreas formais do EIA/RIMA, e que tendem a pressionar os recursos ambientais e invisibilizar os sujeitos territoriais, além de fugir das responsabilidades das consequências sobre as populações.

As generalidades dos estudos de impacto ambiental, ratificaram a necessidade de ir a campo para melhor se aproximar do objeto em estudo. Nesse sentido, com objetivo de compreender como a FIOL dialoga com os distintos sujeitos sociais na escala local por onde ele passa e como ela se articula com os setores produtivos do seu entorno, tornou-se necessário ir a campo. Isso permitiu compreender melhor as condições dos sujeitos invisibilizados e silenciados pela racionalidade moderna dominante do projeto da FIOL.

Para Boaventura de Sousa Santos (2007), o grande desafio dos grupos silenciados é dar voz ao silêncio contido em anos de dominação e colonização, de tal forma que essa ação produza autonomia, o reconhecimento do outro e não a reprodução do silenciamento, da privação de humanidade. Boaventura propõe o pensamento pós-abissal, que significa pensar na perspectiva do outro lado da linha, além da perspectiva eurocêntrica. Um pensamento que se abra a aprender com o Sul a partir do Sul. Isso significa confrontar a monocultura da ciência moderna, por uma ecologia de saberes.

Logo, tornou-se preciso se aproximar dos sujeitos situados “do outro lado da linha” (SANTOS, 2009). Assim, entrevistas com sujeitos locais, que vivem o cotidiano dos seus territórios e que recentemente receberam os trilhos (ou receberão) da FIOL, serviu para validar um dos pressupostos da pesquisa, que é aquele que advoga que a projeto da FIOL exclui do processo de integração as escalas mais locais e identificar as contradições envolvidas no processo de produção capitalista do espaço associado a FIOL.

Ressalta-se que de acordo com o cronograma das obras da FIOL, esperava-se que durante o desenvolvimento deste trabalho, as mesmas estariam concluídas e que a ferrovia já estivesse em operação. Mas os diversos problemas de execução das obras, já

ressaltados, impediu a conclusão das obras, de modo que ainda não se pode claramente identificar como a FIOL dialoga com as atividades produtivas do seu entorno, além das atividades de mineração e do agronegócio. Entretanto, pelas características do projeto da ferrovia e dos custos envolvidos no transporte ferroviário, só se torna viável economicamente o transporte por ferrovias se for para grandes volumes de cargas e para grandes distâncias. A visão restrita e utilitária do projeto não considera a possibilidade de atender as populações locais, seja da pequena produção, quanto no transporte de passageiro.

Entre os dias 17/10/2017 a 26/10/2017 foi realizada a pesquisa de campo. Foram percorridos quase 1800 km, desde a cidade de Salvador. Destes, cerca de 800 km foram seguindo os municípios que possuem trechos da FIOL. A ideia inicial era percorrer o trajeto da FIOL de Ilhéus ao município de Santa Maria da Vitória, no oeste baiano. Para tanto, foi elaborado um roteiro de entrevista (entrevistas semielaboradas) a ser aplicado às diversas comunidades locais que de alguma forma estão diretamente na área da implantação da FIOL.

Assim, foram visitadas comunidades e entrevistados pessoas nos municípios de Ilhéus, Ubaitaba, Aurelino Leal, Gongogi, Itagibá, Jequié, Tanhaçu, Brumado, Lagoa Real, Rio do Antônio e Caetité, que são municípios que possuem áreas diretamente atingidas pela FIOL. Também foram visitados os municípios de Barra do Rocha, onde há um canteiro de obra da FIOL, e os municípios de Ubatã, onde foi possível acompanhar uma Assembleia Popular da mineração, organizada pelo Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e que envolvia diversos movimentos sociais ligados à questão da terra, cuja uma das pautas era justamente o impacto da FIOL no Território de Identidade Médio Rio de Contas, e o município de Ipiaú, que possui forte relação com a mineração Mirabela, embora esta esteja localizada no município de Itagibá, mas sua localização está mais perto da zona urbana de Ipiaú. Destaca-se também que os municípios de Ubatã, Ipiaú e Barra do Rocha estão situados na Área de Influência Indireta da FIOL, definida no Estudo de Impacto Ambiental e no Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da FIOL.

Por problemas de ordem financeira e técnica, não foi possível chegar em Bom Jesus da Lapa, Serra do Ramalho, Correntina e Santa Maria da Vitória, municípios situados mais a oeste da Bahia, conforme inicialmente programado. Mas, o fato de não ter percorrido todo o trajeto inicialmente planejado, não prejudicou a pesquisa, uma vez que as informações levantadas junto aos sujeitos locais das diversas comunidades visitadas no entorno das obras da FIOL foram de grande valia para a pesquisa.

A FIOL, enquanto um objeto técnico, uma forma no espaço geográfico, só tem sentido associado à sua função, uma vez que há a indissociabilidade entre a técnica e sua função (SANTOS, 2014b). Como visto, a FIOL é um projeto de infraestrutura, um capital fixo, cuja função é facilitar a circulação do capital-mercadoria e a apropriação do espaço pelo capital, com forte apoio do Estado. A FIOL se constitui como um novo sistema de engenharia de transporte em implantação na Bahia, conformando uma tecnoesfera, para produção e escoamento da produção mineral e do agronegócio. Complementarmente, essa tecnoesfera está vinculada à ideia de desenvolvimento e progresso, criando, assim, uma pisicoesfera de modernização, integração e de transformação de uma realidade socioeconômica com a geração de trabalho, emprego e renda. A FIOL como um grande objeto técnico é impregnado de um discurso de modernidade propagado pelos aparelhos ideológicos da sociedade civil e do próprio Estado, criando um verdadeiro consentimento em relação ao projeto.

Mas, a vivência em campo, percorrendo os trilhos da FIOL, e os relatos dos sujeitos locais entrevistados evidenciaram que a ideia de modernidade trazida com a FIOL tem também trazido problemas e conflitos para as comunidades situadas próximas as obras da FIOL. Essas comunidades vivem a problemática da implantação de um grande projeto de infraestrutura nos seus territórios. De modo geral, a expropriação de terras por meio de desapropriação e a forma de condução deste processo, sem um diálogo mais estreito, foram relatados como um dos principais problemas da implantação da FIOL. Além da desapropriação, foram relatados problemas ligados ao efeito barreira, causado pela implantação da faixa de domínio da ferrovia, que cria um corredor de cerca de 80m para a implantação dos trilhos, delimitado por cercas, que limita ou mesmo impede a mobilidade das comunidades, bem como de seus animais; e conflitos associados ao acesso à água pelas comunidades e por seus animais causado ou pela barreira física imposta pela faixa de domínio da FIOL ou por aterro de braço de rio e lagoas com a construção da ferrovia. De acordo com os relatos, a supressão vegetal foi o principal impacto negativo ao meio ambiente causado pela FIOL. Destaca-se também os relatos sobre a ausência do Estado nas mediações dos conflitos.

Durante a pesquisa de campo, foram entrevistadas pessoas de seis assentamentos rurais que de alguma forma são impactados pela FIOL. Foram visitados os assentamentos Santa Cruz e Ojeferson no município de Jequié e o assentamento Cruzeiro do Sul em Ubaitaba. Também foram realizadas entrevistas com representantes do assentamento Bom Gosto, do município de Ilhéus e do assentamento Santa Irene, localizado no

município de Gongogi. Estes assentamentos tiveram problemas com desapropriação de suas terras, conquistadas com uma dura luta pelo direito à terra.

No assentamento Bom Gosto, em Ilhéus, os moradores estão descontentes com as desapropriações, alegando uma grande contradição na medida que o Estado promoveu a reforma agrária para depois desapropriar. Como as obras ainda não se iniciaram, o grande problema relatado se refere a questão das desapropriações. Tal assentamento está localizado em uma área de mata atlântica e a construção da ferrovia terá forte impacto ambiental. Os moradores também relatam que além da FIOL a construção do Porto Sul na região tende a potencializar os problemas ambientais e a pressão sobre seus territórios.

Sr. Valdemiro Bispo, um dos líderes comunitário do assentamento Santa Irene, e Sr. Hélio, presidente da associação do assentamento, relatam a resistência do assentamento Santa Irene em defesa de seu território. De acordo com os mesmos, inicialmente o projeto da FIOL passaria por alguns lotes do assentamento e pela área da casa da farinha da comunidade. A resistência e mobilização do assentamento, segundo eles, levaram a uma outra opção para o traçado da ferrovia, não impactando, até então, diretamente nas terras do assentamento. Para o Sr. Valdemiro, a questão ambiental, em especial a supressão da vegetação, foi um grande problema das obras da ferrovia. Sr. Valdomiro relata que muitos jequitibás, árvore típica da região da Mata Atlântica, foram derrubados para construção da FIOL. Entretanto, mesmo faz o seguinte relato: **Sr. Valdemiro Bispo:** “se eu derrubar um [jequitibá] eu sou preso” (Entrevista realizada pelo pesquisador no Assentamento Santa Irene, Gongogi, BA, no dia 21 de outubro de 2017).

A organização e resistência relatada pelos moradores do assentamento Santa Irene, não foi observada no assentamento Cruzeiro do Sul, no município de Ubaitaba. Sr. José Antonio, líder comunitário do assentamento, relata que o assentamento teve terras desapropriadas para construção da FIOL. Para ele, a construção da FIOL isolou o assentamento, além de dividi-lo ao meio.

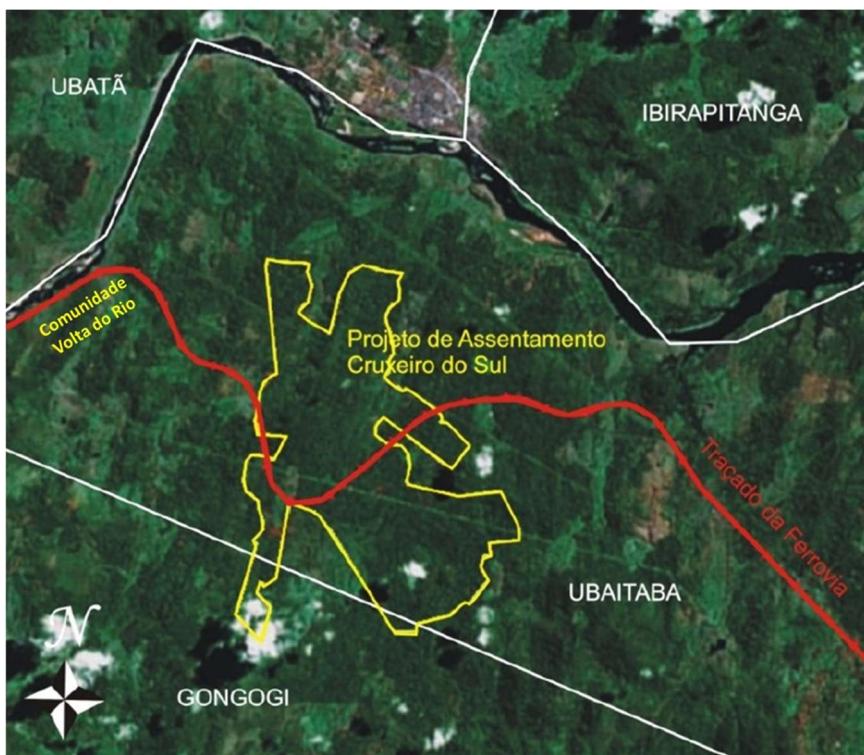
O líder do assentamento, Sr. José Antonio fez o seguinte relato:

Sr. José Antonio: “Nós estamos cercados [...]. Nós estamos circulado [...], A ferrovia passa dentro do assentamento, dividindo-o ao meio. Uma parte [do assentamento] que se chama Reserva ficou pra dentro e outra parte, Cruzeiro e Batalha, ficou pra fora”.

A divisão do assentamento, segundo Sr. José Antonio, dificultou o acesso a água da comunidade e dos animais ao rio de Contas, além de provocar problemas no curso natural de rios que passavam pelo assentamento.

Sr. José Antonio: “Essa divisão teve um embate muito grande porque nós temos dois rios grandes. Se já secaram, detonou mais com essa passagem aí, secou tudo, secou as margens pequenas. [...]. A água agora nesse rio, só quando chove muito” (Entrevista realizada pelo pesquisador na Assembleia Popular da Mineração do município de Ubatã, BA, no dia 20 de outubro de 2017).

Para o líder do assentamento Cruzeiro do Sul, os problemas da FIOL no seu território estão associados às desapropriações e os baixos valores das indenizações, a dificuldade do acesso a água pela comunidade e as longas distâncias necessárias a serem percorridas em função das parcas passagens de gados construídas, o que dificulta as atividades produtivas do assentamento. Ele ressalta que as terras do assentamento é fruto de mais de 20 anos de luta pela terra.



Fonte: Elaboração própria a partir de OIKOS (2009)

Figura 42: A FIOL, assentamento Cruzeiro do Sul e comunidade Volta do Rio

O desmatamento para a construção da FIOL e os impactos paisagísticos puderam ser observados durante a estadia na região de Ubaitaba (Figura 43). Grande área de mata atlântica foi derrubada para realização da terraplanagem, necessária para assentar os trilhos da FIOL.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 43: Área desmatada para construção da FIOL no município de Ubaitaba, 2017

Próximo ao assentamento Cruzeiro do Sul, na Comunidade Volta do Rio, localizada na região do Vapor, município de Ubaitaba, também se observou problemas de segregação socioespacial causado pelo efeito barreira da ferrovia. Em função dos problemas que a implantação da FIOL tem causado na comunidade, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) em conjunto com integrantes da Comunidade Volta do Rio, da Associação dos Pequenos Agricultores do Vale do Rio de Contas Cruzeiro do Sul e do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA) fizeram uma representação ao procurador da República em Ilhéus, Sr. Eduardo Ribeiro Gomes El Hage, sobre os problemas que a comunidade tem passado com a construção da FIOL.

De acordo com a representação, além da indenização devida, o processo de desapropriação contemplaria a realização de terraplanagem dos lotes, necessária à edificação das novas casas, bem como a construção de passagens sob a faixa ocupada pela ferrovia, permitindo o acesso das famílias e dos animais à margem do Rio de Contas. Entretanto, a forma como se deu o processo de desapropriação não honrou o que foi inicialmente prometido.

Na prática, porém ocorreu ou em está em andamento os seguintes fatos: a) O pagamento das indenizações se deu em 15 de junho de 2011, com valor variando entre 2.200 e 42.000 reais, ocorrendo casos em que, para uma área do mesmo tamanho, mas de benfeitorias distintas, foram pagos 2.200 e 27.000 reais. As dúvidas naturalmente suscitadas por tamanhas diferenças podem ser dirimidas mediante a apresentação dos documentos relativos às desapropriações, entregando cópias dos inventários de benfeitorias e seus valores respectivos, o que infelizmente não foi feito. Assim, os principais interessados não sabem se “o justo valor”

(Constituição Federal, art. 37, § 6º) lhe foi pago por cada bem, o que impede à todos uma apreciação clara dos critérios utilizados para as indenizações. Ainda quanto às áreas desapropriadas, recentemente foi feita uma ampliação das mesmas em cerca de 20 metros, mas os pagamentos adicionais ainda não foram feitos aos interessados; b) O mais grave, porém é que as ações da Valec pressupõem exclusão dos membros dessa comunidade do acesso à margem do Rio de Contas, sua principal fonte de renda. Isso afronta ao Direito de circulação e residência e ao direito de usufruto de suas propriedades (CETA-BA, 2011).

Para Sr. Luciano, uma das lideranças na região do Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas da Bahia (CETA) e um dos responsáveis pela representação conjunta supramencionada, o processo de desapropriação foi arbitrário e não houve diálogo com as comunidades.

As imagens de satélite evidenciam a segregação socioespacial da comunidade Volta do Rio, onde a FIOL separa a comunidade do rio de Contas, bem como atravessa antigas vias de locomoção e de integração da comunidade (figura 44).



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 44: Segregação socioespacial na Comunidade Volta do Rio, Ubaitaba, 2017

Sr. Brás, assentado do assentamento Santa Cruz, no município de Jequié, afirma que foram 09 hectares de terra do assentamento desapropriados, mas que o pagamento ocorreu conforme o combinado, sem grandes problemas. Ele também relata que seus filhos trabalharam nas obras da FIOL e afirma que a FIOL pode trazer renda e emprego para o município. Entretanto, Sr. Brás faz o seguinte relato:

Sr. Brás: as vezes eu falo, que nem ainda ontem mesmo de manhã eu tava falando: foi bom a ferrovia passar? Foi. Eu peguei o dinheiro?

Peguei. Até hoje eu tenho o futuro do meu dinheiro que peguei daí, da indenização. Mas se tivesse a terra é melhor, porque a terra não morre, o dinheiro acaba. [...]. O dinheiro acaba, e a terra não. A terra, a gente morre e fica aí. Fica pra filho, fica para neto (Entrevista realizada pelo pesquisador no Assentamento Santa Cruz, Jequié, BA, no dia, 22 de outubro de 2017).

O assentamento Santa Cruz está situado na margem do Rio de Contas (Figura 45). De acordo com Sr. Brás, são 1100 m a área do assentamento margeando o rio.



Fonte: Google Earth, 2017

Figura 45: A FIOL e o assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017

Entretanto, no projeto original da FIOL, não estava previsto passagem de gado para acesso do assentamento ao rio. O acesso só foi conquistado, conforme relata Sr. Brás e Sr. Ivo Bandeira, presidente da associação do assentamento, depois de forte mobilização e resistência da comunidade. O relato do Sr. Brás, o qual uma parte é transcrita abaixo, evidencia como se deu o processo conflituoso de construção da FIOL, bem como as formas de resistência da comunidade em defesa de seu território e do direito de ir e vir.

Sr. Brás: Ia interromper o nosso acesso [a água], mas nós pedimos a empresa. Pediu, pediu, pediu, pediu... Não obedecia... Não... a gente vai fazer... E tome-le terra e tome-le terra... a gente vai fazer... Rapaz a nossa passagem pro rio... Porque a gente tem 1100 m no rio. De uma ponta na outra, nós temos 1100 m. Cadê o acesso pra nós levar o bicho pro rio pra beber água? Por cima da ferrovia não pode passar.... A gente vai fazer, vai fazer, vai fazer... Quando foi um dia aí nós procuramos o engenheiro, aí ele disse: rapaz... se vocês não correr atrás eles não vão fazer não... É mesmo? É. Nós ajuntou os quarenta aqui [são quarenta famílias

originalmente assentadas no Santa Cruz [...]. No meio de quarenta, teve uns... acho que uns quinze ou mais, que disse: não... a empresa é forte, vai botar todo mundo na cadeia... Que nada rapaz! Se a gente for preso, vai pelo que é nosso.... Pelo nosso direito. Aí nós fez o que? Um dia de domingo, nós ajuntou, fez uma placa: nós não queremos briga, nós queremos justificar o nosso direito. Chegamos ali, tapemos ali, tapemos lá em cima, que tinha um acesso que passava aqui por de trás [...]. Não desce ninguém, ficou uns trezentos e tantos homens tudo parado aí. Ficou uma fila de carro daqui até lá em cima... [...]. Nós botou fogo e fiquemos uma parte com o pessoal na estrada e outra parte que passava pelo lado de baixo, nos botamos fogo na estrada. Enchemos pneu e botamos fogo. Fiquemos.... Ah, rapaz vocês vão tudo preso. Nós não arrepende pelo que é nosso. Nós ta justificando o nosso direito. Com pouca hora, apontou duas viaturas, só vi foi gente abrir o gás. Vai levar todo mundo preso! Nós não sai, nós não levou nem uma faca pra lá, pra não dizer que foi armado pra lá.... Aí a polícia chegou... Bom dia gente! Bom dia.... O que é que tá acontecendo aí? [...]. Nós tamos justificando nosso direito. Nós precisa de uma passagem aqui. Aí veio o topografo. Chegou o topografo e falou: ah, mas aqui não tem o direito de fazer um PG, não, que é o passa gado, chamado. Não pode fazer um PG, não... Aí eu disse: não pode porque, meu amigo? Quantos metros tem aqui de altura? Ele disse: tem uns seis metros. PG é quanto? É três. É? É. Por que não tem condição de fazer? Aí ele pegou a conversar demais e eu com a minha ignorância digo: estão você não é um topografo. Você tá bom de estudar mais. Porque no meu golpe de vista, eu olhando aqui, eu sei que aqui dá pra fazer um PG. Ah, mas nós não vai fazer, não. Vocês não fazem, vocês não passam! Vocês vão ficar o ano todo parado aí que nós não deixa vocês passar aqui. Nós vai ficar de plantão aqui, dia e noite. Aí o pessoal se juntou pra ele e disse: meu amigo pra nós adquirir essa terra, nós foi em Brasília. Nós foi em Salvador. De Salvador botaram nós para Brasília. Porque pra nós justificar nosso direito, nós não pode ir lá, outra vez de novo, se nós aprendeu a estrada? Veio o encarregado geral... Aí chegou, olhou... tem 48 horas para nós abrir a passagem pra vocês. Aí, com 24 horas, meteu a máquina ali, cavou e botou gente... Fez o PG, fez a passagem para a gente. Passa micro-ônibus! (Entrevista realizada pelo pesquisador no Assentamento Santa Cruz, Jequié, BA, no dia 22 de outubro de 2017).



Fonte: Jequié e Região.com.br, 2014

Figura 46: Protesto do assentamento Santa Cruz, em Jequié, contra a condução do projeto da FIOL, 2014



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Figura 47: Passagem de gado no Assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 48: Faixa de domínio da FIOL e as plantações do Assentamento Santa Cruz, Jequié, 2017

Para Sr. Ivo Bandeira, presidente da associação do Assentamento Santa Cruz, a ferrovia pouco dialoga com a realidade local. De acordo com **Sr. Ivo Bandeira**: “pra nós aqui, acho que não tem significado nenhum. Fez foi tirar nossas áreas de coletivo, que nós tinha aí... [...]. Ela indenizou, mas...” (Entrevista realizada pelo pesquisador no assentamento Santa Cruz, Jequié, Ba, no dia 22 de outubro de 2017). Sr. Marcos Antonio, também assentado do Santa Cruz, relata que os imóveis do assentamento foram afetados com as obras. Ele afirmou que no começo das obras foram feitas vistorias nos imóveis do assentamento e que havia a promessa de retorno para verificar possíveis problemas nos imóveis durante as obras, mas até o momento da pesquisa de campo, não houve o retorno prometido. Entretanto, os problemas nos imóveis permanecem. Sr. Ivo Bandeira, relata que na casa dele tem lugar que “pode colocar um dedo” nas rachaduras causadas com as obras da FIOL (Entrevista realizada pelo pesquisador no Assentamento Santa Cruz, Jequié, BA, no dia 22 de outubro de 2017).

Nos assentamentos Ojeferson e Fazenda Velha, no município de Jequié, não foi observado, com base nos relatos dos assentados, grandes problemas com a FIOL. O problema, considerado não tão grave pelos moradores, está associado ao acesso ao assentamento, visto que a FIOL corta a principal via de acesso ao mesmo (Figura 49). Foi construído uma passagem em um outro ponto da estrada para acessar o assentamento, mas a população continua utilizando suas antigas rotas nos seus deslocamentos. Neste assentamento, a perspectiva de geração de emprego e para a região com a ferrovia são grandes. Há um certo otimismo com a implantação da FIOL, mas que ainda não estão claros porque a obra está parada.



Fonte: Elaboração própria a partir das imagens do Google Earth

Figura 49: A FIOL e o assentamento Ojeferson, 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Figura 50: Passagem de nível irregular para o acesso ao assentamento Ojeferson e a FIOL, Jequié, 2017

O problema da dificuldade do acesso a água com a implantação da FIOL foi bastante evidenciado durante a vivência em campo, uma vez que a ferrovia, por questões topográficas e de custos do projeto, margeia o vale do Rio de Contas. A presidente do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio de Contas, Sra. Rita Braga, destacou que há recorrentes relatos de problemas da FIOL com comunidades ribeirinhas ao longo do rio. Muitas comunidades do entorno do rio têm a pesca como meio de subsistência e de sustento das famílias ou depende das águas do Rio de Contas para sua reprodução social. Almeida; Souza e Santana (2011) evidenciam como o processo de construção da FIOL tem gerado descontentamento da população ribeirinha do distrito de Sussuarana, no município de Tanhaçu, também cortado pela FIOL.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017

Figura 51: Pescador na margem do Rio de Contas na região da Comunidade Volta do Rio, no município de Ubaitaba, 2017

A participação, durante a pesquisa de campo da última plenária do ano de 2017 do comitê da bacia hidrográfica do Rio de Contas, realizada em Ubaitaba no dia 19/10/2017, permitiu perceber a gravidade dos problemas ambientais do rio. Problemas como poluição e desmatamento da mata ciliar foram relatados. Também chamou atenção os relatos sobre problemas relacionados a vazão do rio e os impactos das obras da FIOL sobre alguns de seus afluentes, embora não se tenha estudos conclusivos sobre as repercussões das obras da FIOL na vazão do Rio de Contas. Entretanto, os relatos se referiam a desvios do percurso natural dos afluentes e aterro de braços do rio com as obras e implantação dos trilhos.

Durante a vivência em campo foi possível observar a realidade do Rio de Contas e os sérios problemas que o mesmo enfrenta (Figura 52). Na ocasião foram feitos relatos que evidenciavam a difícil situação do rio. O Secretário de Agricultura de Barra do Rocha, por exemplo, fez o seguinte relato:

Secretário de Agricultura de Barra do Rocha: a qualidade do rio de Contas é péssima. Eu não tenho coragem de tocar o meu pé na água do Rio de Contas” (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Barra do Rocha, BA, no dia 18 de outubro de 2017).

Segundo o secretário de agricultura de Barra do Rocha, esta situação se deve ao esgoto que o rio recebe de cidades como Jequié, Jitauna, Ipiaú e do próprio município de Barra do Rocha. Já em Sussuarana, comunidade do município de Tanhaçu, localizado no semiárido baiano, o Sr. João Batista Santos Rocha, pequeno produtor rural, fez o seguinte relato sobre o rio de Contas: “o rio tá praticamente morto, né? Quem já foi esse rio, né rapaz?” E segue:

Sr. João Batista Santos Rocha: A água desse rio era cristalina, moço. A água era alvinha [...]. Hoje, nós aqui mesmo nem pra cozinhar nós não tá usando essa água. Que as vezes bota uma água dessa pra cozinhar, a vasilha empretece, fica roxa, né? Essa água, nem pra tomar um banho aí de vez em quando... [...]. O corpo fica todo cinzento (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Sussuarana, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Rio de Contas na região de Tapirama no município de Gongogi
- 2- Rio de Contas no município de Barra do Rocha;
- 3- Rio de Contas na região de Tapirama no município de Gongogi
- 4- Rio de Contas na região de Tapirama no município de Gongogi

Figura 52: Rio de Contas e a pressão antrópica, 2017

A pressão antrópica no entorno do Rio de Contas, inclusive com a implantação da FIOL, dá-se sobre uma região que possui elevado valor paisagístico e com forte significado para a reprodução social das famílias que historicamente vivem nas suas margens.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 53: Leito do Rio de Contas no município de Barra do Rocha, 2017.

Paralelo a construção de um grande projeto como a FIOL, orçado em R\$ 6,4 bilhões, observa-se o Rio de Contas, um importante rio que corta a região semiárida, fundamental para a reprodução social dos habitantes do seu entorno, mas que está agonizando e sem um plano ou programa público de recuperação e preservação. Há em curso a elaboração de um plano de bacia do Rio de Contas, mas ainda sem orçamento.

Os problemas de acesso de comunidades ao Rio de Contas se evidenciam em função do efeito barreira causado pela implantação da ferrovia, que tem boa parte do seu primeiro trecho assentado próximo às margens do Rio de Contas. Mas os problemas da FIOL com o acesso de comunidades locais à água não estão restritos às águas do Rio de Contas. Na comunidade de Itaquaraí, no município de Brumado, por exemplo, também foi relatado problemas com relação as obras de FIOL e o acesso a água. Separação de aguadas e aterro de córregos foram ressaltados pelas pessoas entrevistadas De acordo com um dos diretores do sindicato dos trabalhadores rurais de Brumado:

Diretor: até hoje [a FIOL] benefício não trouxe nenhum. Espero que um dia vai trazer. Agora estrago andou fazendo bastante, embora andou indenizando, mas. Aqui mesmo em Itaquaraí. Em Itaquaraí tem uma lagoa, Lagoa da Pedra. Essa lagoa, todo ano tem um córrego para encher ela [...]. E a ferrovia o que é que fez? Cortou. A gente chama de rego [...]. A ferrovia pegou. Pegou e cortou. Fez um corte. A água não passa mais. Desviou a água”. [...] O pessoal fez reunião, mas não resolveu nada. Tá lá! (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Brumado, BA, no dia 26 de outubro de 2017).

Na comunidade de Represo, também no município de Brumado, foi relatado problemas de aterramento de barragens causado pelas obras da FIOL, com sérios impactos na disponibilidade hídrica da comunidade. De acordo com o líder comunitário, Sr. Arlindo, a remoção de terras para construção da FIOL terminou aterrando algumas barragens.

Sr. Arlindo: Algumas barragenzinhas que a gente tinha, que hoje elas tá praticamente aterrada. Por que? Isso fez com que as terras que foram tiradas e que os corregozinhos que daria água a essas pequenas barragens [...]. As pequenas barragens, pequenos tanques que era a água do povo, muito deles estão aterrado hoje. Tão aterrado com as terras que foram tiradas, né? (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo Brumado, BA, no dia 24 de outubro de 2017).

Relatos semelhantes foram observados na região da comunidade de Manoel Vicente, no município de Caetité. As obras da FIOL aterraram o braço do principal rio da comunidade, o Rio Barrocas, prejudicando o cotidiano das pessoas que ali residem. Segundo os moradores, a construção da FIOL provocou desmatamento nas encostas dos morros e remoção de terras para assentamento dos trilhos, mas quando a chuva chega provoca deslizamentos da terra removida da parte do morro cavada para assentar os trilhos sobre o braço do rio, aterrando-o.

Pequeno produtor rural: No começo eles falaram, bem assim, que não ia deixar a terra passar pra dentro da área de domínio. Aí nós falou pra ele: e se chover? Ah, nós vamos fazer barreira de contenção tudinho pra não descer nada para o terreno do povo nem pros rios. Acabou com o rio tudinho! A água passa... se passar água no rio, passa por debaixo da areia, né? Porque se for por cima de areia só se for muita água pra passar” Da mata, lá em cima, da minação [nascente] pra cá acabou tudo. Só ficou a boca da minação (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

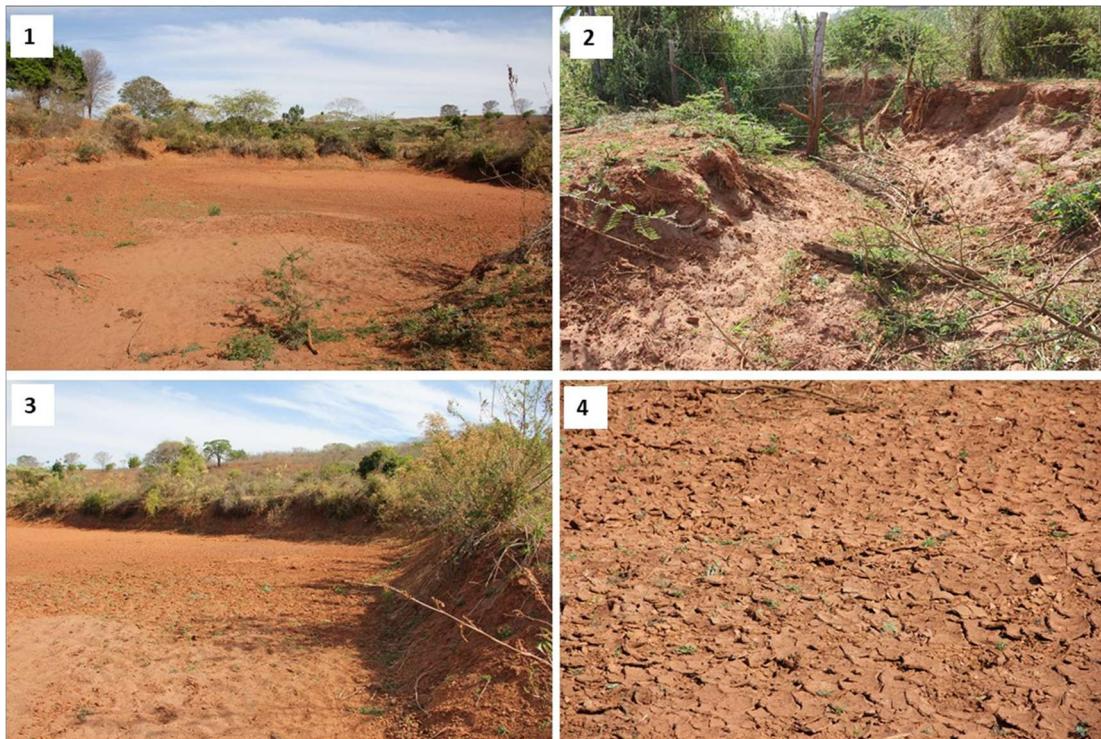
Observou-se na propriedade de Sr. Edílio, pequeno produtor rural, o braço do rio Barrocas aterrado. Onde só havia terra com uma vegetação rasteira, já foi, segundo ele, no passando, antes da FIOL, o leito de um importante rio para a comunidade.

Sr. Edílio: Ó córrego aí. O rio é aqui. O rio é esse aqui. Aterrou aí pra riba tudo. Era o antigo rio. O rio desce aqui ó. Aterrou tudo aqui pra riba. Pode olhar pra você ver. [...]. Foi aterrando, aterrando... Daqui aterrou, você quer ver quanto? Se eu to vendo...Mil metros pra riba aqui. Aí também a água só vem até lá, parou. Não veio mais pra cá. Incalculável o prejuízo pra nós aqui. [...]. De quando eu entendi por gente, nunca fiquei sem água aqui. Depois de 2011 pra cá, 2012, começou, que eles começou a trabalhar. Em 2011 eles veio. 2012, eles começou desmatando, fazendo

isso. [...]. Acabou com tudo e parou. Foram embora (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

Sr. Edísio, um senhor de quase sessenta anos, faz a seguinte colocação:

Sr. Edísio: num tempo desse nós tinha água lá em cima. Tá tudo seco. Secou tudo. As plantas minha tá tudo morrendo de sede, aterrado. Tá lá para o senhor ver” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 27 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Barragem seca na região da comunidade de Manoel Vicente;
- 2- Braço do Rio Barrocas na região da comunidade de Manoel Vicente;
- 3- Barragem seca na região da comunidade de Manoel Vicente;
- 4- Barragem seca na região da comunidade de Manoel Vicente.

Figura 54: Problemas de aterramento de braço de rio na comunidade de Manoel Vicente, no município de Caetité, 2017

Já na região de Lage do Banco, comunidade rural no município de Aurelino Leal, há uma expectativa, com base nos relatos observados em campo, que a ferrovia melhorará as condições da localidade em função de acreditarem que com a FIOL haja maior geração de empregos na região. Embora haja um certo otimismo, de acordo com os relatos, a FIOL dialoga pouco com a produção local. Para **Sr. Arlan:** “Na realidade a finalidade dessa ferrovia era pra transportar soja daí de cima” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Lage do Banco, Aurelino Leal, BA, no dia 18 de outubro de 2017). De acordo

com **Sr. José**: “[a FIOL] não vai ajudar nenhuma produção nossa aqui. Como nós falamos...O cacau aqui é pouco, leite é pouco, gado é pouco...” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Lage do Banco, Aurelino Leal, BA, no dia 18 de outubro de 2017). Mesmo durante a construção, os relatos são de que para a localidade de Lage do Banco não houve geração de um número significativo de postos de trabalho, conforme afirma **Sr. Arlan**: “Aqui se trabalhou na ferrovia aqui foi quatro ou cinco pessoas” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Lage do Banco, Aurelino Leal, BA, no dia 18 de outubro de 2017).



Fonte: Elaboração própria a partir das imagens do Google Earth, 2017

Figura 55: Comunidade de Lage do Banco e a FIOL no município de Aurelino Leal, 2017

Houve desapropriações de parte das terras de pequenos fazendeiros, mas, segundo os moradores, sem grandes conflitos. Os problemas da localidade com a FIOL se referem às obras, que danificaram algumas casas.

Sr. Beto: O que ela deu mais prejuízo aqui foi um bocado de casa aí com aquelas detonações das dinamites [...]. Estralou muita casa aí [...]. Meu amigo, eu vou dizer uma coisa pra você... Quando esse povo trabalhava [a obra está parada] era a noite inteira. E outra coisa, aquele pó que vem da pedra quando estourava ninguém conseguia ... Era um mau cheiro... Era um negócio desgraçado [...]. Era cada estouro.... (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Lage do Banco, Aurelino Leal, BA, no dia 18 de outubro de 2017)

Chamou atenção os problemas ambientais da obra, como os desmatamentos de uma região de Mata Atlântica e problemas de erosão, com grande impacto do ponto de vista paisagístico e ambiental. Os relatos em campo confirmam tal como o de Sr. Arlan reforça a percepção vivenciada na região.

Sr. Arlan: Teve outro lado negativo também. O desmatamento aumenta, né? [...]. De qualquer maneira, para o progresso chegar, alguém tem que perder. Quem perdeu foi o meio-ambiente e futuramente, nós. Muitas árvores..." (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Lage do Banco, Aurelino Leal, BA, no dia 18 de outubro de 2017)



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Erosão causado pela obra inacabada;
- 2- Erosão causado pela obra inacabada;
- 3- Erosão causado pela obra inacabada;
- 4- Clareira aberta pela FIOL

Figura 56: Impactos da construção da FIOL na paisagem da região de Lage do Banco, Aurelino Leal, 2017

A condição de pobreza da população residente em uma pequena comunidade rural situadas a cerca de 5km da ferrovia, entre a sede municipal de Aurelino Leal e a comunidade de Lage do Banco, também chamou atenção. De um lado, um sistema de engenharia, que expressa a ideia de desenvolvimento e progresso e, do outro, a sua contrapartida: condição de pobreza da população. São os sujeitos invisibilizados, à margem da ideia de desenvolvimento da racionalidade moderna dominante. A produção

capitalista gera inevitavelmente uma parcela excluída deste “desenvolvimento” (Figura 57).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Condições de moradia na região da estrada para Lage do Banco, Aurelino Leal;
- 2- Condições de moradia na região da estrada para Lage do Banco, Aurelino Leal.

Figura 57: Condição de moradia da população da zona rural de Aurelino Leal, próxima a FIOL

No povoado de Tapirama, município de Gongogi, os trilhos da FIOL estão localizados a menos de 200m das casas da comunidade. O problema relatado pelos moradores com a FIOL foi com relação as desapropriações, mas sem grandes conflitos. Na localidade, a empresa responsável pela construção do lote da 01 FIOL montou uma fábrica de dormentes e manilhas, gerando empregos para cerca de 70 pessoas da comunidade. Assim, para a comunidade de Tapirama, a construção da ferrovia representou empregos e renda. A perspectiva de retorno das obras tem gerado uma sensação de esperança para os moradores da localidade (Figura 58).

Ficou evidente também o desconhecimento do projeto, pois quando questionados sobre a relação da FIOL com a comunidade após a fase de construção, a resposta não tinha aderência com o real sentido da FIOL, visto que um dos benefícios relatados após a conclusão das obras seria o aumento do turismo na região e o escoamento de cacau. Mas a FIOL não é um projeto de trem de passageiros e o cacau produzido na localidade não tem escala para ser transportado pela FIOL



Fonte: Elaboração própria a partir das imagens do Google Earth

Figura 58: Comunidade de Tapirama, em Gongogi, e a FIOL, 2017

No município de Ubaitaba, além dos problemas enfrentados pelos moradores do Assentamento Cruzeiro do Sul, a CPT-BA produziu um vídeo (SEPARADOS PELO TRILHO, 2017) que também mostra a problemática vivida por moradores de uma área rural onde a FIOL está sendo implantada. No vídeo da CPT, um produtor rural, Sr. Gildázio, narrou que suas terras, que foi herança de família, por não ter escritura, não foram devidamente indenizadas. Ele fez o seguinte relato:

Quando apareceram aqui, vieram com ação judicial pra a gente aqui, pra passar, E como passou... Até hoje eles nunca procuraram nós pra acertar nada, pra resolver nada. [...]. Tudo que nós queremos é que eles façam o favor de aparecer pra acertar os problemas da gente. Acertar como é merecido eles acertar com a gente (SEPARADOS PELO TRILHO, 2017)

Da mesma forma, Sr. José Bispo, pequeno agricultor camponês, descreve que o processo de implantação da ferrovia causou estranhamento, uma vez que não houve conversa prévia sobre o projeto, e incertezas quanto ao futuro depois do início das obras em seu território. “Quando nós percebemos já tava medindo o traçado da FIOL. Isso aqui foi estragado em cima de 760 pé de cacau. [...]. A gente não pode viver sossegado arespeito da tranquilidade que nós tinha antes” (SEPARADOS PELO TRILHO, 2017).

Em Barra do Rocha, município situado na margem oposta do Rio de Contas onde estar situado os trilhos da FIOL, mas que estar na sua Área de Influência Indireta, segundo critérios do EIA/RIMA, e abrigou um dos principais canteiros de obra do lote 01F da

FIOL, liderado pelo consórcio TRAIL /PAVOTEC, responsável pela obra, a geração de emprego durante o processo de construção foi relatado como um grande benefício para o município. Segundo alguns produtores rurais entrevistados na visita ao Sindicato dos Produtores Rurais de Barra do Rocha, no período da construção os empregos gerados também dinamizaram o comércio do município. Entretanto, após finalizada a obra, de acordo com eles, a FIOL não trará grandes benefícios para Barra do Rocha. Um dos diretores do sindicato faz seguinte afirmação:

Diretor: “o município vai ser uma cidade pra ver o trem passar”.
(Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Barra do Rocha, BA, no dia 18 de outubro de 2017).

Na mesma linha de argumentação, o secretário de agricultura de Barra do Rocha afirma que o grande benefício da FIOL foi a geração de emprego durante as obras e um aquecimento econômico, em função do maior dinamismo do comércio. Entretanto, ele pontua que são benefícios provisórios. De acordo com o secretário, quando concluída a obra, a FIOL não dialogará com dinâmica econômica local.

Secretário de agricultura de Barra do Rocha: A interferência da ferrovia nessa logística da inclusão dela em projetos locais, é zero. [...]. Ela [a FIOL] é pra trazer minério daqui do semiárido da Bahia em diversas regiões aí [...]. O esquema da ferrovia é esse olhar: viabilizar a saída de minério e de grãos do oeste (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Barra do Rocha, BA, no dia 18 de outubro de 2017)

No município de Itagibá, na localidade de Canoa Virada, situada a cerca de 02 Km da barragem de rejeito da mina da Mirabela e por onde a FIOL passa, há diversos problemas associados à construção da ferrovia. Trata-se de uma comunidade rural que vive no seu cotidiano a problemática de estar situada na vizinhança de dois grandes projetos liderados pelo grande capital, o da mineração e o da FIOL.



Fonte: Elaboração própria a partir das imagens do Google Earth

Figura 59: Comunidade de Canoa Virada, Mirabela Mineração e a FIOL, Itagibá, 2017

Os problemas da FIOL para a localidade de Canoa Virada ficam evidentes logo ao se chagar na comunidade. Placas de protestos contra os problemas ocasionados pelas obras da FIOL são observadas (Figura 60 e Figura 61). Os problemas são relacionados às desapropriações, efeito barreira, que dividiu propriedades ao meio, e alguns problemas de erosão. De acordo com o relato de Sr. Denilson Mendes, produtor rural da localidade, a FIOL causou sérios problemas à sua propriedade.

Sr. Denilson Mendes: Não estou satisfeito, não, em alguns pontos, vou logo lhe adiantando. To insatisfeito com um bocado de coisa errada que tá aí. Ela passou aí... Eu não sou contra. Agora eu concordo que ela passe na propriedade da gente, entendeu? E o que é de direito, ela fazer, porque até hoje tá sem passagem de gado, sem corredor, o gado a gente vai tocar... Antigamente eu tocava sozinho o gado, porque cortou minha propriedade ao meio. Passagem de gado para eu tocar meu gado pro lado de lá, não existe. Não tá tendo.... Dividiu. Eu tenho propriedade agora do lado de cá e do outro lado. E uma casa, tá vendo? Ali eles estão querendo desmanchar aquela casa que já tá fora do termo deles, de 80 metros. Veio aí o maquinário. Eu fiz voltar. Vieram desmanchar a casa. Eu digo, não! O que tá dentro da propriedade de vocês, dos 80 metros do eixo, tudo bem. Agora daqui pra cá é meu, ninguém entra. (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Itagibá, BA, no dia 18 de outubro de 2017).

Ainda segundo Sr. Denilson, o processo de desapropriação e a indenização das terras não foi discutido com a comunidade.

Sr. Denilson Mendes: A indenização que saiu aqui pra mim, os valores que eles me pagaram, não existe. Quase um hectare de terra, eles me

pagaram quarenta e cinco mil reais. Não existe! E saiu esse dinheiro depois de três anos, sem juros e correção monetária, viu? [...]. Aquela casa ali, me indenizaram por nove mil. Aí vieram desmanchar, eu perguntei pra eles se com nove mil reais dava pra fazer outra casa... Não dá! Então, eles fizeram à moda deles. (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Itagibá, BA, no dia 18 de outubro de 2017).

Da mesma forma, a definição do local das passagens de gado não foi pactuada com a população da comunidade. Para Sr. Denilson, da localidade de Canoa Virada, em Itagibá, por exemplo, o local que está previsto a instalação de uma passagem de gado se situa a 400 metros de um dos lados de sua propriedade, que foi dividida pela FIOL. Isso significa que para ele levar o gado e voltar para a casa precisa andar 1.600 metros, sendo 400 metros até a passagem de gado e mais 400 metros até o outro lado de sua propriedade, totalizando 800 metros para ir e mais 800 metros para voltar. Mas como o gado precisa no fim da tarde retornar, são mais 1.600 metros para ir pegar o gado e voltar com eles. Segundo Sr. Denilson Mendes, ao questionar tal problemática aos engenheiros da obra recebeu a seguinte resposta: “tem lugar que é mais longe. É bom você andar pra exercitar. [...]. Os caras pensam que a gente aqui é otário” (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Itagibá, BA, no dia 18 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 60: Protesto de produtores rurais contra as obras da FIOL na localidade de Canoa Virada, no município de Itagibá, 2017



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 61: Protesto de produtores rurais contra as obras da FIOL na localidade de Canoa Virada, no município de Itagibá, 2017

Também foi observado problemas relacionados ao acesso à água. Foi atribuído às obras da FIOL o secamento de poça d'água e inundações, por inexistência de galerias para escoamento de água. Com relação aos benefícios da FIOL, os relatos evidenciaram a possibilidade de geração de emprego e renda para o município. Entretanto, para a localidade de Canoa Virada, os relatos sobre os benefícios são nulos. Para Sr. Denilson Mendes, a FIOL traria benefícios para a atividade de mineração e grãos, cuja produção é externa a localidade de Canoa Virada. Quando questionado sobre quais atividades produtivas se beneficiariam com FIOL, a resposta foi a seguinte:

Sr. Denilson Mendes: aqui seria o minério aí da Mirabela, lá em cima, do lado de Irecê e pro lado de Barreiras, os grãos. Só isso aí. Aqui, nada! Aqui, é só a Mirabela, mais nada. Cacau aqui, tem pouco” [...]. Isso aqui é interesse de poucos. A ferrovia é interesse de poucos. Pra gente aqui não vai ajudar em nada. Vai escoar o quê da gente aqui? Nada! (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Itagibá, BA, no dia 18 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Pequeno produtor rural, cuja FIOL dividiu a propriedade na região de Canoa Virada, no município de Itagibá
- 2- Animais pastando na área desapropriada da FIOL;
- 3- Animais pastando na área desapropriada da FIOL;
- 4- Animal na área desapropriada da FIOL;

Figura 62: Propriedade dividida ao meio pelas obras da FIOL na comunidade de Canoa Virada, Itagibá, 2017

No município de Jequié, a FIOL além de trazer problemas para comunidades da zona rural, conforme observado no assentamento Santa Cruz, Ojeferson e Fazenda Velha, trouxe problemas também para a área urbana. O fato de a FIOL passar no município pela zona urbana aguçou problemas associados às desapropriações, na medida em que o traçado da FIOL atingiu um número maior de unidades habitacionais. A realocação das famílias para outras áreas do município para implantação da FIOL, desterritorializa, ao retira as pessoas do seu lugar, do seu convívio. A própria dinâmica das obras, devido a movimentação de máquinas, trepidação e a dinamitação de alguns trechos, alterou o cotidiano das pessoas que vivem no entorno da FIOL. De acordo com a professora Valdirene Santos Rocha, do IFBA/Jequié, que desenvolve uma pesquisa sobre os impactos da implantação da FIOL na cidade de Jequié, a partir da percepção da comunidade, além dos problemas citados, destacam-se os problemas paisagísticos. (Entrevista realizada pelo pesquisador no município de Jequié, BA, no dia 21 de outubro de 2017).

Em Jequié, os relatos evidenciam que a geração de empregos para a construção da ferrovia foi um grande benefício do projeto. Este fato é explicado por estar em Jequié o escritório e o canteiro de obras da Queiroz Galvão, responsável pela construção do lote 02 da FIOL e do lote 02^a (túnel). Entretanto, com o fim das obras, além do desemprego na cidade, muitos trabalhadores que vieram de outras regiões para trabalhar nas obras, permaneceram na cidade na expectativa de retornarem aos seus postos de trabalho com a volta das obras. De acordo com os relatos, uma vez pronta, os impactos para Jequié são poucos. Espera-se que a construção de um pátio logístico no município, possa trazer algum benefício para Jequié. Do ponto de vista ambiental, os relatos é que a FIOL deixou um passivo grande e não cumpriu a aplicação do plano de recuperação de áreas degradadas.

No município de Tanhaçu, a FIOL também tem causado problemas para as comunidades situadas no seu entorno. Os problemas, repetem-se: efeito barreira, desapropriações, falta de diálogo com a comunidade, problemas ambientais e questões associadas a disponibilidade hídrica. Na ocasião da pesquisa de campo, foram visitados a comunidade de Sussuarana e a comunidade rural de São Francisco. Chegar nesta última comunidade, tornou-se um grande desafio, uma vez que a FIOL cortou a principal via de acesso à comunidade. Foi feita outra passagem, mas a população local continua utilizando sua antiga rota, agora cortada pela FIOL. Para tanto, os moradores fizeram uma passagem de terras sobre os trilhos, em um ponto já concluído da ferrovia que cortou o antigo caminho de acesso da comunidade São Francisco. Esta é uma realidade recorrente ao longo do trecho percorrido durante a vivência em campo e já observado pelo Tribunal de Contas da União (2016). No caso da referida comunidade, a irregularidade dos níveis da passagem de terra com a ferrovia, dificulta o acesso de carro à comunidade.

A questão da locomoção da comunidade é bastante mencionada nos relatos dos entrevistados sobre os problemas que a ferrovia trouxe para a comunidade. Além do problema na principal via de acesso à comunidade, outras estradas vicinais utilizadas pela comunidade a mais de 70 anos, segundo relatos, foram cortadas pela FIOL.

Sr. Josemar: Nós temos um problema sério com essa ferrovia, aqui. Aqui ela dividiu a fazenda aqui da gente, que é de herança de meu avô. Essa estrada é aqui. A estrada antiga. Agora eles acharam de mudar... Tão querendo mudar para ali. Eles não podem mudar essa estrada e eles estão fazendo de tudo. Tão mudando. Tão querendo mudar para ali. A primeira topografia dessa ferrovia, a conversa foi uma e depois quando começaram a executar a obra a conversa foi outra. Já veio prejudicando o pessoal, iludindo as pessoas mais velhas... (Entrevista realizada pelo

pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

A submissão frente ao processo de desapropriação também ficou evidente com os relatos dos pequenos camponeses da localidade, bem como a falta de opção frente ao avanço da “modernidade”, que a FIOL representa.

Sr. Josemar: Meu pai mesmo foi iludido. Essa propriedadizinha aqui desapropriou, isso aqui. Deu uma micharia pra ele aí. A gente foi falar pra ele... Ah, eu não vou brigar com eles no governo, porque o governo é quem bem tem advogado e eu vou ficar embananado com isso aí [...]. Hoje ele é arrependido. [...]. Assim... pelo valor que foi pago, pelo valor das terras aqui, não foi ruim. Mas se for botar, compensar que a gente sobrevivia daqui, que eu e meu irmão trabalhava aqui direto, produzia muito aqui... Em um ano só eu produzindo, eu tirava aí numa roça de maracujina. É pouco. Meu pai pegou 18 conto nisso aqui. (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

A pequena comunidade de São Francisco vive no seu cotidiano os problemas causados pela FIOL. A desapropriação das terras e alterações na mobilidade da comunidade trazem descontentamento e incertezas para seus moradores.

Sr. Josemar: Isso aqui era área da gente produzir aqui. Hoje não pode produzir. A ferrovia tomou conta. A gente planta feijão, melancia, maracujina. Não falando a poeira, que aqui, ela prejudica a gente aqui (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

Fica também claro que a ferrovia não dialoga com a pequena produção local. Embora fisicamente tão próxima das comunidades, há um distanciamento da FIOL com a lógica produtiva e socioeconômica da comunidade. Trata-se de um objeto externo à realidade local, conforme relato de **Sr. Josemar**: “eu acho que isso aqui pra gente... Na minha opinião mesmo, não representa muito lá essas coisas, não. Só para as grandes empresas” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

A fragmentação do território e alterações nas realidades das comunidades provocada pelo FIOL também se faz sentir na comunidade de Sussuarana, em Tanhaçu. Sr. João Batista Santos Rocha, morador da comunidade relata sobre os problemas causados pela FIOL na sua propriedade, afetando sua reprodução social.

Sr. João Batista Santos Rocha: “Tem uma criação aí... eles exigiram para não escapulir [...]. De primeira não tinha nada disso. Ficava aí a vontade... [...] A gente criava aí a criaçõozinha, era solta. Hoje se escapulir um jegue aí, ir para lá... (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).

Ainda, segundo Sr. João Batista, há problemas com passagem de gado e de água na sua propriedade: “até uma passagem de água eu pedi lá e eles não deixaram” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado de Cruzeiro do Sul, Tanhaçu, BA, no dia 27 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

1. Passagem de nível irregular para a comunidade Cruzeiro do Sul;
2. FIOL cortando a estrada de acesso a comunidade Cruzeiro do Sul;
3. Entrevista com camponês sobre passagem irregular sobre os trilhos da FIOL em uma estrada utilizada pela comunidade Cruzeiro do Sul;
4. Propriedade dividida pela implantação da FIOL na comunidade Cruzeiro do Sul

Figura 63: A FIOL na comunidade de São Francisco, no município de Itagibá, 2017

Na localidade de Sussuarana, os relatos mostram que no início havia uma expectativa positiva com a FIOL, mas que até o momento, além dos empregos gerados no processo de construção, a FIOL não trouxe muitos benefícios para a comunidade. Em 2010, no início das discussões sobre as obras da FIOL, os professores Miriam Cléa Coelho Almeida, Suzane Tosta Souza e Mário Rubem Costa Santana da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), juntamente com alunos do curso de Geografia,

fizeram um estudo sobre os impactos da FIOL no distrito de Sussuarana e evidenciaram o descontentamento da população tanto com o traçado da ferrovia quanto com a atuação da VALEC na condução do projeto. De acordo com o referido estudo, as obras da FIOL impactaram na forma de reprodução dos camponeses da localidade, seja em função das desapropriações de terras, no acesso a água, bem como no cotidiano da comunidade (ALMEIDA; SOUZA; SANTANA, 2011).

No município de Brumado, além dos problemas já mencionados relacionados a recarga de água da Lagoa da Pedra, na localidade de Itaquaraí, observou-se também problemas relacionados a desapropriação e a segregação espacial de algumas comunidades. Em Itaquaraí, foi relatado problemas associados com a divisão de propriedades e a não construção de passagens de gado, prejudicando as atividades rurais da localidade. Na comunidade Represo, a implantação da FIOL dividiu a mesma ao meio. A igreja, o campo de futebol, a casa de farinha da comunidade e algumas residências ficaram de um dos lados da ferrovia, do outro, o restante da comunidade. A violência da segregação espacial na comunidade é impactante. O traçado da FIOL alterou o cotidiano das pessoas da comunidade e a passagem feita para a mobilidade dos moradores está situada a cerca de 1 km do local da menor distância entre os dois lados da comunidade separada pela FIOL. Umas das lideranças da comunidade faz o seguinte relato:

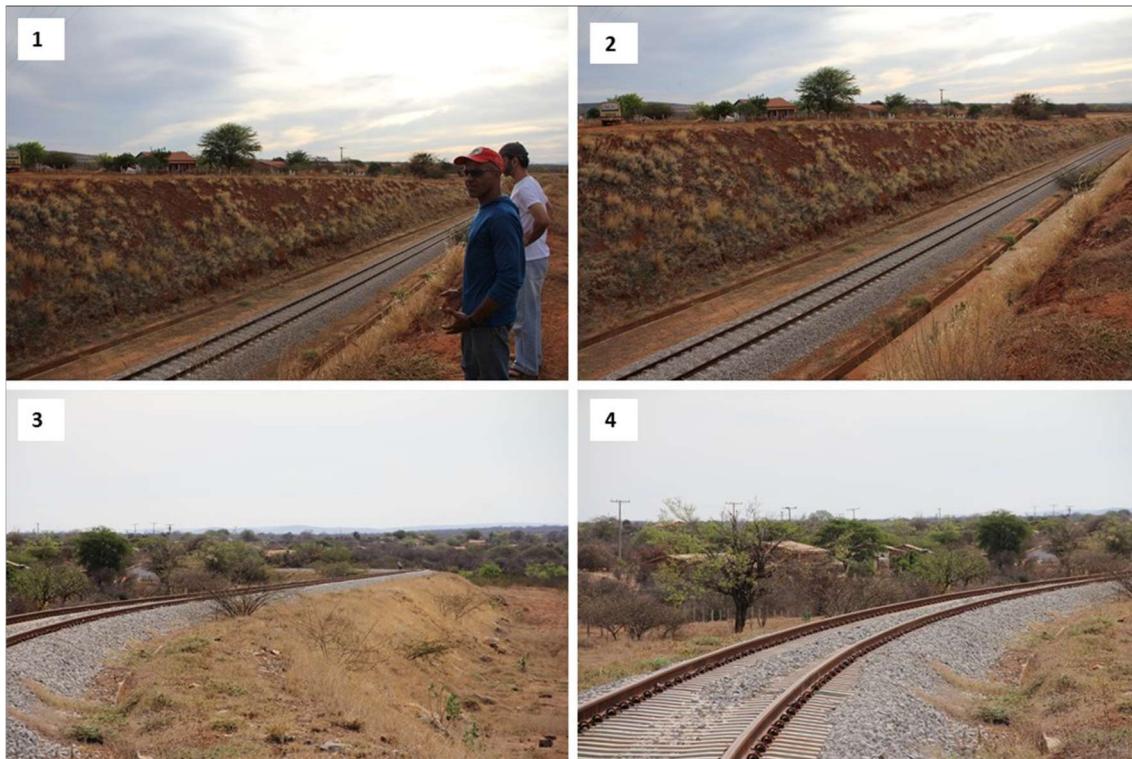
Cida: Pra o pessoal do lado de lá, pra vim até a igreja, eles têm que andar um quilômetro pra cima e um quilômetro pra baixo” (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo, Brumado, BA, no dia 25 de outubro de 2017).

Por questões topográficas, uma parte da comunidade se situa acima dos trilhos da FIOL, visto que foi feita uma escavação para manutenção do nível de inclinação da ferrovia para assentamento dos trilhos. Como a população termina a todo momento transitando cotidianamente na faixa de domínio da ferrovia, área anteriormente pertencente à comunidade, já houve acidente com moradores que caiu na área escavada pelas obras. Há reivindicações para a construção de uma passarela sobre a ferrovia, mas até então, nada foi feito e a vida da comunidade foi duramente afetada.

Para um dos líderes comunitárioS de Represo, Sr. Arlindo, da coordenação do Movimento dos Pequenos Trabalhadores Rurais (MPA), a FIOL significou para a comunidade a perda do território e divisão da comunidade. Ele relata que não houve diálogo com a comunidade para execução das obras da FIOL.

Sr. Arlindo: já chegou aqui na comunidade fazendo as picadinhas pra fazer a topografia na comunidade [...]. Aqui foi o primeiro dia que a gente

parou eles. Foi aqui. Eles já vinham aqui na comunidade fazendo as picadas, entrando nos terrenos, sem autorização do povo. E em uma segunda-feira, eu tava viajando, num dia de terça-feira quando eles iam chegando, a gente reuniu o pessoal na segunda à noite e viemos pra cá ficar esperando. Quando eles chegaram, quando eles estavam aí dentro do terreno, a gente reuniu todo pessoal e disse: com autorização de quem vocês vão entrar aqui para tirar as medidas? [...]. Portanto, vocês não estão autorizados a entrar aqui dentro enquanto a gente não souber o que está acontecendo. Foi a partir daí que a gente começou o diálogo com as empresas (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo, Brumado, BA, no dia 25 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Líder comunitário mostrando como a FIOL dividiu a comunidade Represo;
- 2- Trilhos da FIOL cortanto a comunidade Represo;
- 3- FIOL na comunidade Represo;
- 4- Proximidade da FIOL das residências da comunidade Represo

Figura 64: A divisão da comunidade Represo, no município de Brumado, com a implantação da FIOL, 2017

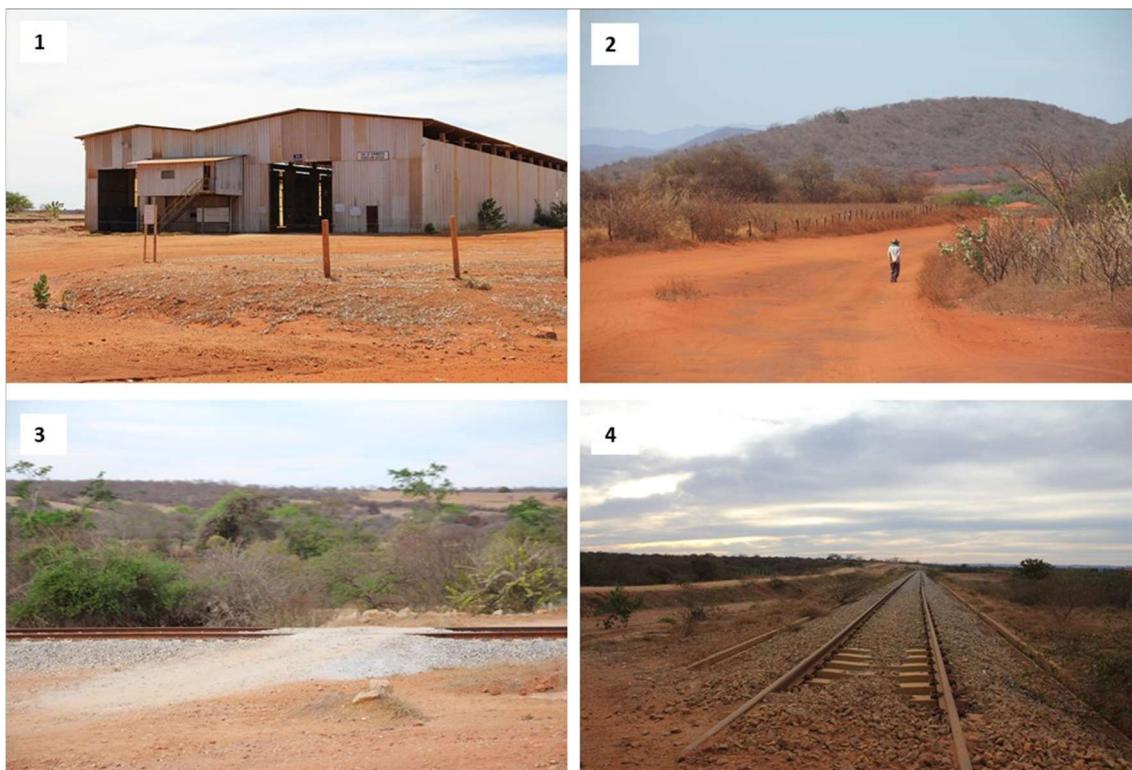
No caso da comunidade Represo, além das desapropriações de terras, o fato da FIOL passar no meio da comunidade, houve desapropriação de áreas onde se situavam unidades habitacionais. Sr. Josué, camponês, relata que a mudança para outro local foi de difícil adaptação. Sr. Deli, de 92 anos, teve que mudar para uma outra casa devido a desapropriação de parte das suas terras. Para Cida, camponesa e líder comunitária, o diálogo para as desapropriações foi muito difícil para os moradores atingidos, porque foi um processo de muita pressão. De acordo com Sr. Arlindo “não teve negociação de sentar e negociar com as famílias”. Para o Sr. Luis Carlos, camponês e morador da comunidade

Represo, o processo de desapropriação foi extremamente violento. A casa dele estava situada em um terreno do seu irmão, portanto, ele não tinha escritura. Como era ele que morava na localidade e não o irmão, ele não teve nenhum amparo do consórcio (Andrade Gutierrez/Barbosa Melo/Serveng) responsável pelas obras. O imóvel que ele morava foi derrubado sem ele ter para onde ir com sua esposa e filho. Seu relato, retrata como se deu o processo de desapropriação, desconsiderando as necessidades da população afetada.

Sr. Luis Carlos: Foi indenizada [a casa do irmão]. Eles não têm o direito de me tirar. Eles me dão um prazo, entendeu? Nem um prazo eles me deu [...]. E hoje to brigando na justiça pra minha energia, porque é Luz para Todos do Governo Federal. Eu morava na casa, eu tinha aquela caixinha do governo, todinha, de cisterna [...]. Perdi tudo. [...]. Eles carregou meu padrão [relógio e poste distribuído pelo programa Luz para Todos] e tudo. E vinha a luz assim: se eu não pagasse que eles iam cortar minha energia. Se eu não tinha energia mais, se eles tinham carregado, minha Luz para Todos. Eles tinha carregado. Entendendo como é as coisas? Aí eles botou que eu tinha débito de vinte seis reais. Mas seu tava sem energia. Eu paguei um ano e tanto sem energia, pô. Entendendo? Ité meu padrão eles botou dentro do caminhão e levaram embora, porque meu padrão é meu. Luz para Todos é minha. (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo, Brumado, BA, no dia 25 de outubro de 2017).

Sr. Arlindo relata que o projeto da ferrovia não considerou a realidade da comunidade, como a mobilidade da população, por exemplo. Ainda de acordo com o mesmo, as pequenas conquistas conseguidas na comunidade foi fruto de resistência que provocou a abertura de espaços para negociação junto às empresas responsáveis pelas obras da FIOL.

Sr. Arlindo: esse túnel [uma passagem de gado e de carros] que tem ali foi uma briga nossa dentro do terreno pra conseguir. No projeto inicial aqui dela não tinha aquele túnel. [...]. Todo pessoal aqui sempre utilizou o rio, as cacimbas do rio, pra pegar água [...] (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo, Brumado, BA, no dia 25 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Fábrica de dormentes da FIOL do lote 04 na comunidade Represo;
- 2- Realidade de um camponês da comunidade Represo;
- 3- Passagem de nível irregular na comunidade Represo;
- 4- Passagem de nível irregular na comunidade Represo.

Figura 65: A FIOL na comunidade Represo, no município de Brumado, 2017

Para Sr. Arlindo, uma vez finalizada as obras da FIOL, a produção do pequeno camponês e da comunidade não será escoada pela ferrovia, em contrapartida, favorece o setor mineral. Mas segundo ele:

Sr. Arlindo: na região aqui [...] tudo já está pesquisado. A mineração Santa Fé também será vizinha da comunidade. Tem aqui no município de Livramento, uma comunidade quilombola que é da base do MPA, comunidade Olho D'Água do Meio, que é uma comunidade já pesquisada, mapeada (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Represo, Brumado, BA, no dia 25 de outubro de 2017).

Nas comunidades rurais do município de Caetité, os problemas causados pela FIOL também alteraram a vida dos sujeitos sociais que vivem próximo a ela. Na verdade, muitas comunidades rurais de Caetité vêm passando por sérios problemas associados a expansão do capital no município. O processo de expropriação associado a apropriação do espaço pelo capital se mostra evidente, tanto nos projetos dos parques eólicos, recentemente instalados no município, quanto no projeto da FIOL e da Bahia Mineração (BAMIN). Os relatos dos militantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração

(MAM) e da CPT de Caetité mostram que os grandes investimentos têm causado muitos conflitos com as comunidades rurais da região, em especial conflitos por terra e a água.

No caso específico da FIOL, os problemas são os mesmos observados desde Ilhéus. A questão do acesso à água, em especial na comunidade de Manuel Vicente, já foi mencionada. Mas também destacam os problemas de desapropriação, segregação espacial, problemas ambientais, dentre outros, que alteram o cotidiano dos sujeitos sociais e sua reprodução. Se por um lado a FIOL está estritamente relacionada aos interesses do capital mineral e se constitui como um elemento de infraestrutura fundamental para a reprodução do capital, por outro lado, a FIOL trouxe problemas para algumas pequenas localidades e para o cotidiano de sua população. Essa é uma contradição bastante evidente ao longo do trajeto da FIOL.

A FIOL viabiliza o projeto da BAMIN e é por este viabilizado. Ambos com forte apoio estatal. Mas o diálogo da FIOL com as outras atividades produtivas das comunidades rurais são inexistentes, uma vez que o projeto da FIOL, por suas características, não viabiliza o escoamento da pequena produção local.

Alguns entrevistados têm consciência dos interesses que subjaz o projeto da FIOL. Para Sr. Edílio, pequeno produtor rural da comunidade de Manoel Vicente, em Caetité, a FIOL não dialoga com os interesses da comunidade.

Sr. Edílio: só favorece pra eles. A BAMIN pega o minério aí, mais nada. [...] Vai carregar minério, né? Mas pra nós aqui, não tem futuro nenhum (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 26 de outubro de 2017).

Para Sr. Edílio, a ferrovia trouxe grande prejuízo para a comunidade, em especial para a sua propriedade. Quando questionado sobre o que a FIOL representa para sua comunidade, o mesmo faz a seguinte afirmação:

Sr. Edílio: Pra nós só prejuízo. Pra mim mesmo...Eles nem cabaram de me pagar o que eles tinham combinado. Ainda ficou me devendo dois mil e quatrocentos e trinta e pouco reais de duas propriedades minha que eles passou, não me pagaram (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 26 de outubro de 2017).

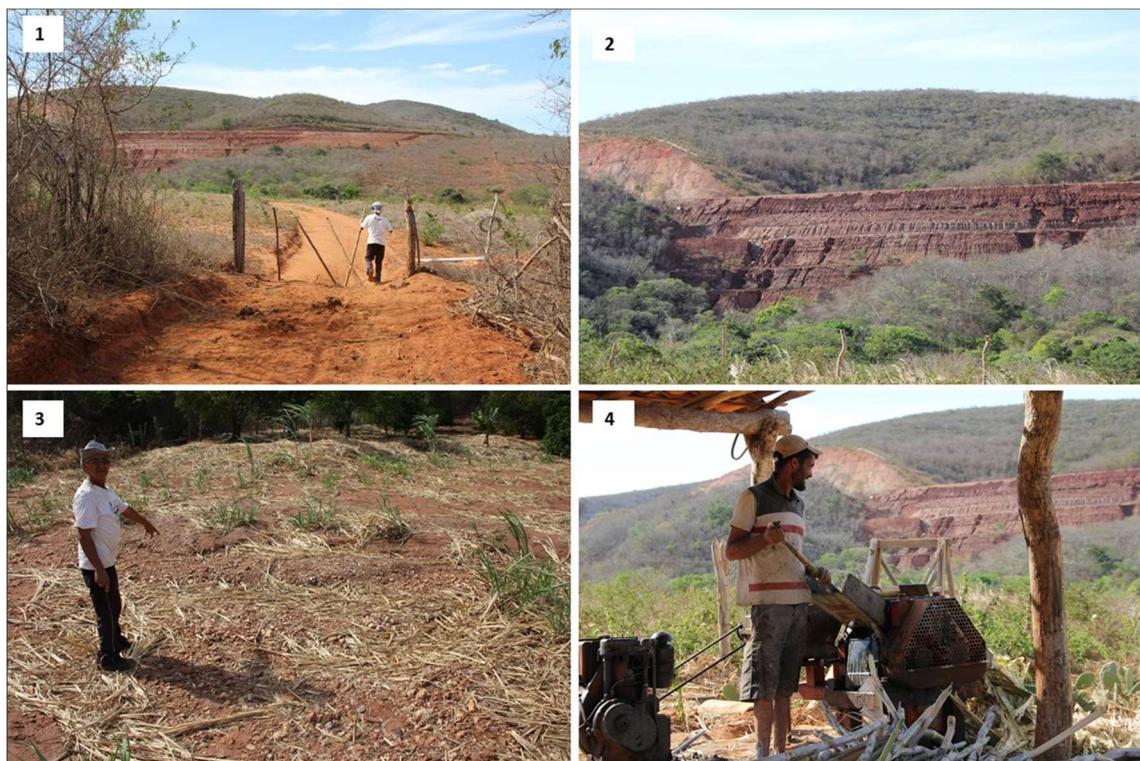
Sr. Edílio, além de sofrer com os problemas do aterramento de parte do rio Barrocas, que abastecia sua propriedade e de seus vizinhos, sofre também com o aterramento que as obras da FIOL têm provocado em sua propriedade. Suas terras estão situadas abaixo da serra por onde passa a FIOL. Por estar

situada abaixo, com a chuvas, a terra removida para construção da ferrovia desce para a suas terras, causando sérios problemas e afetando a pequena atividade agrícola da propriedade.

Sr. Edílio: Aterrou...Isso aqui deve ter um metro de fundura ou mais. A enxurrada descendo. Choveu, desce. E vai desendo. Eles não fizeram o degrau de cimento, a contenção. [...]. Acabou com minha propriedade! Aterrou. O pessoal do meio ambiente cansou de vim aí. Chamei eles mais de dez vezes. Fui até para o IBAMA em [Vitória da Conquista, município baiano] Conquista, não resolveu nada. Só prejuízo. [...]. Aterrou de pedra e areia. Até pedaço de concreto tem lá dentro. E o jeito é descer mais ainda [...]. A enxurrada abriu valetas de mais de 3 metros na propriedade. [...]. Meu terreno você não tinha uma pedra... [...]. Lá [agora] você pode encher uma caçamba de pedra. [...]. Se o cara não tiver cabeça boa, quando tá chovendo dá depressão [...]. O trem é brabo. (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 26 de outubro de 2017).

De acordo com agricultores familiares camponês da comunidade de Manuel Vicente, a construtora utilizava água de uma pequena barragem da comunidade para construção da ferrovia. Também foi relatado que a implantação de um túnel para acessar a região de sua propriedade só foi possível depois de uma grande mobilização de resistência da comunidade, conforme relato de um pequeno camponês da comunidade.

Camponês: Saia trinta e oito caminhão de água daqui, por dia. Trinta e oito, quarenta, de vinte mil litros. Aí nós deu a testa ele chegou e parou. Aí chamou os encarregados da Andrade, veio os mais grande. Moço nós não quer nada com vocês, não. Nós quer a passagem [...]. Aí foi fazer uma de 4 metros, nós não quer não. Quer uma grande. É de cinco metros pra cima. Pra passar caminhão com máquina em cima (Entrevista realizada pelo pesquisador no povoado Manoel Vicente, Caetité, BA, no dia 26 de outubro de 2017).



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Propriedade de agricultor familiar camponês na região de Manuela Vicente e as obras da FIOL na serra;
- 2- Escavações das obras da FIOL na região de Manuel Vicente;
- 3- Pequeno agricultor camponês mostrando uma área de sua propriedade aterrada com terra e pedras das escavações das obras da FIOL;
- 4- Realidade local por onde a FIOL passa.

Figura 66: A FIOL na comunidade de Manuel Vicente, no município de Caetité, 2017

Na localidade de Barra da Estiva, em Caetité, os problemas também são relacionados a desapropriações e divisão de propriedades. O mesmo ocorre na localidade de Serragem e Curral Velho, todas localizadas em Caetité. Na localidade de Barra da Estiva foi possível observar, mais uma vez, as contradições que envolve o projeto da FIOL, mas do ponto de vista de sobreposição de ações do Estado. Em uma propriedade rural desapropriada, a cisterna e o padrão (poste e relógio) dos programas Água para Todos e Luz para Todos, respectivamente, ficaram prejudicados, visto que a casa da propriedade, onde foi instalado os equipamentos, foi demolida. Ademais, durante a vivência em campo, foi observado e relatado problemas como rachadura de cisternas e com os equipamentos de energia causados pelas desapropriações e obras da FIOL.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 67: Casa demolida, cisterna e padrão de energia em uma propriedade na comunidade de Barra da Estiva, no município de Caetité, 2017

Para uma das lideranças do MAM na Bahia, com forte atuação na região de Caetité, a BAMIN e a FIOL, representa o “projeto da morte”, na medida em que desapropria, desterritorializa, apropria-se de recursos e causa sérios problemas para a população local e para o meio ambiente. Como a FIOL está fortemente vinculada a exploração mineral, o MAM Bahia tem realizado diversas Assembleias Populares para discutir a mineração e seus problemas, bem como aqueles causados pela FIOL.

Durante a pesquisa de campo tivemos oportunidade de participar de uma das Assembleias Populares realizada no município de Ubatã, município situado na Área de Influência Indireta da FIOL. O município pertence ao Território de Identidade Médio Rio de Contas, onde se localiza o projeto da mineração da Mirabela e a FIOL corta cinco municípios. As Assembleias Populares da Mineração, organizadas pelo MAM, constituem-se com “espaço de luta e resistências”, conforme definiu uma das lideranças locais. No caso da audiência realizada em Ubatã, os relatos feitos pela população e movimentos que participaram da audiência evidenciam a grande problemática vivida pelas pessoas com estes empreendimentos (FIOL e mineração), enquanto não viam reais benefícios dos empreendimentos para a população local, além da geração de alguns postos de trabalho.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

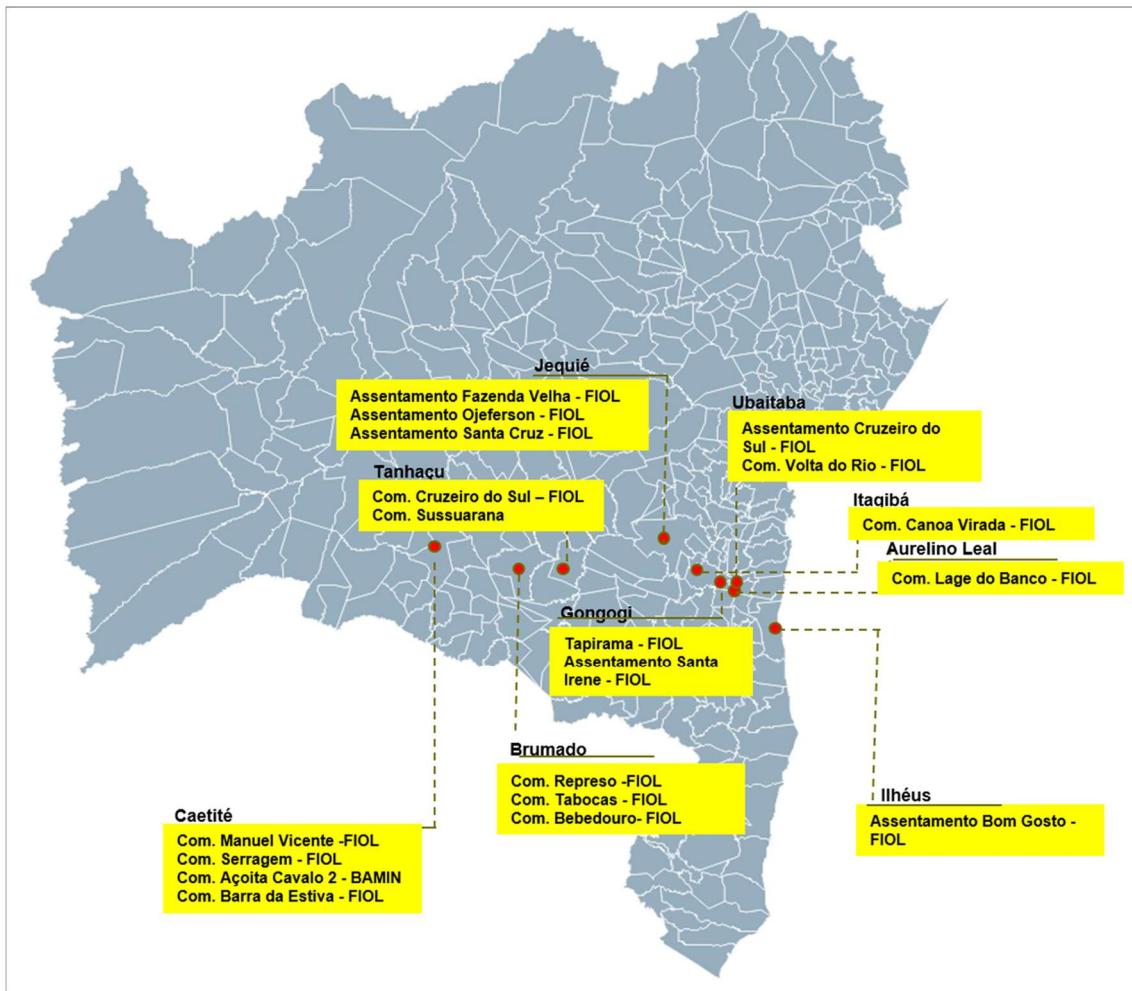
Notas:

1. Plenária da Assembleia popular em Ubatã;
2. Encenação das crianças e jovens do movimento CETA sobre a chegada da FIOL no seu território

Figura 68: Assembleia popular da mineração organizada pelo MAM, em Ubatã, 2017

Em outras audiências realizadas pelo MAM, como a realizada na comunidade Quilombola de Bebedouro, no município de Bom Jesus da Lapa (BA), realizada no dia 7 de agosto, as mesmas problemáticas foram trazidas, segundo relato de uma das lideranças do MAM em Bom Jesus da Lapa. Em Bom Jesus da Lapa, a FIOL passa por áreas de uma comunidade quilombola chamada Araçá/Volta. O relato é que a construção da ferrovia provocou aterramento de braço do Rio São Francisco, que garante a recarga de 10 lagoas que atendem as famílias da região.

A vivência em campo revelou que a implantação da ferrovia, fundamental para a produção capitalista do espaço, é marcada por contradições. Por traz do velho discurso do desenvolvimento e progresso, que atende aos interesses dos grandes investidores, a mesma violência histórica sobre as populações pobres, expropriadas de seus territórios para dar passagem ao “progresso”. Esse progresso que impõe toda forma de exclusão e que banaliza a violência e a nega histórias de vida. A construção da FIOL é marcada por um processo de alijamento das populações de seus territórios, apropriação e destruição dos recursos ambientais. Trata-se de um processo de forte exclusão socioespacial das classes subalternas.



Fonte: Elaboração própria

Figura 69: Localidades identificadas onde há conflitos com a FIOL, durante a pesquisa de campo, 2017

Além dos conflitos observados na pesquisa de campo, a CPT (2018), em seu mapeamento anual sobre os conflitos no campo, também identificou um conjunto de conflitos associados diretamente a FIOL ou mesmo nos municípios pelos quais a FIOL passa. A CPT (2018) identifica áreas de conflitos, bem como conflitos por terra e água envolvendo de um lado quilombolas, povos indígenas, pequenos proprietários de terra e camponeses de fundo e fecho de pasto e do outro lado empresários e fazendeiros.

Quadro 9: Áreas de conflitos nos municípios que a FIOL passa

Município	Área em Conflito
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Tomba/Fiol
	Com. Quil. Lagoa do Peixe/Araçá Volta/Fiol
	Com. Quilombola Bebedouro/Valec/Fiol
	Com. Quilombola Barrinha/Fiol
	Com. Quilombola Fortaleza/Fiol
	Com. Quilombola do Jacaré/Fiol
	Quilombo Lagoa das Piranhas/Fiol
	Com. Quilombola Juá-Bandeira
	Com. Quilombola Fazenda Grande/Fiol
	Com. Extrativista de Boa Vista/Fiol
	Com. Quilombola Rio das Rãs/Fiol
Caetité	Com. Serragem/Fiol
	Com. Curral Velho/Fiol
Correntina	Fecho de Pasto de Sete Galhos/Com. Hamônico/Baixa Grande/Conceição/Faz. Papaiz
	Fecho de Pasto de Morrinhos/Riacho de Areia/Bonito/Pombas/Saco de Santana/Faz. CFM Mombim
	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garrotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande
	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante
	Fecho de Pasto do Remanso e Firmino/Faz. Barra Velha/Grupo 240 49000 Mizote/Com. Ponte Velha/Remanso/Tabuleirinho/Pedra Branca/Tabocas/Sto Antônio
	Fecho de Pasto do Tatu/Com. Tatu/Boa Vista/Caixeiro/Maketi Correntina Fecho de Pasto do Pula-Pula/Bois/Arriba/Abaixo/Com. Tatu/Boa Vista
	Fecho de Pasto da Vereda do Ranho/Com. Barra das Lages/Grilo/Catingueiro/Faz. Floriana
	Fecho de Pasto Malhada e Palmeiras/Com. Malhada/Palmeiras/Tabuleirinho/Faz. Sta. Maria/Antiga Faz. Fibrasa Correntina Fecho de Pasto do Salto/Com. de 29 2886 Salto/Alegre/Luzia/Toledo/Faz. Cachoeirinha/Assoc. A e H Correntina Capão do Modesto
	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São 32 12000 Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza
	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. 310 29059 Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim
	Fecho de Pasto do Gado Bravo/Com. 500 Buriti/Pombas/Jatobá/Brejo Verde/Catolés/Faz. CFM Mombim
	Com. Cachoeira/Cacimbinha/Aldeia/Brejão/Faz. Estrondo
	Com. Cachoeira/Marinheiro/Cacimbinha/Gatos/Aldeia/Área do Salu
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá
Jaborandi	Fecho de Pasto Malhadinha/Com. Malhadinha/Passagem Funda/Caiçara

Fonte: CPT, 2017

Os conflitos por terra no entorno da FIOL se situam, sobretudo, em Bom Jesus da Lapa e em Caetité, envolvendo diretamente as obras da FIOL; e no oeste da Bahia, região do agronegócio.

Quadro 10: Conflitos por terra nos municípios que a FIOL passa

Municípios	Nome do Conflito	Categoria Sofreu Ação	Categoria Causou Ação
Bom Jesus da Lapa	Com. Quilombola Rio das Rãs/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Fazenda Grande/Fiol	Quilombola	Empresário
	Quilombo Lagoa das Piranhas/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quil. Lagoa do Peixe/Araçá Volta/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Bebedouro/Valec/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Barrinha/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Fortaleza/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola do Jacaré/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Tomba/Fiol	Quilombola	Empresário
	Com. Quilombola Juá Bandeira	Quilombola	Empresário
Formosa do Rio Preto	Com. Extrativista de Boa Vista/Fiol	Extrativistas	Empresário
	Com. Cachoeira/Cacimbinha/A Ideia/Brejão/Faz. Estrondo	Geraizeiro	Empresário
Ilhéus/ Una/ Buerarema	Com. Cachoeira/Marinheiro/C acimbinha/Gatos/Aldeia /Área do Salu	Geraizeiro	Empresário
	Serra do Padeiro/Povo Tupinambá	Indígena	Polícia Civil
Caetité	Com. Serragem/Fiol	Pequenos Proprietários	Empresário
	Com. Curral Velho/Fiol	Pequenos Proprietários	Empresário
Correntina/ Jaborandi	Fecho de Pasto do Gado Bravo/Com. Buriti/Pombas/Jatobá/Brejo Verde/Catolés/Faz. CFM Mombim	Camponeses de fundo de pasto	Empresário
	Fecho de Pasto do Quincão ou Entre Morros/Com. Jatobá/Grilo/Praia/Faz. CFM Mombim	Camponeses de fecho de pasto	Empresário
Correntina	Fecho de Pasto do Remanso e Firme/Faz. Barra Velha/Grupo Mizote/Com. Ponte Velha/Remanso/Tabuleir inho/Pedra Branca/Tabocas/Sto Antônio	Camponeses de fecho de pasto	Empresário
	Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade/Com. Silvânia/São Francisco/Cobra Verde/Cerco/Faz. Sta. Tereza	Camponeses de fecho de pasto	Grileiro
	Capão do Modesto	Camponeses de fecho de pasto	Empresário
	Capão do Modesto	Camponeses de fecho de pasto	Empresário
	Capão do Modesto	Camponeses de fecho de pasto	Empresário
	Fecho de Pasto do Salto/Com. De Salto/Alegre/Luzia/Toledo/Faz. Cachoeirinha/Assoc. A e H	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto de Morrinhos/Riacho de Areia/Bonito/Pombas/Saco de Santana/Faz. CFM Mombim	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto Malhada e Palmeiras/Com. Malhada/Palmeiras/Tabuleirinho/Faz. Sta. Maria/Antiga Faz. Fibrasa	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto de Porcos Guará e Pombas/Com. Matão/Garrotes/Brejo dos Aflitos/Cabeceira Grande	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto de Cupim/Com. Barreiro/Caatinga do Meio/Manoel Mendes/Brejinho/Baraúna/São Francisco/Cobra Verde/Dona Bárbara/Faz. Bandeirante	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto de Sete Galhos/Com. Hamônico/Baixa Grande/Conceição/Faz. Papaiz	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto do Tatu/Com. Tatu/Boa Vista/Caixeiro/Maketi	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto do PulaPula/Bois/Arriba/Abaixo /Com. Tatu/Boa Vista	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
	Fecho de Pasto da Vereda do Ranho/Com. Barra das Lages/Grilo/Catingueiro/ Faz. Floriana	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro
Jaborandi	Fecho de Pasto Malhadinha/Com. Malhadinha/Passagem Funda/Caiçara	Camponeses de fecho de pasto	Fazendeiro

Fonte: CPT, 2017

As atividades de mineração e do agronegócio, fortemente articuladas ao projeto da FIOL, são intensivas em água e sua expansão pressiona os recursos hídricos, em especial no que diz respeito à formação e recarga de importantes bacias hidrográficas da região do semiárido, que convive com os problemas associados a falta d'água. Já são evidentes no entorno do projeto da mineração da BAMIN os conflitos por água, conforme mapeamento elaborado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018).

Quadro 11: Conflito por água no entorno da FIOL

Município	Área em Conflito	Tipo do Conflito
Caetité	Caetité	
	Pov. Barreiro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. João Barroca/Bamin/	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Casa da Roda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular Diminuição do acesso à Água
	Com. Boa Vista/Santa Luzia/São Miguel/Barra de Caetité/Candonga/Palmital	Apropriação Particular
Correntina	Com. do Rio Arrojado/Faz. Igarashi	Apropriação Particular Destruição e ou poluição

Fonte: CPT, 2017

Os conflitos por água associados ao projeto da BMIN não se restringem ao município de Caetité. Comunidades do município de Pindaí, situadas próximas da localidade do Projeto Pedra de Ferro estão em conflitos com a BMIN devido a apropriação particular da água.

Quadro 12: Conflito pela água envolvendo a BMIN

Município de Pindaí		
Nome do Lugar	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
Com. Cachoeira de CimaProjeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Baixa Preta/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Lagoa da Pedra/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Vargem/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Com. Paga Tempo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Açoita Cavalo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Tapera/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Com. Novo Horizonte/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Com. Brejo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	Apropriação Particular	Diminuição do acesso à Água
Pindaí Com. Quilombola Antas e Palmitos/Bamin	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais

Fonte: CPT, 2017

Os dados da CPT (2018) evidenciam os problemas vividos por comunidades no entorno da BMIN. Tais problemas pôde ser observado durante a pesquisa de campo. De fato, o projeto da mineração da BMIN, diretamente articulado ao projeto da FIOL, tem alterado o cotidiano das comunidades do seu entorno. Conflitos por água foram relatados

na pelas comunidades de Açoita Cavalo, Açoita Cavalo 2 e João Barrocas, afetadas diretamente pelo projeto da BAMIN.

Na ocasião da pesquisa de campo, a participação em uma reunião na comunidade de Açoita Cavalo 2, com participação da CPT e da BAMIN, foi possível vivenciar a tensão da população frente as atividades da BAMIN.

O motivo da reunião, encampada pela CPT junto com a comunidade, era para obter maiores informações sobre a assinatura de um documento da BAMIN feita por alguns moradores da comunidade, após visita de uma assistente social da empresa às casas de moradores da comunidade. Na reunião, ficou esclarecido que se tratava de um documento que autorizava funcionários da BAMIN fazer uma vistoria nos imóveis da comunidade e instalação de sismógrafos, visto que estava previsto um cronograma de detonações na mina. O objetivo da vistoria era ter um relatório da situação dos imóveis antes das detonações, de modo que qualquer reclamação da comunidade pós-cronograma de detonação seria confrontada com a situação dos imóveis anteriormente às detonações.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Figura 70: Reunião da BAMIN com a comunidade de Açoita Cavalo 2, no município de Caetité, 2017

Chamou atenção, o fato do cronograma e horários das detonações não terem sido pactuados com a comunidade, portanto, não levando em consideração o cotidiano da mesma. A falta de transparência e diálogo com a comunidade também ficou evidente, uma vez que havia muitas dúvidas sobre o teor do documento que foi assinado pelos moradores, inicialmente abordados pela empresa. Percebeu-se que a empresa parece usar a estratégia de conversas individuais em detrimento de uma conversa ampla e conjunta com os moradores da comunidade.

Antes da reunião com a BAMIN, a CPT organizou uma reunião com a comunidade para discutir com os moradores o problema a ser discutido com a empresa. Com a chegada do carro da empresa para a reunião foi possível observar o nível de tensão e apreensão dos moradores de Açoita Cavalo 2.



Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Notas:

- 1- Projeto Pedra de Ferro da BAMIN;
- 2- Comunidade Açoita Cavalo 2;

Figura 71: Contradição entre o projeto do capital representada pela BAMIN e a realidade da produção não capitalista da comunidade Açoita Cavalo 2, Caetité, 2017

A Sra. Maria Cleide, antiga moradora da comunidade Palmito, extinta com a desapropriação do projeto Pedra de Ferro da BAMIN, fez o seguinte relato sobre a sua realidade e da sua comunidade:

Sra. Maria Cleide: Nós perdemos o nosso território, que é uma coisa muito triste. Onde tinha pessoas negras. [...] Pessoas descendentes de escravos. E essa empresa não teve o respeito com essas pessoas. Pessoas, a maioria, idosos. Eram 18 famílias, somado 51 pessoas, que tiveram que sair para outros lugares, aonde não se adapta direito. Uma coisa assim muito triste. Nós continua na luta fazendo ronda junto com o MAM junto com o pessoal da CPT, fazendo essa luta pra nós conseguir algumas vitória. Lá também eles estão querendo se instalar uma barragem de rejeito. [...]. Nós não temos apoio nenhum governamentais, porque o que fala mais alto são os capitais, né? O que o governo sempre apresenta é que não tem dinheiro, é a crise. E essa crise afeta mais as pessoas negras, as pessoas pobres. [...]. Eu continuo nessa luta, fazendo luta junto com o pessoal da CPT. Nós fazemos assembleias, já participei de audiências. [...]. Nós tem que lutar, porque se nós não entrar na luta, ninguém vai lutar por nós, não. Essas empresas grandes, esses governos, não vai lutar por nós, não. Eles só quer o fracasso mesmo. Eles não reconhece nós, não. [...]. Eles não olham para o nosso sofrimento, não. (Entrevista realizada pelo pesquisador na UFBA, Salvador, BA, no dia 17 de outubro de 2017).

Sr. Nestor, morador da comunidade de João Barrocas, relata que o local destinado para a barragem de rejeito da BAMIN está situado justamente na região da nascente da

principal fonte de água da comunidade. Ele também relatou que ele estava sofrendo um processo por ter entrado na área para fazer uma limpeza, como sempre ele e os moradores da comunidade faziam, mas como agora a área pertence a BAMIN, ele foi acusado de invadir propriedade privada. Ou seja, o morador da comunidade, por ter entrado em uma área utilizada historicamente pela comunidade, estava sendo processado. De fato, segundo mapeamento da CPT, a BAMIN está localizada em uma antiga área de fundo de pasto, historicamente utilizada pelas comunidades de João Barrocas, Cachoeira de Baixo, Cachoeira de Cima, Casa da Roda e Canabrava, mas que atualmente foi cercada pela BAMIN (CPT, 2017). Os conflitos observados na pesquisa de campo e o mapeamento realizado pela CPT expressam como a vivência do processo de expansão do capital da mineração na região:

Além de viabilizar o projeto da BAMIN e aguçar conflitos socioambientais na região de Caetité, a FIOL, conforme evidenciado, tende a viabilizar novos projetos na mineração, ao tempo que espolia e marginaliza. Na região de Itagibá, a implantação da FIOL pode viabilizar novamente a operação da Mirebelá, bem como intensificar as operações da Magnesita e da Xilolite, no município de Brumado.

A expansão da atividade mineral está associada a supressão da vegetação, desapropriações, riscos de contaminação dos solos, impactos na biodiversidade, poluição do ar, poluição sonora e poluição dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos). Com relação aos recursos hídricos, no caso da Mirabela Mineração, sua barragem de rejeitos está situada a cerca de 1,5 km do leito do Rio de Contas. Destaca-se também, que, de acordo com Agência Nacional de Mineração (2018), uma das barragens do empreendimento, o Dique Leste, não está inserida no Programa Nacional de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. Da mesma forma, não estão dentro do Programa a barragem de deposição de lama da Xilolite S/A e a bacia de sedimento da usina de tratamento da Magnesita, ambas no município de Brumado.

A implantação de um grande aparato técnico, como a FIOL, articulado com outros aparatos técnicos, como rodovias, portos, hidrovias, pivôs-centrinas, centros de armazenagens, dentre outros, cria um verdadeiro sistemas de objetos, no qual cada um, especificamente, possui determinadas funções, conformando, em conjunto, um sistema de ações voltados à valorização do capital. O sistema de objetos técnicos conforma uma rede logística necessária para viabilizar a circulação e articular os fluxos produtivos da mineração e do agronegócio.

O sistema de objetos logísticos voltados à circulação da produção do agronegócio e da mineração cria uma tecnoesfera, associada a uma psicoesfera da modernidade, portanto, a uma crença de que esses objetos podem transformar a sua vida, com impactos na geração de trabalho, emprego e renda. De fato, os relatos observados em campo, em alguma medida, evidenciavam que a perspectiva de emprego e desenvolvimento se constituem como um grande benefício da FIOL. Trata-se de uma visão construída pelos aparelhos hegemônicos articulados ao capital e pelo próprio Estado, conforme observado nos documentos da VALEC e nas colocações do governo da Bahia.

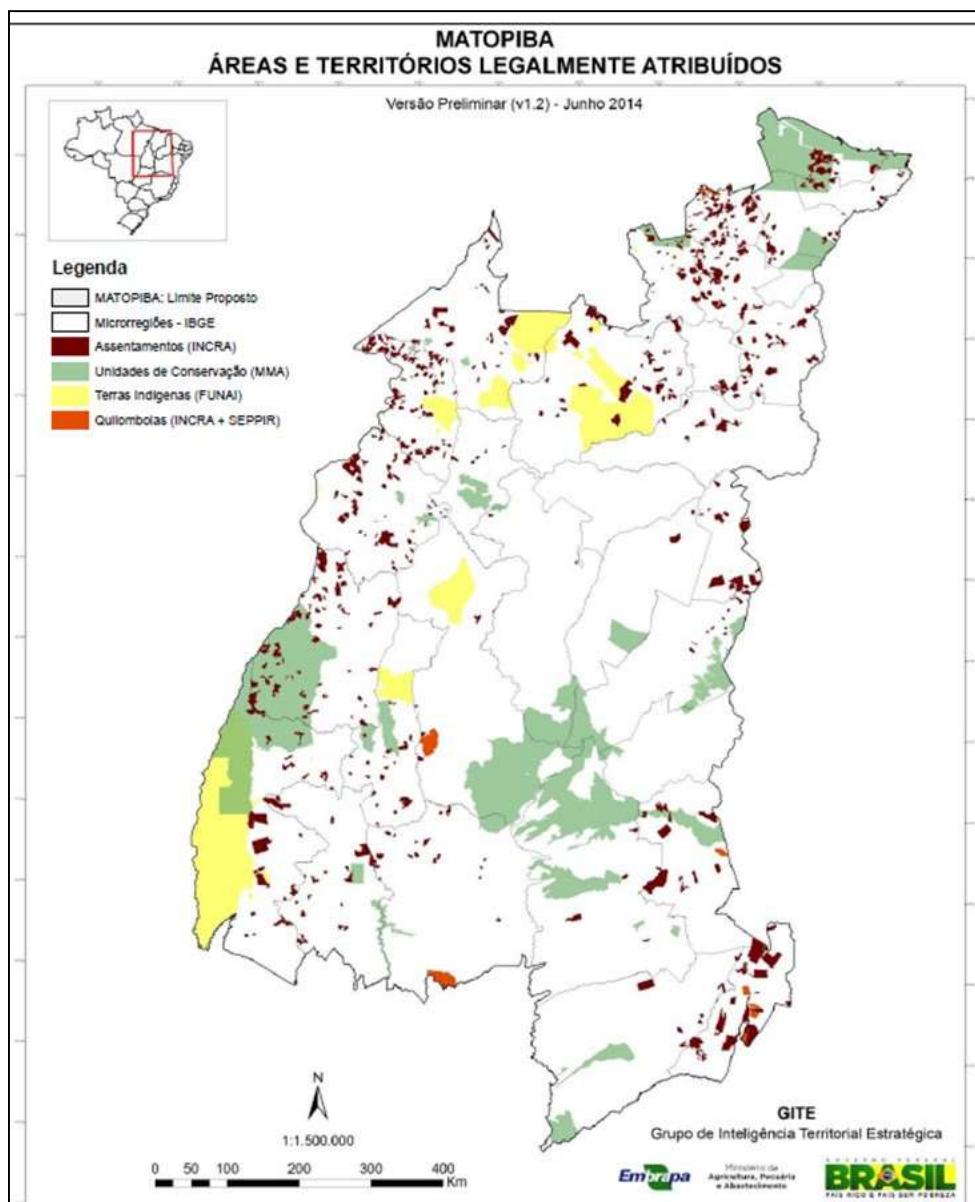
Mas, conforme ressaltado, a FIOL se constitui com um fixo, cuja função é escoamento da produção mineral e de grãos, voltada ao mercado internacional. Pelas suas características, ela tende a possibilitar que novos espaços, para além da escala local, sejam inseridos em um novo momento de expansão do capital do agronegócio, em especial no contexto em que a China se coloca como grande demandante de *comodities* agrícolas e minerais, bem como financiadora dos projetos de infraestrutura.

Ou seja, a implantação de um aparato técnico como a FIOL tende a reorganizar o espaço de produção em escalas territoriais mais ampla que a local, possibilitando que novos espaços sejam apropriados pelo capital para a produção de valores de uso ligado aos setores que mais dialogam com o projeto da FIOL. Assim, as repercussões da FIOL no espaço vão além da Área Diretamente Afetada, da Área de Influência Direta e mesmo da Área de Influência Indireta, definidas nos EIA/RIMA. A implantação de um projeto logístico como a FIOL é capaz de reorganizar e desorganizar o espaço em diversas escalas.

A expansão da fronteira de produção e a pressão por novos espaços de valorização do capital com a implantação da FIOL tendem também a ampliar os conflitos socioambientais em uma escala mais ampla, mesmo que não diretamente ligados as obras da FIOL (escala local), mas por atividades impulsionadas por ela, tal como a mineração e o agronegócio.

Ao reforçar a produção do agronegócio na região do MATOPIBA, conforme ressaltado, a FIOL atua como um elemento fundamental para a apropriação de novos espaços pelo capital na região, onde, por sua vez, há diversos territórios de povos e comunidades tradicionais, tais como: geraizeiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, comunidades de fundo de pasto, assentados de reforma agrária, cuja a reprodução socaila está intimamente relacionada aos seus territórios. Entretanto, a expansão da fronteira agrícola, impulsionada pela FIOL, pressiona estes territórios e o modo de vida de suas populações.

Cerca de 15,75% da área ocupada pelo MATOPIBA são áreas protegidas, porque são terra indígenas ou unidades de conservação. Há no MATOPIBA 745 assentamentos, 36 territórios quilombolas e 35 terras indígenas (EMBRAPA, 2014c).



Fonte: EMBRAPA, 2014c

Figura 72: Áreas e territórios legalmente atribuídos na região do MATOPIBA, 2014.

Como parte de um processo de produção capitalista do espaço, o fomento do agronegócio na região do MATOPIBA tende a potencializar os conflitos socioambientais e as disputas territoriais, uma vez que a expansão do agronegócio na região de fronteira agrícola, tal como o MATOPIBA, é marcada por tensões e múltiplas contradições, em que distintos interesses se confrontam, na medida que o espaço de produção do agronegócio avança sobre o espaço de uso camponês (ALVES, 2015).

Para Haesbaert (2015, p. 08-09), a dinâmica homogeneizadora do capital nas novas regiões de fronteira agrícola, tal como o MATOPIBA, “parecem aguçar ainda mais as desigualdades que sempre pautaram a vida regional e promover o embate entre novas classes e grupos sociais, acirrando conflitos”

Para Alves (2015, p. 13), o espaço de fronteira agrícola:

nasce e se estrutura sob tensões, na medida em que se colocam em lados opostos os grupos personificadores do capital (empresários, agricultores modernos, grileiros etc.) e de outro, as comunidades camponesas locais (ribeirinhos, posseiros, geraizeiros, buritizeiros, babaçueiro, indígenas e quilombolas). Forma-se, então, um movimento cujas forças hegemônicas, sob o comando dos processos de aceleração da modernização, se impõem às demais pelo uso da violência. O avanço do capital com essas características, leva à expulsão das populações locais de seus espaços de produção e ao desaparecimento e/ou alteração do modo de vida existente anteriormente. Ou seja, as novas relações capitalistas que se instalam, pautadas em outro ritmo de acumulação, representam nesses lugares, a (re) criação de manifestações movidas pela diferença de estilos de vida e de riqueza, gerando privilégios para alguns e exclusão para outros.

Cunha (2017) ressalta como a expansão do capital no campo no Oeste da Bahia, região inserida no MATOPIBA, é marcada pelo conflito de classe e pela degradação ambiental. O autor destaca os conflitos na região envolve diretamente a tríade Terra-Água-Trabalho. Para Cunha (2017, p. 08), a região de expansão do agronegócio no oeste baiano é:

dinamizada essencialmente pelo conflito de classes na disputa da Terra-Água-Trabalho, permeada por uma dinâmica político-econômica movida essencialmente pela extração do trabalho não pago por meio de relações capitalistas e não capitalistas, sustentada a partir da precarização das relações e a degradação das condições de trabalho, regimentadas pelo conluio estatal com o capital, a flexibilização e omissão do Estado frente à legislação trabalhista, a mobilidade forçada, os salários de subsistência, as terceirizações, a informalidade, o trabalho escravo, as intoxicações, as doenças graves, as mortes e os acidentes de trabalho, a diminuição da vazão e mortes de rios, o desmatamento em série, a propagação de espécies parasitárias etc. Uma totalidade consubstanciada por um arcabouço de controle global, objetivado essencialmente na ampliação das taxas de lucro, orquestrado a frente de qualquer impacto sobre a saúde ambiental, contudo, defrontado pela luta para sobreviver por parte da classe trabalhadora.

Segundo Santos (2007) a expansão do capital no Oeste baiano não foi pacífica, mas caracterizado por conflitos pela terra, entre pequenos produtores já instalados na região e os novos atores da agricultura moderna. Sobrinho (2015) também destaca que a expansão das relações capitalista de produção em uma região específica do MATOPIBA,

localizada no município de Correntina, na Bahia, tem promovido a desterritorialização de comunidades tradicionais e de pequenos posseiros, uma vez que suas terras têm sido apropriadas pelo capital do agronegócio, e fomentado intensos conflitos por terra na região. Da mesma forma, Campos (2015), ao analisar o processo de transformação econômica da região de fronteira agrícola do MATOPIBA com o avanço do agronegócio, mostra que tal avanço tem promovido a desagregação de comunidades tradicionais que habitavam anteriormente a região. Ressalta também que as populações tradicionais da região têm sofrido forte pressão por parte dos atores do agronegócio que requerem constantemente a expansão de terras para a produção de lavouras de soja, milho e algodão.

Na ocasião do lançamento do MATOPIBA, a coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Articulação CPTs do Cerrado alertaram a sociedade brasileira, por meio de uma nota oficial, sobre o Plano MATOPIBA, considerada como “mais uma ofensiva contra o bioma Cerrado e aos povos que nele vivem” (CPT, 2015).

A Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Articulação CPT's do Cerrado vêm a público para alertar a sociedade brasileira sobre o que se pode qualificar como um forte ataque desferido contra o Cerrado, que poderá acelerar ainda mais a destruição do bioma que tem uma função vital para o nosso país, por sua grande biodiversidade e, sobretudo, por dele se originarem as fontes de nossas principais bacias hidrográficas. [...]. Obras que darão suporte logístico ao plano Matopiba têm gerado inúmeros conflitos, acompanhados e denunciados pela CPT e diversas outras organizações. É o caso da construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), na Bahia, que é defendida pelo governador do estado, Rui Costa (PT), e considerada prioritária pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Enquanto isso, inúmeras comunidades vêm sendo impactadas pelas obras da ferrovia. No município de Caetité, por exemplo, trabalhadores e trabalhadoras rurais das comunidades de Curral Velho e Serragem sofrem com a destruição de suas casas, prejuízos em suas plantações, destruição das estradas, entre vários outros problemas. O exemplo acima é apenas um entre os inúmeros conflitos enfrentados pelos Povos do Cerrado (CPT, 2015, p. 198).

O trecho da nota da CPT, acima ressaltado, evidência claramente a relação existente entre a criação do MATOPIBA, sua articulação com a FIOL e os conflitos socioambientais.

Ao representar o aumento da pressão do uso e ocupação do solo dos cerrados do Oeste baiano, sul do Piauí e do Maranhão e do Tocantins pela moderna agricultura, a FIOL indiretamente tende ampliar o uso de agrotóxicos na região do MATOPIBA, uma vez que a produção agrícola da moderna agricultura é caracterizada pelo uso intensivo de

agrotóxicos, fertilizantes e suprimentos químicos, trazendo problemas para a saúde do trabalhador e para o meio ambiente, conforme observado em PIGNATI *et al.* (2017).

Trabalho realizado pela Embrapa (2016) identificou áreas do cerrado que abrigam águas subterrâneas que estão mais sujeitas à contaminação por agentes químicos. Os lençóis freáticos mais vulneráveis de acordo com o estudo foram localizados no sudeste, centro-oeste e centro-leste de Mato Grosso, oeste da Bahia, sudoeste de Goiás e norte de Mato Grosso do Sul. Na região do MATOPIBA, o estudo evidencia que se concentram as áreas de alta e média vulnerabilidade a contaminação.

Como visto, 91% da região do MATOPIBA está situada no bioma do Cerrado, bioma que vem sofrendo forte pressão por parte do capital do agronegócio. Segundo reportagem do Le Monde Diplomatique (2018), atualmente, o Cerrado, tem 52% do bioma devastado e é sobre o bioma do cerrado que o agronegócio avança no país. A pressão do agronegócio financeirizado sobre o cerrado brasileiro está pondo em risco a própria existência do bioma cerrado e, consequentemente, de sua riqueza social e natural, que pode desaparecer já em 2030 (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2018).

O papel de atores financeiros no agronegócio que buscam valorizar o capital seja na especulação fundiária ou nas atividades de empresas agrícolas tem contribuído para a ampliação da fronteira agrícola do agronegócio e paralelamente para a expropriação de populações de seus territórios, além da utilização intensiva dos recursos naturais, em especial a água. Entretanto, deve-se ratificar que mesmo com a proibição legal de venda de terras para estrangeiros, observa-se no Brasil a presença crescente de capitais externos ligados a grandes fundos financeiros investido no setor no Brasil. Um exemplo é o fundo de pensão estadunidense OTIAA-CREF.

OTIAA-CREF é um fundo de pensão privado norte-americano que administra as contas de aposentadoria de cerca de 5 milhões de professores e profissionais da área de serviços sociais nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, é um dos maiores investidores em terras agrícolas no Brasil e em outras partes do mundo. No Brasil, atua em pleno coração do Cerrado, mediante *joint ventures* com empresas nacionais como a Cosan e outras que atuam no mercado de terras, visando à especulação fundiária e à produção de grãos, oleaginosas e cana-de-açúcar. A atuação do TIAA-CREF, contudo, é alvo de polêmicas porque estaria acirrando a concentração fundiária em benefício de seus afiliados e investidores, causando grande prejuízo para comunidades rurais, que estariam sendo expulsas de suas terras diante da expansão das lavouras de soja em regiões do sul do Piauí e Maranhão. Há denúncias frequentes de envolvimento em esquemas de aquisição ilegal de terras nessas regiões, documentadas por organizações de direitos humanos, e que carecem de uma apuração mais rigorosa por parte das autoridades (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2018).

A pressão por terras na região está associada a apropriação dos recursos hídricos, uma vez que o modelo do agronegócio que se estabelece na região é intensivo em água.

a terra por maior que seja a extensão, sem água torna impraticável a agricultura. Por isso, grande parte dos conflitos, sobretudo nas áreas de fronteira de expansão/invasão desse padrão de acumulação de capital agrário/agrícola é com relação ao acesso à água (Porto-Gonçalves *et al.* 2016, p. 77).

Conforme defende Cunha (2017), o modelo do agronegócio na região se trata na verdade do agrohidronegócio e, não por acaso, o cerrado se constitui como a principal área de expansão da fronteira agrícola nacional, visto que é considerado o pai das águas do Brasil e a cumeeira da América do Sul (IHU On-Line, 2011). Isto porque o bioma Cerrado possui grande importância na formação das principais bacias hidrográficas da América do Sul, em especial devido ao papel dos aquíferos, sendo os três mais importantes o Guarani, o Bambuí e o Urucaia, localizados na região do bioma do Cerrado, conforme destaca o professor Altair Sales Barbosa:

O Sistema Biogeográfico do Cerrado, que ocupa desde a aurora do Cenozoico até a parte central da América do Sul, também é conhecido como o “berço das águas” ou a “cumeeira” do continente, porque é distribuidor das águas que alimentam as grandes bacias hidrográficas da América do Sul. (BARBOSA, 2015).

De acordo com o pesquisador da Embrapa, Jorge Inoch Werneck Lima:

O cerrado contribui para oito das 12 regiões hidrográficas do país, 70% da água que sai na foz do rio Tocantins-Araguaia vem do cerrado, 90% do que sai na foz do rio São Francisco também vem do cerrado e 50% do que sai na foz do rio Paraná (LIMA, 2015)

Entretanto, “o avanço do agronegócio no Cerrado tem se dado principalmente nos locais onde se encontram as nascentes dos principais rios, com a apropriação das águas para irrigação e com intenso desmatamento” (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2018). Além do agronegócio, a atividade de mineração, uma das atividades que tendem a se beneficiar pelos projetos da expansão da malha ferroviária brasileira, também tem forte impacto no Cerrado, em especial no estado de Goiás, terceiro maior produtor brasileiro. Esta pressão do capital sobre o Cerrado coloca em risco o próprio bioma, amplia os conflitos socioambientais e a violência no campo.

De fato, como evidenciam Porto-Gonçalves *et. al.* (2016), a partir dos dados do mapeamento de conflitos no campo, elaborado pela CPT, o cerrado se mostra como o bioma de maior densidade de conflitos por terra no país e ocupa a segunda posição em intensidade de conflitos, ficando atrás do bioma Amazônia. Os autores também destacam que “os Cerrados detêm 14,9% da população rural do país, mas registrou 24,1% do total das localidades envolvidas em conflitos no país, o que lhes dá um índice de 1.67 (24,1 dividido por 14,9), ou seja, o número de conflitos é relativamente maior (67%) do que sua população” (Porto-Gonçalves *et. al.*, 2016, p. 79)

A disputa pela apropriação e controle da água e terras entre as grandes corporações e populações de comunidades cujos territórios são expropriados ou ameaçados pelo avanço do agrohidronegócio. Tal disputa põe em lados oposto a busca incessante do capital em se valorizar e o direito a um bem comum fundamental para a vida.

Como forma de resistência e luta em defesa do Cerrado e pelo direito à vida, comunidades, organizações da sociedade civil e movimentos sociais a lançarem a campanha “Cerrado, Berço das Águas: Sem Cerrado, Sem Água, Sem Vida”. Trata-se de uma forma de atrair a da sociedade para os problemas que o bioma vem passando e a violência que povos e comunidades que vivem no Cerrado vem sofrendo pela expropriação de seus territórios e apropriação pelo grande capital.

Quando o prisma da análise é a escala sul-americana, uma vez que a FIOL está inserida na carteira de investimentos da IIRSA, os conflitos socioambientais tendem a se intensificar com a integração física proposta pela iniciativa. No EID Amazonas, cuja FIOL se constitui como um dos projetos fundamentais para a integração física proposta pela IIRSA, é possível observar a presença significativa de áreas protegidas e de comunidades tradicionais, que poderão sofrer pressão por parte do avanço das atividades capitalista nos seus territórios.

Deve-se sublinhar, entretanto, que os territórios de influência dos projetos de infraestrutura da IIRSA para o Nordeste são constituídos de um mundo social, portanto, de sujeitos que vivem seus cotidianos nos seus territórios. A expansão da racionalidade moderna dominante, invisibiliza os lugares e seus sujeitos, produz novas cartografias, com redes de lugares, empresas, fluxos crescentes de capitais e pessoas, e, simultaneamente, produz espaços de exclusão, territórios invisíveis (HISSA, 2009).

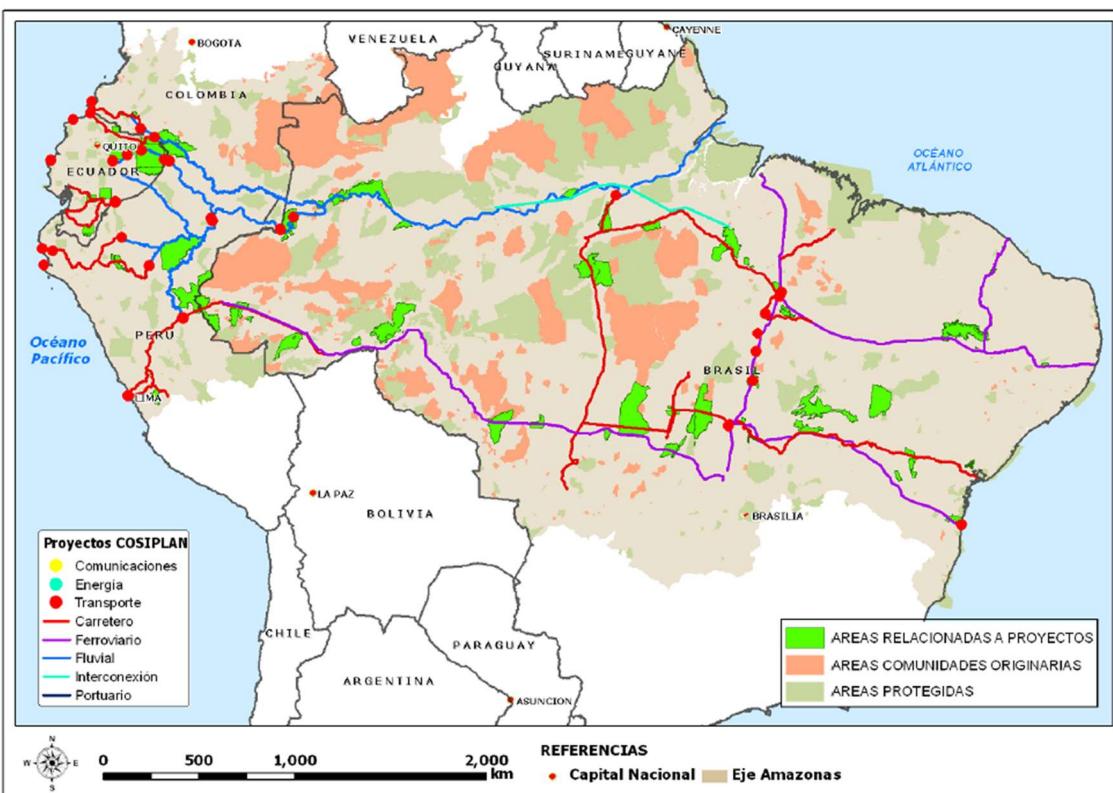


Figura 73: Áreas protegidas do EID Amazonas

Fonte: IIRSA, 2013

Na região de influência do EID Amazonas, observa-se a presença de quatro importantes biomas brasileiros (Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e a Amazônia) e uma grande riqueza da biodiversidade. Existe mais de duas mil unidades com algum grau de proteção no território do EID Amazonas, uma área de aproximadamente 2.350.000 km² de superfície (IIRSA, 2013). O Brasil apresenta a maior quantidade de área protegidas entre os países que estão inseridos no EID Amazonas, sobretudo na região amazônica. Na região de cerrado, recentemente incorporada ao EID Amazonas, observam-se importantes áreas de conservação da biodiversidade, como a Estação Ecológica Serra Geral do Tocantins, os Parques Nacionais das Nascentes do Rio Parnaíba, a APA do Rio Preto e do Rio de Janeiro, o Refúgio de vida Silvestre Veredas do Oeste Baiano e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

A expansão de novos espaços de acumulação ao longo do EID em áreas de grande riqueza da biodiversidade e de territórios dos povos e comunidades tradicionais são dimensões dessa problemática. Porém, a preservação da biodiversidade se dá concomitantemente com a preservação das vidas.

Portanto, quando se analisa a FIOL no âmbito do EID da IIRSA, articulada a outros grandes projetos, amplia-se as possibilidades de intensificação de conflitos socioambientais em escala local, mas cuja lógica produtiva está associada às escalas mais

amplas. Quental (2013) afirma que “os projetos e empreendimentos vinculados a IIRSA têm sido marcados por uma lógica territorial que concebe grandes áreas do espaço geográfico sul-americano como “vazios demográficos”. Portanto, desconsiderando as outras formas de reprodução, que não a do capital. Por isso, Porto-Golnçalves (2011) considera os EID da IIRSA como “verdadeiros eixos de conflitos”, uma vez que desconsidera os sujeitos locais e seus territórios.

De fato, no caso da FIOL, a vivência em campo, permitiu identificar a problemática vivida por algumas comunidades com a implantação da FIOL. Se por um lado este objeto técnico, implantado com a intencionalidade de dar maior fluidez à grande produção de alguns setores produtivos, notadamente o da mineração e da agropecuária, voltados ao mercado nacional e internacional, por outro lado, não dialogar com os interesses e o modo de vida de alguns territórios onde o objeto técnico, no caso a FIOL, está sendo implantada, gerando conflitos sociais e ambientais.

A prioridade da integração e do desenvolvimento econômico proposta pela FIOL deixa de dialogar com as comunidades existentes e reproduz a mesma violência histórica de ocupação territorial pelo capital.

CONCLUSÕES

A pesquisa buscou compreender os interesses envolvidos no projeto da FIOL e o papel do Estado no projeto. A análise não se restringiu a FIOL enquanto um objeto dado, pois se acredita que este caminho metodológico restringe a investigação a uma análise meramente empíricista e não permite compreender o objeto enquanto uma totalidade complexa e com múltiplas determinações. Assim, tornou-se imperativo uma análise mais ampla, para além do objeto técnico geográfico, no caso uma linha férrea. Para tanto, adotou-se uma abordagem crítica, embasado na Economia Política, Geografia Política e Ecologia Política para sustentar teoricamente a pesquisa.

No campo de Economia Política, o trabalho foi respaldado na teoria marxista da dependência, formulada por Ruy Mauro Marini, Teotônio dos Santos e Vania Bambirra. Os três autores confrontaram o imperialismo estadunidense e conceberam propostas de integração latino-americana e cooperação com o bloco socialista. Nesse sentido propuseram o rompimento com as estratégias que se davam com base em alianças burguesas para o desenvolvimento nacional, distanciando-se das tendências conservadoras.

Para os teóricos da Teoria Marxista da Dependência, a inserção internacional dos países periféricos como produtores e exportadores de mercadorias agrominerais contribuía para a condição de dependência, seja em função do fato da realização da mercadoria acontecer no exterior, quanto em função das trocas desiguais, pelo diferencial de produtividade entre o centro e a periferia, que caracteriza a situação de dependência. Da mesma forma, perceberam que as conexões da economia dependente com o capital externo, eram muito mais complexas que uma simples subordinação em relação às economias centrais. A forma como o capital se reproduzia na América Latina assumia características próprias.

A burguesia industrial nacional possuía perfil mais internacionalizado, bem distinto da velha oligarquia latifundiária e do capital nacional precedente, criando, assim, novos e mais complexos conflitos internos. Os investimentos realizados pelas classes burguesas não criavam condições de autonomia interna, mas reforçavam e reproduziam a dependência.

A categoria de padrão de reprodução do capital, desenvolvida no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, que se constitui como uma categoria mediadora entre níveis mais abstratos da análise do modo de produção capitalista e suas formas de reprodução em realidades histórica e geoterritoriais específicas, mostrou-se importante

para compreender o momento histórico da implantação da FIOL, bem como o padrão de reprodução que vigorava na economia brasileira. Isto se mostrou importante para análise visto que o padrão de reprodução representa interesses de frações do capital. A hierarquia de poder e a hegemonia da fração do capital dominante, ao determinar a direção do padrão de reprodução do capital em um momento histórico específico, independente da necessidade da classe trabalhadora, reforça sua hegemonia no bloco no poder.

Amparado por este referencial teórico, buscou-se compreender o contexto histórico do surgimento do projeto da FIOL. A FIOL foi lançada no ano de 2007. Este período é caracterizado, na escala global, por uma nova dinâmica de acumulação, onde a China se torna protagonista. Trata-se de um período de ascensão chinesa e de reorganização da divisão internacional do trabalho, intensificada com a crise do sistema capitalista que se acentuou com o colapso do sistema financeiro americano, no ano de 2007/2008.

A crescente demanda chinesa por *commodities* minerais e agrícolas, fundamentais para sustentar seu acelerado processo de crescimento, refletiu-se nas relações de comércio deste país com a América Latina, a África e a própria Ásia. No caso da América Latina, sua dinâmica econômica e de comércio internacional passou a estar diretamente associado ao dinamismo chinês, o que Carcanholo e Saludjian (2013) chamaram de “sino-dependência”. Esta nova situação se repercutiu no padrão de reprodução do capital na América Latina, acentuando a característica da região de fornecedora de produtos com menor grau de beneficiamento e ligados às atividades extrativistas.

Ademais, em uma situação de crise mundial, observou-se uma nova “ordenação espaço-temporal” (HARVEY, 2003), no qual o capital buscou se apropriar de novos espaços para a valorização do capital. Neste contexto, a América Latina smais uma vez se apresentou como palco importante para a manutenção do processo de reprodução e acumulação do capital, atraindo capitais externos, seja na esfera financeira, quanto no setor produtivo, em especial em segmentos voltados à produção de valores de uso em que a região apresenta maiores vantagens competitivas.

A presença de capitais externos nas economias latino-americanas, acentua a condição de dependência e intensifica o processo de transferência de parte do capital valorizado nas economias latino-americana para o exterior, via remessas de lucros, dividendos, juros e pagamento de *royalties*.

Na escala nacional, o período de lançamento da FIOL é caracterizado por um novo padrão de desenvolvimento que se delineia no Brasil desde o esgotamento do padrão de desenvolvimento por substituição de importação. Tal padrão confere uma centralidade

maior da reprodução do capital na produção de valores de uso com menor grau de beneficiamento, ligados ao setor mineral e do agronegócio, e está relacionado a um processo de reprimarização da pauta exportadora e de desindustrialização da economia brasileira. Ao mesmo tempo, uma das características deste padrão é a precarização das relações de trabalho e da própria vida.

Destaca-se que, além das mudanças no cenário externo que impactam na lógica de reprodução interna das economias dependentes, este novo padrão de desenvolvimento brasileiro, denominado por Filgueiras (2013) de “Liberal-Periférico”, também é explicado por uma nova correlação de força de frações do capital no bloco de poder, no qual o capital do agronegócio e da mineração assumiram maior participação no bloco. A hierarquia de poder e a hegemonia de frações do capital no bloco no poder, com seus interesses específicos, atuam junto ao Estado e influenciam a direção do padrão de reprodução do capital, em cada momento histórico específico.

No caso do padrão de desenvolvimento brasileiro, a partir do governo de Lula da Silva, em especial no seu segundo mandato, o Estado assumiu papel de financiador e investidor dos projetos de infraestrutura para indução do desenvolvimento, cujo PAC é sua maior expressão. Os projetos de infraestrutura do programa, por sua vez, estão associados justamente aos interesses das frações do capital que ganharam espaço no bloco no poder, além do capital financeiro que desde a adoção do receituário liberal da década de 1990, já possuía forte hegemonia no bloco de poder.

Foi no âmbito do PAC, que se viabilizou o projeto da FIOL, enquanto uma infraestrutura física pensada para superar barreiras físicas, acelerar a velocidade de circulação do capital-mercadoria e ampliar as possibilidades de apropriação do espaço pelo capital. Projeto, este, fundamental para ampliar as oportunidades de reprodução e acumulação do capital na economia brasileira e baiana ligados a produção de valores de uso da agropecuária e da mineração. Há uma imbricação entre a viabilização da FIOL e a viabilização do projeto de mineração Pedra de Ferro, da BAMIN. Há uma dependência mútua.

A FIOL ganhou nova institucionalidade com a sua incorporação a IIRSA, uma iniciativa de integração que visa dar suporte ao fluxo de mercadorias e do capital no continente sul-americano, ao fomentar investimentos em infraestrutura capazes de articularem os fluxos econômicos entre os espaços de produção e de consumo. A incorporação da FIOL a IIRSA está associada a ampliação do EID Amazonas, que se ampliou ao abranger novos espaços, como a região Nordeste do Brasil, inicialmente situada à margem da iniciativa. O eixo Amazonas ampliado, com seus projetos de infraestrutura

logística, dentre eles a FIOL, interconecta o Nordeste, Centro-Oeste e o Norte do Brasil ao Sul da Colômbia, o Equador e a porção norte do Peru, possibilitando a interligação do Oceano Atlântico, por intermédio de diversos portos localizados no Nordeste brasileiro, ao Oceano Pacífico, por portos do Peru.

A estruturação de eixos de integração com a dotação de modernos fixos nos espaços, articulados em rede, como é o caso da FIOL, para promover maior fluidez dos fluxos econômicos, tornam os espaços mais atrativos ao capital. Eles se constituem, assim, como vetores de mundialização, espaços globalizados. São espaços criados com intencionalidade de garantir e ampliar o processo de reprodução e acumulação do capital em escala global.

É essa necessidade incessante do capital de produzir novos espaços e integrá-los à dinâmica de valorização que explica a incorporação do Nordeste a IIRSA. Sub-espacos da região passaram a se constituir como espaços importantes para frações do capital que possuem maior influência e interesse no projeto da IIRSA. Alguns espaços da região Nordeste são estratégicos para a produção mineral e agrícola e a região é um importante elo de ligação entre o Centro-Oeste do Brasil, espaços de expansão da fronteira agrícola brasileira, e o oceano. Permitir a integração entre os espaços de produção e consumo é dar maior fluidez às mercadorias, condição imperativa para a completude do ciclo do capital e para apropriação da mais-valia gerada no processo produtivo.

A FIOL, portanto, constitui-se como um importante projeto que permite a ampliação do uso dos espaços pelo capital e sua integração à dinâmica de valorização, em especial o capital do agronegócio, da mineração e o capital financeiro, cada vez mais integrado a estes setores produtivos. Trata-se de um projeto que amplia o processo de homogeneização das leis capitalistas de produção, ao unificar o espaço para valorização do capital e transformar tudo em mercadoria, inclusive a própria natureza, com destaque para a terra, água e recursos minerais, de modo geral. Mas este processo exacerba as contradições entre o capital e o trabalho, bem como os conflitos socioambientais. A produção do espaço capitalista é caracterizada pela produção de conflitos.

São alguns poucos agentes econômicos que se beneficiam com a FIOL. São as frações hegemônicas do capitalismo. No agronegócio, são algumas *traidings* multinacionais, grandes empresas agrícolas, fundos de investimentos e os latifundiários que mais se beneficiam com a FIOL, além do capital da construção civil pesada, durante o processo das obras da ferrovia. Na mineração, também são algumas corporações internacionais que mais se beneficiam com o projeto, pelo fato de seus projetos ganharem maior competitividade com a implantação da ferrovia, tal como a BAMIN, Magnesita e

Mirabela, afora novos projetos que podem ser por ela viabilizados. Além do próprio capital financeiros, que atua nestes setores, via fundos de investimentos, na concessão de financiamentos ou mesmo na especulação fundiária.

Estes setores que mais dialogam com a FIOL atuam numa plataforma mundial. O capital-mercadoria produzido é realizado no exterior. Ou seja: o valor de uso que se toma o capital valorizado nestes setores não está relacionado como a dinâmica do mercado interno, justamente em função de ser produzida para o mercado mundial

Além disso, cada vez mais aumenta a participação do capital internacional nestes setores e grande parte do pacote tecnológico utilizado na produção é importado. O resultado destas características é que parte significativa da mais-valia gerada na economia brasileira é transferido para o exterior. Em contrapartida, intensifica-se a superexploração do trabalho e dos recursos naturais.

Por reforçar tais características, a FIOL contribui com a condição de dependência da economia brasileira, ao tempo que se insere dentro de uma lógica global de valorização do capital, onde capitais externos atuam com intuito de se apropriarem da mais-valia produzida nos mais distintos espaços do globo. Tal fato tem forte apoio do Estado brasileiro e das elites locais, dado a influência que o capital externo tem sobre os mesmos.

Destaca-se também que o projeto da FIOL, por suas características e intencionalidade, reorganiza e desorganiza o espaço por onde ela passa. Alguns sub-espaços do seu trajeto, os espaços luminosos, tendem a concentrar os investimentos, engendrando processos de polarização e, consequentemente, hierarquias entre os espaços. Na região sudoeste da Bahia há grande ocorrência de minerais e a FIOL tende a tornar sua exploração mais lucrativa, atraindo novos investimentos. No município de Caetité, por exemplo, há um importante projeto na área de mineração, o Projeto Pedra de Ferro, da BAMIN. Na região oeste da Bahia, o agronegócio já é uma realidade e a implantação da FIOL é mais uma etapa do processo de produção dos espaços desta região para sua integração à dinâmica de valorização do capital nacional e internacional. As localidades onde estão previstos os pátios logísticos e os pontos de intermodalidade, além do município de Ilhéus e Uruçuca, onde está localizado o projeto do Porto Sul, também devem atrair novos investimentos, concentrando espacialmente o capital.

Entretanto, além dos espaços da racionalidade dominante há no trajeto da FIOL espaços não hegemônicos. Espaços de reprodução social camponesa, da pequena agricultura e território de povos e comunidades tradicionais que não dialogam com a FIOL. São espaços cujos vetores de racionalidade, como é o caso da FIOL, consideram como vazios. Mas na verdade, são espaços com presença de povos e comunidades que

necessitam de seus territórios para a reprodução das suas vidas. São espaços contra-hegemônicos, cuja implantação de objetos técnicos hegemônicos, que respondem às ações e interesses de atores também hegemônicos, provoca conflitos, pois são projetos que não dialogam com os sujeitos locais. Com a FIOL não é diferente. Ela representa os interesses do capital, é estranha às comunidades locais. Seu comando é externo ao local, mas não o resultado.

A vivência em campo permitiu identificar e se aproximar dos conflitos ligados a FIOL. Fragmentação e expropriação do território, disputa pelo controle e acesso a água, além de problemas ambientais, tais como supressão vegetal e aterrramento de rios, foram observados. Tais constatações, evidenciam que o projeto da FIOL prioriza as escalas espaciais mais amplas, ao tempo que desconsidera os povos e comunidades que vivem nos territórios por onde ela passa.

O projeto da FIOL retrata a lógica de integração da IIRSA, que atende, fundamentalmente, os interesses do capital financeiro global, associado aos interesses das elites sul-americanas. Os projetos que compõem a IIRSA, como se viu, fundamentam-se na infraestrutura para atender os interesses dos grandes grupos internacionais e do capital financeiro na região, seja construindo atrativos para os investimentos externos, seja agilizando o escoamento de *commodities*, principalmente para a China.

O modelo de integração apoiado pelo Estado é ditado pelas classes dominantes com maior participação no bloco de poder, em especial àquelas vinculadas ao capital do agronegócio, da mineração e do capital financeiro, que ganharam força com a nova geoeconomia mundial em que a China assumiu maior importância na dinâmica econômica e promoveu uma alteração na divisão internacional do trabalho, reforçando o papel dos países latino-americanos de fornecedores de *commodities*. Mesmo em pleno século XXI, as elites locais não só mantêm como reforçam a perspectiva de desenvolvimento da região a serviço dos interesses do capital.

Os EID da IIRSA se respaldam nos pontos luminosos, como diria Milton Santos, pontos de reprodução da lógica do mercado e que atendem os interesses das principais atividades produtivas e do capital externo em busca de espaços de reprodução, acumulação. As cartografias dos projetos de infraestrutura da IIRSA concebem os espaços como contíguos, ignoram quaisquer outras atividades sem expressão econômica, o circuito opaco da economia. Os territórios onde vivem as comunidades indígenas, quilombolas ou pequenos produtores são ignorados, bem como suas experiências de vida, histórias e saberes ancestrais. São experiências invisibilizadas. São comunidades

subalternas, vestígios de uma civilização atrasada, excluídos desse “desenvolvimento” tão perseguido e tão distante.

Nosso recorte de análise são os conflitos oriundos do processo de produção de espaços de acumulação na América Latina, que ignoram os territórios habitados por populações originárias, com suas formas de organização social e ecológica, com conhecimentos ancestrais que permitiram uma relação menos predadora com o ecossistema. É sobre cartografias sociais ou de ação, que se buscou dar voz aos excluídos do projeto da FIOL e da IIRSA. Assim, buscou-se resgatar histórias e experiências de sujeitos que tiveram seus cotidianos alterados pela FIOL, pela expropriação dos seus territórios, o que dificulta a reprodução da própria vida destes sujeitos.

Na busca pela compreensão dos interesses envolvidos se deu voz às populações atingidas e é possível afirmar que se trata de um processo de acumulação e expropriação com o uso de muita violência. O Estado não só investe e dá suporte para a expansão das atividades, como permite o uso dos métodos mais perversos contra essas comunidades. Anibal Quijano definiu esse processo de colonialidade do poder, na medida em que há uma subordinação irrestrita aos interesses externos e são usados métodos muito parecidos com os utilizados na colônia. Compreender as especificidades dialéticas da reprodução do capital na periferia e a manutenção dessa cultura da violência e da dominação apontou para a necessidade de se pensar em outra integração, diria além e apesar do desenvolvimento. Percebemos as forças das várias frações do capital, tanto interno quanto externo, que levaram o estado brasileiro de se integrar de forma passiva aos mercados mundiais, participando apenas como mais um elo na cadeia internacional de valor, sem nenhum esforço de construção de estratégias de mudança das bases produtivas para o enfrentamento da dependência tecnológica e preservação da soberania nacional e melhorar as condições de vida da população.

A natureza multiescalar e transnacional da FIOL e da IIRSA, portanto, tornam-se evidentes. A integração proposta pela IIRSA e seus projetos dialogam, assim, de forma diferenciada com as distintas escalas territoriais, desde a global e a local, bem como com as escalas intermediárias entre estes dois polos, a microrregional, mesorregional, macrorregional e nacional. Se na escala global dialoga com a reprodução ampliada do capital, na escala nacional atua no sentido de garantir o equilíbrio, mesmo que instável, do balanço de pagamentos, ao favorecer as exportações de *commodities*, além de garantir os interesses de frações de classes dominantes. Nas escalas regionais, incorpora novos espaços à lógica de valorização do capital. Em escala local, das comunidades e populações locais, a reprodução nos espaços pesquisados reflete uma mesma

problemática presente em todo o mundo como: o fomento do mercado global de terras, a busca por recursos minerais estratégicos, o deslocamento de pessoas e, a presença do capital financeiro por trás desses movimentos. Saskia Sassen (2016) em seu livro *Expulsões* mostra as diversas formas em que as populações mais vulneráveis estão sendo expulsas de seus espaços. *Expulsões* essa que se deve a disputa predatória do capital por água, terra, minérios, luminosidade, por recursos minerais de modo geral, fundamentais para sua dinâmica de acumulação.

O caso MATOPIBA, região criada para ampliar a valorização do capital, e que a FIOL se constitui como elemento estratégico da organização deste espaço para produção, é exemplar. A região é tida como a “última fronteira agrícola” do país, é principalmente, o lugar, o lar de milhares de indígenas, quilombolas, agricultores familiares e populações que mantêm um modo de vida tradicional, como quebradeiras de coco, geraizeiros, vazanteiros e comunidades de fecho de pasto. Mas cujo modo de vida é desconsiderado, suas relações com o território e com a natureza são negadas. O MATOPIBA é hoje uma área do Cerrado brasileiro em que o desmatamento cresce em ritmo acelerado. O bioma Cerrado, e o MATOPIBA nele contido, retrata bem a disputa por recursos naturais, trata-se de uma região estratégica para o equilíbrio hídrico nacional, “o berço das águas”. No MATOPIBA são mais de 70 milhões de hectares para o agronegócio produzir em larga escala, com uso de pivô central, uso intensivo de agrotóxicos e uma exploração violenta da força de trabalho. Mas a busca não é apenas para a produção, mas também de investimento para o capital interessado unicamente em especular com o preço das terras, que disparou. Paralelo a isso se constata um inevitável aumento do número de conflitos com as populações locais.

A FIOL reforça, então, esta realidade, pois amplia as possibilidades de que novos espaços sejam apropriados pelo capital, e, consequentemente, seus recursos minerais, tão estratégicos para o capital. Numa perspectiva ainda mais ampla, no caso do EID Amazonas, agora ampliado, os conflitos se multiplicam, pois, a espoliação de territórios e de recursos naturais crescem da mesma forma. O espaço do EID Amazonas possui grande ocorrência de recursos minerais, com destaque para a água, e grande riqueza da biodiversidade. A corrida é pelos recursos ambientais.

A perspectiva teórico-metodológica escolhida para a discussão da FIOL permitiu a compreensão da complexidade das questões envolvidas e sua relação com a dinâmica do capital e os desafios enfrentados pela humanidade relacionados à gravidade da crise ecológica, o aumento das populações vulneráveis e a acumulação crescente do capital nas mãos de poucos. A ida a campo foi fundamental, pois permitiu ver e escutar os

dramas vividos pelas populações que vivem nesses lugares. Suas histórias, pouco importante para os órgãos e instituições envolvidas, é a expressão de uma sociedade patriarcal, colonial e injusta.

Acredita-se que as matrizes coloniais do extrativismo impostas pelos colonizadores ainda estão presentes e se reproduzem através do processo de acumulação por espoliação, novas formas de acumulação primitivas. A busca de sobrevida do modo de produção capitalista vai reproduzindo em todo o sistema mundo novas formas coloniais de dominação, seja através do racismo, seja através de outras formas de hierarquização dos direitos à vida.

Assim, comunga-se com Porto Gonçalves (2011) que defende que é preciso compreender a integração latino-americana numa perspectiva que aponte para uma sociedade mais democrática e com maior justiça ambiental, além de considerar as questões que emanam entre os “de baixo”, nas quais o campo ambiental é ressignificado com outras perspectivas. Da mesma forma, defende-se que é preciso dialogar com os outros saberes, os conhecimentos originários, os saberes locais, construído historicamente e dialogando com a natureza.

A intensificação das relações econômicas com China, em função do crescimento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos chinês no país e da parceria no comércio internacional, associada a política de relações exteriores chinesa de estreitamento das relações com a própria América Latina, com claros objetivos de expansão de sua hegemonia na geopolítica global, parece não mudar o papel que os países latino-americanos assumem historicamente na divisão internacional do trabalho e seu modelo de desenvolvimento dependente. Os interesses continuam sendo os mesmos: a busca por vantagens para valorização do capital e por recursos ambientais cada vez mais estratégicos, como impactos negativos na reprodução econômica latino-americana, nas vidas dos excluídos deste processo de desenvolvimento e no meio ambiente.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir para aprofundar o debate sobre o desenvolvimento brasileiro e subsidiar uma reflexão sobre o extermínio de tantas populações para viabilizar a expansão do capital. Ficou claro a impossibilidade desse padrão de desenvolvimento possa romper com a condição de dependência, ao mesmo tempo em que só alguns são os verdadeiros beneficiados. Constatase também que as condições só se agravarão se seguirmos nessa trajetória.

Está claro que não há uma questão econômica, social, cultural etc., a complexidade das tramas envolvidas aponta para a existência de uma única questão: a

vida. E a universidade precisa estar mais próxima e discutir essas questões para que os estudantes possam estar preparados para agirem de forma mais ativa e transformadora na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, Henri. *et al.* (Org.). **Cartografias sociais e território**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e Regional, 2008.p. 13-43.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA. **Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens – SNISB**. 2018. Disponível em: <<http://www.snisb.gov.br/>>. Acesso em: 13 de dezembro de 2017.
- AGROANALYSIS. **Agroanalysis**: revista de agronegócios da FGV, jan. 2017. Disponível em: <<http://www.agroanalysis.com.br/index.php/1/2017/sustentabilidade/recursos-hidricos-vulnerabilidade-da-agua-subterranea-no-matopiba>>
- AGROSTAT. **Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro 2017**. Disponível em: <<http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>>. Acesso em: Acesso em 09 de maio de 2017
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno de. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010
- ALMEIDA, Camilla Petrelli Correa de. **Dinâmica volátil dos fluxos de capitais e vulnerabilidade financeira em países da América do Sul**: fatores determinantes e análise de propostas para a sua redução. 2017. Tese (Doutorado em economia) - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017
- ALMEIDA, Jorge. Uma nova fase do imperialismo? In. **VIII Colóquio Internacional Marx e Engels Centro de Estudos Marxistas (Cemarx)**. Unicamp, 2015
- ALMEIDA, Miriam Cléa Coelho; SOUZA, Suzane Tosta; SANTANA, Mário Rubem Costa. O traçado da Ferrovia de Integração Oeste Leste (FIOL) e os impactos sócio espaciais no município de Tanhaçu - BA. In: **VIII Encontro Baiano de Geografia/X Semana de geografia da UESB**, 2011, Vitória da Conquista. questões epistemológicas: a prática social da geografia atual, sua relevância e contribuição para a Bahia contemporânea. Vitória da Conquista, 2011.
- ALMEIDA FILHO, Niemayer; ARAÚJO, Priscila Santos de. The Pattern of Capital Reproduction in Brazil. **World Review of Political Economy**, v. 6, p. 320, 2015. Disponível em: <<https://wapescholar.pure.elsevier.com/ws/portalfiles/portal/8605028>>. Acesso em: 24/04/2018
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Introdução. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. 1ed.Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo**: choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil. Baurú: Canal6, 2014. 220p
- ALVES, Giovanni. **O mal-estar do neodesenvolvimentismo**. 27 de novembro de 2014. Blog da Boitempo, São Paulo. Disponível em: <<https://blogdabotempo.com.br/2014/11/27/o-mal-estar-do-neodesenvolvimentismo/>>. Acesso em 17 de agosto de 2017
- AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do Imperialismo e da Dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. 2012. 147F. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2012.

- AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência.** 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2006
- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 26, n. 3, 2002
- AMARAL, Marisa Silva; CARCANHOLO, Marcelo Dias. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capital dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, p. 87-102.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23
- ARAÚJO, Priscila Santos de. **Desenvolvimento dependente latino-americano no século XXI: desigualdade e padrão de reprodução**. 2013. 264f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Economia, Uberlândia, 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim**: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 428p.
- ATINGIDOS PELA FIOL - Parte I. **Comissão Pastoral da Terra – Sul Sudoeste da Bahia**. Youtube. 19 de out de 2011. 9min07s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JGRdfLGuTTw>>. Acesso em: 14 out. de 2017.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL - BACEN. **Anuários Estatísticos do Crédito Rural. De 2000 a 2012**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016a. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?relrural2012>>. Acesso em: 20 nov. 2017
- BAHIA. Decreto nº 14.500 de 28 de maio de 2013. Concede crédito fiscal nas aquisições de produtos agrícolas junto a produtores rurais, desde que destinados ao processamento industrial no Estado. **Diário Oficial, Bahia** de 29/05/2013.
- _____. **Diário Oficial da Bahia**. Salvador, 13/03/2012.
- _____. Produtores do Oeste visitam a Secretaria do Meio Ambiente. **Secretaria do Meio Ambiente**. 28 de março de 2017a. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/2017/03/11069/Produtores-do-Oeste-visitam-a-Secretaria-do-Meio-Ambiente.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.
- _____. Governo do Estado recebe licença para iniciar obras do Porto Sul. **Secretaria de Comunicação Social**. 17/12/2015. Disponível em: <<http://www.secom.ba.gov.br/2015/12/129956/Governo-do-Estado-recebe-licenca-para-iniciar-obras-do-Porto-Sul.html>>. Acesso em: ago. 2016.
- _____. Grupo chinês vai investir na construção e operação do Porto Sul e Fiol. **Secretaria de Comunicação Social**. 08/03/2016. Disponível em: <<http://www.secom.ba.gov.br/2016/03/131119/Grupo-chines-vai-investir-na-construcao-e-operacao-do-Porto-Sul-e-Fiol.html>>. Acesso em: ago. 2016.
- _____. Secretaria do Meio Ambiente participa do Water for Food Global Conference 2017. **Secretaria do Meio Ambiente**. 05 de abril de 2017b. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/2017/04/11084/Secretaria-do-Meio-Ambiente-participa-do-Water-for-Food-Global-Conference-2017.html>>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.
- _____. Ocupação econômica do Oeste: Programa básico. **Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec)**. Salvador, 1980. 71p.
- _____. 2º Relatório Diagnóstico de Oferta de Transporte e Logística. Plano Diretor de Logística de Transportes -PDLT do Estado da Bahia. **Secretaria de Infraestrutura**. Salvador, 2013.

- BAHIA MINERAÇÃO – BAMIN. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.bamin.com.br/quem-somos.php?cod=18>>. Acesso em: 03 de agosto de 2017.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2ed. Florianópolis: Isular, 2013.
- BANCO MUNDIAL. **Commodity Markets.** Disponível em: <<http://www.worldbank.org/en/research/commodity-markets>>. Acesso em: ago. 2016
- BARBOSA Altair Sales. Crônica da destruição do cerrado: depoimento. [24 de fevereiro, 2015]. São Paulo: **Carta Maior**. Entrevista concedida a Najar Tubino. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Cronica-da-destruicao-do-cerrado/3/32935>>. Acesso em 24 de junho de 2018.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana. (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.
- BARBOSA DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de; REZENDE, Roberto Sanches. Uma nota sobre comunidades tradicionais e unidades de conservação. Campinas: UNICAMP, RURIS. vol. 7, n. 2. set. 2013
- BARRETO, Cristiane Gomes. **Devastação e Proteção da Mata Atlântica nordestina: formação da paisagem e políticas ambientais.** Tese (Doutorado) - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- BEMISA. **A Bemisa.** 2017. Disponível em: <<http://www.bemisa.com.br/#negocios-anchor>>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.
- BOBBIO, Noberto. Existe uma doutrina marxista do Estado? In: BOBBIO, N. et al. **O marxismo e o estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 13-31
- BLOOMBERG. China's New Silk Road. **Notícia.** 23 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/quicktake/china-s-silk-road>>. Acesso em: 25 de agosto de 2018.
- BRAGA, Jorge Luiz Raposo. **O papel do BNDES na política externa do governo Lula da Silva:** internacionalização e integração regional na América do Sul. 2015. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. Estratégias hegemônicas e estruturas territoriais: o prisma analítico das escalas espaciais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 303-313, abr./jun. 2011
- BRASIL. Brasil em Ação: investimentos para o desenvolvimento. **Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social: Ministério do Planejamento e Orçamento**, 1996.
- _____. Data Social. **Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário**, 2016. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=293>. Acesso em set. 2016.
- _____. **Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções gratificadas e substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/D8852.htm>. Acesso em 28 de março de 2017.
- _____. **Emenda Constitucional n. 6/1995.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc06.htm>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

_____. **Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.** Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais, cria o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens e altera a redação do art. 35 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e do art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12334.htm>. Acesso em 22 de janeiro de 2017.

_____. **Memorándum de entendimiento entre el Ministerio de Transporte de la República Federativa de Brasil, la Comisión Nacional de Desarrollo y Reforma de la República Popular China y el Ministerio de Transportes y Comunicaciones de la República del Perú sobre la conducción conjunta de los estudios básicos de viabilidad para la conexión ferroviaria bioceánica. 2015.** Nota 170: Visita Oficial do Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang, ao Brasil – Documentos. Itamaraty. Brasília, 19 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/9687-visita-oficial-do-primeiro-ministro-da-republica-popular-da-china-li-keqiang-ao-brasil-documentos-brasilia-19-de-maio-de-2015#transport-eng>>. Acesso em: jul. 2016

_____. **Decreto nº 8.701, de 31 de março de 2016.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e altera o Decreto n. 5.069, de 5 de maio de 2004, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8701.htm>. Acesso em 28 de março de 2017.

BRUCKMANN, Monica. Recursos Naturales y la Geopolítica de la Integración Sudamericana, Instituto Perumundo; Fondo Editorial J.C. Mariátegui. Primera Edición, Lima, 2012

_____. Recursos naturais e a geopolítica da integração sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. (Orgs).

Governança global e integração da América do Sul. Brasília: Ipea, 2011.
BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Dinâmica da economia e da agropecuária no MATOPIBA. **Texto para Discussão.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

BCU-GLUCKSMANN, Christinne. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Coleção Pensamento crítico, v. 39)

_____. Sobre o conceito de crise do Estado e sua história. In. POULANTZAS, Nicos. **O Estado em crise.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei Complementar 279/2016. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Agência de Desenvolvimento do Matopiba. Disponível em: <

[>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2084392)

_____. **Agricultura aprova criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba.** 17 de agosto de 2017. Disponível: em: <www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/539298-AGRICULTURA-APROVA-CRIACAO-DA-AGENCIA-DE-DESENVOLVIMENTO-DO-MATOPIBA.html>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

_____. **Comissão aprova criação de agência de desenvolvimento agrário do Matopiba.** 17 de agosto de 2017. Disponível: em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/AGROPECUARIA/537117-COMISSAO-APROVA-CRIACAO-DE-AGENCIA-DE-DESENVOLVIMENTO-AGRARIO-DO-MATOPIBA.html>>. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

_____. **Projeto de Lei 4059/2012.** Regulamenta o art. 190, da Constituição Federal, altera o art. 1º, da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o art. 1º da Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972 e o art. 6º Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996 e dá outras providências. Disponível em <
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=548018>>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

_____. **Projeto de Lei 2289/07.** Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=373948>>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

_____. **Projeto de Lei 5.807/2013.** Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências. Disponível em: <
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=581696>>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.

CAMARGO, Paula. A Ferrovia Nova Transnordestina em meio às atuais condições de reprodução camponesa em Ouricuri (sertão pernambucano). 2015. **Dissertação** (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015

CAMPOS, Nazareno José de. Populações tradicionais e formas de uso comum: transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins.** 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde (Online)**, v. 11, p. 191-205, 2013

_____. Desafios e Perspectivas para a América Latina do Século XXI. **Argumentum** (Vitória), v. 6, p. 6-24, 2014.

_____. Neoliberalismo y dependencia contemporánea: la actual lucha de clases por la transformación social. In: VILLAGRA, Luis Rojas (Coord.). 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015, 316p.

CARCANHOLO, Marcelo Dias; SALUDJIAN, Alexis. Integración latino-americana, dependencia de China y sub-imperialismo brasileño en América latina. **Mundo Siglo XXI - Revista del Centro de Investigaciones Económicas, Admistrativas y Sociales del Instituto Politécnico Nacional**, v. 29, p. 43-62, 2013.

CARMODY, Padraig; OWUSU, Francis. A expansão da china para a África: interesses e estratégias. In. In. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade** (UNICAMP. Impresso) v. 21, p. 749-778, 2012.

CARTA CAPITAL. **O governo Temer prepara MP para a venda de terras a estrangeiros.** 16/02/2017. Disponivel em: <

<https://www.cartacapital.com.br/politica/governo-temer-prepara-mp-para-venda-de-terrás-a-estrangeiros>>. Acesso em: 03 de setembro de 2017

CASTELLS, Manuel. 1999. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e terra, 1999. A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1.

CECEÑA, Ana Esther, AGUILAR, Paula, MOTTO, Carlos. **Territorialidad de la dominación. Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA).** Buenos Aires: Observatorio Latinoamericano de Geopolítica, 2007. 60 p.

- CERQUEIRA, Daniela Franco. **A Integração do Brasil com os países da América do Sul (2003-2010): O IED brasileiro, a IIRSA e a consolidação da dependência.** Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.
- CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In. TEIXEIRA, A. C. C. (Org.). **Os sentidos da democracia e da participação.** São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. 128 pp.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe. In **Libros de la CEPAL**, n. 39. Enero de 1994.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2015.** Goiânia: CPT Nacional, 2015.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2016.** Goiânia: CPT Nacional, 2016.
- _____. **Conflitos no Campo Brasil 2017.** Goiânia: CPT Nacional, 2017.
- COMUNICADO DE BRASÍLIA. **I Reunião de Presidentes da América do Sul.** Brasília, 2000. Disponível em: < www.iirsa.org >. Acesso em: 03 out. 2015.
- COORDENAÇÃO ESTADUAL DOS TRABALHADORES ACAMPADOS E ASSENTADOS – CETA/BA. **Denúncia a Procurador da República em Ilhéus.** Disponível: < <http://cetabahia.blogspot.com/2011/12/> >. Acesso em: 02 de outubro de 2017.
- CORAZZA, GENTIL. O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 26, n. esp., p. 35-50, 1996.
- CORAZZA, Gentil. “O regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, 2006
- COSIPLAN. **Estatuto del COSIPLAN, 2013.** Disponível em: < http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Estatuto_Cosiplan_por.pdf >. Acesso em: 05 de maio de 2016
- COSTA, Carlos Eduardo Lampert; GONZALEZ, Manuel José Forero. Infraestrutura física e integração regional na América do Sul: uma avaliação da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul. **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro, IPEA, 2015
- COSTA PINTO, Eduardo. O eixo sino-americano e as transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci:** um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- _____. **Marxismo e política:** A dualidade de poderes e outros ensaios. 2. ed. São P.: Cortez, 1996.
- _____. **Democracia:** Um conceito em disputa, mimeo, 2005.
- _____. **Sociedade Civil e Espaços Públicos.** Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.
- COUTO, Leandro Freitas. A institucionalização do multilateralismo regional e as diferentes estratégias da política externa brasileira para a América do Sul, de Cardoso a Lula. **Congresso ISA/ABRI.** Rio de Janeiro: julho de 2009.
- _____. **Desenvolvimento, integração e assimetrias: caminhos e descaminhos na aproximação da América do Sul.** 2012. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- CUNHA, André Moreira; LELIS, Marcos Tadeu Caputi; FLIGENSPAN, Flavio Benevett. Desindustrialização e comércio exterior: evidências recentes para o Brasil. **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 3 (132), pp. 463-485, julho-setembro/2013.

- CUNHA, Tássio Barreto. **Do oculto ao visível: terra-água-trabalho e o conglomerado territorial do agrohidronegócio no Oeste da Bahia.** 2017. 453 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.
- _____. Do processo global do capital, à dinâmica territorial expansiva da fronteira agrícola no oeste da Bahia. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 17, p. 269-298, 2017.
- DAHER, Rui. Cresce a pressão contra PL que limita a compra de terras por estrangeiros. **Carta Capital**. 11/09/2015. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/cresce-a-pressao-contra-pl-que-limita-a-compra-de-terrass-por-estrangeiros-1955.html>>. Acesso: 03 de setembro de 2017
- DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, D. (COORD.) **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2003. pp. 95-110.
- DE NEGRI, Fernanda; ALVARENGA, Gustavo Varela. A primarização da pauta de exportações no Brasil: ainda um dilema. **Boletim Radar**, IPEA, n. 13, p. 7-14, abril, 2011.
- DELGADO, Guilherme da Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. **Desenvolvimento em Debate** v.1, n.2, p.111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010
- _____. **Do capital financeiro da agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Editora UFRS 2012.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL – DNPM. **Desempenho do Setor Mineral**. 2015. Disponível em: <<http://www.dnpm.gov.br/dnpm/publicacoes-economia-mineral/desempenho-mineral-go-df-2015.pdf>>. Acesso em 17 de novembro de 2017.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-162.
- DIEGUES, Antonio Carlos; VIANA, Virgílio M. (Orgs.). **Comunidade Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª ed. - São Paulo: Hucitec: NUPAUB-USP: CEC, 2004.
- DOS SANTOS, Theotônio. O neoliberalismo como doutrina econômica. **Revista Econômica**, volume 1, número 1, Niterói, 1999.
- _____. Prefácio. In. MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Editora Boitempo, 2011 (367 p.).
- _____. **Imperialismo y Dependencia**. Fundación Biblioteca Ayacucho, Venezuela, 2011
- DULCI, Luiza. Sobre a liberação da venda de terras para estrangeiros no Brasil. **Brasil Debate**, 23-12-2016. Disponível em: <<http://www.sul-sur.com/2017/01/sobre-liberacao-da-venda-de-terrass-para.html>>. Acesso em: Acesso em: 03 de setembro de 2017
- DUSSEL, Enrique. **O Encontro com o Outro: a origem do Mito da Modernidade**. Conferência de Frankfurt. Petrópolis, RJ:Vozes; 1993
- ELÍAS, Antonio. La ofensiva del capital impulsa el libre comercio en América del Sur. In. VILLAGRA, Luis Rojas. (Coord.). **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas**. 1ª ed. – Asunción: CLACSO, 2015, 316p.;
- ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- EMBRAPA. **Estudo localiza águas subterrâneas mais vulneráveis no Cerrado**. 24 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/->

- [>.](http://noticia/12716085/estudo-localiza-aguas-subterraneas-mais-vulneraveis-no-cerrado)
Acesso em: 23 de junho de 2018.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA.
- Matopiba GeoWeb.** Brasília: Embrapa, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/bZSz8Y>>. Acesso em: 21 março 2016.
- ESTADÃO. Mato Grosso descobre jazida com 11,5 bilhões de toneladas de minério.** 01 de setembro, 2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,mato-grosso-descobre-jazida-com-11-5-bilhoes-de-toneladas-de-minerio,33821e>>. Acesso em: 13 de setembro de 2017.
- FERRARI, Vinícius Eduardo. Poulanzas, o Estado e o conceito de hegemonia. **Revista de Estudos Sociais** – Ano 2012, n. 28, v. 14, p.53
- FERREIRA, Carla; LUCE, Mathias Seibel. Introdução. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. Introdução. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, v., p. 9-20.
- FILGUEIRAS, Luiz. A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização *In.* Organização: CASTRO, I. S. B. **Novas Interpretações Desenvolvimentistas**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / E-Papers, 2013. 533 p.
- FLORES, Cyntia Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia: saúde, educação, cultura e meio ambiente frente à dinâmica Territorial**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociênciа, UFBA, 2014.
- FLORES, Abelardo Mariña. Límites y perspectivas de la globalización neoliberal y nuevas formas de manifestación del imperialismo contemporáneo. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 22, p. 32-46, junho 2008
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Estrangeiro avança sobre pesquisa mineral no país**. 21 de março de 2012. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/45215-estrangeiro-avanca-sobre-pesquisa-mineral-no-pais.shtml>>. Acesso em 03 de março de 2018.
- FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos**. 2009. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- FREDERICO, Samuel. Economia Política do Território e Agronegócio: transformações produtivas e as novas dinâmicas territoriais na fronteira agrícola brasileira. In. **XIII Seminário Internacinal da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território RII**, 2014.
- FREDERICO, Samuel; BUHLER, Eve Anne. Capital financeiro e expansão da fronteira agrícola no Oeste da Bahia. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.
- GALEANO, Eduardo. Los hijos de los días. Ed. Siglo XXI de España Editores – 2012
- GANEM, Roseli Senna; DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José Luiz de Andrade. Ocupação humana e impactos ambientais no bioma cerrado: dos bandeirantes à política de biocombustíveis. In. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**. Jun. 2008. Brasília – DF
- GERMER, Claus Magno. **Contribuição ao entendimento do método da economia política, segundo Marx**. Curitiba: UFPR, 2000. Mimeo.
- GIRARDI, Eduardo Paulon. *et al.* Mapeamento do trabalho escravo contemporâneo no Brasil: dinâmicas recentes. **Espaço e Economia**. n. 4, Ano II. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/804>>. Acesso em: 03 de julho de 2017.

- GLEESON, Tom *et al.* The global volume and distribution of modern groundwater. **Nature Geoscience**. Vol. 9, fev. 2016. Disponível em: <http://www.groundwaterscienceandsustainability.org/uploads/5/6/1/7/56172195/46_gleeson_et_al_2016_natgeo_modern_groundwater.pdf>. Acesso em: 08 de junho de 2018
- GOOGLE EARTH PRO, 2017. Disponível em: <<http://earth.google.com/>>.
- GONÇALVES, Reinaldo. Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012
- GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 3-102.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.
- _____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.
- _____. **Cartas do cárcere: 1931-1937**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. v.2.
- GUDYNAS, Eduardo. 2011. El nuevo extractivismo progresista en Américas del Sur. Tesis de un viejo problema sobre nuevas expresiones. In: VV.AA. **Colonialismo del siglo XX. Negocios extractivos y defensa del território en America Latina**. Barcelona, Icarina Editorial, 2011
- HADDAD, Eduardo Amaral. **Retornos crescentes, custos de transporte e crescimento regional**. Tese (Livre-docência em Economia) – São Paulo, FEA/USP, 2004.
- HADDAD, Eduardo Amaral; HEWINGS, Geoffrey J. D. Transportation Costs and Regional Development: An Interregional CGE Analysis. In: FRIEDRICH, P.; JUTILA, S. (Eds.), **Policies of Regional Competition**, Baden-Baden, Nomos Verlagsgesellschaft, 2001.
- HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3.ed. 416p
- _____. Prefácio. In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.
- _____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 3.ed. 416p
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 7. ed.. São Paulo: Loyola, 1989.
- _____. **O novo imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- _____. A geopolítica do capitalismo. In: HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a. (Coleção Geografia e Adjacências).
- _____. A teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005b. (Coleção Geografia e Adjacências).
- _____. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. In: **O Novo Desafio Imperial**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. 280p. 95-125.
- _____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013
- _____. **Para entender O capital**: Livros II e III. 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2014
- HESPAÑHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **Produção familiar: perspectivas de análise e inserção na microregião geográfica de Presidente Prudente**. 2000. 264 p., Rio Claro. Tese (doutorado em Geografia) UNESP, 2000.
- HISSA, Cássio E.V. Territórios de diálogos possíveis. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco; MILANI, Carlos R.S. (Org), **Comprendendo a Complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

- INTERNATIONAL MONETARY FUND (IMF). Economic Linkages between Asia and Latin America:** Opportunities, Challenges and Policies. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/seminars/eng/2016/asia-latam/pdf/openingremarkspres.pdf>>. Acesso em 22 de setembro de 2017.
- IGLECIAS, Wagner. O desenvolvimento latino-americano e as relações com a China. In. **XXXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. 2015.
- INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA (IIRSA).
- IIRSA 10 anos depois:** suas conquistas e desafios. 1ª. Edición. Buenos Aires, 2011. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/lb_iirsa_10_anios_sus_logros_y_desafios_port.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.
- **Informe sobre la incorporación del Nordeste y Centro-Oeste de Brasil al Eje del Amazonas.** 2012. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/rc_lima12_informe_incorporacion_amazonas.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2014.
- **Ejes de Integración: elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas Ampliado,** 2013. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_final_amazonas_ampliado.pdf>. Acesso: Acesso: jul. 2014
- Grupo Técnico Ejecutivo - Eje del Amazonas Informe de la Reunión: 23 de abril de 2014. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/cartera_bogota14_informe_ama_final.pdf>. Acesso em fev. 2014.
- **Informe de la Cartera de Proyectos del COSIPLAN 2017.** Disponível em: <<https://www.flipsnack.com/IIRSA/informe-de-la-cartera-de-proyectos-del-cosiplan-2017.html>>. Acesso em: 04 de março de 2018.
- **Ejes de Integración: Elementos para el desarrollo sostenible del territorio Eje del Amazonas ampliado.** 2013. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/ama_montevideo13_informe_amazonas_ampliado.pdf>. Acesso em: 03 de março de 2014.
- **Caracterización socioeconómica y ambiental – Eje Amazonas.** 2016. Disponível em: <http://www.iirsa.org/admin_iirsa_web/Uploads/Documents/Caracterizaci%C3%B3n_B3n_EJE_AMAZONAS_final.pdf>. Acesso em: Acesso em: 03 de outubro de 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006. **Censo agropecuário.** Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm>. Acesso em: 11 de maio de 2017
- 2014. **Valor adicionado bruto dos principais setores de atividade econômica.** Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municípios/2014/Analise do VAB dos grandes setores de atividades 2010_2014.pdf>. Acesso em: 11 de maio de 2017
- **Estimativa Populacional,** 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatísticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9112&t=sobre>>. Acesso em: 08 de setembro de 2017.
- **Sistema de Contas Nacionais,** 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatísticas-novoportal/económicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 28 de setembro de 2017.

- . **Produção Agrícola Municipal 2015.** Disponível em: <
<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso: Acesso em: 08 de setembro de 2017.
- . **Banco de Dados Agregados**, 2016. Disponível em: <
<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: set. 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO – IBRAM. SRN vai produzir minério de ferro no Piauí em 2018. 07/04/2017.** Disponível em: <
http://www.ibram.org.br/150/15001002.asp?ttCD_CHAVE=266813>. Acesso em 24 de setembro de 2017.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU-UNISINOS. Em defesa do território nacional. Alerta à sociedade contra a venda de terras para estrangeiros. Nota dos Movimentos Populares.** 04 de janeiro, 2017. Disponível em: <
<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/558574-em-defesa-do-territorio-nacional-alerta-a-sociedade-contra-a-venda-de-terras-para-estrangeiros-nota-dos-movimentos-populares>>. Acesso em: 03 de setembro de 2017
- . **Cerrado. O pai das águas do Brasil e a cumeira da América do Sul. IHU Online.** 382. Ano XI. 28.11.2011. Disponível em: <
<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao382.pdf>>. Acesso em 25 de junho de 2018.
- ISARD, Walter. **Location and space economy:** a general theory relation to industrial location, market areas, land use trade and urban structure. Cambridge: MIT Press, 1956
- JEQUIÉ E REGIÃO.COM.BR. **Trecho das obras da Fiol foi interditado em Jequié.** 20 de janeiro de 2014. Disponível em: <
<http://www.jequieregiao.com.br/blog/index.php?start=5115>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.
- JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia. Política.** Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil:** uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. 435f.
- LE MUNDE DIPLOMATIQUE. **Cerrado, berço das águas, na rota devastadora do capital.** Edição - 128, Brasil. 08 de março, 2018. Disponível em: <
<http://diplomatique.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Sem-Cerrado-Sem-%C3%81gua-Sem-Vida.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2018.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução:** o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução. Trad. Aristides Lobo. São Paulo: Centauro, 2007
- . **O imperialismo, fase superior do capitalismo.** São Paulo: Alfa Omega, 1986.
- LIMA, Jorge Inoch Werneck. In: Crônica da destruição do cerrado: depoimento. [24 de fevereiro, 2015]. São Paulo: **Carta Maior.** Entrevista concedida a Najar Tubino. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/Cronica-da-destruicao-do-cerrado/3/32935>>. Acesso em 24 de junho de 2018.
- LIPETZ, Alain. **O capital e seu espaço.** Editora: Nobel, São Paulo, 1988.
- LÖSCH, August. **The Economics of Location.** New Haven: Yale University Press, 1954.
- LUCE, Mathias Seibel. O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007). 2007. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais., Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- . **A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini:** contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. 2011. Tese

- (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- MAGNESITA. **Sobre a Magnesita**. 2017. Disponível em: <<https://ri.magnesita.com/>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.
- SANTA FÉ MINERAÇÃO. **Quem somos**. Disponível em: <<http://santafeminer.com.br/>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.
- MARINI, Ruy Maouro. **Dialéctica de la dependencia**. Mexico City: Ediciones Era, 1973. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialectica.htm>>. Acesso: 12 de março de 2015.
- _____. Estado y Crisis en Brasil, **Cuadernos Políticos**, n.13, Ediciones Era, México, julio – septiembre, 1977, pp. 76-84.
- _____. Sobre el patrón de reproducción del capital en Chile. **Cuadernos CIDAMO**, n. 7, México, 1982.
- _____. **Dialética da Dependência**. Editora Era, México, 1990, 10a edição
- _____. Acerca del Estado en América Latina. **Intervenção no Congresso de ALAS**, Havana, 1991. Disponível em: <http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/maurinirm/03al/maurini_al00003.pdf>. Acesso: ago. 2016.
- _____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.
- _____. **América Latina: integración y democracia**, Editorial Nueva Sociedad, Caracas, Venezuela, 1993.
- _____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital**. 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012, v., p. 21-36.
- _____. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 5 ed. Florianópolis: Insular, 2014
- MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Editora Boitempo, 2011 (367 p.).
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. 2.ed revista. - São Paulo :Boitempo, 2010
- _____. **Grundrisse manuscritos econômicos de 1857-1858**: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo :Boitempo, 2011b
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007a.
- _____. **O Manifesto Comunista**. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2007b
- MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A crise financeira internacional de 2008/2009 e a derrocada dos mitos do neoliberalismo. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, Rio de Janeiro, nº 25, p. 52-73, dezembro 2009
- MELO, Maria Cristina Pereira de. Comércio exterior da Região Nordeste na esteira do “efeito China”. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 451-471, 2013.

- MELO, Maria Cristina Pereira de; MOREIRA, Carlos Américo Leite. China X Nordeste do Brasil: uma qualificação das transações comerciais bilaterais recentes. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, p. 685-698, 2009
- MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA). **Galeria de Ministros**. 2017. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-de-mi<nistros>>>. Acesso em 25 de setembro de 2017
- BRASIL, 2012. Código Florestal Brasileiro. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR (MDIC). **Ministério do Desenvolvimento divulga balança comercial**. 2014. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/01/ministerio-do-desenvolvimento-divulga-balanca-comercial>>. Acesso em: 15 de julho de 2016
- _____. **Estatísticas de Comércio Exterior**. 2017. Rio de Janeiro: Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior>>. Acesso em 09 de maio de 2017
- MIRABELA MINERAÇÃO. **A Mirabela**. Disponível em: <<http://www.mirabelamineracao.com/>>. Acesso em 27 de agosto de 2017.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de. **MATOPIBA delimitação, caracterização, desafios e oportunidades para o desenvolvimento**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/projetos/matopiba/150515_MATOPIBA_BA.pdf>. Acesso em 18 de setembro de 2017.
- MIRANDA, Evaristo Eduardo de; MAGALHÃES, Lucíola Alves; CARVALHO, Carlos Alberto de. **Proposta de delimitação territorial do Matopiba**. Campinas: Embrapa GITE, 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/gite/publicacoes/NT1_DelimitacaoMatopiba.pdf>. Acesso em: 12 julho de 2016.
- MONDOLFO, Mário. EF-334 -Ferrovia de Integração Oeste-Leste -FIOL. **19ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal**. Brasília, 08/08/2017. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?reuniao=6374&codcol=59>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011
- O GLOBO. **Meirelles defende venda de terra para estrangeiros**. 21/09/2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/meirelles-defende-venda-de-terra-para-estrangeiros-20153874>>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.
- OIKOS. **Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Ferrovia de Integração Oeste - Leste (EF – 334) entre Figueirópolis (TO) e Ilhéus (BA)**, 2009. Disponível em: <http://www.oikos.com.br/site_ok/FIOL.htm>. Acesso em out. 2016.
- OLIVEIRA, Francisco de. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? In: SPINK, Peter *et al.* (Orgs.). **Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção**. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania, FGV-EAESP, 2002. (pp.11-31).
- _____. **O capital contra a democracia**. In. Teixeira, A. C. C., (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. 128 pp.

- OLIVEIRA, Gilca Garcia de; Germani, Guiomar Inez; SANTOS, Ludiara Fernanda Borba dos. Caracterização e incidência do trabalho análogo a escravo no estado da Bahia. Salvador: **Revista Bahia Análise e Dados - SEI/BA**, 2010.
- OLIVEIRA, Nelson de. **Neocorporativismo e política pública:** um estudo das novas configurações assumidas pelo Estado. São Paulo/Salvador: Loyola/Centro de Estudos e Ação Social, 2004
- ORTEGA, Antônio César. **Agronegócio e representação de interesses no Brasil.** Uberlândia: EDUFU, 2005.
- OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital.** 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a, p. 37-86.
- _____. América Latina: um novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias Seibel. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital.** 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012b, p. 37-86.
- _____. **O Estado no centro da mundialização:** a sociedade civil e o tema do poder. 1ed. Outras Expressões, São Paulo, 2014. 344p.
- OURIQUES, Nildo. La crisis del neodesarrollismo y la Teoría Marxista de la Dependencia. **Argumentos**, vol. 26, núm. 72, pp. 129-140. Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco
- Distrito Federal, México, mayo-julio, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v26n72/v26n72a7.pdf>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2016
- PADULA, Raphael. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000:** uma análise político-estratégica. 2010. 311f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- PAIM, Elisangela Soldatelli. IIRSA é esta a integração que nós queremos? **Núcleo Amigos da Terra/Brasil**, dez. 2003
- PIAUÍ. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO. **Grupo australiano vai investir R\$ 4,5 bilhões na mineração no Piauí.** 16 de jan de 2018. Disponível em: <<http://www.pi.gov.br/materia/ccom/grupo-empresarial-australiano-vai-investir-r-45-bilhoes-na-exploracao-de-minerios-no-piaui-4434.html>>.. Acesso em 04 de março de 2018
- PIGNATI, Wanderlei Antonio *et al.* Distribuição espacial do uso de agrotóxicos no Brasil: uma ferramenta para a Vigilância em Saúde. **Ciencia & Saude Coletiva**, v. 22, p. 3281-3293, 2017.
- POCHMANN, Márcio. Apresentação. In. LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; COSTA PINTO, Eduardo; ACIOLY, Luciana (Orgs.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos.** Brasília: Ipea, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Ou inventamos ou erramos – encruzilhadas da integração regional sul-americana. In: VIANA, André Rego; BARROS, Pedro Silva; CALIXTRE, André Bojikian. (Orgs.). **Governança global e integração da América do Sul.** Brasília, Ipea, 2011.
- PORTO-GONÇALVES *et al.* Os cerrados e os fronts do agronegócio no Brasil. In. CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2016.** Goiânia: CPT Nacional, 2016.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araujo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. In: **Polis Revista Latinoamericana**, v.11, n.31, 2012.
- _____. América Latina e a colonialidade do poder. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**, 2ª Ed. Niterói: UFF, 2013, p.167-191.

- POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In. POULANTZAS, Nicos. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977
- _____. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- PREBISCH, Raúl F. Cinco etapas de mi pensamiento sobre el desarrollo. **El Trimestre Económico**, México, v. 50, n. 198, 1982.
- PIORE, Michael J; SABEL, Charles F. **The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity**. New York: Basic Books, 1984.
- QUENTAL, Pedro de Araújo. **Dilemas da integração regional na América do Sul: a lógica territorial da IRSSA e suas implicações socioespaciais**. Buenos Aires. CLACSO, 2013.
- RIETVELD, Peter; NIJKAMP, Piet. **Transport and Regional Development**. Research-Memorandum. Universiteit Amsterdam. Dec. 1992.
- RIBEIRO, Ana Clara Torre *et al*. Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método. **Cadernos IPPUR**. V.5, n.2, ano XVI, n.1, 2001-2002.
- RIBEIRO, Darcy. **A América Latina existe**; Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro; Brasília, DF: Editora UnB, 2010.
- RIBEIRO, Maria Teresa Franco. Introdução. In. RIBEIRO, M. T. F; MILANI, C. R. S. (Org.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009. 312 p.
- RIST, Gilbert. **Le Developement : une històire de croyance occidentale**. Paris: Presses de Science Po. 2001.
- SABADINI, Mauricio de Souza. Especulação financeira e capitalismo contemporâneo: uma proposição teórica a partir de Marx. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 583-608, dez. 2013.
- SABOURIN, Eric Pierre. Será que existem camponeses no Brasil? **47º Encontro da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**. Porto Alegre, 2009.
- SAMPAIO Jr, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012
- _____. Participação Popular. In. Teixeira, A. C. C., (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005. 128 pp.
- SANCHES, Cristina Argiles. **Desenvolvimento regional a partir de clusters produtivos**: o caso da agroindústria da soja no oeste da Bahia. 2008. Tese (Doutorado em Administração) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
- SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. 1.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo portuário, reserva extrativista e desenvolvimento no Maranhão. **Cadernos do CRH (UFBA)**, v. 29, p. 281-294, 2016.
- _____. Vibração, Fonte de Incômodo à População e Danos às Edificações no Meio Urbano. **Revista Ambiente Construído**, v. 13, n.1, pp 120-141, jan./mar. 2013.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de; ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Mining-Railroad-Port: “at the end of the line”, a city in question. **Vibrant (FLORIANÓPOLIS)**, v. 14, p. 205-224, 2017.
- SANTIAGO, Juliana Ramos. A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970. 2011. **Dissertação** (Mestrado em Administração) - Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.
- SANTOS, Boaventura de. Sousa. Para além do pensamento abissal; das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: STARLING, H.M. e ALMEIDA, S.R. (org). **Sentimentos**

- do mundo; ciclo de conferências dos 80 anos da UFMG.** Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009
- SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Oeste da Bahia:** modernização com (des)articulação econômica e social de uma região. 2007. 239 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SANTOS, Milton. Modo de Produção Técnico-Científico e Diferencial Espacial. **Revista Território**, nº 6, jan/jun, Laget/UFRJ, p. 5-20. 1999. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Acesso em: 25 de julho de 2016
- _____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1)
- _____. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo, 5 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- _____. **Da totalidade ao Lugar.** São Paulo, 5 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.
- _____. **Espaço e método.** São Paulo, 5 ed. Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.
- SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. **Production, Work, Territory. The Geographical of Industrial Capitalism.** Boston: Allen & Unwin, 1986.
- SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei do Senado nº 398/2014.** Dispõe sobre a pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira de que trata o art. 176, § 1º, da Constituição Federal. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/119396>>. Acesso em: 07 de agosto de 2017.
- SEPARADOS PELOS TRILHOS DA FIOL. **Comissão Pastoral da Terra - BA.** Youtube. 27 de jul de 2017. 6min59s. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xqSJLZ57Lp4>>. Acesso em: 14 out. de 2017.
- SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. **O cerrado em disputa:** apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009. 264p.
- SILVA, Eliezer Batista da. **Infra-estrutura para desenvolvimento sustentado e integração da América Latina.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997.
- SOBRINHO, José de Sousa. Territorialização e desterritorialização dos camponeses geraizeiros do Vale do Rio Arrojado no oeste baiano. In: In: ALVES, Vicente Eudes Lemos. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro- Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins.** 1ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, v. 1, p. 199-226.
- STÉDILE, João Pedro. **Tendências do Capital na Agricultura.** In: STÉDILE, João Pedro (Org.) e ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). **A Questão Agrária no Brasil: o debate na década de 2000.** 1ª edição São Paulo: Expressão Popular, 2013, ed. 1, p. 19-38.
- STRAUB, Stéphane. **Infrastructure and development: a critical appraisal of the macro-level literature.** Edinburgh: 2007. (mimeo)
- SOUZA, Bartolomeu Israel de; ARTIGAS, Rafael Câmara; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. Caatinga e desertificação. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 131-150, jan./abr. 2015. Universidade Federal do Ceará
- SOUZA, Glaycon Vinícius Antunes de. **A elaboração da viabilidade territorial para o agronegócio na região do MATOPIBA.** 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2017.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Sistema de Informações Municipais.** 2017. Disponível em: <<http://sim.sei.ba.gov.br/sim/index.wsp>>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

SILVEIRA, Fátima Rotundo de. **A recriação capitalista do campesinato; os camponeses na região de Presidente Prudente.** 1990. 309 páginas. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 1990.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. **Relatório de Auditoria.**

Órgão/Entidade/Unidade: Valec – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. 2016.

Disponível em: <

<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=11725969&codPapelTramitavel=56261302>

União de Nações Sul-americanas - UNASUL. **Tratado Constitutivo de la Unión de Naciones Suramericanas.** Disponível em: <<https://www.unasursg.org/images/descargas/DOCUMENTOS%20CONSTITUTIVOS%20DE%20UNASUR/Tratado-UNASUR-solo.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2017.

VALEC ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E FERROVIAS. **A Ferrovia Transcontinental.** 2017a. Disponível em: <<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-transcontinental/a-ferrovia-transcontinental>>. Acesso em: 23 de maio de 2017

. Mapa das Ferrovias. 2017b. Disponível em: <

<http://www.valec.gov.br/ferrovias>

. **Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL).** 2017c. Disponível em: <

<http://www.valec.gov.br/ferrovias/ferrovia-de-integracao-oeste-leste>>. Acesso em: 23 de maio de 2017

VALOR. **Estrangeiro contorna restrição e investe em terra.** 19 de dezembro de 2017. Disponível em: <<<https://www.valor.com.br/brasil/5231447/estrangeiro-contorna-restricao-e-investe-em-terra>>>. Acesso em 03 de março de 2018.

VENCOVSKY, Vitor Pires. **Ferrovia e logística do agronegócio globalizado: avaliação das políticas públicas e privadas do sistema ferroviário brasileiro.** 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

VILLAGRA, Luis Rojas. Presentación. In. In: VILLAGRA, Luis Rojas (Coord.). **Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas.** 1^a ed. – Asunción: CLACSO, 2015, 316p.;

VITTE, Claudete de Castro Silva. (Coordenador); **Infra-estrutura produtiva e regulação estatal:** os impactos da IIRSA (Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana) sobre o território brasileiro, Relatório de Pesquisa, 01/2009.

VON THÜNEN, Johann Heinrich. **The Isolated State.** New York: Pergamon Press, 1966.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. Rev. Econ. Sociol. Rural, vol.52, supl.1. Brasília, 2014

WEBER, Alfred. **Theory of Location of Industries,** 2^a ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957.

ZIBECHI Raúl. Brasil potencia. Entre la integración regional y un nuevo imperialismo. **Programa Democracia y Transformación Global/ Fórum Solidaridad Perú.** Lima, 2013

. **IIRSA:** la integración a la medida de los mercados. ALAI, 2006. Disponível em: <<http://alainet.org/active/11812&lang=es>>. Acesso em 13 de julho de 2014.

. **Interconexión sin integración:** 15 años de IIRSA. 29 de setembro de 2015.

Disponível em: <https://lalineadefuego.info/2015/09/29/interconexion-sin-integracion-15-anos-de-iirma-por-raul-zibechi/>>. Acesso em 17 de setembro de 2016.

ANEXO 1

Roteiro de Entrevistas com Lideranças comunitárias e/ou membros de movimento sociais

Pesquisador: Thiago Reis Góes

Orientador: Maria Teresa Franco Ribeiro

Pesquisa: A Ferrovia de Integração Oeste -Leste: Integração Sul-Americana e a Produção dos Espaços

Nome: _____

Comunidade e/ou Movimento social que participa: _____

Data da Entrevista: ____ / ____ / ____

Bloco 1: Percepções

O que a FIOL representa para o território, o espaço de atuação de vocês?

Como foram informados sobre a FIOL? Houve negociação? Vocês foram chamados para informar e discutir esse projeto? Como ficaram sabendo?

Como avaliam o impacto da FIOL sobre a comunidade e sobre o seu território?

O projeto da FIOL tende a favorecer a dinâmica econômica e produtiva do território?

Na sua opinião, quais são as atividades produtivas que a FIOL pode estimular na região? Essas atividades envolvem a população de forma favorável? Como?

Quais os principais problemas diretamente associados a construção da FIOL? Como estes problemas afetam sua vida e de sua comunidade?

Quais são os problemas que a FIOL pode trazer? Como estes problemas afetam a comunidade?

Com relação a construção da FIOL, houve alterações em relação a curso d'água ou em relação a mobilidade da comunidade/região, bem como e acesso a terras e quais as consequências e reivindicações da população?

Como você descreve a realidade de sua comunidade hoje?

Quais são as características do sistema ambiental/ecológico.? Qual a relação dos moradores com o sistema natural? Este ecossistema está envolvido na sua realidade de trabalho? Como?

A FIOL pode impactar nesse ecossistema? Como a FIOL pode afetar a biodiversidade e o meio ambiente?

Qual o tipo de produção da comunidade/região, como comercializam e para onde vendem?

Como a ferrovia pode afetar seu modo de vida, hábitos, costumes e tradições culturais?

Como vê o futuro de sua comunidade e de seus filhos?

Como vê o papel do Estado no projeto da FIOL?

Qual tem sido o papel do Estado em relação a algum compromisso assumido com a comunidade?

A FIOL pode prover a integração regional e com outros países? Já ouviu falar da IIRSA?

Bloco 2: Objeto de disputa

Participa de algum movimento social? Sim Não

Em caso afirmativo:

Quais são as principais pautas e projetos políticos que o movimento defende?

Quais são as formas de resistência e estratégias de luta feita pelo movimento que participa?

Que tipo de pressão social (resistência e enfrentamento) vem sendo feita com resposta aos problemas causados ou que podem causar com a FIOL? Houve conquistas? Quais?